

**PRÓXIMO LANÇAMENTO DA EDITORA
PAZ E TERRA**

**O MARXISMO NA ÉPOCA DA SEGUNDA
INTERNACIONAL**

Terceira Parte

**ANTONIO LABRIOLA E A INTRODUÇÃO DO
MARXISMO NA ITÁLIA**

Valentino Gerratana

GEORGES SOREL, DA METAFÍSICA AO MITO

Gregorio de Paola

**A ANTINOMIA DO MARXISMO CLÁSSICO:
MARXISMO E FILOSOFIA**

Andrew Arato

A QUESTÃO AGRÁRIA

András Hegedüs

**NAÇÃO E NACIONALIDADE NOS DEBATES DO
MOVIMENTO OPERÁRIO**

René Galissot

A QUESTÃO COLONIAL E O IMPERIALISMO

Franco Andreucci

O DEBATE SOBRE A GUERRA

Madeleine Rebrioux



ORGANIZAÇÃO: *Eric J. Hobsbawm*



OSCAR NEGT ANDRZJEV WALICKI VITTORIO STRADA
ISRAEL GETZLER JUTTA SCHERRER MASSIMO L. SALVADORI

O MARXISMO NA ÉPOCA DA SEGUNDA INTERNACIONAL
(Segunda Parte)

HISTÓRIA DO MARXISMO



PAZ E TERRA

HISTÓRIA DO MARXISMO

Projeto de Eric J. Hobsbawm, Georges Haupt, Franz Marek,
Ernesto Ragionieri, Vittorio Strada, Corrado Vivanti

I

O MARXISMO NO TEMPO DE MARX

II, III e IV

O MARXISMO NA ÉPOCA DA SEGUNDA INTERNACIONAL

V, VI e VII

O MARXISMO NA ÉPOCA DA TERCEIRA INTERNACIONAL

(1. Da Revolução de Outubro
à Crise de 1929)

VIII, IX e X

O MARXISMO NA ÉPOCA DA TERCEIRA INTERNACIONAL

(2. Da Crise de 1929
ao XXº Congresso do PCUS)

XI, XII e XIII

O MARXISMO HOJE

HISTÓRIA DO MARXISMO

III

Coleção PENSAMENTO CRÍTICO
Vol 54

Ficha Catalográfica

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

H58 História do marxismo, III : o marxismo na época da Segunda
Internacional : segunda parte / Eric Hobsbawm... (et al.) ;
tradução de Carlos Nelson Coutinho. – Rio de Janeiro :
Paz e Terra, 1984.

(Coleção Pensamento crítico ; v. 54)

Tradução de: Storia del marxismo.

1. Socialismo – História I. Hobsbawm, Eric II. Série

84-0075

CDD - 335.409

CDU - 330.85(091)

EDITORA PAZ E TERRA

Conselho Editorial:

Antonio Candido

Celso Furtado

Fernando Gasparian

Fernando Henrique Cardoso,

Oskar Negt – Andrzej Walicki – Vittorio Strada
Israel Getzler – Jutta Scherrer
Massimo L. Salvadori

HISTÓRIA DO MARXISMO

III

O MARXISMO NA ÉPOCA
DA SEGUNDA INTERNACIONAL
(Segunda parte)

Tradução de
Carlos Nelson Coutinho
Fátima Murad e
Luiz Arturo Obojes



PAZ E TERRA

Copyright by Giulio Einaudi Editore, 1979

Revisão: Henrique Tarnapolsky
Rosane Sequeira
Produção gráfica: Orlando Fernandes
Capa: Eduardo J. Rodrigues
Lúcio Gomes Machado

Direitos para a língua portuguesa adquiridos pela

EDITORA PAZ E TERRA S.A.

Rua São José, 90 gr. 1801

Centro - Rio de Janeiro, RJ. 20010

Tel.: 221-3996

Rua Carijós, 128

Lapa - São Paulo, SP.

Tel.: 263-9539

que se reserva a propriedade desta tradução

1984

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

Nota à edição brasileira	9
OSKAR NEGT	
<i>Rosa Luxemburg e a renovação do marxismo</i>	11
1. Um ponto de ruptura no movimento operário internacional	12
2. O "luxemburguismo": ortodoxia crítica ou heresia	16
3. "A acumulação do capital" e a força revolucionária do desenvolvimento desigual	25
4. Dialética e politização dos interesses cotidianos	28
5. Disciplina como auto-regulamentação	30
6. A democracia dos conselhos	34
7. A organização, forma de mediação entre ser social e consciência	37
8. A esfera pública proletária	44
9. "A liberdade é sempre apenas a liberdade de quem pensa de modo diferente"	47
ANDRZEJ WALICKI	
<i>Socialismo russo e populismo</i>	53
1. Áreas de consenso, reais e presumidas	56
2. Desacordos e conflitos	62
3. Marx e Engels diante do problema populista	75
VITTORIO STRADA	
<i>O "marxismo legal" na Rússia</i>	85
1. A polêmica com o populismo	86
2. Socialismo "ético" e revisionismo	93
3. O marxismo como instrumento de europeização	98
ISRAEL GETZLER	
<i>Gueorqui V. Plekhânov: a danação da ortodoxia</i>	105

VITTORIO STRADA

A polêmica entre bolcheviques e mencheviques sobre

<i>a Revolução de 1905</i>	135
1. A social-democracia russa e a Europa	136
2. A questão agrária	138
3. Classes e Estado na revolução	144
4. Socialismo e democracia "burguesa"	151
5. "Partido militar" e "partido de massa"	155
6. A ruptura entre mencheviques e bolcheviques no V Congresso	163
7. Trótski, Parvus e a "revolução permanente"	165
8. Partido e revolução: a tese de Lênin	171
9. A polêmica "antipopulista" dos mencheviques	175
10. Jacobinismo e leninismo	180

JUTTA SCHERRER

<i>Bogdánov e Lênin: o bolchevismo na encruzilhada</i>	189
1. Uma ameaça de cisma no bolchevismo	190
2. A "imagem do mundo" política	196
3. Agitação e propaganda	201
4. "Cultura proletária"	208
5. Coletivismo: a ideologia da sociedade futura	224
6. A filosofia da luta proletária	234

MASSIMO L. SALVADORI

A social-democracia alemã e a Revolução Russa de 1905.

<i>O debate sobre a greve de massa e sobre as "diferenças" entre Oriente e Ocidente</i>	243
1. As raízes de uma controvérsia	243
2. A revolução russa e a situação alemã	245
3. O confronto entre Partido e sindicatos	246
4. Kautsky: a Alemanha entre Rússia e Estados Unidos	261
5. Rosa Luxemburg: as "lições" da Rússia	268
6. Parvus: revolução russa e democracia operária	277
7. Bernstein: Estado e sociedade no Oriente e no Ocidente	284

ANDRZEJ WALICKI

<i>O marxismo polonês entre os séculos XIX e XX</i>	291
1. Os marxistas poloneses da primeira geração	291
2. A questão nacional e o socialismo num país atrasado	293
3. O problema do conhecimento e o neokantismo	298
4. Passado e presente	301
5. Kelles-Krauz e a questão nacional	307
6. A "filosofia do trabalho" de Brzozowski	311

Nota à edição brasileira

Com este volume, o terceiro da edição brasileira, prossegue o lançamento em português da monumental *História do Marxismo*, coordenada por Eric J. Hobsbawn e publicada na Itália, pela Editora Einaudi, em cinco alentados tomos. A edição brasileira da obra está prevista para treze volumes, conforme o projeto apresentado no início deste livro.

O presente volume III – e que é a segunda parte do tomo original italiano sobre “O marxismo na época da Segunda Internacional” – contém trabalhos dedicados, em particular, à problemática do marxismo russo e polonês. O volume IV, com o qual se concluirá o período da Segunda Internacional, além de ensaios sobre Antonio Labriola e Georges Sorel, abordará o modo pelo qual questões específicas (a filosofia, a questão agrária, o problema das nacionalidades, o colonialismo, o imperialismo e a guerra) foram tratadas pelos marxistas dessa época. Em seguida, iniciaremos a publicação dos volumes relativos ao período da Terceira Internacional.

Os quatro primeiros ensaios deste volume III foram traduzidos por Fátima Murad e Luiz Arturo Obojes; os três últimos, por Carlos Nelson Coutinho.

Paz e Terra



Rosa Luxemburg e a renovação do marxismo¹

Nas grandes manifestações organizadas em apoio ao Vietnã por jovens e estudantes em 1968, ao lado dos retratos de Che Guevara e Ho Chi-minh, eram erguidos também, com orgulho, os de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburg: deles se admiravam a firmeza política e a integridade moral com que haviam combatido a aventura imperialista da Primeira Guerra Mundial, e a eles se ligavam as esperanças em uma renovação do movimento socialista, semelhante à que foi iniciada com a Liga de Espártaco e com a recomposição de todas as forças revolucionárias dispersas (grupos estudantis, radicais de esquerda de Bremen, comunistas internacionais, delegados de fábrica revolucionários, etc.), decidida no final de 1918, no congresso de fundação do Partido Comunista Alemão (o KPD).

Ainda que continuassem existindo disputas no interior da nova esquerda sobre os escritos de Rosa Luxemburg, essas discussões tinham sido, todavia, conduzidas com muito maior exasperação pelos marxistas antidogmáticos da geração da qual Lelio Basso foi, talvez, o representante mais significativo, na tentativa de encontrar uma terceira via para o socialismo, uma via consolidada por uma política operária coerente e por um autogoverno democrático. No momento de protesto dos estudantes e dos jovens, Rosa Luxemburg é, ao contrário, símbolo de uma nova moral política e de uma democracia socialista, o personagem modelar de um empenho existencial sem comprometimentos, que terminou sendo pago com a morte. Ela encarna, em certo sentido, o que esta geração – saída dos “apriscos da classe burguesa” (para usar uma expressão de Gramsci) – imagina nos conceitos de espírito combativo, coragem e elaboração política, em vista de uma transformação das condições de vida. Consideradas as relações de uma sociedade burguesa-industrial desenvolvida e, em particular, as dolorosas experiências da história alemã, ela representa o *ideal de si*

desta geração de protesto. Certamente, temas como sexualidade, disciplina, carecimentos, autodecisão – apesar de toda vivificação da história original da dialética marxiana – não podem ser traduzidos diretamente na linguagem de Rosa Luxemburg, ainda substancialmente marcada pelo contexto em que se travaram as discussões da Segunda Internacional: os debates sobre a greve geral e sobre o revisionismo, sobre a guerra e sobre as experiências imediatas da Revolução de Outubro. Ela, de qualquer maneira, permaneceu fiel, como nenhum entre seus contemporâneos (inclusive Lênin), à emancipação do indivíduo singular; combateu com toda a força o “socialismo por decretos”, a idéia de que se pudesse instaurar o socialismo sem a vontade e a consciência ativa das massas. O socialismo é a questão que mais diretamente diz respeito às massas; e, se essas o repelem, se não são envolvidas no processo revolucionário, por não sentirem que estão em jogo seus próprios interesses e carecimentos, de nada vale a melhor das vanguardas; e o resultado, ainda que possa levar à conquista do poder estatal em consequência de uma conjuntura favorável qualquer, será sempre um socialismo já corrompido ao nascer. É precisamente este *pathos* da emancipação subjetiva que perpassa todos os escritos de Rosa Luxemburg e marca tanto suas teorias sobre a solução do problema organizativo quanto sua concepção da greve geral².

1. Um ponto de ruptura no movimento operário internacional

Rosa Luxemburg toma consciência política no seio da social-democracia alemã, mas dela se afasta progressivamente. Na luta contra a posição conhecida pelo nome de revisionismo, que é totalmente projetada na figura de Bernstein, ela se coloca numa frente comum ao lado de Kautsky, que, na verdade, compartilha da concepção de Rosa sobre a dialética entre reforma e revolução em um sentido pouco mais que formal. A partir do momento em que ela coloca a dialética marxiana como base de experiências autênticas, não surpreende que se identifique intensamente com a revolução russa de 1905, que assume a forma de uma enorme greve de massa; e que estraia dessa revolução as mais amplas consequências para a redefinição do processo revolucionário na Europa Ocidental. O debate sobre a greve geral assinala o segundo corte profundo na relação entre Rosa Luxemburg e a social-democracia alemã.

Pode-se considerar tardio, em certo sentido, o fato de que o seu

2. É supérfluo lembrar que a mais importante e exaustiva biografia de Rosa Luxemburg é a de Peter Nettl (trad. italiana, Milão, 1972).

afastamento da ortodoxia de Kautsky se tenha dado em 1910: de fato, é provável que as estreitas ligações pessoais com Kautsky tenham adiado por tanto tempo este passo para uma separação, politicamente amadurecida há muito. A virada mais decisiva na relação entre Rosa Luxemburg e a social-democracia alemã (que era vista com admiração, por ela e pelo próprio Lênin, até às vésperas da Primeira Guerra Mundial, enquanto força teórico-organizativa de importância fundamental para o proletariado internacional) é determinada pela rápida conversão do Partido, apesar de todas as suas declarações de compromisso contra a guerra, feitas no plano internacional, a uma política imperialista de trégua parlamentar. Rosa Luxemburg – que era bastante contida, habitualmente, na sua linguagem de agitadora política em geral – exprime sem qualquer inibição sua própria desilusão pela aprovação dos créditos de guerra no dia 4 de agosto de 1914: a social-democracia alemã, por quase duas décadas no vértice do movimento operário internacional, a partir desse dia não é mais do que um “cadáver fétido”.

É a guerra que demonstra a falência da social-democracia numa questão de princípio até então considerada inviolável: o internacionalismo proletário. Talvez precisamente neste momento torne-se definitivamente claro para Rosa Luxemburg que aquele partido, que tão rapidamente abandona seus próprios compromissos solenes nas relações com a classe operária dos outros países e se integra no sistema imperialista de relações interestatais, que fora até então combatido ao preço de numerosas vítimas, não está em condições de travar, no interior da própria sociedade, uma luta conseqüente para sua transformação revolucionária. Quem abandonou os compromissos internacionais, também perdeu a força interior para fazer frente aos compromissos nacionais.

Sua atividade política é concentrada contra a guerra, porque, “qualquer que seja o desfecho militar”, este representa, de qualquer maneira, “a maior derrota imaginável para o proletariado europeu”³. De fato, “a atual expansão da bestialidade imperialista pelas planícies européias” implica “a destruição em massa do proletariado”. E, não sem *pathos*, observa:

“São as melhores forças, as mais inteligentes e educadas do socialismo internacional, os representantes das mais sagradas tradições e do mais audaz heroísmo do moderno movimento operário, as vanguardas de todo o

3. R. LUXEMBURG, “Juniusbrochüre”, in *Scritti scelti*, aos cuidados de L. Amadio, Turim, 1976, p. 507

operariado mundial. (...) que são agora reduzidas ao silêncio, que são massacradas em massa. É também sobre estes trabalhadores dos países capitalistas hegemônicos da Europa que pesa a missão histórica de levar a termo a revolução socialista. (...) E estas massas são inclusive dizimadas pela guerra mundial. (...) É um atentado (à civilização) socialista do futuro, um golpe mortal contra aquela força que traz no próprio seio o futuro da humanidade, e que é a única a poder preservar, em uma sociedade melhor, os preciosos tesouros do passado. Nisto, o capitalismo revela sua própria morte; nisto, mostra que seu direito histórico à existência se exauriu, que seu domínio não é mais compatível com o progresso da humanidade.”⁴

Partindo dessas considerações, Rosa Luxemburg se empenha resolutamente em desenvolver alternativas organizativas à social-democracia, que abandonou suas tarefas essenciais. É preciso, assim, reunir e mobilizar todas as forças em condições de romper com a cegueira nacionalista da pretensa guerra defensiva e capazes de transformar o mutuo genocídio em uma guerra de classe. Sem dúvida, ela se dá conta perfeitamente de que, no curso da guerra, quando cada uma das partes em luta pode ainda alimentar a ilusão de vencer graças a uma batalha decisiva, são necessários esforços tenazes e um imenso trabalho para poder conquistar as massas para uma tal perspectiva. De qualquer modo, ela estava consciente de que, com o final da guerra, uma crise nacional global sacudiria as instituições políticas e a hegemonia burguesa, de tal forma que, no momento decisivo, seria de fundamental importância contrapor à corrupta social-democracia uma alternativa organizativa para a tomada do poder.

Mais que ninguém, Rosa Luxemburg parece consciente da violenta fratura histórica representada pela Primeira Guerra Mundial. Ela considerava a revolução não como uma concepção meramente programática no interesse da emancipação de uma classe singular, mas como necessidade existencial para a autoconservação da humanidade. O termo *Menschheit* (humanidade), sempre recorrente em seus discursos, não era uma pura metáfora, mas a essência do que é historicamente inalienável. No Congresso de fundação do KPD, ela resume este seu programa peculiar nos seguintes termos:

“O dilema diante do qual se encontra a humanidade apresenta-se assim: ou a decadência na anarquia, ou a salvação através do socialismo. As classes burguesas estão impossibilitadas de encontrar qualquer saída para as conseqüências da guerra mundial que se conserve no terreno do seu próprio domínio de classe e do capitalismo. E, assim, ocorreu que hoje vivemos, no sentido mais preciso da palavra, exatamente a verdade que

4. *Ibid.*, pp. 512-13.

Marx e Engels enunciaram, pela primeira vez, como base científica do socialismo, no grandioso documento que é o *Manifesto do Partido Comunista*: o socialismo se tornará uma necessidade histórica. O socialismo se tornou uma necessidade histórica não só porque o proletariado não quer mais viver nas condições de vida que lhe são impostas pelas classes capitalistas, mas também porque, se o proletariado não cumpre seu dever de classe e não realiza o socialismo, a ruína paira sobre todos nós".⁵

Na revolução alemã de novembro de 1918, torna-se evidente que nada decisivo havia sido modificado nas relações de classe existentes. Seus representantes estavam tão intimamente comprometidos com o corrupto sistema dominante e com as forças político-militares sobreviventes, que a via parlamentar, aberta pela Assembléia Nacional, devia necessariamente conduzir à conservação do *status quo*, com o que os velhos poderes terminariam por sair vitoriosos. Rapidamente, Rosa Luxemburg compreende que o governo Ebert-Scheidemann só estaria em condições de agir enquanto a classe dominante precisasse de uma pausa para se regenerar completamente.

Partidária resoluta de uma democracia de base, que se desenvolvesse através da greve de massa e que tivesse nos conselhos dos operários e dos soldados o fundamento essencial de sua forma político-organizativa, Rosa Luxemburg combateu desde o princípio (e nisso está a continuidade de sua evolução até o debate sobre a greve geral) toda forma de mero socialismo de governo. Neste ponto crucial de seu desenvolvimento, delineia-se agora um outro elemento de fratura, isto é, sua relação específica com a Revolução de Outubro, que pode ser definida como de solidariedade crítica.

Toda vez que a Revolução de Outubro foi hostilizada e criticada a partir de uma falsa posição – como é o caso, por exemplo, de Kautsky –, ela testemunhou a sua solidariedade ilimitada com aquele acontecimento tão decisivo na história universal. Quando se tratava de críticas social-democratas ou reacionárias, colocou-se sempre, sem reservas, em frente única com Lênin e com o Partido Bolchevique, firmemente convencida de que só os socialistas coerentes, não comprometidos com a gestão das questões da velha sociedade, tinham direito de submeter a uma crítica radical os métodos e as dificuldades contra os quais o Partido Bolchevique tinha que lutar, num país arruinado pela guerra e industrialmente subdesenvolvido.

Contudo, não se deixou condicionar pela exigência de demonstrar a todo custo a própria solidariedade à Revolução de Outubro. Antes que qualquer outro, ela havia identificado na concepção leniniana de partido, bem como em outros pontos, alguns traços que prenunciavam

5. R. LUXEMBURG, "Discurso sul programma", in *Scritti politici*, aos cuidados de L. Basso, Roma, 1967, pp. 614-15.

as possíveis involuções da sociedade soviética e que punham em risco os elementos fundamentais de uma democracia socialista. Seu profundo conhecimento do método materialista e sua competente aplicação da dialética revelam-se precisamente quando se trata de investigar tendências latentes, ainda não desenvolvidas completamente na realidade. Ela teme as conseqüências da supressão da liberdade, na medida em que intui as condições sociais existentes para uma tal deformação. Mas “o acantonamento da democracia”, desejado por Lênin e por Trótski com a dissolução da Constituinte após a Revolução de Outubro, “é ainda pior do que os males a serem curados: ou seja, sufoca a própria fonte vital, o único meio a partir do qual podem ser corrigidas todas as insuficiências congênitas às instituições sociais.”⁶

2. O “luxemburguismo”: ortodoxia crítica ou heresia

Situar historicamente a teoria política de Rosa Luxemburg cria evidentes dificuldades. Ela está naturalmente em estreito contato com os radicais de esquerda; socialistas conselhistas resolutos e críticos coerentes da falência da social-democracia alemã, eles não consideram o materialismo dialético simplesmente como uma estrutura onicompreensiva para uma visão do mundo unificante, mas sobretudo como uma componente da práxis, historicamente necessária e determinante. Sob esse aspecto, cabe recordar Anton Pannekoek, que antes do conflito mundial desenvolvera atividades políticas em Bremen, com Radek, Fröhlich e Johann Knief. Trata-se daquela frente comum contra a guerra, que reunia Rosa Luxemburg, Franz Mehring, Karl Liebknecht, por um lado, e, por outro, Anton Pannekoek, Herman Gorter e Henriette Roland-Holst. De qualquer forma, Pannekoek permanecerá fiel, durante toda sua vida, diante de qualquer virada possível do movimento operário, à própria concepção conselhista. Em Zimmerwald e em Kienthal, Gorter e Pannekoek, ainda em frente comum com Lênin, rapidamente se dão conta das diferenças que, precisamente neste ponto, separam-nos do revolucionário russo; e, de resto, *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo* de Lênin se voltará, antes de mais nada, contra Gorter e Pannekoek, porta-vozes do comunismo conselhista.

Rosa Luxemburg é, certamente, uma partidária da democracia conselhista tão resoluta quanto Pannekoek, mas tem uma idéia totalmente diversa da organização, da força que sintetiza a vontade das massas, e, diferentemente de Pannekoek, sua concepção da dialética

6. R. LUXEMBURG, “La rivoluzione russa”, *ibid.*, pp. 594-95.

materialista – completamente determinada por processos históricos – não apresenta nenhum traço de mentalidade naturalista. Isto confere a esse aspecto da sua “ortodoxia”, desde o início, uma base substancialmente crítica. Não são as massas que um dia se rebelam, e que tudo regulam com sua espontaneidade, que irão aburguesar a vitória do socialismo; e não é tampouco a necessidade de um desenvolvimento gradual, implícita na dialética da natureza, e que procede de modo incruento, que irá garantir, com todos os sofrimentos históricos da humanidade, a vitória final: Rosa Luxemburg – ainda que não tenha a mínima garantia disso – está intimamente convencida de uma tal vitória. Ainda mais vigorosamente que Marx e Engels (e, neste caso, as trágicas experiências da guerra desempenham um papel decisivo), ela formulou, no âmbito da teoria materialista, o problema da contingência, o problema do acaso, que não é mais uma questão marginal, destinada a se transformar, após uma série de tortuosos percursos, às vezes também cruentos, em necessidade progressiva. Tal contingência indica, ao contrário, uma probabilidade de alternativas quase idêntica em determinadas conjunturas históricas: socialismo ou barbárie. Precisamente isso faz da ortodoxia crítica de Rosa Luxemburg, voltada para uma revivência da dialética, uma forma particular de heresia no interior do movimento operário.

A relação com as massas é, efetivamente, um elemento essencial na teoria política de Rosa Luxemburg; e é precisamente isto o que a impede de poder aceitar o rígido partido de quadros, fechado em uma férrea disciplina conspirativa, como alternativa ao Partido Social-Democrata, que se havia transformado em uma mera união eleitoral. Ainda que o jovem Lukács de *História e Consciência de Classe* se refira a Rosa Luxemburg precisamente em relação à aberta dialética entre massas e partido, não deformada por nenhum esquematismo (o que, por outro lado, significa que um afastamento entre o partido proletário e as massas é sempre possível), tal dialética é de novo ofuscada, em seguida, pelo próprio Lukács. Em termos mais filosóficos, poder-se-ia dizer que as condições contingentes do objeto, o pesado material da ação consciente na história, na forma das relações de classe, assim como dos proletários em carne e osso, são por ele reduzidas novamente a um “sujeito-objeto”, ao proletariado enquanto sujeito idêntico e indestrutível, que intervém na história e, queira-o ou não, leva à realização a virada histórica. Para Rosa Luxemburg, ao contrário, os proletários são indivíduos empíricos, os soldados são proletários fardados, cujas qualidades individuais, que são marcadas de vários modos pela ordem hegemônica existente, somente se recompõem em uma vontade capaz de ação na luta de classe. Lukács transpõe a cisão entre sujeito e objeto, que nas lutas reais se mediatizam reciprocamente, na

indestrutível identidade de um partido representante do proletariado inteiro, que se apresenta como único sujeito real e que, qualquer que seja a situação histórica, está sempre em condições de agir. O proletário singular é, ao contrário, em maior ou menor grau, objeto do trabalho de partido; tal proletário exprime unicamente uma “consciência psicológica”. Diante do partido, que encarna o segredo enfim revelado da ação fictícia, o singular é mera matéria-prima, uma inversão que se tornará cruel realidade no stalinismo.

Certamente, estas linhas de desenvolvimento, no jovem Lukács, não estão completamente traçadas; mas, se considerarmos sua obra *post festum*, em relação ao posicionamento inflexivelmente democrático de Rosa Luxemburg, elas já aparecem claramente esboçadas, como algo objetivamente possível com base em sua teoria. Sem dúvida, os conselhos – enquanto forma político-organizativa que rompe o nexo de reificação da “pré-história” – não são para Lukács totalmente dissolvidos no partido; mas, diante da força histórica atribuída ao partido, têm apenas o *status* de Éden, de algo próprio a uma construção utópica, de uma “idéia reguladora”, no sentido kantiano do termo, sem um autêntico conteúdo de realidade para o processo de emancipação da humanidade. O que em Rosa Luxemburg, deixando-se de lado seu posicionamento político, é preventivamente excluído da estrutura de sua concepção de um marxismo vivificado – ou seja, a redução da teoria revolucionária a uma pura teoria do partido –, é em Lukács, inclusive, teorizado. No entanto, o pensador húngaro foi o único grande marxista dos anos 20 a se sentir devedor da herança deixada por Rosa Luxemburg. Se, por um lado, a crítica do “luxemburguismo” tinha se tornado ameaçadora para o ativista singular, para sua atividade de partido e, em certas circunstâncias, para sua própria existência, os “dissidentes” posteriores do KPD, como Korsch ou Wilhelm Reich, ao formular sua crítica ao partido bolchevizado, não se colocaram mais, no que se refere às suas teorias e à sua conduta prática, na esteira da tradição derivada de Rosa Luxemburg.

Na história do movimento operário, o “luxemburguismo” tornou-se um conceito polêmico, utilizado para isolar uma determinada forma de desvio de esquerda; em primeiro lugar, encontramos a crítica da subestimação do papel do partido e da “adoração” da espontaneidade das massas. Não se pode decidir aqui se o chamado “luxemburguismo” é, como pensa Peter Nettl, exclusivamente uma função do leninismo. O que me parece certo é que ele só adquire sua função de denúncia no momento em que se inicia a stalinização dos partidos comunistas da Europa Ocidental. Ruth Fischer, que se tornou ela própria uma vítima da estratégia da bolchevização, fala do bacilo da sífilis que Rosa Luxemburg inoculava no KPD.

O "luxemburgismo" é essencialmente produto das lutas de frações no interior do Partido Comunista Soviético, no qual a teoria da revolução – de onde partem igualmente Lênin e Rosa Luxemburg em suas controvérsias – é reduzida a uma mera teoria do partido. Por isso, na sua carta de protesto à redação da revista *Proletarskaia Revolutzia*, Stálin situou Rosa Luxemburg, em hábil combinação com uma acentuação de seus méritos revolucionários, na série de precursores ideológicos de Trótski, criticando-a (juntamente com Parvus) por ter "fabricado" o "esquema utópico e semimenchevique da revolução permanente", indicado como "uma monstruosa deformação do esquema da revolução dado por Marx". Em 1931, estas palavras não constituíam só uma crítica, mas uma condenação.

A divergência em face de Rosa Luxemburg, que aberta ou veladamente irrompe a propósito do significado revolucionário da espontaneidade, prosseguiu nos partidos comunistas até depois de 1956; na fase da desestalinização, pretendeu-se superar o irritante "problema Rosa Luxemburg", que continuava ainda a subsistir, com a suposição de que, no final da sua vida, ela estivesse prestes a corrigir a maior parte dos seus erros. Decerto, na base dessa conjectura há um mal-entendido. Como se disse, a solidariedade prática com o partido de Lênin, quando este (especialmente depois da Revolução de Outubro) estava exposto aos ataques de direita, desde os social-democratas e sindicalistas até os partidos burgueses, jamais foi posta em questão por Rosa Luxemburg: como revolucionária, em situações de luta de interesse imediato, sempre se punha na mesma frente com Lênin, o que, por outro lado, não chegava a afetar de fato a sua crítica de

7. J. STALIN, "A propósito de alguns problemas da história do bolchevismo", in *Questioni del leninismo*, ed. italiana, Moscou, 1948, p. 432.

8. A coletânea de escritos de Rosa Luxemburg, publicada sob a direção redacional de G. Radczun e A. Laschitzka em 1970-75, representa indubitavelmente um passo adiante em relação à antologia de escritos, em dois volumes, publicada em 1951. Esta edição foi cuidadosamente preparada para os leitores com um prefácio de Wilhelm Pieck e com todas as afirmações de Lênin e Stálin sobre Rosa Luxemburg. A edição de Radczun-Laschitzka limita-se, essencialmente, a um trabalho editorial exato, que merece todo reconhecimento. Todavia, quando se trata de teses discutidas, coloca-se de novo o velho mecanismo: o artigo "Problemas de organização da social-democracia russa" é comentado na nota de pé de página correspondente com as respostas de Lênin. Mas permanece ainda obscuro um problema decisivo: o destino de Rosa Luxemburg no marxismo soviético, as condições sociais que impediram, apesar das recomendações de Lênin, que os escritos de Rosa Luxemburg fossem utilizados para a educação de gerações inteiras de comunistas. O vício do marxismo como ciência legitimadora continua quase intacto até hoje.

princípio ao partido de Lênin ou a alguns pontos programáticos dos bolcheviques⁹.

Quando Ernst Thälmann e outros comunistas alemães acreditaram poder se valer do legado de Rosa Luxemburg – partindo do pressuposto de que, sob o impacto da Revolução de Outubro e com a fundação de um partido próprio, ela não só teria se afastado do ambiente da social-democracia alemã, mas, aproximando-se de Lênin, teria também reconhecido e praticamente eliminado os erros passados do radicalismo de esquerda –, ignoravam que, na sua avaliação fundamental do significado revolucionário da greve de massa, não ocorrera até sua morte nenhuma modificação.

Se hoje lemos os escritos de Rosa Luxemburg do ponto de vista do que tem significado central para seu pensamento, e que é, ao mesmo tempo, de explosiva atualidade, pela multiplicidade de questões postas, delineia-se nitidamente um fio condutor: a greve espontânea de massa. A “luz universal na qual estão imersas todas as outras cores e que as modifica na sua particularidade”, a “atmosfera particular que (determina) o peso específico de todos os seres nela existentes” – imagens metafóricas com as quais Marx pretende descrever a força multi-forme e penetrante da produção que marca todas as relações sociais – são bem apropriadas para este tema, no qual se exprime com particular vigor a dialética histórica de espontaneidade e organização que se aplica tanto à produção material quanto intelectual. Sem dúvida, a espontaneidade não é a lei dinâmica das massas; mas, sem a espontaneidade, pela qual as massas conferem expressão demonstrativa e pública a seus interesses, estas se movem sempre apenas no âmbito e no interesse da ordem do poder existente. É precisamente a dialética entre espontaneidade e organização que conduz os processos sociais além de toda a mecânica do automovimento e dos modos unilaterais objetivados de pensar e de se comportar; esta determina não só a lei da dinâmica política da emancipação da classe proletária, mas também a

9. Por outro lado, se compreendi bem o modo de pensar de Lênin, tal como se delineia na sua biografia política e se depreende de seus escritos, ele certamente teria achado ridículo o esforço e a sutileza escolástica para transformar Rosa Luxemburg em uma “leninista”. Recorde-se que ele observava em um de seus últimos escritos, as “Notas de um publicista”, publicadas na *Pravda*, em 16 de abril de 1924, e escritas em final de fevereiro de 1922: “Ocorre às vezes que as águias voam ainda mais baixo do que as galinhas; mas jamais as galinhas voam ao nível das águias. Rosa Luxemburg errou na questão da independência da Polônia; errou, em 1903, na avaliação do menchevismo; errou na sua teoria da acumulação de capital; errou quando, em julho de 1914, ao lado de Plekhánov, Vandervelde, Kautsky, etc., defendeu a unificação de bolcheviques e mencheviques; errou nos seus escritos da prisão de 1918 (por outro lado, ela própria, ao sair da prisão no final de 1918 e início de 1919, corrigiu grande parte de seus erros). Mas, apesar dos seus erros, ela foi e continua a ser uma águia”. (V. LÊNIN, *Opere*, vol. 33, p. 189)

estrutura da teoria que lhe é própria e cujo núcleo é a dialética materialista.

Quando, neste contexto, é usada a palavra “espontâneo”, é necessário enfrentar desde logo uma objeção corrente. A espontaneidade, tal como se exprime na greve de massa, não é jamais uma espontaneidade imediata, mas sempre mediata e precisamente em dois sentidos: primeiro, tem-se um comportamento espontâneo dos operários mesmo quando se verifica uma tendência contrária aos aparelhos burocráticos dos partidos proletários e das organizações sindicais, uma tendência mediatizada por uma organização, muitas vezes mesmo pelas capacidades organizativas dos indivíduos singulares adquiridas nessas organizações; separar a espontaneidade desses elementos organizativos significa fazer deles uma pura abstração; segundo, a greve espontânea de massa resulta necessariamente, em determinadas condições, da produção, do processo de vida material da sociedade; ela é mediatizada por um contexto social complexo, determinado pelas contradições do modo de produção capitalista em um estágio histórico concreto de desenvolvimento. Por isso, sua eficácia política presuppõe também uma teoria e uma consciência da totalidade.

Se a greve espontânea de massa é entendida neste sentido, despojado dos mais grosseiros mal-entendidos, não pode haver nenhuma dúvida de que esta é o centro dinâmico interno da atividade política e do modo de pensar dialético de Rosa Luxemburg. Por isso, quem pretende desenvolver a dialética entre espontaneidade e organização, deve reportar-se continuamente a este ponto de referência constante de sua teoria e de sua personalidade política.

De qualquer modo, Rosa Luxemburg não pensou jamais, ao contrário do que supõe a acusação artificialmente construída por seus adversários, numa separação mecanicista ou mesmo numa relação contraditória entre espontaneidade e organização. Ao contrário: no seu discurso ao Congresso de Fundação do KPD, Rosa Luxemburg critica justamente, na revolução que se desenvolve diante de seus olhos, a falta de espontaneidade, a predominância das questões políticas; e deposita na incipiente onda de greves espontâneas a esperança de que estas se tornem o ponto central, a questão principal da revolução, porque elas representam em geral a “forma externa da luta pelo socialismo”¹⁰. E mais: se, nesse contexto, Rosa Luxemburg fala de um “socialismo dos decretos”, certamente não alude só à ação política de Ebert e Scheidemann; com tal expressão, são atingidos implicitamente todos os partidos que subestimam o caráter revolucionário das ações econômicas de massa.

10. R. LUXEMBURG, “Discurso sul programma”, cit.

"A luta pelo socialismo pode ser travada somente pelas massas, peito a peito com o capitalismo, em toda empresa, por todo proletário contra seu empregador. Só assim será uma revolução socialista. (...) O socialismo não se faz e nem pode ser feito através de decretos, nem mesmo por um governo caracterizado como socialista. O socialismo deve ser feito pelas massas, por cada proletário. No ponto onde estão ligados à cadeia do capital, é aí que essa cadeia deve ser rompida."¹¹

Com isto, alude-se à forma de organização, não casualmente caracterizada por Marx em analogia à acumulação originária, como "previous organization" (organização preliminar), que se desenvolve a partir das lutas econômicas imediatas da classe operária e que compreende, em primeiro lugar, as experiências adquiridas nos conflitos cotidianos com o capital; esta "previous organization" foi rotulada, posteriormente, como simples luta sindical e relegada à obscuridade dos conflitos de interesses não políticos. Ao contrário, numa carta de 23 de novembro de 1871 a Friedrich Bolte, Marx vê de um modo bem diferenciado esta relação entre movimento econômico e movimento político:

"A tentativa de arrancar uma redução da jornada de trabalho ao capitalista singular em uma única fábrica ou em uma única indústria, através de greves, etc., é um movimento puramente econômico; por outro lado, o movimento para arrancar uma *lei* de oito horas, etc., é um movimento *político*. E, deste modo, a partir dos movimentos econômicos dos singulares operários, surge e se desenvolve por toda parte o movimento *político*, isto é, um movimento da *classe* para realizar seus interesses de modo geral, sob uma forma que tenha força coercitiva socialmente generalizada. Se é verdade que estes movimentos pressupõem uma certa organização prévia, eles são, por sua vez, do mesmo modo, meios do desenvolvimento desta organização."¹²

Um dia antes de sua morte, Rosa Luxemburg confirmou ainda sua profunda convicção de que "as lutas econômicas, verdadeira lava vulcânica que alimenta ininterruptamente a luta de classes revolucionária, estão apenas no estágio inicial"¹³.

Entre os inventores e os críticos do "luxemburguismo", encontra-se, a considerável distância, o próprio Lênin; o catálogo de erros de Rosa, que se encontra nas *Notas de um Publicista*, provavelmente o último trabalho de Lênin, contém as questões sobre a independência da Polônia, a avaliação do menchevismo, a teoria da acumulação do capital, etc.; contudo, nenhuma palavra é dita sobre a espontaneidade e a greve de massa¹⁴. Evidentemente, para Lênin, aqueles erros referem-se apenas

11. *Ibid.*, p. 622.

12. Marx a F. Bolte, 23 de novembro de 1871, in K. MARX e F. ENGELS, *Opere scelte*, Roma, 1966, p. 943.

13. R. LUXEMBURG, "L'ordine regna a Berlino", in *Scritti scelti*, cit., p. 678.

14. LÊNIN, "Note di un pubblicista", cit.

a argumentos singulares, que não afetam, de fato, o substancial conteúdo de experiência da teoria luxemburguiana. Esta ponderação das concepções de Rosa Luxemburg, entendidas como erros, indica que, também para Lênin, a questão da organização não pode ser resolvida no terreno das medidas técnico-organizativas, mas deve ser entendida como um tema político que não admite uma reflexão isolada da concreta situação social e histórica.

De qualquer modo, a controvérsia entre Lênin e Rosa Luxemburg sobre a organização, sobre o significado da greve de massa e da espontaneidade, etc., só pode ser útil se a própria relação entre espontaneidade e organização for considerada como uma relação historicamente determinada, como uma relação sujeita à dialética histórica; não existe uma norma de conduta definitiva e adequada a todas as situações. Por mais que isso possa ser condicionado pelas concretas situações sociais, pode-se, de qualquer maneira, dizer que enquanto Lênin examina a estrutura do processo revolucionário fundamentalmente do ponto de vista da organização, Rosa Luxemburg o faz do ponto de vista da espontaneidade e da iniciativa de massa. Esta não é uma simples diferença de ênfase, mas uma diferença de princípio, que caracteriza as determinações do pensamento dos dois teóricos até mesmo na colocação lógica e gnosiológica dos problemas. É o resultado das concretas situações sociais globais, das condições nas quais se desenvolvem as lutas de classe: para Rosa Luxemburg, no permanente confronto tanto com o centro burocrático de Kautsky como com as tendências reformistas do Partido Social-Democrata e dos sindicatos, aquele e estas levando à fatal consequência de que os aparelhos dirigentes do partido se afastam cada vez mais das necessidades e dos desejos revolucionários das massas; para Lênin, da incessante elaboração de uma dura realidade, na qual um proletariado ainda não plenamente desenvolvido deve conquistar e consolidar seu papel dirigente na organização, tanto em face dos camponeses como das massas pequeno-burguesas. Esta lógica da situação histórica e social, que é sempre específica em cada oportunidade concreta, penetra tão profundamente no pensamento de Rosa Luxemburg e de Lênin que só a partir dela se pode compreender até que ponto ambos tentaram assimilar, elaborar e generalizar as experiências do outro país na luta de emancipação da classe operária. Como se sabe, Rosa Luxemburg extraiu da Rússia quase todas as suas idéias concretas sobre a greve de massa, enquanto Lênin, até 1914, pôs em evidência a exemplaridade da organização da social-democracia alemã.

Rosa Luxemburg concebe a greve de massa como uma forma de expressão espontânea, elementar e criadora das experiências e das necessidades dos operários. Segundo ela, os momentos de espontaneidade que ocorrem em toda greve de massa não contradizem apenas a

convicção, que vai dos anarquistas até os burocratas sindicais, segundo a qual se pode instrumentalizar a greve de massa e usá-la como instrumento político passível de ser introduzido e empregado em qualquer ocasião; ao contrário, colocando a greve de massa no centro de sua teoria, Rosa Luxemburg formula, ao mesmo tempo, sua avaliação da dialética materialista como “o modo específico de pensar do proletariado consciente, que luta pelas suas reivindicações”¹⁵. Seu conceito de dialética marxista tem um matiz muito particular: ela retoma a exigência de Marx de elevar-se do abstrato ao concreto, uma orientação de pensamento que contrasta com as tradições do pensamento europeu, tradições que ela vê reviver, não só na social-democracia alemã, mas também na concepção do partido de Lênin. Ora, se Rosa Luxemburg tem muito pouco a ver com a hostilidade à filosofia, com “a recusa de todas as fantasmagorias cerebrais” de seu amigo Mehring, tampouco se volta para o desenvolvimento sistemático de categorias dialéticas que se adaptem a uma “concepção fechada do mundo”. Certamente, isso não tem a ver apenas com a falta de tempo ou com a história de sua formação individual. Para ela, a dialética é – precisamente como pensa Hegel – o método, a forma, a consciência do automovimento do seu conteúdo. Por isso, o modo com que empreende a análise das relações sociais e das lutas de classe não é jamais voltado “para o alto”, para as idéias, os programas, as diretivas organizativas, os comitês centrais, e, portanto, não é jamais idealista; ao contrário, os conceitos analíticos da crítica da economia política se abrem “para baixo”, para as experiências reais das massas e dos indivíduos. Lelio Basso indicou exatamente esse ponto essencial do conceito luxemburguiano da dialética:

“A obra de Rosa Luxemburg consiste, de fato, precisamente no esforço de situar o método dialético de Marx no vivo da luta de classes, de fazer dele não só um método para a interpretação da história e para a análise da sociedade atual, mas um método aplicado igualmente para fazer a história, isto é, aplicado à ação das grandes massas e à construção consciente do futuro. Como poucos outros marxistas, ela sentia a realidade e a história de modo dialético”¹⁶.

Na realidade, coloca-se neste ponto a questão de saber se o programa de Rosa Luxemburg – de abrir as categorias da crítica da economia política para baixo, para as experiências e as formas de ação

15. R. LUXEMBURG, “Riforma sociale o rivoluzione?”, in *Scritti politici*, cit., p. 202 (ed. brasileira: *Reforma ou Revolução?*, Ed. Elipse, São Paulo, s.d.).

16. L. BASSO, “Introduzione” a R. LUXEMBURG, *Scritti politici*, cit., p. 26.

das massas – expressa-se realmente no contexto em que deveria, mais do que em qualquer outro, dar bons resultados: seu escrito sobre *A Acumulação do Capital*. Para isso, são necessárias ainda algumas ulteriores considerações.

3. “A Acumulação do Capital” e a força revolucionária do desenvolvimento desigual

São conhecidas as lições introdutórias sobre economia política ministradas por Rosa Luxemburg, com objetivos de divulgação, na escola de partido. Mas não pensamos em vulgarização quando falamos em abrir as categorias da crítica da economia política às experiências das massas. Quando, pouco antes da deflagração da Primeira Guerra Mundial, foi publicada a teoria da acumulação de Rosa Luxemburg, concebida como contribuição para uma explicação econômica do imperialismo, ela encontrou uma desaprovação quase unânime por parte dos “especialistas” da ortodoxia marxista, tendo à frente os austro-marxistas e Kautsky. Rosa Luxemburg surpreendeu-se com a maciça e compacta resistência: no seu livro, ela acreditava somente ter melhor formulado e aplicado ao desenvolvimento capitalista algumas verdades óbvias da teoria de Marx, segundo a tendência de seu conteúdo interno.

A esta crítica à teoria da acumulação de Rosa Luxemburg, que pôde facilmente ser etiquetada como “teoria do subconsumo”, já escarnecida por Marx, uniram-se mais tarde, por diferentes motivos e com diferentes resultados críticos, os leninistas. Por último, no seu livro sobre o capitalismo tardio, Ernest Mandel retomou mais uma vez os problemas tratados naquelas discussões e, por sua vez, igualou Rosa Luxemburg a seus críticos, com base em um erro comum fundamental: a errada avaliação da função cognoscitiva dos esquemas de reprodução de Marx, deduzidos do Livro II de *O Capital* (sobretudo dos capítulos XVIII-XXI). Seria necessária uma análise à parte para examinar se a formulação da teoria sobre o imperialismo, que se vincula com a crítica e com a continuação dos esquemas de reprodução de Marx, é ou não verdadeira. Interessa-nos aqui, tão-somente, a orientação metodológica da análise de Rosa Luxemburg.

Sua luta é dirigida contra o epigonismo teórico dos “especialistas do marxismo oficial” da Segunda Internacional. Eles reduziram a teoria marxiana (e, antes de mais nada, os esquemas de reprodução) a fórmulas estranhas à vida e à realidade, com o que colocam à prova sua acuidade matemática e filológica. Não há dúvida de que Marx, na análise da reprodução, mas sobretudo da reprodução ampliada do capi-

tal total, trabalha com simplificações e abstrações introduzidas metodologicamente. A mais importante destas abstrações é que ele supõe uma sociedade capitalista em todas as suas componentes, uma sociedade na qual, em última instância, existem somente operários assalariados e capitalistas. É admissível aplicar um esquema lógico para explicar um estágio histórico de desenvolvimento do capitalismo? Certamente, não. Mas por que Rosa Luxemburg não compreendeu este pensamento elementar de Marx? Foi o interesse teórico-político que a impediu de seguir a via da distinção entre análise histórico-empírica e análise lógico-sistemática, indicada pelo marxismo dos especialistas. Por isso, é necessário “colocar a análise da acumulação como processo global sobre a base concreta do intercâmbio orgânico entre o capital e seu ambiente histórico”¹⁷. O centro de gravidade da análise de Rosa Luxemburg consiste em determinar a função dos elementos não capitalistas, do que é contingente no capitalismo, na relação interna de mercado dos estratos e dos grupos pré-capitalistas, na periferia externa dos países potencialmente colonizadores. Em seus esforços para realizar a mais-valia, o capitalista depara-se com os estreitos limites do mercado interno condicionado pela limitação do consumo. Rosa Luxemburg vê o ponto débil da análise de Marx no fato de que ele analisa o processo de acumulação em um “sistema fechado”; por outro lado, constata que o capitalismo não só nasce em um contexto social não capitalista, mas também se desenvolve nele; Marx leva em conta este fato no quadro da “acumulação originária”, mas não em relação à época do capitalismo maduro.

Enquanto o capitalismo for capaz de absorver substância não capitalista por meio da colonização de outros países e mesmo de regiões, por meio da violência e da criação de novos mercados, ele será capaz de reprodução ampliada, de acumulação a níveis cada vez mais ampliados; a fase em que ele moldou o mundo à sua imagem anuncia, ao mesmo tempo, a hora da sua morte. Ele estagna, deixa de ser o veículo histórico do desenvolvimento das forças produtivas, atinge definitivamente e no plano internacional seu limite histórico; e isso porque a acumulação num contexto exclusivamente capitalista é impossível.

Rosa Luxemburg reconhece com muita clareza a dimensão revolucionária da desigualdade do desenvolvimento: é impossível relacionar uma sociedade inteiramente penetrada pelo capital, na qual existam somente operários assalariados e capitalistas, com a idéia de uma

17. R. LUXEMBURG, “Una anticritica”, Apêndice a *L'accumulazione del capitale*, Turim, 1968, p. 492. (Ed. brasileira: *A Acumulação do Capital*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.)

estrutura de necessidade dos consumidores, mais ou menos autônoma, produzida pela primeira vez e constantemente reproduzida em bases capitalistas. Os estratos de consumidores que realizam a mais-valia necessária à acumulação devem, segundo sua concepção, provir de esferas não capitalistas. Característica distintiva do imperialismo, enquanto luta última de concorrência para o domínio capitalista do mundo, para a divisão do resto não capitalista do mundo, é “o refluxo da luta decisiva pela expansão dos territórios que constituem seu objeto para seus lugares de origem. O imperialismo, assim, faz com que a catástrofe, como forma específica da sua existência, retorne da periferia do desenvolvimento capitalista para o seu ponto de partida”¹⁸.

A dialética histórica que Rosa Luxemburg, nos seus escritos políticos, revela existir no quadro da produção capitalista, tratando da greve de massa e da organização proletária, seria na verdade adequada à lógica do capital, mas não ao desenvolvimento histórico concreto, isto é, ao desenvolvimento referido à práxis revolucionária. Do ponto de vista histórico, a relação capitalista é forçada a se defrontar com seu contrário, com os elementos não capitalistas e contingentes em relação à lógica do capital. Portanto, no plano histórico mundial, Rosa Luxemburg localiza as revoluções sociais justamente nas zonas do confronto entre capital e formas de sociedade pré-capitalistas; todas as revoluções autônomas do passado ocorreram nestas áreas.

“Desde o primeiro momento da história do capitalismo, há o impulso à expansão em estratos e países não capitalistas, a ruína do artesanato e da economia camponesa, a proletarianização das camadas médias, a política colonial, a ‘política da abertura dos mercados’, a exportação do capital. Só através desta contínua expansão em novos campos de produção e em novos países foram possíveis a existência e o desenvolvimento do capitalismo. Mas a expansão leva, no seu impulso mundial, ao choque entre o capital e as formas sociais pré-capitalistas. Daí a violência, a guerra, a revolução, em suma, a catástrofe, elemento vital do capitalismo, desde seu nascimento até seu ocaso.”¹⁹

Mas, também aqui, as coisas não ocorrem de modo mecanicista; depende da consciência e da combatividade do proletariado se se chega ou não a este ponto da catástrofe. Também aqui, para Rosa Luxemburg, coloca-se a alternativa: “ou o colapso da própria civilização, ou a transição para o modo de produção socialista”²⁰.

18. *Ibid.*, pp. 585-86.

19. *Ibid.*, p. 583.

20. *Ibid.*, p. 586.

4. Dialética e politização dos interesses cotidianos

É uma espécie de instinto materialista que preserva Rosa Luxemburg de aplicar, como formas sem vida, como algo apenas externo às situações, a rede das categorias dialéticas, sobretudo das categorias da economia política, e, com isto, de reproduzir aquele dualismo entre conceito e realidade, entre teoria e práxis, que caracteriza o modo de pensamento burguês²¹. Era algo óbvio para ela o fato de que este dualismo não poderia ser eliminado com um salto de filosofia da identidade: consciência significa sempre ser consciente, e, portanto, tem como objeto ineliminável a materialidade do mundo. Este significado real e gnosiológico do mundo exterior, do qual os teóricos do reflexo tanto se orgulham, está fora de dúvida; mas ele indica apenas o princípio do pensamento materialista, não suas formas reais. Não é pela supressão do sujeito cognoscente, nem pela simples reprodução dos fenômenos, mas pela extrema tensão do sujeito na observação e na análise – das quais, não obstante a intersubjetividade necessária para todo conhecimento objetivo, não se pode absolutamente separar partes subjetivas da história da formação individual –, é por essa tensão que se revela a estrutura contraditória das formas dinâmicas materiais das coisas e das relações. Rosa Luxemburg ilustra isto com a mudança de função da própria greve de massa.

“Assim, a dialética histórica, a rocha sobre a qual se apóia toda doutrina do socialismo marxista, fez com que o anarquismo, ao qual a idéia da greve de massa estava indissolivelmente ligada, entrasse em oposição com a prática da greve de massa, enquanto esta, ao contrário, que foi combatida como oposta à atividade política do proletariado, aparece hoje como a arma mais poderosa da luta política pelos direitos políticos. Se, portanto, a revolução russa torna necessária uma revisão radical da velha posição do marxismo em relação à greve de massa, são apenas os méto-

21. Rosa Luxemburg, assim como Lênin, realiza um trabalho de renovação da teoria de Marx e ambos visam ao essencial: a renovação do conteúdo revolucionário da dialética materialista. Mas esta renovação do conteúdo revolucionário da teoria de Marx não está ligada inteiramente, no seu significado, aos resultados literários. Com razão, Karl Korsch alerta contra a concepção primitiva, segundo a qual o revolucionário prático está sempre à altura da sua consciência literária e, portanto, em condições de aplicar coerentemente a todo objeto possível a teoria desenvolvida e o método dialético. Korsch cita a passagem de *As Lutas de Classe na França*, em que Marx atribui à classe revolucionária, tão logo se subleva, a capacidade de encontrar “imediatamente na sua situação mesma o conteúdo e o material da própria atividade revolucionária; abater os inimigos, tomar medidas impostas pelas próprias necessidades da luta. As consequências das suas próprias ações e empurram adiante. Esta não principia indagações teóricas sobre suas tarefas”. Korsch apreende o momento do inconsciente, do não-teórico na ação: elementos de uma dialética imanente, inconsciente e natural.

dos gerais e os pontos de vista do marxismo que levam nesta situação à vitória sob nova forma²².

Para Rosa Luxemburg, o pensamento idealista não é uma simples corrente filosófica que poderia ser caracterizada suficientemente através de determinadas afirmações gnosiológicas sobre, por exemplo, o *status* de um mundo exterior independente da consciência; o pensamento idealista indica, geralmente, situações de fato simplíssimas, cotidianas, mas politicamente ricas de conseqüências. Até seu tardio e fragmentário escrito sobre a Revolução de Outubro, reproduzido inclusive em comunicações confidenciais, Rosa Luxemburg tentou – referindo-se sempre à necessidade da atividade espontânea, da iniciativa, do trabalho organizativo autônomo das massas – advertir contra o perigo de que, entre a tendência do movimento do vértice, das organizações, do comitê central, e a real tendência do movimento das massas, se abrisse uma fissura, impossível de ser fechada mesmo em situações revolucionárias explosivas, quando o sistema de domínio da sociedade classista está à beira da ruína, uma fissura que chegasse a prejudicar a conquista do objetivo final do socialismo. São apenas dois aspectos da mesma realidade; e Rosa Luxemburg parte do mesmo princípio quando declara guerra tanto ao oportunismo e ao revisionismo da social-democracia alemã e do movimento sindical alemão, golpeados “pelo cretinismo parlamentar”, quanto ao ultracentralismo que suspeita existir na concepção leninista do partido; em ambos os casos, teme uma cisão entre organização e espontaneidade, onde espontaneidade não significa simplesmente a forma como se inicia uma greve de interesses imediato, mas é um nome coletivo que indica tudo o que constitui o contexto vital do proletariado, as esperanças, os desejos, as necessidades do proletário singular na sua práxis cotidiana, bem como o modo pelo qual estes vários momentos se concentram e se organizam, sem a intervenção do pedantismo, que ela tanto detesta, do ensinamento das massas a partir do exterior.

Na verdade, Rosa Luxemburg não analisou detalhadamente a estrutura psíquica dos proletários determinada pela sociedade classista, mas indicou a direção do problema, de fundamental importância já em 1914, mas que o será sobretudo para a história da origem do fascismo. Se não se politizam os interesses cotidianos e as necessidades dos homens, se não se rompem a cada dia e com uma atividade espontânea coletiva as cadeias da alienante produção capitalista de mercadorias onde elas se manifestem (na fábrica, na família, na escola, no tempo livre, etc.), inexistente a base material, o fundamento da consciência de

22. R. LUXEBURG, “Sciopero generale, partito e sindacati”, in *Scritti politici*, cit., pp. 300-1.

classe que, como simples consciência, como capacidade intelectual para a compreensão da estrutura da sociedade classista e das tarefas históricas do proletariado, é extremamente frágil.

“Devemos trabalhar a partir de baixo, e isto corresponde precisamente ao caráter de massa da nossa revolução quanto aos fins que se orientam até os fundamentos da constituição social; corresponde ao caráter da atual revolução proletária o fato de que temos de conquistar o poder político não pelo alto, mas a partir de baixo.”²³

Esta fórmula sempre recorrente – “trabalhar a partir de baixo” –, que em nenhum momento e em nenhuma ação espontânea dos operários suscita nela a suspeita do anarquismo (ao contrário, os anarquistas, pelo menos na medida em que se concebem a si mesmos como propagandistas da ação, agem segundo ela exatamente como blanquistas: “a partir do alto”), aparece no contexto desta citação, na verdade, como uma crítica à idéia segundo a qual seria possível, seguindo o modelo das revoluções burguesas, derrubar o governo oficial no centro do poder e substituir simplesmente os governantes; mas vai além dela. Para Rosa Luxemburg, o caráter fundamental, imutavelmente democrático, da estrutura organizativa das organizações proletárias (junto com a estrutura democrática da revolução socialista, que vai até a ditadura do proletariado), não é só um postulado que deriva da idéia do objetivo final, da libertação dos homens da opressão e da exploração, mas tem também o seu fundamento metodológico: toda organização ou movimento proletário não democrático entra em contradição com a dialética materialista; e, ainda que a conquista revolucionária do poder devesse ter êxito, levaria, de uma ou de outra forma, à falência.

5. Disciplina como auto-regulamentação

O significado desta síntese de pensamento materialista e de democracia proletária pode ser vislumbrado nos anos que precederam imediatamente a ascensão do fascismo ao poder: enquanto os partidos social-democratas e comunistas ainda se referiam com orgulho às massas operárias e aos proletários combativos, estas massas, e não só as massas pequeno-burguesas em sentido estrito, já se moviam numa direção totalmente diferente. Com efeito, as organizações engenhosamente criadas, que representavam grandes blocos, “sociedades na sociedade”, não careciam de regulamentação e perfeita organização das relações de vida dos operários, que freqüentemente, do nascimento à

23. R. LUXEBURG, “Discurso sul programma”, *ibid.*, p. 630.

morte, eram “recrutados” em diversas organizações, asilos de infância, organizações juvenis, associações esportivas, etc. Mas o que faltava a esta regulamentação e rígida organização, que devia servir para elevar a força combativa dos operários conscientes, era o momento da livre e espontânea articulação das necessidades e da participação coletiva, autônoma, uma forma de auto-regulamentação que, a começar pela educação das crianças até a greve de massa, subtraísse gradativamente os operários singulares – política, ideológica e psiquicamente – às influências das classes dominantes. Onde esta disciplina e autodisciplina ainda são parte essencial da moral repressiva burguesa, mesmo que se atribua à disciplina um outro sinal, permanecem intactos o aparelho psíquico dos indivíduos forjado pela família burguesa, pelo processo de produção, pelo Estado, bem como seu apego à autoridade, seu medo existencial, etc., com a consequência de que são sempre facilmente mobilizáveis pela direita política. Uma organização proletária se distingue de uma organização burguesa essencialmente pelo fato de que a emancipação individual é um elemento essencial da sua estratégia de luta.

Rosa Luxemburg caracterizou com muita precisão esta ambivalência do conceito de disciplina, em que o momento de solidariedade e cooperação se transforma subitamente em um poder de comando alienado, exterior ou até interiorizado e submisso à autoridade, caso as ações percam a base de uma auto-organização espontânea. Por um lado, Rosa Luxemburg concebe a greve de massa como uma importante forma fenomênica de um período da luta de classe, que surge necessariamente como consequência do nível do desenvolvimento capitalista e que confere à social-democracia o papel de “tornar clara à consciência da classe operária esta tendência do desenvolvimento, a fim de que os trabalhadores estejam à altura de suas tarefas, uma massa de povo educada, disciplinada, amadurecida, decidida e ativa”²⁴; não é por acaso que Rosa Luxemburg relaciona esta forma de disciplina solidária a uma atividade espontânea anterior das massas, que é seu fundamento material. Por outro lado, ela critica com uma dureza certamente injusta do ponto de vista histórico, mas que antecipa tendências de desenvolvimento posteriores, a tentativa de Lênin de fazer da disciplina um elemento central da organização.

“Não é pelo apego à disciplina que lhe é imposta pelo Estado capitalista, mediante a simples passagem do bastão de comando da mão da burguesia para a do Comitê Central Social-Democrata, mas extirpando pela raiz este espírito escravista de disciplina, que o proletariado pode ser edu-

24. R. LUXEMBURG, “Militarismo, guerra e classe operária”, in *Scritti politici*, cit., p. 406.

cado para uma nova disciplina, para a autodisciplina voluntária da social-democracia”²⁵.

Assim como o Estado burguês não pode ser simplesmente assumido pela classe operária, nem usado no seu interesse, do mesmo modo não é suficiente transformar em sentido socialista a disciplina imposta ao proletariado na sociedade burguesa, para despojá-la do seu caráter de classe. Rosa Luxemburg não tem dúvida de que a disciplina seja necessária à luta de emancipação do proletariado; mas ela pressupõe a “extirpação deste espírito escravista de disciplina”, a extirpação prática daquelas estruturas de pensamento e de comportamento impostas pela fábrica, pela família, pela caserna, pela burocracia, e em parte interiorizadas, que penetram profundamente na vida dos operários. Sem algumas tentativas de práxis antiautoritária, mesmo de fantasia política, não é possível uma tal “extirpação”. Precisamente também por este aspecto particular de política revolucionária, vale a frase de Marx: “Cada passo do movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas”.

Depois da publicação na *Iskra*, em julho de 1904, do artigo “Problemas de organização da social-democracia russa”, que representa um singular apelo no sentido de compreender a relatividade histórica da organização, sua relação viva com a realidade, Rosa Luxemburg acenou constantemente ao fato de que o partido de Lênin, organizado segundo o princípio do centralismo democrático, porque foi forçado a trabalhar nas condições sociais atrasadas da Rússia, teve de assumir tarefas auxiliares, e em parte diversas, daquelas que tiveram de ser explicitadas pelos partidos socialistas dos países altamente in-

25. R. LUXEMBURG, “Problemi di organizzazione della socialdemocrazia russa”, *ibid.*, p. 224. Quando Lênin, em *O Estado e a revolução*, defende Marx da suspeita de uma interpretação federalista da Comuna de Paris, isto seguramente demonstra de modo apropriado a componente centralista, dirigida contra os proudhonianos, da análise de Marx, na verdade em contradição com a forma *histórica* da Comuna. Marx não defende o federalismo, que sempre lhe pareceu uma imagem especular e uma variante do particularismo alemão. Contudo, ele conhece com muita precisão a relação entre disciplina e centralismo. Para ele, assim como para Engels, a disciplina rígida é expressão de um movimento herético, não do movimento operário. O que ele diz, ao contrário de Schweitzer, em uma carta de 13 de outubro de 1868, em relação a uma organização centralista da *Trade Union*, vale para toda organização proletária. “Se esta (uma organização centralizada) fosse possível – e eu diria *tout bonnement* que é impossível –, não seria desejável; e, na Alemanha, menos ainda que em qualquer outra parte. Aqui, onde o operário é tratado desde a infância com procedimentos burocráticos e crê na autoridade, nos superiores, a coisa mais importante é *ensinar-lhes a caminhar sós*” (K. MARX e F. ENGELS, *Opere*, vol. 43, Roma, 1975, pp. 619-20).

dustrializados. A precisão com que Rosa Luxemburg, observando que o partido em geral deve criar antes de mais nada a “matéria-prima política que habitualmente é preparada pela própria sociedade burguesa”²⁶, apreende um dos pontos essenciais da concepção leninista do partido, é confirmada pelo próprio Lênin, que observa:

“Do ponto de vista do comunismo, negar a necessidade do partido (da idéia do partido e da disciplina do partido) significa querer saltar da véspera da falência do capitalismo (na Alemanha) não à fase inferior, ou à fase intermediária, mas à fase superior do comunismo (...). Suprimir as classes não significa somente derrotar os grandes proprietários fundiários e os capitalistas – isto o fizemos com relativa facilidade –, mas significa também eliminar os pequenos produtores de mercadorias, que é impossível derrotar, com os quais é necessário entrar em acordo; (...) eles envolvem o proletariado por toda parte em um ambiente pequeno-burguês, nutrem-no deste ambiente com o qual o corrompem, impelem-no continuamente a recair na falta de caráter, na dispersão, no individualismo, na alternância de entusiasmo e depressão, que são próprios da pequena burguesia. O partido político do proletariado necessita do centralismo mais severo e da máxima disciplina interna para se opor a estes defeitos, para desenvolver justamente, com êxito, vitoriosamente, a função organizativa (que é sua função principal)”²⁷.

Desta determinação da função do partido resultam duas tarefas auxiliares, características do tipo de partido bolchevique e necessárias para a produção da “matéria-prima política”, que não foi criada pela burguesia russa, salvo em poucos centros industriais: 1) a conservação da identidade organizativa e da posição dirigente de um proletariado industrial circundado por uma esmagadora maioria de camponeses e de pequenos produtores de mercadorias e constantemente ameaçado, tanto do ponto de vista político como ideológico; 2) a idéia de partido como encarnação da disciplina e da moral da eficiência, que antecipa em proporções reduzidas normas e modos de comportamento necessários para o iminente processo de industrialização da inteira sociedade russa. É evidente que a advertência de Lênin a propósito das perigosas conseqüências derivadas da abolição da disciplina, da constância e da unanimidade da conduta, vale tanto mais para uma sociedade na qual a massa da população em geral ainda tem de aprender as regras da disciplina do trabalho industrial, experimentadas no curso do desenvolvi-

26. R. LUXEMBURG, “Problemi di organizzazione”, cit., p. 219.

27. LÊNIN, “L’‘estremismo’, malattia infantile del comunismo”, in *Opere*, vol. 31, pp. 34-35 (Ed. Brasileira: “A Doença Infantil do ‘Esquerdismo’ no Comunismo”, in *Obras Escolhidas*, Alfa-Ômega, São Paulo, vol. 3, 1980)

mento capitalista através de uma penosa história do poder, da interiorização e da educação.

Estas condições modificaram-se notavelmente nas sociedades industriais capitalistas avançadas, superando em muito o estágio descrito por Rosa Luxemburg. É característico da situação histórica do movimento operário o fato de que, onde se permanece rigidamente preso ao tipo de partido que se afirma com a Revolução de Outubro, mas já fundamentalmente modificado durante o stalinismo em favor dos momentos centralistas, destacam-se – em pequenos grupos organizados ou em movimentos de base – elementos de organização espontâneos, orientados para as necessidades de emancipação das massas, que às vezes se tornam força revolucionária estimulante até para aqueles partidos. Tais fenômenos, que podem ser observados há cerca de dez anos em vários países capitalistas, como também em países do Terceiro mundo, só metaforicamente têm ainda a ver com o radicalismo de esquerda que Lênin tinha em mente; eles indicam, antes, que a estrutura dos processos revolucionários está hoje modificada, que tais processos assumiram as características de uma práxis descentralizada, em um grau que não era possível nem imaginar nos anos 20 deste século.

6. A democracia dos conselhos

Se, na base do debate sobre a greve de massa no início do século, havia a opinião unânime de alguns partidos social-democratas e, posteriormente, de alguns partidos comunistas, de que é impossível uma abolição privada da propriedade privada e de que a greve de massa só pode ser um meio político defensivo, de defesa dos direitos conquistados pela classe operária e de resistência contra a abolição de instituições democráticas, a greve de massa revela hoje dois elementos novos: a crescente determinação no sentido de apropriação espontânea dos meios de produção, na medida em que a riqueza social produzida massivamente, e perceptível de modo imediato, permitem possibilidades cada vez menores de justificação da “base limitada” deste modo de produção, e a vontade de articulação e afirmação das próprias necessidades e interesses, que só com dificuldade podem ser removidas pelas ideologias do bem comum, pela diversidade organizada, pela própria condição de classe e pela educação. Esta espontaneidade, esta imediatividade, que freqüentemente prescinde das mediações sociais globais e das mediações históricas, contém um elemento de impaciência revolucionária, mas manifestam de maneira crescente elementos constitutivos do próprio processo revolucionário; eles são formas de ação voltadas para a emancipação individual, que não se pode adiar para a grande hora posterior à revolução; já antes da subversão revolucionária da

inteira sociedade, eles são não apenas formas de organização de auto-educação, mas também órgãos de luta e de poder com funções de controle: como tal, estão constantemente em perigo, e não só, evidentemente, no período pré-revolucionário.

O que Rosa Luxemburg disse a propósito dos conselhos dos operários e dos soldados, durante a revolução de novembro na Alemanha, refere-se a problemas gerais diante dos quais se encontram os órgãos que exprimem os interesses, a vontade e a consciência da classe operária, que certamente devem-se definir univocamente de modo definitivo nas suas tarefas históricas específicas, mas não na sua estrutura organizativa. No Congresso de fundação do Partido Comunista Alemão (KPD), ela ressaltou:

“É exercendo o poder que uma massa aprende a exercê-lo. Não há nenhum outro meio de lhe ensinar a fazê-lo. Felizmente, superamos o tempo em que se dizia que era necessário educar socialisticamente o proletariado; (...) educar socialisticamente as massas proletárias, ou seja: fazer discursos e difundir manifestos e opúsculos”²⁸.

E, antes, tinha advertido:

“Devemos nos preparar, a partir de baixo, para dar aos conselhos dos operários e dos soldados uma potência tal que, se o governo Ebert-Scheidemann ou outro qualquer for derrubado, isto seja somente o ato conclusivo. A conquista do poder não se realiza somente através de um golpe, mas progressivamente, penetrando como uma cunha no Estado burguês até ocupar todas as suas posições e defendendo-as com unhas e dentes (...). Devemos lutar passo a passo, corpo a corpo, em todo Estado, em toda cidade, em toda vila, em toda comuna, para transferir aos conselhos dos operários e soldados todos os instrumentos do poder estatal que devem ser, pedaço por pedaço, arrancados à burguesia”²⁹.

Se o problema do poder se põe, portanto, como problema de luta cotidiana, na qual se põe a alternativa entre o prosseguimento da revolução até a conquista de todo poder social ou a contra-revolução, então, sem dúvida, a luta procede parte por parte, posição por posição; e a exacerbação da luta de classe, que assim avança a passos medidos, ameaça o movimento dos Conselhos no seu conjunto. Mas aqui não se põe o problema da inclinação reformista, da integração das formas de organização semelhantes aos conselhos no sistema de poder existente, um problema que se constata hoje predominantemente nos países capitalistas. Apenas alguns teóricos de partido e expoentes de sectários

28. R. LUXEMBURG, “Discurso sul programma”, cit., pp. 629-30.

29. *Ibid.*, p. 629.

sucedâneos de partido não realizam essa crítica da integração; quanto mais são sectários, tanto mais estão decididos e convencidos de que a luta não pode ser conduzida parte por parte, posição por posição, pelos grupos de base e por outras formas de organização, que nas atuais relações de poder desenvolvem só em parte as tarefas dos conselhos (por exemplo, a auto-educação e o controle), mas de que a luta e a escola de quadros são apenas trabalhos preparatórios para a grande batalha em que as vanguardas assumirão a direção.

A propósito disso, são necessárias algumas observações de princípio. Toda reforma, toda modificação parcial do sistema de poder existente – quer se trate da conquista de novos direitos e da defesa dos direitos adquiridos ou da afirmação do direito à autodeterminação e à co-participação nas decisões, da “humanização” da produção que é imposta pela classe operária ou que é introduzida pelo capital no sentido do incremento da produtividade –, nas condições capitalistas de produção e de valorização que continuam a subsistir, tem uma função contrastante e contraditória; podem servir tanto à integração, ao desarmamento das lutas de classe, como para lançar as bases de novos conflitos, para exacerbar as lutas de classe. O capitalismo cria constantemente necessidades que não pode satisfazer plenamente em bases capitalistas. Assim, aqueles “espaços autônomos” que os operários conquistam no processo de produção têm sempre como efeito reduzir o sentido de sujeição e de medo no interesse do crescimento da auto-consciência e das exigências dos operários. Se se quisesse interpretar esses processos só no sentido do crescimento da estabilidade do capitalismo, dever-se-ia supor que, por meio destas modificações na produção e por meio de reformas sociais, o capitalismo poderia ser imunizado das crises; isso equivaleria a ignorar a experiência histórica e a substituir a análise da sociedade pela mitologia política.

Como quer que queiramos definir as formas de organização que se orientam para a autogestão, a autodeterminação e o controle, a democracia dos operários, elas são, em toda sua multiplicidade, formas de emancipação dos oprimidos, dos explorados e dos deserdados desse mundo, características de todo um período histórico. Partidos ou outras organizações que não as tenham como fundamento e como parte constitutiva deles abandonam a via da democratização proletária. Deste ponto de vista, Rosa Luxemburg formulou um programa histórico que permanece atual até os dias de hoje. Nos países capitalistas industrializados, volta-se a discutir o modelo da democracia dos conselhos. A romântica admiração pela autogestão dos operários iugoslavos tem diminuído; há a convicção de que os soviets da Revolução de Outubro não são diretamente transferíveis para as sociedades altamente industrializadas. Todavia, se é evidente que nenhum ordenamento social hoje existente está organizado segundo a idéia originária

dos Conselhos, esta idéia não perdeu seu poderoso fascínio, não evidentemente porque pequenos grupos de utópicos, que ignoram as leis objetivas da sociedade industrial, continuem a propagandear-la: a idéia de autogestão por meio dos Conselhos ganha terreno quando os sistemas de poder político oficiais trazem em si o germe da ruína, quando as burocracias de partido ou os órgãos representativos do Estado burguês, que se tornaram autônomos, não estão mais em condições de exprimir os interesses elementares da grande maioria do povo. Uma fugaz referência ao fracasso da República dos Conselhos de Munique, à supressão dos soviets na Rússia, às tendências burocráticas na autogestão dos operários iugoslavos, não constitui uma objeção válida contra a idéia da democracia direta. Também as democracias burguesas mais progressistas necessitaram de séculos para se afirmar; não é possível que a edificação de democracias socialistas, que querem eliminar o domínio político enquanto tal, a política como esfera separada no âmbito da divisão do trabalho, das relações vitais da sociedade, necessite de um período de tempo mais breve.

7. A organização, forma de mediação entre ser social e consciência

Já se disse que em Rosa Luxemburg não há uma alternativa abstrata entre espontaneidade e organização; tudo depende das mediações históricas concretas. Isso é demonstrado pelo seu conceito específico de organização. Como em todas as suas teses, também nesta são decisivamente importantes os matizes; em parte, não poucos mal-entendidos sobre a teoria de Rosa Luxemburg derivam do fato de que se tentou enquadrar seu pensamento dialético nos esquemas de definições lógico-formais. Além disso, em consequência destas definições formais, o partido é apresentado como a encarnação de uma série de atributos que se mantêm idênticos através das situações, e graças aos quais seria possível captar a essência de um partido revolucionário. A opinião segundo a qual todos os conceitos realmente históricos não podem ser definidos – um juízo da filosofia idealista – é comum a Rosa Luxemburg e a Lênin. A impossibilidade de definir univocamente os conceitos históricos vale em particular para conceitos como “organização” e “partido”. Se Lukács tinha definido a organização como “a forma da mediação entre teoria e práxis” – o que, a uma consideração mais atenta, se a teoria for representada como a encarnação da plena consciência da totalidade social e da missão histórica do proletariado, continua ainda a significar um momento mecanicista de transposição da teoria, considerada como exata de uma vez por todas, na práxis –, para Rosa Luxemburg a organização é a “forma de mediação entre ser social e consciência”. Organização, partido, social-democracia, são

graus de mediação aos quais se adequam as teorias revolucionárias do movimento operário, nos quais se tornam conscientes as atividades revolucionárias das massas, e aos quais se relaciona cada passo singular do movimento real em direção ao objetivo final, a queda do domínio de classe. Rosa Luxemburg concebe a social-democracia, que era então simplesmente sinônimo de partido, mais como processo do que como estrutura rígida e institucional.

“O movimento operário não se tornou de uma só vez social-democrata, nem mesmo na Alemanha, mas torna-se a cada dia, e também graças à contínua superação dos desvios extremos do anarquismo e do oportunismo, que são ambos somente momentos do movimento da social-democracia, considerada como um processo”³⁰.

A organização intervém estruturando e, em certo sentido, antecipando e ilustrando, através das experiências e das formas de luta dos operários, os seus momentos revolucionários na perspectiva do objetivo final.

“Em geral, a tática de luta da social-democracia nas suas grandes linhas não é ‘inventada’, mas é o resultado de uma série contínua de grandes atos criativos da luta de classe, freqüentemente elementar, que faz suas experiências. Também aqui, o inconsciente precede o consciente, a lógica do processo histórico objetivo precede a lógica subjetiva de seus protagonistas”³¹.

Um tal conceito de organização não se adequa aos movimentos casuais e passageiros, mas pressupõe a dialética de identidade e não-identidade, de objetivos revolucionários bastante firmes e de experiências variáveis e não previsíveis das massas; portanto, pressupõe a máxima sensibilidade para as modificações, as tendências, os conflitos que têm um efeito de freio ou de aceleração no processo revolucionário.

Espontaneidade e organização não estão em uma relação exterior entre si, mas contêm uma dialética imanente própria; quando se tenta isolar uma da outra, ou estabelecer entre elas uma identidade superficial, o resultado é que, em seu movimento histórico, elas podem se transformar no seu contrário. Se a organização proletária se afasta das massas (o que não equivale ao fato de perder membros ou votos), quase inevitavelmente isso dá margem a ações espontâneas dos operários, que podem também se voltar contra ela; se a espontaneidade se afasta da força organizativa da classe operária, recai no fetichismo organiza-

30. R. LUXEMBURG, “Riforma sociale o rivoluzione” cit., pp. 206-7.

31. R. LUXEMBURG, “Problemi di organizzazione”, cit., p. 225.

tivo de grupos sectários ou no mecanicismo das posições de protesto, que irrompem e logo se apagam, dos grupos que não estão dispostos e não são capazes de assumir nem os esforços de um trabalho teórico de longa duração, nem os esforços de um trabalho prático-organizativo. Durante sua vida, Rosa Luxemburg conduziu uma luta decidida em duas direções: contra o oportunismo burocrático e contra as estratégias sectárias que levam ao isolamento das massas. Não obstante, é-lhe inteiramente estranha a mentalidade de aparelho e o medo próprio às organizações constituídas segundo o modelo da estrutura hierárquica da associação burguesa, que vê uma ameaça em toda ação não controlada ou não empreendida pelo partido; sua confiança na capacidade de experiência das massas implica a convicção de que as massas estão em condições de corrigir seus próprios erros. “Os passos falsos que realiza o movimento operário revolucionário real são, no plano histórico, incomensuravelmente mais fecundos e mais preciosos que o melhor ‘comitê central’.”

A isso se acrescenta o fato de que o “instinto revolucionário” e a lógica da situação histórica submetem também os revolucionários às leis da ação que tornam vãos seus programas muito engenhosos. Na introdução de 1891 a *A Guerra Civil na França*, de Marx, Engels colocou em evidência o nexo entre programas e práxis real no comportamento dos proudhonianos e dos blanquistas, que constituíam a maioria na Comuna de Paris.

“Mas o que é ainda mais admirável são os muitos acertos que a Comuna, composta de blanquistas e proudhonianos, realizou apesar de tudo. Como é óbvio, os responsáveis pelos decretos econômicos da Comuna são sobretudo os proudhonianos, tanto em seus aspectos gloriosos como em seus aspectos não gloriosos; já os responsáveis pelas ações e omissões políticas são os blanquistas. Em ambos os casos, a ironia da história quis – como acontece habitualmente quando doutrinários chegam ao poder – que uns e outros fizessem precisamente o contrário daquilo que prescrevia a doutrina da sua escola”³²

Rosa Luxemburg concebe o partido não como uma instituição rígida, único centro ativo do processo revolucionário, mas como um processo em que são conservadas, tornadas conscientes e desenvolvidas as experiências coletivas e as múltiplas tentativas de organização da classe operária, e, com a ajuda da dialética materialista, orientadas

32. F. ENGELS, “Introduzione” a K. MARX, “La guerra civile in Francia”, in MARX-ENGELS, *Opere scelte*, cit., p. 1160. (Ed. brasileira, in *Obras Escolhidas*, Alfa-Omega, São Paulo, vol. 1, 1977.)

para o objetivo final³³. “Organização, clarificação e luta não são aqui momentos divididos, mecanicamente e temporalmente separados, como em um movimento blanquista”³⁴; elas formam antes uma unidade contraditória, aspectos diversos do mesmo processo dialético. Não se pode transformar Rosa Luxemburg, como muitos tentaram fazer, em uma iluminista idealista que acha possível superar a sociedade classista com a simples convicção; todavia, o *pathos* do iluminismo imprime um caráter tão forte ao seu pensamento que é perceptível até mesmo nas questões de organização: assim, para ela, a luta contra o oportunismo no partido proletário e nos sindicatos é essencialmente uma luta intelectual, que não pode ser decidida com medidas organizativas. Ao lado disso, ela manifesta, em geral, uma profunda aversão pelas expulsões do partido e por medidas disciplinares (o seu pedido de expulsão de Bernstein do partido é absolutamente atípico).

Esta paixão antiburocrática caracteriza já seu primeiro confronto com Lênin. Para Rosa Luxemburg, não interessa a abstrata disputa sobre problemas de organização, ou, como diz Lênin na resposta à sua crítica, a defesa das “teses elementares de qualquer sistema de qualquer organização de partido imaginável”³⁵, mas sim a direção política, mediatizada pela organização, em condições sociais concretas. Se, em geral, podem se extrair algumas generalizações das determinações do conteúdo histórico e das tarefas da organização, é possível reconduzi-las ao princípio que, embora formal, é rico de conseqüências políticas: as organizações proletárias devem ser construídas “a partir de baixo”,

33. Também neste caso seria absolutamente falso abrir um fosso entre Lênin e Rosa Luxemburg: o que os diferencia é a diversidade das situações sociais, que faz com que intenções semelhantes (por exemplo, em relação ao centralismo democrático) cheguem a resultados completamente diversos. De fato, a crítica de Rosa Luxemburg ao comitê central de Lênin não é inteiramente estranha ao próprio Lênin. Às vezes, Lênin chega mesmo a parecer espontaneísta; mas o partido de Lênin não continuou a ser, depois de sua morte, o que fora sob sua direção. A frase seguinte, extraída do escrito de Lênin *A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo*, publicado em 1920, poderia também ser de Rosa Luxemburg: “A história, em geral, e a história das revoluções, em particular, são sempre mais ricas de conteúdo, mais variadas, mais multilaterais, mais vivas, mais ‘astutas’ do que podem imaginar os melhores partidos, as vanguardas mais conscientes das classes mais avançadas. E isto é compreensível, porque as melhores vanguardas exprimem a consciência, a vontade, as paixões, e a história de dezenas de milhares de homens, mas a revolução é realizada em um momento de ímpeto excepcional e de extraordinária tensão de todas as faculdades humanas, é realizada pela consciência, pela vontade, pela paixão, pela fantasia de várias dezenas de milhões de homens, estimulados pela mais áspera luta de classe.” LÊNIN, *Opere*, vol. 31, p. 85)

34. R. LUXEBURG, “Problemi di organizzazione”, cit., p. 222.

35. V. LÊNIN, “Um passo avanti e due indietro”, in *Opere*, vol. 7, p. 460. (Ed. brasileira: “Um passo adiante e dois atrás”, in *Obras Escolhidas*, cit., vol. 1.)

de modo coerentemente democrático, para que possam realizar suas tarefas históricas: é uma visão do partido, definido com base em suas tarefas e não em meros princípios organizativos, que podemos encontrar também em Lênin, embora modificada pela presença de uma idéia de direção, evidentemente rejeitada por Rosa Luxemburg. Para ela,

“a única coisa que o partido da luta de classe consciente, isto é, a social-democracia, e também os sindicatos, quando se encontram no terreno da luta de classe, podem fazer ‘por vontade própria’ é exatamente procurar compreender antecipadamente as condições históricas, sociais, políticas que tornam necessária a emergência de tais formas de luta de classe, para participar conscientemente do desenvolvimento e marchar à sua frente na direção considerada historicamente necessária”³⁶.

Rosa Luxemburg não colocou jamais em dúvida que, para os objetivos da luta pelo poder, é necessário um partido proletário; mas a resposta aos problemas organizativos só pode ser dada no terreno de uma auto-organização espontânea das massas; o partido é, na realidade, um “fator importante, mas apenas *um* fator entre muitos”³⁷. Sem dúvida ela subestimou a influência das organizações burocráticas, que bloqueiam a capacidade de experiência e de desenvolvimento das massas, por estar convencida de que as burocracias parasitárias e seus chefes teriam cedido ao primeiro grande assalto de massa dos operários. Sem dúvida, avaliou de modo totalmente errado a questão dos camponeses – à qual Lênin tentou responder com a palavra de ordem: “toda terra aos camponeses!”, que é quase impossível justificar do ponto de vista socialista –, porque, no contexto da primeira revolução socialista vitoriosa, ela considerou tudo a partir do objetivo final do socialismo, e não das reais possibilidades do desenvolvimento revolucionário concreto. Contra os interesses explicitamente privados dos camponeses russos, contra os sonhos seculares de propriedade da terra, que deviam ser de antemão satisfeitos e realizados para inserir ativamente os camponeses no processo revolucionário, nenhum poder poderia ter êxito no país; e talvez Rosa Luxemburg não tenha sequer percebido quanto foi necessário o Partido Bolchevique em determinadas fases da Revolução de Outubro, sobretudo para esmagar a contra-revolução. Compreende-se que atribuir a Rosa Luxemburg um conceito organicista da revolução, ligado às revoluções burguesas passadas, como tenta fazer o primeiro Lukács, no seu modo audaz de se libertar decisivamente do seu passado de crítico da cultura e provar a própria

36. R. LUXEMBURG, “Die Debatten in Köln”, in *Gesammelte Werke*, vol. 1, Berlin, 1970, p. 581.

37. R. LUXEMBURG, “Sciopero generale”, cit., p. 305.

identidade de genuíno leninista, é completamente falso³⁸. Precisamente no escrito do qual Lukács tenta deduzir esta crítica encontra-se exatamente o contrário de idéias orgânicas sobre os processos revolucionários:

“A situação real da revolução russa culminou, depois de poucos meses, na seguinte alternativa: vitória da contra-revolução ou ditadura do proletariado, Kaledin ou Lênin. Esta é a situação objetiva, que se verifica desde logo em toda revolução, passada a primeira embriaguez revolucionária, e que na Rússia emergiu das ardentes questões da paz e da terra, para as quais não era possível nenhuma solução no quadro da revolução burguesa”³⁹.

O que há de organicista nesta valorização da situação decisiva antes e durante a Revolução de Outubro? Em que consiste a característica burguesa desta idéia de revolução, se Rosa Luxemburg diz exatamente o contrário? Para estas e outras questões análogas, só há uma resposta: esta primeira crítica a Rosa Luxemburg mostra já os germes do marxismo degenerado em ciência legitimadora; tal crítica não se aventura jamais sem reservas na coisa criticada, mas está sempre acima dela, critica posições que quem é atacado não defendeu, provê com cuidado a confirmação e a legitimação das próprias decisões, nas quais se percebe coerção e violência. Nem mesmo Lukács se interessa por compreender Rosa Luxemburg no quadro da sua atividade particular, do seu peculiar sistema de opções teóricas e práticas; por compreendê-la, portanto, de um modo mais imanente; interessa-lhe mostrar, utilizando o exemplo de Rosa Luxemburg, a justeza do leninismo. Este tipo de argumentação sempre deduzido, estabelecido *a priori* mediante axiomas históricos, como o definiu Stalin, permanece até hoje absolutamente típico no que diz respeito às polêmicas com Rosa Luxemburg. Para rebater a condenação à idéia organicista de revolução, é oportuno destacar daquele mesmo escrito uma citação que constitui o objeto da crítica de Lukács. Rosa Luxemburg compreende com toda clareza a situação da revolução na qual vigora a política da força e não faz sequer menção ao fato de que os processos revolucionários se realizam de um modo orgânico qualquer.

“A revolução russa não fez senão confirmar o ensinamento fundamental de toda grande revolução, cuja lei vital é: ou avançar de modo rápido e decisivo, abatendo com mão de ferro todos os obstáculos e ampliando continuamente os próprios objetivos; ou rapidamente recuar a quem do já

38. Cfr. G. LUKACS, *Storia e coscienza di classe*, Milão, 1967, pp. 341 segs.

39. R. LUXEMBURG, “La rivoluzione russa”, cit., p. 569.

debilitado ponto de partida e ser esmagada pela contra-revolução. Retardar, retornar a pontos já atingidos, contentar-se com os primeiros resultados obtidos, não é possível na revolução. E quem quer transferir à tática revolucionária o bom senso doméstico das escaramuças parlamentares demonstra apenas que é alheio à psicologia, à própria lei vital da revolução, e que todas as experiências históricas são para si um livro fechado a sete chaves”⁴⁰.

É precisamente esta dialética histórica, concreta, de espontaneidade e organização, que determina a lei da revolução. Esta visão conduz Rosa Luxemburg a uma severa crítica tanto da idéia de Kautsky da “greve de massa apocalíptica” (que não seria absolutamente precedida de um período de lutas econômicas e políticas de massa no qual a classe operária fosse educada, preparada e despertada na sua resistência), como também da idéia dos processos revolucionários que se afastam totalmente de seus fundamentos democráticos. Quem coloca no mesmo plano esta estrutura democrática dos processos revolucionários e idéias organicistas, pode, sem dúvida, demonstrar com facilidade que Rosa Luxemburg é culpada de uma imperdoável superestimação do “orgânico” na conduta revolucionária. Ao contrário, interessa a Rosa Luxemburg, em primeiro lugar, a contribuição da atividade de massa a tais movimentos. Assim, não pode haver nenhuma dúvida sobre o fato de que a criação dos soviets, que remonta às experiências da Revolução de 1905, não foi resultado de uma experiência de partido, ainda que o partido, precisamente no sentido luxemburguiano, tenha tido uma influência estruturante sobre eles. A palavra de ordem de Lênin – “todo poder aos soviets!” – baseava-se já na experiência de que estes eram os verdadeiros e efetivos detentores do poder político no país.

A proliferação de formas de organização revolucionárias e de tentativas de organização progrediu hoje de tal forma que qualquer pretensão monopolista de um tipo único de partido leva ao absurdo. São formas práticas de organização, organismos de trabalho, como os define Marx, referindo-se à edificação da inteira sociedade e do Estado, à Comuna de Paris de 1871, que ninguém pode conceber *a priori*, que certamente evocam modelos e experiências passadas, mas que no fundo são formas de expressão das experiências políticas e da história da emancipação das massas insubstituíveis e inteiramente caracterizadas pelas concretas relações históricas e sociais dos respectivos países. Partidos e sindicatos que não apreendem este elemento básico de auto-organização espontânea são geralmente reduzidos ao papel de organi-

40. *Ibid.*, pp. 569-70.

zações que simplesmente controlam e disciplinam. Começam por separar o elemento político-organizativo que se encontra nas próprias ações de massa da base de experiência das massas; e devolvê-lo às massas na forma de diretivas, em um segundo momento e a partir do exterior, no caso das ações espontâneas não se dispersarem imediatamente ou não puderem ser reprimidas com medidas administrativas e, em determinados casos, com medidas policiais ou militares. Evidentemente, a razão disto está no fato de que os partidos proletários, marcados pelo marxismo soviético, partem do pressuposto de que as ações a longo prazo e historicamente eficazes são apenas resultado de iniciativas de partido. Não há nenhum exemplo na história do movimento operário que demonstre que uma tal concepção não tenha levado, no fim das contas, à falência. Rosa Luxemburg pertence àqueles revolucionários da Europa Ocidental que não consideram o meio da autocritica pessoal como a forma suficiente da autocorreção das decisões, necessária para impedir o afastamento do partido das massas; com extrema acuidade, Rosa Luxemburg considerou as tendências burocratizantes como mecanismos objetivos a que é submetida até mesmo a organização mais revolucionária, quando esta opera no ambiente de uma sociedade produtora de mercadorias e em condições hostis; é a abstração do valor, que se exprime em leis, regras formais e decisões técnicas o que ameaça o modo vital de existência de toda organização desligada das massas.

8. A esfera pública proletária

Seria verdadeiramente uma inadmissível redução da teoria de Rosa Luxemburg tratar a greve de massa e a relação entre espontaneidade e organização que se desenvolve de modo particular nesse tipo de greve como um problema específico, e pretender colocá-la no mesmo plano que outros problemas; uma característica do pensamento de Rosa Luxemburg é precisamente que sua forma de renovação e vivificação da dialética marxista não consiste apenas na união de um tipo de reflexão lógico-sistemática com um tipo de reflexão histórica: um postulado até hoje frequentemente afirmado, mas não resolvido na análise concreta. Rosa Luxemburg vai muito além deste postulado; seu pensamento consiste em assimilar as categorias lógicas e gnosiológicas às leis dinâmicas materiais da práxis proletária. Espontaneidade e organização são, ao mesmo tempo, princípios do pensamento dialético coerente e princípios do movimento histórico da classe operária: são categorias da realidade, atributos objetivos do pensamento que caracterizam a estrutura de processos sociais, assim como a do pensamento emancipador.

A visão de totalidade, por exemplo, que Lukács considera corretamente como a diferença decisiva entre modo de pensar marxista e modo de pensar burguês, é deduzida pelo próprio Lukács da tradição do idealismo alemão e materialisticamente posta sobre os pés, consolidada em uma forma de organização historicamente específica, mas generalizada, que ele torna impermeável às influências objetivantes e burocráticas da produção capitalista de mercadorias. O fundamento da visão da totalidade, em Rosa Luxemburg, não é nem uma imaginária substância de classe (por exemplo, o proletariado como sujeito histórico), nem uma organização, mas a própria classe operária ou, mais exatamente, uma esfera pública proletária, diante da qual se deve demonstrar, antes de mais nada, qual teoria e qual organização é ou não adequada às experiências que nela tomam forma. Nos escritos de Rosa Luxemburg, há muitas referências ao fato de que ela concebe a esfera pública proletária – embora, ao que me conste, não use explicitamente tal conceito – como uma categoria da experiência política e da formação da consciência de classe. Esta esfera pública proletária – no interior da qual apenas derrotas, deformações e erros podem se transformar em juízos construtivos e em experiência que faz avançar – caracteriza-se pelo fato de que não conhece o mecanismo de exclusão, típico da esfera pública burguesa, mediante o qual se excluem dos interesses públicos, enquanto privadas, tanto algumas esferas essenciais da vida quanto esferas como a da produção e da socialização (da educação). A mentalidade de grupo, percebida por Rosa Luxemburg na social-democracia alemã, que – mediante um crescimento quantitativo, as eleições e o incremento da consistência numérica dos seus membros – deveria se tornar uma potência cada vez mais forte e enfim imbatível, é completamente estranha ao seu pensamento; ela compreende que a livre comunicação social se tornou uma necessidade vital para os indivíduos socializados. A esfera pública proletária, que não pode ser apreendida precisamente em sentido empírico, que não indica um simples quadro das opiniões do proletariado, mas tampouco representa a mais alta instância organizativa, designando antes o centro de um processo dirigido à produção de experiências, parece ter sido a única real instância decisória que Rosa reconheceu; ela não pode ser definida, mas determina o conteúdo da realidade da luta de classe do proletariado. A teoria de Rosa Luxemburg, que se propõe penetrar todas as esferas substanciais da vida da sociedade, não deixa espaço que não seja ocupado pela vontade de mudança do proletariado ⁴¹.

41. Para uma definição mais precisa do conceito de "esfera pública proletária", usado neste contexto, cfr. O. NEGTE e A. KLUGE, *Öffentlichkeit und Erfahrung. Zur Organisationsanalyse von bürgerlicher und proletarischer Öffentlichkeit*, Frankfurt, 1972.

Este aspecto da esfera pública proletária, ligado à produção de experiências, manifesta-se em muitos exemplos que se podem encontrar nos escritos de Rosa Luxemburg. Nem mesmo na guerra há uma situação de exceção, a eliminação de um contexto; ao contrário, o proletariado deve praticar uma política de classe autônoma precisamente no sentido de se defender de uma possível agressão, como o exército revolucionário francês que derrota os exércitos conjuntos da restauração: um aparelho militar não é composto só de oficiais, não é um bloco monolítico, mas é composto também de "recrutas proletários fardados". Se é verdade que o proletariado não tem só características proletárias, é igualmente verdade que não se pode pensar que os estratos e grupos sociais em que dominam o elemento burguês, as ideologias e os modos de comportamento burgueses, não possam absolutamente ser influenciados pelo movimento operário. O conhecimento produtivo da totalidade social concreta, a superação do modo de julgar isolante e excludente que subsume as coisas sob conceitos universais, subtraindo-os assim à corrente do movimento particular, autônomo e espontâneo, é, por exemplo, uma das razões pelas quais Rosa Luxemburg, severa crítica da social-democracia reformista, por um longo período não extrai conseqüências organizativas da sua crítica; ou uma das razões por que fala de "utilização revolucionária da Assembléia Nacional", enquanto vê nos conselhos dos operários e dos soldados a única forma adequada do poder proletário.

Rosa Luxemburg parte da convicção de que todas as relações, coisas, pessoas que não estão ocupadas pelo pensamento e pela vontade do proletariado não permanecem desocupadas, livres, mas são ocupadas pelo adversário. Por isso, o fato de que a revolução de novembro seja uma revolução política e urbana significa, ao mesmo tempo, que o inimigo possui reservas contra-revolucionárias na esfera econômica e no campo; esta alternativa se põe a cada momento e a cada passo de política prática. "Para nós, não existe agora nenhum programa mínimo e máximo; o socialismo é uno, e este é o mínimo que hoje devemos tentar realizar"⁴². Por isso, é apenas uma questão de coerência que Rosa Luxemburg não possa imaginar o socialismo em um só país, mas veja apenas no desdobramento da revolução alemã em revolução mundial do proletariado a base "sobre a qual se pode construir o edifício do futuro".

42. R. LUXEMBURG, "Discurso sul programma", cit., p. 615.

9. "A liberdade é sempre apenas a liberdade de quem pensa de modo diferente"

A estrutura da opinião pública proletária, voltada para a compreensão da totalidade das esferas da vida social, à qual a própria Rosa Luxemburg sente pertencer e em cujo interior ela argumenta, está em flagrante contraste tanto com a coerção do sistema positivista e idealista no qual as coisas estão inteiramente e hierarquicamente dispostas e catalogadas segundo princípios lógico-formais, quanto com as concepções de mundo nas quais, desde o tempo de Kautsky, para qualquer questão existe uma resposta pronta. Não há quase nenhuma teoria marxista que compreenda com rigor semelhante ao de Rosa Luxemburg a relação entre fetichização e organização, racionalidade burocrática e pensamento lógico-formal que classifica e, por isso, controla homens e coisas. As formas puramente lógicas são formas mortas, são formas de expressão do poder e, mais recentemente, sobretudo do poder do trabalho morto sobre o trabalho vivo. Estas formas de pensamento, mesmo quando usadas no interesse do proletariado, têm a tendência imanente a se conformar às necessidades funcionais do capital, à lógica do capital. Para Rosa Luxemburg, se o pensamento marxista não quer se tornar simples legitimação e organização das relações existentes, mas quer penetrar nas relações da vida, necessita de um momento anti-sistemático, espontâneo, de relação com a realidade; portanto, de um momento daquilo que Lukács compreende na categoria do novo e cuja ausência é sentida na sociedade produtora de mercadorias.

É verdade que Rosa Luxemburg fala freqüentemente da lógica das coisas, que torna necessária esta ou aquela coisa, mas com isso entende algo contingente, casual; a materialidade das coisas e dos movimentos não se deixa resolver no conceito; trata-se, no plano gnosiológico, do sistema kantiano, com o qual o pensamento dialético deve medir-se continuamente para não cair em ilusões. Nesse caso, trata-se da "lógica da situação histórica", na qual subsiste uma constelação de fatores específicos, que sempre compreende também fatores contingentes. Com sua fórmula "socialismo ou barbárie", Rosa Luxemburg não indica apenas um programa político, mas volta-se também contra toda forma de lógica otimista do progresso, que minimiza as derrotas em vez de compreendê-las, e para a qual a vitória está assegurada, assim como em Hegel estava a realização do Espírito Absoluto. A ruína total, a barbárie, o declínio de ambas as classes em luta, não são para ela uma possibilidade abstrata, mas uma alternativa sempre presente. A remoção deste pensamento coerentemente materialista de Rosa Luxemburg da história da classe operária parece-me uma das razões pelas quais, na Alemanha, o pensamento marxista não compreendeu a fundo a iminente catástrofe de 1933.

Sem o entrelaçamento de espontaneidade, de libertação em face dos conceitos dados e da conduta organizada, é possível um pensamento lógico-formal, mas não um pensamento materialista. Na filosofia clássica do idealismo alemão, espontaneidade era o conceito oposto à receptividade, ao inevitável impacto de uma percepção sensível; espontaneidade é o pensamento organizado, a atividade do sujeito no processo do pensamento – trabalho e esforço do conceito. Um desses momentos deve entrar em toda teoria dialética da sociedade. A classe burguesa pode manipular a espontaneidade, pode criar pretextos para mobilizar as massas, pode levar o novo ao mercado para fazer propaganda dos produtos; mas, no interior de uma opinião pública proletária, este momento significa algo de qualitativamente diverso. Quando Rosa Luxemburg afirma que “a liberdade é sempre apenas a liberdade de quem pensa de modo diferente” ⁴³, sua asserção não é um retorno ao liberalismo, mas um elemento, uma parte constitutiva vital de uma opinião pública proletária, que não pode se limitar a reproduzir e a aclamar decisões, programas dados, orientações de pensamento estabelecidas. Não se pode eliminar do mundo o “outro” com a simples violência; ele indica antes as resistências, a gravidade das relações materiais, com as quais toda teoria marxista deve se confrontar, se não quiser cair em uma ontologia inteiramente abstraída dessas relações, ou em uma coerção idealista do sistema, no qual se possa subsumir somente o homônimo, no qual predomine o princípio da unificação.

A independência em face das diretivas de partido, que estabelecem mediante decisões o que é justo e o que é falso, o que é historicamente relevante e o que é historicamente casual, é particularmente importante para a própria formação da teoria. Já Engels, numa carta de 1º de maio de 1891 a Bebel, com uma linguagem decidida e de forma a desmascarar os pedantes social-democratas, coloca em relevo “a autonomia do trabalho teórico” em relação ao partido, autonomia que é para Rosa Luxemburg um elemento natural do pensamento marxista. Cito esta longa passagem da carta porque ela explica que o modo de produção teórico da classe operária não é de modo algum idêntico às resoluções do partido, mas, ao contrário, deve conservar um certo grau de autonomia em relação ao partido, de liberdade de movimento reflexiva para poder cumprir a longo prazo sua função partidária na luta de emancipações do proletariado.

43. R. LUXEMBURG, “La rivoluzione russa”, cit., p. 589.

“Se vocês forem tentados a impedir pela força a publicação do artigo (um artigo que não correspondia à opinião do presidente do partido), e tiverem feito chegar à *N(eue) Z(eit)* a advertência de que, se algo de semelhante se repetisse, poderia ocorrer que o partido assumisse a questão e impusesse a censura, então terei visto com particular clareza que o partido está se apoderando de toda a imprensa de vocês. Em que vocês se distinguem de Puttkamer, se introduzem em suas próprias fileiras uma lei anti-socialista? Para mim, pessoalmente, isso é bastante indiferente: nenhum partido, em qualquer país, pode me fazer calar quando decidi falar. Mas gostaria de que vocês refletissem se não seria melhor ser um pouco menos sensíveis e, ao agir, um pouco menos... prussianos. Vocês – o partido – têm necessidade da ciência socialista, e esta não pode viver sem liberdade de movimento. Neste caso, é necessário levar em conta também as posições contrárias; e o melhor modo de fazer isso é com dignidade, sem comoções. Um desacordo, ainda que leve, para não falar de uma ruptura entre o Partido Alemão e a ciência socialista, seria verdadeiramente uma perda e uma vergonha sem igual. Que a direção, ou tu pessoalmente, mantenha ou deva manter uma importante influência *moral* sobre '*N(eue) Z(eit)*', ou mesmo sobre tudo aquilo que é publicado, é um fato pacífico. Mas isso pode e deve bastar. No *Vorwärts*, continua-se a ter orgulho da intocável liberdade de discussão, mas não se vê muita. Vocês também não sabem como uma tal tendência a tomar medidas repressivas causa uma grande impressão aqui no exterior, onde é habitual que sejam chamados a prestar as devidas contas, no interior do próprio partido, os líderes mais antigos (por exemplo, o governo conservador de Lorde Randolph Churchill). E, além disso, vocês não podem esquecer como a disciplina em um grande partido não pode, de nenhum modo, ser tão rígida como numa pequena seita, e que as leis anti-socialistas, que fundiram lassallianos e eisenachianos (segundo *L(ie)bk(necht)*), foi seu magnífico programa que realizou tal fusão, e tornaram necessária essa estreita união, não existem mais.”⁴⁴

De modo nenhum pode passar despercebido o fato de que, sem um certo grau de autonomia produtiva do pensamento, é impossível a formação de uma teoria marxista. A ruptura da relação entre espontaneidade e organização no pensamento (que, de resto, ocorre no interesse do controle) é funesta para as experiências teóricas vitais. É digno de nota o fato de que Lênin defina com exatidão no plano teórico, sobretudo nos seus apontamentos sobre a *Ciência da Lógica* de Hegel,

44. Ver Bebel e Engels, 1º de maio de 1891, in MARX-ENGELS, *Werke*, vol. 38, pp. 94-95.

a relação que não confirma e, evidentemente, não poderia confirmar nas condições históricas em que age; naqueles comentários, prescindindo da contínua confirmação de conceitos hegelianos como “unidade viva, concreta, orgânica”, “atividade e desenvolvimento imanentes”, “via que se autoconstrói”, etc., o pensamento dialético é precisamente a quintessência de espontaneidade e organização. Quem examina cuidadosamente seus comentários a Hegel observará sempre que Lênin aprova Hegel sobretudo no que se refere a auto-organização espontânea dos pensamentos; portanto, onde se trata do que não é levado às coisas a partir do exterior, pela simples violência⁴⁵. A espontaneidade concreta, ao contrário da abstrata, funda-se precisamente no automovimento espontâneo imanente, necessário, das coisas e das relações, que somente no pensamento se refletem sob todos os aspectos. Espontaneidade como *imediatez reflexa* é um momento central da práxis social e, portanto, um critério para o conteúdo de verdade de uma teoria. O universal-concreto contém em si a riqueza do particular, do individual, do singular. Não é por acaso, portanto, que – quando descrevem os processos de automovimento – tanto Rosa Luxemburg quanto Lênin refiram-se igualmente a Hegel. Na profundidade das coisas, abaixo da superfície, Rosa Luxemburg vê “continuar sem trégua o grande trabalho de toupeira da revolução, dia a dia, hora a hora”⁴⁶.

Devemos hoje recomeçar, de modo novo e mais intenso, a pensar em sentido histórico. Esquemas a-históricos, derrotas que são transformadas em modelos para futuras vitórias e que assumiram o caráter de fetiche, não fazem avançar nem o plano teórico nem o plano prático. Somente se o passado puder ser concebido sem coerção legitimadora é que poderemos aprender com ele. O que separa Rosa Luxemburg de Lênin, e o que os une, não são nem simples erros intelectuais, nem verdades universais; um e outra trazem a marca característica das relações históricas e sociais em que foram obrigados a trabalhar e a pensar. Precisamente por terem clara consciência das suas diferentes tarefas históricas é que entre Rosa Luxemburg e Lênin havia um profundo apreço recíproco, que serve de exemplo para toda forma de crítica solidária.

No dia anterior ao seu assassinato pelo oficiais do Reich, em 14 de janeiro de 1919, aparecia na *Rote Fahne* um artigo de Rosa Luxemburg, com o título “A ordem reina em Berlim”, que terminava assim:

45. Cf. V. LÊNIN, “Quaderni filosofici”, aos cuidados de I. Ambrogio, in *Opere*, vol. 38, pp. 83 segs.

46. R. LUXEMBURG, “Sciopero generale”, cit., p. 319.

“Faltou direção. Mas ela pode e deve ser criada de novo pelas massas e entre as massas. As massas são o fator decisivo, são a rocha sobre a qual será edificada a vitória final da revolução. As massas estiveram à altura da situação, fizeram desta ‘derrota’ um elo daquela cadeia de derrotas históricas que são o orgulho e a força do socialismo internacional. E, por isso, desta ‘derrota’ desabrochará a futura vitória. ‘A ordem reina em Berlim!’ Estúpidos agentes da ordem! Vossa ‘ordem’ é construída sobre detritos. A revolução já amanhã ‘de novo se levantará clamorosamente’, e, para vosso terror, anunciará um clangor de trompas: eu era, eu sou, eu serei!”⁴⁷

47. R. LUXEMBURG, “L'ordine regna a Berlino”, cit., pp. 681-82.



ANDRZEJ WALICKI

Socialismo russo e populismo

Pode-se afirmar, com segurança, que um dos temas mais importantes na história intelectual russa do século XIX foi o problema das relações entre a Rússia e o Ocidente. O pensamento russo do século XIX conhece muitas fases no desenvolvimento do que podemos definir como o “debate sobre o Ocidente”, ou, ao contrário, o “debate sobre a Rússia”. Nos anos 40, os eslavófilos romântico-conservadores estavam empenhados em discussões filosóficas e culturais com os liberais ou democratas ocidentalizantes, que se inspiravam sobretudo no hegelianismo, filtrado através do prisma da filosofia hegeliana do direito (no caso de liberais como K. Kavelin), ou da “filosofia da ação” da esquerda hegeliana (no caso da esquerda democrática, representada por V. Belinski e A. Herzen)¹. Nos anos 50 e 60, com a afirmação do primeiro populismo (e sobretudo do “socialismo russo” de Herzen), o debate sofreu uma grande reviravolta, porque a crítica ao Ocidente e a defesa do caráter “distinto” da Rússia, e sobretudo da comuna de aldeia russa, deixaram de ser monopólio da direita conservadora. Nos anos 70, com o nascimento do que se pode definir como o “populismo clássico”², o problema das relações entre a Rússia e o Ocidente ficou reduzido ao problema do capitalismo; e a recusa do desenvolvimento capitalista tornou-se um dogma para a juventude revolucionária russa. Desde o início dos anos 80, os primeiros marxistas russos, representados pela *Libertação do Trabalho*, o grupo de Plekhânov, passaram a defender o progresso capitalista como fase necessária de evolução, e

1. Cf. A. WALICKI, *Un'utopia conservatrice, Storia degli slavofili*, Turim, 1973.

2. Cf. A. WALICKI, *Controversy Over Capitalism. Studies in the Social Philosophie of the Russian Populists*, Oxford, 1969. (trad. it., *Marxisti i populisti: Il dibattito sul capitalismo*, Milão, 1973.)

Como data convencional do nascimento do populismo “clássico”, escolhi 1869, ano em que foram publicados três importantes documentos populistas: as *Cartas Históricas* de LAVROV, *O Que é o Progresso* de MIKHAILÓVSKI e *As Condições da Classe Operária na Rússia* de FLERÓVSKI. O “socialismo russo” de Herzen e as idéias de Tchernichévski sobre a comuna de aldeia representam a primeira fase do populismo. Para uma exaustiva história do movimento revolucionário populista, cf. F. VENTURI, *Il populismo russo*, Turim, 1972.

lançaram-se em acesa polémica com os populistas. Mais tarde ainda, nos anos 90, inseriram-se na polémica, de um lado, os chamados “populistas legais”, e, do outro, os “marxistas legais”. As obras do jovem Lênin acrescentaram uma nova dimensão a tal polémica, mas também ele se opunha à idéia populista de “saltar” a fase capitalista do desenvolvimento, bem como à confiança populista nas potencialidades socialistas da comuna camponesa. Todos os marxistas russos, portanto, independentemente das grandes divergências que os separavam, eram unânimes na refutação do populismo. Por isso, muitos historiadores foram levados a concluir, um tanto apressadamente, que os populistas russos eram apenas e exclusivamente opositores do marxismo, de tal modo que este seria o único elemento a justificar sua inclusão na história deste pensamento.

Como já tentei mostrar antes³, tal opinião é muito simplista e superficial. A relação entre o populismo russo e o marxismo foi muito mais complexa e dialética, e os populistas não se limitaram a se opor ao marxismo, mas sofreram também uma profunda influência deste. O primeiro contato entre o marxismo e o populismo russo se deu antes que surgisse um marxismo russo; e não havendo, portanto, opositores marxistas na Rússia, os populistas não foram absolutamente adversários do marxismo. Ao contrário, se “populismo clássico” significa conceber o capitalismo como “inimigo número um”, podemos dizer que este tipo de populismo não só foi influenciado, mas em certo sentido foi criado pelo marxismo. Não é casual que a fase clássica do pensamento populista se tenha iniciado depois da publicação do Livro I de *O Capital*, nem é fortuito o fato de que, para grande surpresa de Marx, a primeira tradução de *O Capital* tenha sido editada na Rússia, graças ao empenho dos populistas (a tradução foi iniciada por Herman Lopatin, amigo pessoal de Marx, e concluída por Nicholas Danielson, que achava perfeitamente compatíveis marxismo e populismo). Em pouco tempo os democratas russos ficaram de tal forma impressionados com *O Capital*, e sobretudo com a descrição das atrocidades da acumulação primitiva, que decidiram exconjurá-la, usando todos os meios, o desenvolvimento capitalista da Rússia; e assim, com esta conclusão, tornaram-se populistas “clássicos” na verdadeira acepção da palavra.

Podemos, portanto, afirmar que o populismo russo não foi só uma reação contra o capitalismo na Rússia, e nem apenas uma reação

3. A. WALICKI, *Marxisti e populisti*, cit. A elaboração que se segue baseia-se nas partes deste livro que tratam dos respectivos temas.

contra o “efeito demonstrativo” do capitalismo no Ocidente, mas foi também, e talvez sobretudo, uma resposta russa ao pensamento socialista ocidental. Foi a reação ao socialismo ocidental por parte da *intelligentsia* democrática de um país de camponeses atrasados, ainda numa fase inicial do desenvolvimento capitalista; e é compreensível que devesse ser, antes de mais nada, uma reação ao marxismo: afinal, Marx já havia se tornado o personagem principal do socialismo europeu, e era o autor da mais prestigiosa obra sobre o desenvolvimento do capitalismo.

Com a difusão do marxismo na Rússia, os populistas tomaram maior consciência da incompatibilidade de certas premissas do materialismo histórico com as suas opiniões sobre o desenvolvimento social desejado para a Rússia, mas alguns deles ainda continuaram a aprender com o marxismo e tentaram discutir com os “discípulos russos de Marx” em termos marxistas. O significado dessas discussões, sua importância em relação aos problemas do “Terceiro Mundo” contemporâneo, consiste no fato de que os populistas russos (e, poderemos acrescentar, os primeiros marxistas poloneses, que foram em parte influenciados por eles) foram os primeiros pensadores a assinalar as características específicas dos “retardatários” (isto é, dos países agrícolas atrasados, que conhecem o desenvolvimento da modernização em condições criadas pela coexistência com os países de capitalismo avançado e a tentar elaborar a teoria de uma modernização socialista desses países.

Este problema foi desprezado por Plekhânov, dogmaticamente convencido de que os países atrasados deveriam simplesmente repetir as mesmas fases de desenvolvimento já atravessadas pelos países avançados. Todavia, o próprio Marx, até o final de sua vida, rejeitou este ponto de vista evolucionista e, para grande desapontamento do grupo de Plekhânov, apoiou de fato as opiniões populistas. Podemos, portanto, afirmar que o contato entre marxismo e populismo russo produz alguns importantes resultados: uma aguda consciência dos problemas específicos do atraso econômico, aos quais o marxismo não oferecia nenhuma solução já pronta; as primeiras tentativas de elaborar teorias da modernização socialista dos países atrasados (teorias não libertas, como veremos, de um certo utopismo voltado para o passado, mas formuladas às vezes em linguagem marxista, e capazes de compreender alguns importantes aspectos do marxismo); enfim, o contato com os problemas da Rússia e com as teorias e as esperanças dos pensadores populistas russos foi, talvez, o fator decisivo de uma certa mudança no pensamento de Marx nos seus últimos anos, uma mudança de perspectiva e uma colocação de novas questões, cuja importância, hoje claramente reconhecida, foi grosseiramente subestimada no sécu-

lo XIX, por causa do fascínio exercido pela idéia de um progresso unilinear e "eurocêntrico".

Já me ocorreu fazer uma caracterização das diversas tendências do pensamento populista e uma análise da sua mudança de posição em relação ao marxismo⁴; aqui me limitarei, ao contrário, a abordar alguns problemas essenciais, indispensáveis para compreender de que forma se deu a recepção do marxismo pelo populismo.

1. Áreas de consenso, reais e presumidas

Os primeiros leitores populistas de *O Capital* viram em Marx o maior economista do seu tempo, e acolheram de braços abertos a teoria do valor-trabalho e o desmascaramento da natureza da exploração capitalista. Graças a eles, as idéias de *O Capital* começaram a ser difundidas entre os camponeses e os operários russos: um ativista de Terra e Liberdade, T. J. Tishenko, durante sua participação, nos anos 70, no movimento de "ir ao povo", não se separou jamais do livro de Marx⁵; um outro adepto de Terra e Liberdade, o conhecido revolucionário S. Kravchinski, escreveu um conto, *Mudri Ca Naumovna*, em que tentou ilustrar e vulgarizar para os trabalhadores a teoria da mais-valia. Quase todos os pensadores populistas – tanto revolucionários como reformistas – costumavam referir-se a Marx nas suas críticas à economia política liberal; estas críticas eram freqüentemente mais ásperas que as de Marx, na medida em que tendiam a ignorar as contribuições eruditas da economia política liberal, a ver nela somente uma cobertura ideológica, quando não uma mera e desavergonhada apologia do capitalismo. Também os pensadores populistas mais próximos de Bakunin, e, portanto, opositores das opções políticas de Marx e Engels na Internacional, uniam, em geral, a uma posição negativa em relação ao Marx político, uma profunda reverência pelo Marx teórico. Stefano Vich, um dos mais representativos seguidores populistas de Bakunin, exprimia assim esta posição ambivalente: "O marxismo, enquanto teoria – não enquanto adesão ao partido socialista ocidental, que esposa sua política prática –, não exclui o populismo"⁶.

4. *Ibid.*

5. Cf. O. V. APTEKMAN, *Obscestvo "Zemlja i Volja" 70-ch godov policnym vospominanijam*, Petrogrado, 1924, p. 246.

6. Citado por S. M. LEVIN, *Obscestvennoe dvizenie v Rossii v 60-70 gody XIX veka*, Moscou, 1958, p. 334.

A maior influência na formação da imagem populista do capitalismo não foi exercida tanto pela sua experiência direta do capitalismo, tal como existia na Rússia ou no Ocidente, mas sobretudo pela análise marxista da acumulação primitiva na Inglaterra, e pela sua conclusão de que a expropriação dos camponeses é condição necessária ao desenvolvimento capitalista. Ainda que tenham ficado horrorizados diante dessa perspectiva, não tentaram elaborar a teoria de um desenvolvimento mais moderado do capitalismo; através de Marx, ao contrário, chegaram à conclusão de que, se fosse permitido ao capitalismo se desenvolver, o preço humano a ser pago por esse desenvolvimento não podia ser o mesmo que a Inglaterra havia pago, e era, portanto, necessário impedir esse desenvolvimento na defesa dos valores humanos.

Um instrutivo exemplo da influência exercida pela análise marxiana da acumulação primitiva sobre o pensamento populista encontra-se no artigo de Eliseev intitulado "A plutocracia e suas bases sociais" (1872)⁷. Eliseev citava amplamente Marx e, além disso, muitas páginas de seu artigo não passam de paráfrases resumidas das respectivas páginas de *O Capital*. Naturalmente, a conclusão geral era da necessidade de tudo fazer para impedir o desenvolvimento capitalista da Rússia. Mais curioso ainda é que Eliseev, que representava a corrente reformista do pensamento populista, parece convencido de que esta conclusão está de acordo com o que Marx disse sobre o fato de que, no processo genético de uma nova ordem social, o papel de parteira pertence à força, que é também um poder econômico. Se a força é a parteira, raciocina Eliseev, isto significa que o papel do Estado é ativo, e que ele pode legitimamente interferir no processo de transformação social para impedir consequências indesejáveis. Deste modo, os escritores populistas utilizavam *O Capital* de Marx para convencer o governo czarista de que era seu dever combater o capitalismo russo; e argumentações análogas foram retomadas mais tarde, nos anos 80 e 90, pelos chamados "populistas legais".

Um exemplo clássico da influência de Marx sobre o populismo russo nos é fornecido pelas idéias de Nicolai Mikhailóvski, um dos teóricos populistas mais eminentes e representativos. Nos seus escritos *O Que é o Progresso* (1869) e *A Luta pela Individualidade* (1875-6), ele propunha uma concepção sociológica, segundo a qual a divisão do trabalho na sociedade – em cujo desenvolvimento Spencer indicara o principal critério do progresso – representava essencialmente uma re-

7. Reeditado in N. K. KARATAEV, *Narodniceskaja Ikonomiceskaja literatura*, Moscou, 1958, pp. 125-59.

gressão, se conseguida ao preço da desintegração e fragmentação da personalidade humana. A idéia das inevitáveis conseqüências da divisão social do trabalho foi influenciada sobretudo por Marx, e já em 1869, no seu artigo "A teoria de Darwin e as ciências sociais", Mikhailóvski reclamava para si a concepção marxiana da divisão do trabalho, salientando seus aspectos negativos, que tinham sido compreendidos e teoricamente explicados, como ele ressaltava, pelo autor de *O Capital*⁸; embora ele recordasse a propósito as idéias de A. Smith, de Ferguson e de outros, deve-se observar como as suas referências eram as mesmas usadas por Marx no mesmo contexto. E, decerto, não é difícil encontrar em *O Capital* muitas passagens que Mikhailóvski poderia citar em apoio às próprias teses, como, por exemplo, a seguinte:

"A unilateralidade e até a imperfeição do operário parcial tornam-se sua perfeição como um dos membros do trabalhador coletivo. (...) Na manufatura, o enriquecimento do trabalhador coletivo e, por isso, do capital, em forças produtivas sociais, realiza-se à custa do empobrecimento das forças produtivas individuais do trabalhador. (...) Certa deformação intelectual e física é inclusive inseparável da divisão do trabalho na sociedade em geral. Mas o período da manufatura, levando muito mais longe a divisão do trabalho, e, também, com sua divisão do trabalho peculiar, atingindo o indivíduo em suas raízes vitais, é o primeiro a fornecer o material e o impulso para a *patologia industrial*."

No final desta passagem, Marx citava com aprovação os *Familiar Words* de Urquhart: "A subdivisão do trabalho é o assassinato de um povo"⁹.

Naturalmente, Mikhailóvski queria impedir "o assassinato" do povo russo. Ele definia, portanto, o progresso como "aproximação gradual ao indivíduo integral, à máxima e mais diversificada divisão possível do trabalho entre os órgãos do homem, e a mínima divisão possível do trabalho entre os homens"¹⁰. Somente em uma sociedade homogênea, igualitária, a individualidade humana poderá ser diversificada, integral, completa. Tratava-se de uma argumentação bastante refinada para uma utopia camponesa voltada para o passado, que idealizava a economia natural e a autarquia primitiva da comuna de aldeia russa. O camponês russo, afirmava Mikhailóvski, vive uma vida

8. Cf. N. K. MICHAJLOVSKIJ, *Polnoe sobranie socinenij*, vol. I. São Petersburgo, 1911, pp. 170-172.

9. Cf. K. MARX, *Il capitale. Critica dell'economia politica*, Torino, 1979, libro primo, pp. 427, 442, 444. (Ed. Brasileira: *O Capital*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968-1973.)

10. MICHAJLOVSKIJ, *Polnoe sobranie socinenij*, cit., p. 150.

primitiva mas plena; é auto-suficiente do ponto de vista econômico e é, portanto, independente, “completo” e “inteiro”; satisfaz todas as necessidades com o próprio trabalho, usando todas as suas capacidades, e concentra em uma só pessoa o agricultor e o pescador, o pastor e o artesão. A ausência ou o escasso desenvolvimento da “cooperação complexa” faz com que os camponeses russos sejam reciprocamente independentes, enquanto a “operação simples” (isto é, a cooperação que envolve os homens enquanto “seres inteiros”) os une em uma solidariedade moral baseada na simpatia e na compreensão recíproca. É necessário distinguir entre *níveis* e *tipos* de desenvolvimento. A comuna camponesa representa um nível de desenvolvimento inferior em relação à fábrica capitalista, mas é superior a ela enquanto *tipo* de desenvolvimento. O mesmo vale para o caso da individualidade: o homem ocidental está, sem dúvida, em um nível superior de desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, pertence a um tipo inferior em relação ao camponês russo, que ainda não perdeu a sua “inteireza” primitiva. Desafiando os liberais, Mikhailóvski afirmava que a idéia de que o capitalismo – a forma mais alta de “cooperação complexa” – tivesse libertado o indivíduo era completamente infundada; ao contrário, ele transformava o indivíduo em um “mero órgão” dos organismos sociais, sacrificando impiedosamente homens concretos, vivos, ao ídolo da “máxima produção”.

Modernizando a terminologia de Mikhailóvski pode-se dizer que, para ele, a pior consequência do desenvolvimento capitalista era a alienação do trabalho produzida pela separação entre os produtores imediatos e os meios de produção. É evidente que, também neste caso, Mikhailóvski aprende com Marx: em *O Capital*, encontrou uma narrativa dramática da expropriação dos produtores imediatos, arrancados pela força aos seus meios de sobrevivência e privados assim da auto-suficiência e da “inteireza individual”. Segundo o esquema de Marx, o capitalismo tem como condição fundamental a anulação do trabalhador; o socialismo, por seu lado, sendo “negação de uma negação”, expropriará os expropriadores, fazendo dos meios de produção uma propriedade dos produtores (o que não significa restauração da sua propriedade privada). Como outros populistas, Mikhailóvski deduz daí que seu país devia “saltar” a fase capitalista, e que os russos deviam fazer o possível para impedir a industrialização segundo o modelo inglês. Por outro lado, o fato de ter adaptado as idéias de Marx à própria concepção convence o pensador populista de que o socialismo moderno e a comuna russa não eram senão níveis diversos do mesmo tipo e, conseqüentemente, que a causa dos trabalhadores da Rússia era essencialmente uma causa conservadora, na medida em que sua vitória dependia da conservação e do desenvolvimento das formas existentes

de trabalho (os *artels* dos artesãos russos) e de propriedade (a propriedade coletiva da terra).

Como se vê, Mikhailóvski concordava com Marx sobre o fato de que as formas de trabalho, isto é, as relações de produção, têm uma influência decisiva sobre a personalidade e a cultura de uma determinada época. Na verdade, esta opinião foi partilhada pela maior parte dos populistas, com a notável exceção de Pêtr Lavrov, que atribuía maior importância ao desenvolvimento do pensamento crítico. O primeiro pensador populista que abraçou esta tese foi Pêtr Tkatchov, o maior ideólogo da corrente “blanquista” do movimento populista entendido em sentido lato. Já em 1865, antes mesmo da publicação do primeiro livro de *O Capital*, escrevia:

“A vida social em todas as suas manifestações, compreendidas a literatura, a ciência, a religião e as formas políticas e jurídicas, não é senão o resultado de princípios econômicos bem definidos, que estão na raiz de todos estes fenômenos sociais. Os princípios econômicos dados criam, no seu desenvolvimento gradual e conseqüente, um inter cruzamento de relações humanas, e dão origem à indústria e ao comércio, à ciência e à filosofia, ao direito e às formas políticas; em poucas palavras, suscitam a nossa inteira civilização e o seu progresso”¹¹.

É fácil identificar nesta citação uma paráfrase do escrito de Marx *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859). A idéia de “materialismo econômico” – sustentava Tkatchov – foi transplantada para nossa imprensa, como qualquer outra coisa digna de nota nela, a partir da cultura da Europa Ocidental. Já em 1859, o conhecido exilado alemão Karl Marx a havia expressado de modo claro e preciso. (...) Esta idéia já está bastante difundida entre todos os homens honestos e pensantes, e não existe pessoa inteligente que lhe possa opor sérias objeções”¹².

É necessário assinalar que Tkatchov estava bem longe de uma compreensão sofisticada do materialismo histórico. Seu “materialismo econômico”, de fato, era uma curiosa mescla de alguns elementos do marxismo com um utilitarismo bastante primitivo, característico do “pai do niilismo russo”, Dimitr Pisárev. É interessante observar, por outro lado, que Tkatchov fundia seu “materialismo econômico” – uma teoria que, em regra, não pode ser desligada de um determinismo concebido em termos mecanicistas – com a convicção “voluntarista” de que o inteiro futuro da Rússia dependia da vontade e da ação deci-

11. P. N. TKACEV, *Izbrannye socinenija*, vol. V. Moscou, 1935, p. 93.

12. *Ibid*, vol. I, p. 70.

dida da vanguarda revolucionária. Era uma convicção que contrastava com a tese de Marx formulada no prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, segundo a qual “uma formação social não desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que contém”. Os liberais russos, e mais tarde também os marxistas russos, extraíam dela, em geral, a conclusão de que na Rússia a revolução socialista deveria ser precedida do pleno desenvolvimento do capitalismo; e sobre este ponto irão se verificar, como veremos, desacordos e conflitos entre o populismo e o marxismo na Rússia. O que é interessante tentar compreender agora é como foi possível a Tkatchov declarar-se completamente (e não só em parte) de acordo com o “materialismo econômico” de Marx, refutando ao mesmo tempo o determinismo histórico, a ele estreitamente ligado.

Qualquer problema teórico nasce em um contexto específico. Nos anos 70, os populistas russos não consideravam o materialismo histórico (ou melhor, para usar a definição deles, o “materialismo econômico”) de Marx como uma nova variante do determinismo histórico, ou seja, não o colocavam no contexto do debate sobre o papel dos fatores “objetivos” e “subjetivos” na história, mas o assumiam como teoria da absoluta prioridade da economia sobre a política, colocando-o, portanto, no contexto do debate sobre as revoluções sociais (econômicas) e políticas. Um dos aspectos mais característicos do populismo russo nos anos 70 foi o amargo ceticismo em relação às revoluções “puramente políticas”, que abriam caminho ao constitucionalismo e ao parlamentarismo liberais, considerados simples instrumentos do domínio burguês. À luta dirigida para fins “políticos”, contrapunha-se a luta dirigida para fins “sociais” (econômicos), e não somente se desprezava a primeira, mas chegava-se freqüentemente a refutá-la abertamente pelo seu conteúdo de classe inevitavelmente “burguês”. Influenciados pelo “efeito demonstrativo” dos resultados da Revolução Francesa, os populistas russos queriam ter garantias de que sua revolução, diversamente das revoluções políticas no Ocidente, mudaria a estrutura econômica, e não só política, da sociedade, de modo a não favorecer os interesses da burguesia. Foi este o motivo principal pelo qual os revolucionários na Rússia – país que tanto havia padecido pela sua estrutura política autocrática – tornaram-se curiosamente tão intransigentes e obstinados em exconjurar a liberdade política “burguesa” e “fraudulenta” do Ocidente.

O marxismo continha muitos argumentos para sustentar estas teses, e, portanto, os populistas russos consideravam freqüentemente o “materialismo econômico” de Marx como a mais convincente justificação teórica da posição “apolítica” que lhes foi peculiar.

No artigo de Mikhailóvski “Por ocasião da tradução em russo de

O Capital" (1812)¹³, a obra-prima de Marx foi utilizada como argumento definitivo em favor da concepção populista do primado absoluto das questões "sociais" sobre as "puramente políticas". A crítica populista do liberalismo político foi defendida recorrendo-se às bases mesmas do materialismo histórico: os sistemas políticos são apenas o reflexo das relações econômicas e, portanto, somente as modificações na esfera econômica (isto é, "social") contam verdadeiramente. A crítica marxista do caráter formal da democracia burguesa foi interpretada como confirmação da idéia de que a "liberdade política" era imprescindível ao capitalismo, e favorecia somente os interesses da burguesia, agravando em seguida a situação do povo. O fato de Marx e Engels nunca terem negligenciado as questões e as lutas políticas era considerado, de acordo com as opiniões de Bakunin, como pura e simples incoerência, resultado do seu oportunismo político.

Para não incorrer em equívocos, é necessário observar que o problema da contraposição entre revolução "política" e revolução "social" tinha muitas dimensões. Em certo sentido, Tkatchov – distinguindo-se dos revolucionários de Terra e Liberdade – propugnava a "luta política": ele estava convencido de que a derrubada da autocracia czarista, que seria substituída por uma ditadura da vanguarda revolucionária, era um pré-requisito necessário da revolução. Era, contudo, inflexível adversário da revolução "puramente política" e da liberdade política, convencido de que sua natureza ilusória tinha sido desmascarada pelo "materialismo econômico". Poderemos até dizer que sua posição em relação à liberdade política foi, de fato, muito mais hostil que a de outros populistas: Pëtr Lavrov e Mikhailóvski achavam que a liberdade política, mesmo se desejável para a *intelligentsia*, devia ser sacrificada pelo bem do povo; Tkatchov via na liberdade política um mal absoluto, a serviço exclusivo dos mais fortes do ponto de vista econômico, o que teria levado ao limite máximo a desigualdade social.

2. Desacordos e conflitos

Os populistas assimilaram o marxismo, portanto, de modo bastante peculiar: aceitaram de bom grado a crítica de Marx à democracia política burguesa, mas ignoraram completamente sua convicção de que, apesar de tudo, tratava-se de um grande passo à frente em relação

13. Reeditado in KARATAEV, *Narodniceskaja ekonomiceskaja*, cit., pp. 160-69.

à autocracia. Impressionados pela atrocidade do desenvolvimento capitalista, recusavam-se a considerar a ascensão do capitalismo como o maior progresso na história do homem. Sua interpretação do capitalismo foi, no conjunto, não marxista, na medida em que viam no desenvolvimento capitalista um processo essencialmente regressivo; por outro lado, sua visão do capitalismo não teria sido possível sem a contribuição crítica de Marx.

No início dos anos 70, os populistas não se davam nem mesmo conta do fato de que o marxismo podia ser utilizado como justificação teórica de um desenvolvimento capitalista no seu país. O primeiro pensador populista que enfrentou este problema foi Tkatchov. Ele não ignorava a tese marxista da necessidade do pleno desenvolvimento de toda formação econômica, mas tentou interpretá-la a seu modo, ou seja, aplicando-a ao desenvolvimento econômico interno de cada formação, considerada separadamente das outras, e não ao desenvolvimento histórico no seu conjunto, ou seja, como seqüência precisa e irreversível das formações econômicas. Todo princípio econômico – sustentava – tem uma lógica interna própria de desenvolvimento; assim como, no raciocínio, não podemos saltar diretamente da premissa inicial à conclusão, também no desenvolvimento interno de um princípio econômico (isto é, de uma formação econômica) é impossível saltar as fases intermediárias¹⁴. É possível, todavia, dar início a um ciclo de desenvolvimento inteiramente novo, contanto que os velhos princípios econômicos tenham sido completamente erradicados. Esta possibilidade de opção se realiza, sobretudo, nas épocas de transição, quando as velhas relações econômicas já tiveram seu tempo, e as novas, momentaneamente, ainda não se impuseram plenamente. Na Rússia, a revolução socialista pode vencer agora, quando toda vitalidade da velha formação feudal se exauriu, ou em um futuro remoto, quando o país tiver atravessado todas as dolorosas fases do desenvolvimento capitalista. Hoje, o inteiro futuro do país está nas mãos dos revolucionários; amanhã, será tarde demais. A Alemanha encontrou-se diante da mesma alternativa no momento da sua grande guerra camponesa. Thomas Münzer, diversamente do que sustentava Engels, teve a possibilidade objetiva de vencer, poupando à Alemanha os sofrimentos do desenvolvimento capitalista¹⁵. Hoje, a mesma possibilidade se oferece aos so-

14. TKACEV, *Izbrannye socinenija*, cit., vol. I, pp. 260-62.

15. *Ibid.* Pode ser útil observar que a opinião de Engels sobre a possibilidade de vitória de Münzer (diametralmente oposta à de Tkatchov) foi mais de uma vez citada por Plekhânov, que a utilizou como argumento contra a idéia da "tomada de poder" pela vanguarda revolucionária.

cialistas russos: a Rússia talvez esteja mais próxima do socialismo do que o Ocidente, porque não iniciou ainda o caminho do capitalismo.

A idéia forneceu a Engels a oportunidade para uma breve sátira do infantilismo bakuninista (*Volkstaat*, 6-8 outubro 1874). Tkatchov responde com uma "Carta aberta" (1874), acusando Engels de ter traído, por oportunismo, o verdadeiro espírito revolucionário, e de ignorar as condições da Rússia. Engels, por seu lado, responde a Tkatchov com o artigo "As condições sociais na Rússia", em que ressaltava que um alto nível de desenvolvimento capitalista é condição necessária para o socialismo:

"A burguesia é, não menos que o proletariado, uma premissa necessária da revolução socialista; e dizer que esta revolução é mais facilmente realizável em um país justamente porque este não possui um proletariado, mas não possui tampouco uma burguesia, significa não conhecer nem mesmo o bê-a-bá do socialismo"¹⁶.

Esta opinião estava em perfeita harmonia com o prefácio à primeira edição alemã de *O Capital*. O desenvolvimento histórico era aqui descrito como um processo de história natural, objetivo e independente da vontade humana, que abre passagem com "férrea necessidade", e não deixa aos países atrasados outra escolha que a de atravessar as mesmas fases de crescimento econômico já levadas a cabo pelos países mais avançados.

A aplicação na Rússia deste ponto de vista teórico coloca aos socialistas russos um dilema dramático, formulado com a máxima incisividade no artigo de Mikhailóvski, "Karl Marx diante do tribunal do Sr. Jukóvski" (1877). Aos socialistas ocidentais - sustenta Mikhailóvski -, a teoria marxista fornece uma explicação científica do passado e uma massa de argumentos para sustentar a necessidade e a desejabilidade do socialismo; acolhê-la não significa para eles uma divisão moral, uma separação entre seu ideal e o diagnóstico do estado atual das coisas. O socialista russo que esposasse a teoria marxista se encontraria em uma situação diversa: seria constrangido a admitir que, naquele momento, no seu país, não existiam os pré-requisitos do socialismo, e que a imagem do futuro imediato da Rússia não encontrava correspondência na descrição marxista do desenvolvimento capitalista na Inglaterra. Por outro lado, o determinismo histórico marxista o obrigaria a aceitar todas as conseqüências do desenvolvimento

16. Cfr. F. ENGELS, "Le condizioni sociali in Russia", in K. MARX e F. ENGELS, *India, China e Russia*, aos cuidados de B. Maffi, Milão, 1960, pp. 219 e 287-88.

capitalista, não obstante a absoluta consciência das dores e dos sofrimentos que ele produziria no povo. O socialista russo, portanto, para permanecer fiel à teoria marxiana, deveria tornar-se um observador passivo que estuda os processos sociais com fatalística indiferença, ou um ativo defensor do capitalismo¹⁷.

A previsão de Mikhaikóvski, de fato, se realizou, pelo menos em parte. Alguns revolucionários russos, influenciados por Marx, adotaram a posição de observadores passivos, acreditando que os acontecimentos sociais deveriam ser abandonados a si mesmos enquanto o capitalismo russo não estivesse suficientemente maduro para ser derrubado¹⁸. Por outro lado, um fato ainda mais significativo é que, a partir dos anos 80, o marxismo foi utilizado como principal suporte do desenvolvimento capitalista na Rússia. Em 1885, N. Ziber, um professor da Universidade de Kiev, que se considerava marxista, publicou seu livro sobre *David Ricardo e Karl Marx* (do qual algumas partes já haviam sido editadas nos anos 70)¹⁹, no qual o marxismo era interpretado como continuador direto da economia burguesa clássica, concluindo-se pois que a passagem pela fase capitalista era imposta por uma lei universal de desenvolvimento econômico; a este estudioso, entre outros, Marx referiu-se positivamente nos pós-escrito à segunda edição alemã de *O Capital*. Nos anos 90 apareceram na Rússia os chamados "marxistas legais", que defendiam a industrialização capitalista de Vitte e propugnavam uma rápida dissolução da comuna camponesa. Foi uma corrente de pensamento muito difundida, dotada de jornais próprios, e que tinha como expoentes também alguns professores universitários e de institutos de instrução superior. Pêtr Struve, seu representante mais respeitado, escreve as *Anotações Críticas sobre o Desenvolvimento Econômico da Rússia* (1894), cuja conclusão não deixava margem a dúvidas: "Devemos admitir que nossa cultura é escassa e ir à escola do capitalismo". Nos anos posteriores, o próprio Struve teria confessado que o "marxismo legal" era essencialmente uma "justificação do capitalismo" e, portanto, que o papel por ele desempenha-

17. MICHAJLOVSKIJ, *Polnoe sobranie socinenij*, vol. IV, São Petersburgo, 1909, pp. 167-73.

18. Cf. B. P. KOZ'MIN, *Iz istorii revoliucionnoj mysli v Rossii*, Moscou, 1961, pp. 381-82.

19. Os artigos de Ziber publicados em 1870 exerceram uma certa influência sobre o jovem Plekhânov. Cf. V. VAGANYAN, G. V. *Plechanov. Opyt charakteristiki socialno-politiceskich vozzrenij*, Moscou, 1924, p. 36.

do no desenvolvimento do pensamento russo podia ser comparado ao da economia política liberal no Ocidente. Plekhânov expressa uma opinião análoga, com estas palavras: "O aspecto peculiar da nossa história recente consistiu no fato de que até a europeização da nossa burguesia foi conseguida sob a bandeira do marxismo"²⁰.

Plekhânov, o "pai do marxismo russo", representava uma posterior variante na aplicação das teorias marxistas às condições atrasadas da Rússia. Nas suas primeiras obras marxistas – *Socialismo e Luta Política* (1883) e *As Nossas Divergências* (1885) – ele lançou um apaixonado ataque contra as duas posições que colocavam em perigo o movimento revolucionário russo: o velho preconceito populista contra a "liberdade política" e a idéia "blanquista" da tomada do poder. A seus olhos, o marxismo russo era a continuação do ocidentalismo russo; a grande missão da classe operária russa era levar a cabo a obra de Pedro o Grande. A tomada do poder pelos socialistas revolucionários não teria feito senão obstaculizar a realização deste fim, produzindo assim uma grave regressão histórica. O verdadeiro socialismo é impossível se não forem obtidos um nível elevado de desenvolvimento econômico e um nível igualmente elevado de consciência de classe entre os trabalhadores. Os revolucionários que tentassem impor o socialismo em um país atrasado "deviam buscar a salvação nos ideais do comunismo patriarcal e autoritário", substituindo os "Filhos do Sol" peruanos e seus funcionários por uma casta socialista²¹. Para impedir isso, os revolucionários russos deviam escolher "o longo e difícil caminho do capitalismo", o caminho da luta política que passa pela atividade de agitação entre os operários, em colaboração com os liberais e todas as forças progressistas da sociedade. Entre a revolução socialista e a revolução política (isto é, a revolução voltada para a derrubada do absolutismo), deve decorrer um período de tempo bastante longo, de modo a permitir o máximo de industrialização capitalista e de educação dos trabalhadores na escola da ordem legal e da liberdade política. Esse período seria mais breve do que no Ocidente porque na Rússia, graças à influência ocidental, o movimento socialista começou muito cedo, ainda na fase inicial do capitalismo. Mas não deverá ser demasiadamente breve: a excessiva redução no tempo de qualquer processo leva sempre a resultados finais indesejáveis.

O ponto forte do pensamento de Plekhânov consistia na sua pro-

20. P. STRUVE, *Kriticheskie zametki po voprosu ob ekonomiceskom razvitii Rossii*, São Petersburgo, 1894, p. 288.

21. G. V. PLEKHÂNOV, *Socinenija*, 24 vol., Moscou, 1920-27, vol. II, p. 81.

funda, quase profética, compreensão dos perigos inerentes à construção do socialismo em um país atrasado, onde a democracia política jamais existiu, e onde a própria idéia de socialismo pode facilmente ser distorcida. Desejava para seu país um desenvolvimento “normal”, “europeu”, que seguisse a sucessão racional das fases e estivesse sempre perfeitamente harmonizado com o crescimento interno, econômico e cultural. Racionalizou este seu desejo numa tese teórica segundo a qual tal desenvolvimento é uma “necessidade histórica”, e qualquer idéia de desenvolvimento não capitalista para a Rússia não seria mais do que utopismo subjetivo. Retrospectivamente, de qualquer maneira, fica claro que seu ideal de socialismo construído na Rússia após a definitiva conclusão do processo de ocidentalização, solidamente fundado em um capitalismo altamente desenvolvido e democrático, mostrou-se não menos utópico do que o ideal populista de evitar o custo humano do progresso econômico. Do ponto de vista puramente político, o programa de Plekhânov era de realização bastante difícil: era praticamente impossível desenvolver entre os trabalhadores russos uma consciência de classe, isto é, a consciência de um ineliminável conflito de classe com a burguesia, e, ao mesmo tempo, conseguir instilar na sua mente uma teoria científica na base da qual eles teriam, durante algumas gerações, de se adaptar ao domínio burguês. O problema foi claramente caracterizado por Lev Tichomirov, teórico do partido populista Vontade do Povo, que comparou Plekhânov a um missionário que tenta convencer os selvagens de que a escravidão é uma fase necessária da civilização, e que, portanto, é útil para eles tornarem-se escravos²².

Do ponto de vista dos populistas, as divergências entre Plekhânov e os “marxistas legais” eram bem menos importantes do que a fundamental coincidência de suas opiniões. Na prática política, tanto Plekhânov quanto Struve sustentavam o desenvolvimento capitalista, e viam na burguesia um aliado na luta pela liberdade política; no campo teórico, tanto o grupo de Plekhânov quanto os “marxistas legais” justificavam esta tomada de posição referindo-se aos conceitos de “necessidade histórica” e de “leis objetivas” do desenvolvimento econômico. Os populistas, profundamente contrários a esta visão política, dirigiam sua polêmica não só contra “os discípulos russos de Marx”, mas também contra os próprios Marx e Engels. Aos olhos de Mikhailóvski, o fato de Engels (citado por Struve) ter afirmado que a escravi-

22. Cf. o artigo de TICHOMIROV, “O que espero da revolução?”, in *Vestnik Narodnoj Voli*, Genebra, 1884, n. 2.

dão foi uma fase necessária de desenvolvimento, porque sem ela o socialismo moderno não seria possível, representava um exemplo perfeito da presunçosa auto-exaltação típica do hegelianismo. Também Hegel, observava Mikhailóvski, acreditava que o nascimento da sua filosofia absoluta justificasse todas as atrocidades da história²³.

As reações emotivas, morais, foram acompanhadas de esforços intelectuais para responder ao desafio do historicismo marxista. Os populistas apoiaram com argumentações teóricas sua convicção de que o capitalismo na Rússia não era de modo algum inevitável. O primeiro grupo derivava as próprias argumentações da chamada "sociologia subjetiva", elaborada por Lavrov e Mikhailóvski no final dos anos 60. Seus pressupostos fundamentais podem ser resumidos em três pontos. Em primeiro lugar, estava em defesa do eticismo, uma teoria axiológica que reivindicava para os valores uma esfera de existência autônoma, de tal forma que não pudessem ser derivados dos fatos ou ser a eles reduzidos (deste ponto de vista, é evidente em Lavrov a influência de Kant e dos neokantianos). Em segundo lugar, estava uma posição epistemológica e metodológica que negava ou questionava a possibilidade de um método "objetivo" nas ciências sociais. Afirmava-se que o conhecimento histórico e sociológico nunca pode ser verdadeiramente "objetivo", na medida em que depende sempre das emoções inconscientes, ou melhor, dos ideais pré-escolhidos conscientemente pelos estudiosos. Em terceiro lugar, estava uma filosofia da história, segundo a qual o "fator subjetivo" – o pensamento e vontade do homem – pode se opor eficazmente às chamadas "leis" do desenvolvimento e pode ter um papel decisivo no processo histórico. Nos três pontos, afirma-se a revalorização do "subjetivismo" em relação ao "objetivismo", isto é, à doutrina segundo a qual a vontade, a consciência e os valores humanos são sempre derrotados no conflito com as "leis objetivas". Os populistas russos viram no marxismo, inicialmente, o melhor desmascaramento da exploração capitalista; mais tarde, contudo, chegaram à conclusão de que se tratava da mais perniciosa entre as formas recentes de "objetivismo", que absolutizava o desenvolvimento das forças produtivas, inteiramente indiferente ao custo humano de tal desenvolvimento. Com esta conclusão, sua "sociologia subjetiva" torna-se um instrumento de luta contra o marxismo.

Um segundo grupo de argumentações utilizado pelos populistas

23. Cf. o artigo de MICHAÏLOVSKI, "O G. P. Struve i ego kriticeskich zametkach po voprosu ob ekonomiceskom razvitii Rossii", in *Polnoe sobranie socinenij*, cit., vol. VII.

russos contra o marxismo não estava ligado à tendência a combater o "método objetivo" nas ciências sociais enquanto tal. Pelo contrário, muitos pensadores populistas estavam convencidos de que sua idéia de uma transição direta ao socialismo estava solidamente fundada em uma análise inteiramente objetiva das condições econômicas e sociais da Rússia. Tal argumentação se encontra, por exemplo, nos escritos de Tkatchov e Tichomirov, que caracterizam a debilidade da burguesia russa, ou nos primeiros artigos de Plekhânov que, na sua fase populista, concordava inteiramente com a concepção das "leis objetivas do desenvolvimento", insistindo somente sobre o fato de que tais leis não são uniformes, nem universalmente aplicáveis²⁴. No conjunto, os principais pensadores populistas dos anos 70, "sobretudo Mikhailóvski e Lavrov, estavam imbuídos da convicção pessimista de que o tempo trabalhava contra eles, de que o chamado "curso objetivo dos acontecimentos", ou seja, o automatismo do desenvolvimento econômico, impelia seu país a seguir a vida do capitalismo. No início dos anos 80, contudo, esta veia de pessimismo foi colocada em discussão por uma teoria populista do desenvolvimento econômico, que se declarava inteiramente "objetiva" e levava à conclusão surpreendentemente otimista de que o desenvolvimento não capitalista da Rússia era não só uma possibilidade objetiva, mas até uma necessidade histórica. Foi esta teoria que V. Voroncov, principal representante do populismo "legal", não revolucionário, propôs no livro *O Destino do Capitalismo na Rússia* (1882)".

O capitalismo na Rússia, sustentava Voroncov, é um capitalismo artificial, uma paródia do capitalismo. Não pode se desenvolver sem consistentes subsídios governamentais. Suas potencialidades produtivas são muito limitadas, na medida em que não pode competir com o capital dos países industrializados mais avançados; os mercados externos já foram repartidos; o mercado interno não pode expandir-se por causa da crescente pobreza das massas, inevitável corolário do capitalismo na sua primeira fase de desenvolvimento. No Ocidente, o capitalismo realizou uma grande missão progressista, que se constituiu na "socialização do trabalho"; na Rússia, ao contrário, como em todos os países que "ingressaram tardiamente na arena da história", ele é so-

24. Cf. o artigo de PLEKHÂNOV, "A lei do desenvolvimento econômico da sociedade e as tarefas do socialismo na Rússia", 1879, in *Socinenija*, vol. I. Para uma análise deste artigo cf. VALICKI, *Marxisti i populisti*, cit.

25. Uma interessante discussão sobre a divergência entre "populistas legais" e "marxistas legais" encontra-se in A. P. MENDEL, *Dilemmas of progress in tsarist Russia. Legal marxism and legal populism*, Cambridge (Mass.). 1961.

mente uma forma de exploração das massas em benefício de uma pequena parcela da população. A necessidade histórica não é o capitalismo, mas a "socialização do trabalho" através da industrialização; dadas as condições da Rússia, todavia, a industrialização só pode ser alcançada através da planificação socialista, empreendida e controlada pelo Estado. Voroncov considerava esta conclusão não como um "ideal subjetivo", mas como o resultado de uma análise objetiva das desvantagens e das vantagens peculiares de um país atrasado: desvantagens criadas pela falta de um mercado e pela debilidade da burguesia autóctone, e vantagens que consistiam na possibilidade de importar tecnologia moderna já pronta e de aprender da experiência histórica já acumulada nos países evoluídos do Ocidente²⁶.

Como outros populistas, Voroncov considerava que o socialismo teria poupado aos camponeses russos as atrocidades da "acumulação primitiva". Ao mesmo tempo, tendo estudado a fundo Marx, por ele frequentemente citado em seus livros, não podia aceitar o ideal de Mikhailóvski de um trabalho não dividido, não socializado. A seu ver, a "socialização do trabalho", no sentido marxista do termo, representava um sinal de progresso e uma necessidade de desenvolvimento econômico. Não era, portanto, contrário à industrialização, e acusava os marxistas russos, e também o governo russo, de identificar industrialização com industrialização capitalista. A isso se opunha, propondo uma industrialização não capitalista como único meio para superar o atraso econômico e, ao mesmo tempo, como a via mais breve e, em certo sentido, "privilegiada", para a fase mais elevada do desenvolvimento econômico.

As teorias de Voroncov foram desenvolvidas e modificadas por um outro "populista legal", Nicolai Danielson, que mantinha correspondência com Marx e Engels e foi o primeiro tradutor de *O Capital*. No campo da economia política, considerava-se marxista e tentava aplicar o método marxiano aos problemas específicos de um país atrasado. Sua formulação da principal tarefa a realizar era a seguinte: "como elevar a indústria russa ao alto nível da ocidental, aumentando o bem-estar do povo, sem cair na dependência econômica em relação aos países mais civilizados"²⁷. A seu ver, a solução consistia na nacionali-

26. Cf. V. V(ORONCOV), *Sud'by kapitalizma v Rossii*, São Petersburgo, 1882, p. 14. A idéia de que o atraso pudesse ser uma espécie de privilégio já tinha sido proclamada na Rússia por Herzen, que se inspirou, por sua vez, em Caadaev e no famoso ensaio de Tchernichévski, "Crítica dos preconceitos filosóficos contra a propriedade comunal da terra" (1859).

27. NICOLAJ-ON (DANIEL'SON), *Ocerki nasego poreformennogo chozjajstva*, São Petersburgo, 1893, pp. 300-1.

zação, na planificação socialista e na manutenção da comuna camponesa, considerada como o germe da agricultura socialista; e também ele se preocupava, antes de mais nada, em defender os “produtores diretos” do perigo da expropriação capitalista. Diversamente de Voronov, propugnava meios mais radicais; era cético em relação às meas medidas, como a redução dos impostos sobre os camponeses, o crédito a juro baixo, a promoção das associações artesanais, e assim por diante; atribuía, pelo contrário, grande importância à indústria moderna em larga escala, criada e gerida pelo Estado. Os seus *Esboços da Nossa Economia Social após a Libertação dos Camponeses* (1893), inspirados pela obra de Marx, são ricos em citações não só de *O Capital* (sobre temas como a destruição das indústrias rurais, a proletarianização, a concentração do capital, a função do crédito público e do desenvolvimento das ferrovias, etc.), mas também da sua correspondência com Marx e Engels²⁸. Às vezes, Danielson descobria estar expressando opiniões que contrastavam com as de seus mestres (sobretudo de Engels), mas procurava esconder o fato. Assim, enquanto apelava continuamente para a autoridade de Marx e de Engels, sempre que polemizava com eles o fazia de modo não explícito, tentando passar por um marxista ortodoxo.

Parece não restar dúvidas sobre o fato de os “populistas legais” terem subestimado grosseiramente as possibilidades de desenvolvimento capitalista da Rússia e, ao mesmo tempo, terem sido muito otimistas no que diz respeito à industrialização não capitalista e também muito confiantes de que, sob os auspícios do Estado, seria possível que a industrialização fosse acompanhada de um constante aumento do bem-estar do povo. Não há dúvida, por outro lado, que eles cometeram muitos erros na interpretação dos dados estatísticos, que suas opiniões sobre a direção tomada pela economia russa eram tendenciosas, etc. Não obstante, podemos observar – da perspectiva do nosso tempo – que suas teorias não só eram uma legítima tentativa de defender os camponeses, que muitos socialistas daqueles anos estavam prontos a considerar como “condenados”, mas também a primeira tentativa de colocar e resolver alguns problemas do atraso econômico, ainda hoje

28. O livro de DANIEL'SON, *Ocerki cit.*, foi escrito por sugestão de Marx, que insistiu sobre o fato de que os dados do desenvolvimento da economia russa por ele recebidos pela carta de Danielson deviam ser apresentados e analisados na imprensa. Ao mesmo tempo, autorizou Danielson a utilizar citações da sua correspondência com ele. O primeiro capítulo do livro, publicado em 1880, foi muito apreciado por Marx, que nele encontrou confirmação para as próprias idéias sobre as consequências sociais do desenvolvimento capitalista.

cruciais para os países atrasados ou que têm um desenvolvimento desigual. O problema da industrialização não capitalista era colocado por eles como meio para “superar e ultrapassar” as nações economicamente mais avançadas²⁹, mas estavam dolorosamente conscientes do fato de que os países atrasados não só não deveriam mas também não poderiam repetir no seu desenvolvimento o esquema clássico inglês.

O ponto mais débil da argumentação de Voroncov e de Danielson consistia em aceitar implicitamente que seu programa econômico pudesse ser realizado pelo Estado czarista existente; por esse motivo, Plekhânov os definia, depreciativamente, como “os socialistas policiais”. Os populistas, por sua vez, consideravam os marxistas russos como apologetas camuflados dos capitalistas, propugnadores da expropriação dos camponeses. O nascimento do “marxismo legal” foi visto como uma clara confirmação de tal opinião. Não é estranho, portanto, que – nos anos 90 – o debate entre populistas e marxistas russos chegasse à máxima tensão.

Vale recordar que, além do Grupo para a Libertação do Trabalho e dos “marxistas legais”, existia ainda nos anos 90 uma terceira variante do marxismo russo: o marxismo revolucionário que, diversamente do grupo de Plekhânov, não se desenvolveu no exílio, mas no interior do país, e que em muitos aspectos retoma as tradições revolucionárias do populismo. Nos anos 80 e no início dos anos 90, muitos membros dos meios revolucionários, especialmente na região do Volga, sustentavam opiniões segundo as quais o marxismo se fundia com o culto da “vontade do povo”, e com a idéia populista da transição direta ao socialismo. Nos anos 80, o mais significativo representante desta formação intelectual, meio marxista e meio populista, foi Alexander Uliânov, condenado à morte em 1887 por um fracassado atentado à vida do czar. Suas idéias são muito interessantes enquanto tentativa de conciliar populismo revolucionário e marxismo.

Uliânov se considerava um seguidor da Vontade do Povo, mas – no seu “Programa da fração terrorista do partido ‘Vontade do Povo’” – abandonou a denominação tradicional de “socialistas-populistas”, definindo seus seguidores simplesmente como “socialistas”. Não depositava suas esperanças nas comunas camponesas, mas apontava a principal força revolucionária na classe operária urbana: o socialismo era, para ele, “o resultado necessário da produção capitalista e da estru-

29. O mesmo argumento se encontra no livro de FLEROVSKIJ (pseudônimo de VASILIJ V. BERV), “A condição da classe operária na Rússia”: cf. *Izbrannye ekonomiceskie proizvedenija*, vol. I, p. 556.

ra de classe capitalista". Isto, contudo, não excluía, a seu ver, "a possibilidade de uma transição diversa, mais direta, ao socialismo". Segundo sua interpretação, a lei do desenvolvimento econômico que previa a passagem através do capitalismo para chegar ao socialismo não era universal, mas condicional: "Ela exprime uma necessidade histórica que governa o processo de transição ao socialismo, se se deixar que tal processo se desenvolva de modo espontâneo, se não ocorrer nenhuma intervenção consciente por parte de um grupo social"³⁰. Para compreender a posição de Uliânov, é necessário ter presente que ele traduziu um dos primeiros escritos de Marx, *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. A tradução foi publicada na Suíça, com um interessante prefácio de Lavrov³¹. Para Uliânov, a crítica da religião, argumento central do artigo de Marx, tinha uma importância secundária; interessava-lhe, sobretudo, o pensamento de Marx sobre a possibilidade de acelerar o desenvolvimento histórico de um país, atravessando algumas fases de tal desenvolvimento somente no plano ideológico. Segundo o jovem Marx, o desenvolvimento do pensamento político na Alemanha tinha ultrapassado seu desenvolvimento histórico, na medida em que a Alemanha tinha experimentado no pensamento tudo o que a França tinha experimentado na realidade: por isso, a Alemanha podia saltar a fase da revolução burguesa clássica segundo o modelo francês. Com muita justeza, Uliânov vê nisso uma importante argumentação em favor da tese de que os países economicamente atrasados, mas ideologicamente avançados, podem saltar ou acelerar algumas fases do próprio desenvolvimento "natural".

Vladimir Uliânov, o futuro Lênin, profundamente abalado com a execução do irmão mais velho, ficou não menos chocado com a posição dos liberais locais, que romperam todas as relações com a família³². Pouco tempo depois, passou a fazer parte dos marxistas revolucionários. Naturalmente, tinha aprendido muito com Plekhânov; mas, já nas suas primeiras obras, podem-se ver alguns pontos de divergência. Tais divergências eram, talvez, mais acentuadas na sua posição em relação aos populistas, aos liberais e aos "marxistas legais". Diversamente de Plekhânov, desde os primeiros escritos, o jovem Lênin suspeitou de que Struve fosse um liberal burguês; e acusou-o de se ter dedicado excessivamente no que distinguia o marxismo do populismo, deixando de lado seus objetivos comuns enquanto ideologias dos produ-

30. Citado por Karataev, *Narodniceskaja literatura*, cit., p. 631.

31. V. P. L. LAVROV, *Filosofija i sociologija*, Moscou, 1965, vol. II pp. 581-613.

32. Cf. N. K. KRUPSKAYA, *Memories of Lenin*, Londres, 1930, pp. 4-5.

tores diretos³³. Destacou-se do “objetivismo” de Struve, observando com acuidade que era fácil que ele degenerasse em uma justificação das condições existentes, e contrapôs a tal “objetivismo” o espírito do *partinost*. Não acusou os populistas de serem demasiadamente anticapitalistas, mas, ao contrário, de serem pouco conscientes das tendências capitalistas entre os camponeses e, conseqüentemente, de estarem presos a ilusões burguesas. A seu ver, o capitalismo russo (diferentemente do que sustentavam Struve e Plekhânov) não era uma estrutura que se desenvolveria plenamente e que produziria seus frutos no futuro, mas algo já definitivamente estabelecido, isto é, uma estrutura já suficientemente madura para justificar o fato de que seus defensores (os liberais) fossem considerados conservadores, contra os quais era necessário travar uma guerra. Esta opinião não decorria de uma subestimação do atraso econômico russo: Lênin achava o capitalismo russo maduro porque, para ele, o critério de juízo principal da “maturidade” do capitalismo era o caráter das divisões e das lutas de classe, e não só o desenvolvimento das forças produtivas³⁴.

A importância destas peculiaridades da posição de Lênin nos debates dos anos 90 pode ser avaliada plenamente se considerada na perspectiva do desenvolvimento posterior do seu pensamento político. Suas primeiras obras lançam muita luz sobre a reivindicação do grande papel do “fator subjetivo” – a consciência revolucionária e a vontade organizada – no processo histórico, sobre seu profundo interesse pela questão agrária, sobre sua recusa em considerar os camponeses como uma “massa reacionária” (posição característica dos mencheviques e, em geral, da Segunda Internacional)³⁵, sobre sua tática política fundada na aliança não com os liberais (como postulava Plekhânov), mas com os partidos democráticos camponeses. Mas esta história, de qualquer modo, pertence ao período posterior.

Dada a nossa possibilidade de considerar as coisas retrospectivamente, podemos constatar como, nos debates do século XIX entre populistas e marxistas russos, tanto uns quanto outros formularam problemas fundamentais, sem que nem uns nem outros tivessem conseguido prever o futuro. Foi verdadeiramente uma manifestação de hegeliana “ironia da história” o fato de que, em 1917, os social-

33. V. I. LÊNIN, “O conteúdo econômico do populismo e sua crítica no livro do Sr. Struve”, in *Opere*, Roma, 1955, vol. I. p. 341 e segs. (em particular pp. 519-23).

34. Cf. V. I. LÊNIN, “O que são os ‘amigos do povo’ e como lutam contra os social-democratas”, *ibid.*, sobretudo p. 299 e segs.

35. Cf. D. MITRANY, *Marx Against the Peasant*, Londres, 1952, parte 1.

revolucionários “neopopulistas” tivessem apoiado a democracia política “burguesa” (não obstante a tradicional hostilidade populista pela liberdade política), enquanto os marxistas revolucionários a liquidaram (apesar do fato de que, nos debates com os populistas dos anos 90, todos eles, inclusive Lênin, tivessem-na defendido). Demonstrou-se correta a previsão populista de que a derrubada da autocracia seria seguida na Rússia por uma revolução socialista, de que não passaria muito tempo entre a revolução burguesa e a socialista. Revelou-se infundada, pelo contrário, sua confiança otimista no fato de que tal desenvolvimento não teria comportado o pagamento de um “preço do progresso” muito alto, isto é, que a industrialização socialista posterior à revolução não teria exigido grandes sacrifícios humanos. Em 1917, Plekhânov viu em Lênin o continuador de Tkatchov, e observou precisamente que a revolução bolchevique contradizia, em seus pressupostos fundamentais, sua interpretação do marxismo³⁶. A vitória do marxismo na Rússia foi, portanto, diferente das teorias e das previsões do “pai do marxismo russo”.

3. Marx e Engels diante do problema populista

Diante da crescente força do movimento revolucionário russo, participante também da causa do socialismo, Marx e Engels tiveram de se colocar um problema tipicamente “populista”: seria possível que, na Rússia, o socialismo vencesse antes que o capitalismo russo tivesse alcançado o nível de desenvolvimento do Ocidente? Seria possível a revolução socialista vencer num país atrasado antes da vitória do socialismo nos países mais avançados do Ocidente?

Em 1882, no prefácio à tradução russa (de Plekhânov) do *Manifesto*, Marx e Engels davam a seguinte resposta:

“Se a revolução russa for o sinal para uma revolução operária no Ocidente, de modo que ambas se completem, então a atual propriedade comunal rural russa poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista”³⁷.

Engels expressava opinião análoga já em 1875, em sua polêmica com Tkatchov (“As condições sociais na Rússia”). Mesmo insistindo

36. G. PLEKHÂNOV, *God na rodine*, vol. II, Paris, 1921. Cf. S. H. BARON, *Plekhanov, the father of Russian marxism*, Londres, 1963.

37. K. MARX e F. ENGELS, “Manifesto do Partido Comunista”, in *Opere*, vol. 6, Roma, 1973, p. 663. (Ed. Brasileira, in *Obras Escolhidas*, Alfa-Ômega, São Paulo, tomo I.)

no fato de que os países ocidentais avançados estavam mais próximos do socialismo do que a atrasada Rússia, admitia, ao mesmo tempo, que a comuna camponesa russa pudesse sobreviver até o momento em que fosse possível transformá-la em uma forma mais elevada, comunista, de unidade agrícola. A seu ver, todavia, a realização dessa possibilidade dependia de uma vitória anterior da revolução proletária no Ocidente.

Em 1894, no pós-escrito à reedição do seu ensaio sobre as “Condições sociais na Rússia”, Engels declarou que a possibilidade de “salvação” da comuna russa já tinha sido eliminada pelos progressos do capitalismo russo. Sustentava, além disso, que essa possibilidade fora sempre muito aleatória, puramente teórica, e que sua existência havia sido ressaltada exclusivamente por motivos táticos, a fim de não desencorajar os revolucionários russos.

Um útil comentário a esta afirmação encontra-se na carta de Engels a Vera Zasulitch, de 23 de abril de 1885. Torna-se evidente que, para ele, a verdadeira tarefa histórica dos revolucionários russos era a derrubada da autocracia czarista; e que ele não levava a sério as convicções socialistas de tais revolucionários. Por este motivo, não partilhava a preocupação de Plekhânov de que a “tomada do poder” por parte dos socialistas revolucionários distorceria o desenvolvimento moral da Rússia. A realidade pós-revolucionária, afirmava, é sempre diferente dos fins subjetivos que os revolucionários se propõem, já que a necessidade histórica prevalece sempre: “Aqueles que se vangloriavam de ter feito a revolução sempre se deram conta, um dia depois, que não sabiam o que faziam; que a revolução realizada não era, de fato, semelhante àquela com que sonhavam. Eis o que Hegel chama de ironia da história”³⁸. Se os adeptos da Vontade do Povo – cuja luta heróica Marx e Engels apoiavam entusiasticamente – pudessem ter lido esta carta, não lhes teria agradado serem tratados como instrumentos inconscientes da irônica racionalidade da história.

O ceticismo de Engels sobre as possibilidades de vitória do socialismo na Rússia não se baseava somente em dados mais recentes sobre o desenvolvimento do capitalismo russo, mas também e sobretudo num preciso pressuposto teórico:

“É historicamente impossível que um grau de desenvolvimento econômico inferior desvende os mistérios e os conflitos que foram liberados, e só podiam ser liberados, em um estágio muito superior... Toda formação econômica dada tem seus problemas a resolver, os problemas que brotam das suas relações específicas: querer resolver os problemas de uma outra formação completamente diferente seria um contrassenso”³⁹.

38. MARX-ENGELS, *Índia, Cina e Rússia*, cit., p. 251.

39. F. ENGELS, “Poscrito” (1894) a “As condições sociais na Rússia”, *ibid.*, p. 278.

Este pressuposto lhe oferecia a possibilidade de descobrir uma linguagem comum com os populistas russos. Um bom exemplo disso é a sua correspondência com Danielson. Tratava-se de uma troca de opiniões entre dois homens que viam os mesmos fatos a partir de perspectivas absolutamente diferentes: a posição de Danielson era a de um homem profundamente envolvido nos acontecimentos do seu país, ansioso por enfrentar ou impedir os processos não desejáveis. Engels, pelo contrário, era um observador não diretamente interessado, e considerava o desenvolvimento do capitalismo russo como uma “natural” e inevitável evolução social. “A história – escrevia em uma carta a seu correspondente russo – é a mais cruel de todas as deusas; e conduz seu carro triunfal sobre montanhas de cadáveres, não só na guerra, mas também em tempos de ‘pacífico’ desenvolvimento econômico”⁴⁰. Para Engels, tratava-se de uma explicação e, em certo sentido, de uma justificação teórica das atrocidades que a história havia reservado aos camponeses russos; para Danielson (que citou a afirmação nos seus “Lineamentos”), era, ao contrário, uma advertência contra os perigos apresentados pelos processos históricos espontâneos, não controlados.

Examinemos mais de perto, agora, as enunciações de Marx. Em 1884, Engels entregou ao grupo Liberação do Trabalho uma carta de Marx à redação de *Otietchestvienne Zapiski*, escrita em 1877, como resposta ao artigo de Mikhailóvski “Karl Marx diante do tribunal do Sr. Jukóvski” (Marx não a tinha expedido, temendo que a sua publicação compromettesse a revista progressista russa aos olhos das autoridades). O grupo de Plekhânov não a publicou, mas ela apareceu nas páginas do *Vestnik Narodnoi Voli* (Genebra, 1886, n. 5), e, pouco tempo depois, em uma revista russa autorizada. Os autores populistas (Mikhailóvski, Voroncov, S. N. Krivenko) encontraram aqui a demonstração de que Marx não partilhava as opiniões dos seus “discípulos” russos, e imediatamente tiraram proveito disso para suas polêmicas com os marxistas russos.

Nesta carta, Marx pronunciava seu juízo sobre a teoria de Mikhailóvski em relação à tragédia do marxismo russo. Eliminava os fundamentos desta concepção, afirmando que o seu *O Capital* não se propunha de fato a ser uma teoria universal do desenvolvimento histórico, “uma teoria histórico-filosófica da marcha geral fatalmente imposta a todos os povos”. Com efeito – declarava –, “no capítulo sobre a acumulação primitiva, pretendo unicamente indicar a via pela qual, no Ocidente europeu, a ordem econômica capitalista emerge das entranhas da ordem econômica feudal”; mas estas considerações não de-

40. Engels a Danielson, 24 de fevereiro de 1893, in *Opere cit.*, vol. 50, pp. 44-45.

vem ser estendidas mecanicamente às outras partes do mundo.

“Acontecimentos de uma analogia surpreendente, mas verificados em ambientes históricos totalmente diferentes, produziram resultados inteiramente distintos. A chave destes fenômenos será facilmente encontrada se os estudarmos separadamente, um por um, e depois os confrontarmos; não se chegará jamais a tal chave com o *passe-partout* de uma filosofia da história, cuja virtude suprema é ser supra-histórica”⁴¹.

Marx refutava a idéia de Mikhailóvski de que *O Capital* exprimisse uma posição negativa em relação aos esforços daqueles russos que tentavam encontrar para seu país uma via de desenvolvimento diversa e melhor do que a ocidental. Com muita franqueza, formulava esta opinião:

“Para poder julgar com conhecimento de causa o desenvolvimento econômico da Rússia contemporânea, aprendi o russo e depois estudei por anos e anos as publicações oficiais e outras relativas a este tema. E cheguei a esta conclusão: se a Rússia continuar a trilhar o caminho pelo qual começou a caminhar em 1861, perderá a mais bela ocasião que a história jamais ofereceu a um povo, e experimentará todas as peripécias do regime capitalista”⁴².

Naturalmente, os populistas interpretaram estas palavras como uma confirmação da sua confiança de que existia para a Rússia a possibilidade de escapar do desenvolvimento capitalista. O prestigioso autor populista Gleb Uspenski vê na carta de Marx uma “amarga reprovação” à sociedade russa, incapaz de utilizar a sua “mais bela ocasião”⁴³. Lênin, em polêmica com os populistas, afirma que Marx, na realidade, tinha evitado dar uma resposta precisa⁴⁴. Plekhânov fundava sua interpretação da carta de Marx no fato de que, depois de 1877, a Rússia tinha continuado a seguir a via do capitalismo e, portanto (segundo a fórmula de Marx), devia agora experimentar “todas as peripécias” do desenvolvimento capitalista”⁴⁵.

41. MARX-ENGELS, *Índia, Cina e Rússia*, cit., pp. 235-36.

42. *Ibid.*, p. 235. É oportuno salientar, neste contexto, que Marx ficou muito impressionado com o livro de FLEROVSKIJ, *A condição da classe operária na Rússia*, que considerava a obra mais importante em seu gênero depois da de Engels sobre as condições da classe operária na Inglaterra.

43. Cf. o artigo de G. I. USPENSKIJ, “Amarga reprimenda”, in *Sobranie socinenij*, vol. IX, Moscou, 1957, pp. 166-73.

44. Cf. LÊNIN, “O que são os ‘amigos do povo’”, cit., p. 171 e segs.

45. PLEKHÂNNOV, *Socinenija*, vol. VII, pp. 263-64. No seu comentário à carta de Marx, Plekhânov teve de formular suas opiniões com uma cautela maior do que a habitual. Em outros contextos, referia-se às “leis sociológicas gerais” e não hesitava em afir-

Nem Lênin nem os populistas tinham, contudo, conhecimento de que Plekhânov possuía um documento posterior, onde a posição de Marx era ainda mais clara e mais incongruente com a interpretação dada ao marxismo por Plekhânov. Tratava-se da carta de Marx a Vera Zasulich (8 de março de 1881), descoberta após a Revolução de Outubro no arquivo do grupo Liberação do Trabalho e publicada em 1924⁴⁶. Era a resposta a uma carta de Vera Zasulich, em que esta perguntava a Marx se era verdade que a comuna camponesa russa estava condenada, e que a Rússia, como todos os países do mundo, devia – “por lei histórica inevitável” – atravessar todas as fases da produção capitalista. Respondendo a esta “maldita questão” dos populistas russos, Marx repetia, mais uma vez, que seu *O Capital* não continha uma teoria universal do desenvolvimento econômico e que “a ‘fatalidade histórica’ deste movimento está, portanto, expressamente limitada aos países da Europa Ocidental”. Por isso, concluía:

“Por esta razão, a análise feita em *O Capital* não fornece razões nem a favor nem contra a validade da comuna rural; mas o estudo específico que sobre ela fiz, e cujos materiais investiguei nas fontes originais, convenceu-me de que a comuna é o ponto de apoio da regeneração social na Rússia. Todavia, para que ela possa funcionar como tal, seria necessário antes eliminar as influências deletérias que a atacam de todas as partes, e posteriormente assegurar-lhe condições normais de desenvolvimento orgânico”⁴⁷.

A tarefa de “eliminar as influências deletérias” externas – ou seja, a influência do Estado, dos capitalistas e dos proprietários de terra – coincidia com as tarefas que se tinham pré-fixado os populistas revolucionários; e a sua realização não dependia de uma precedente vitória

mar que o marxismo permite prever “com precisão matemática” a futura direção dos desenvolvimentos econômicos.

46. Em 1881, Plekhânov e Vera Zasulich ainda eram populistas: não publicaram a carta de Marx porque sabiam que ele tinha intenção de elaborar posteriormente suas idéias sobre a possibilidade de uma transição direta ao socialismo na Rússia em um escrito dedicado a esse tema. Mas por que se abstiveram de publicá-la mais tarde, depois da morte de Marx? Tratou-se de uma tentativa consciente de ocultar determinadas idéias do mestre que não coincidiam com as deles? Segundo J. Z. POLEVOJ, *Zarozhdenie marksizma v Rossii*, Moscou, 1959, p. 163, a publicação da carta de Marx era simplesmente inútil, na medida em que as opiniões dele e de Engels sobre este tema já tinham sido expressas no prefácio à edição russa do *Manifesto*. Este argumento não parece, porém, totalmente convincente; cf. o debate entre E. Jurevski e B. Nicolaevski, in *Socialisticheskij Vestnik*, Nova Iorque-Paris, 1957, nºs 4-5.

47. Marx a Vera Zasulich, 8 de março de 1881, in MARX-ENGELS, *India, Cina e Russia*, cit., p. 237.

da revolução socialista no Ocidente. Não se tratou de um simples equívoco: dão testemunho disso os primeiros quatro esboços da carta de Marx, encontrados no seu arquivo, que fornecem uma particularizada elaboração da conclusão geral⁴⁸. Se os populistas russos pudessem ter lido estas páginas de Marx, teriam sem dúvida encontrado nelas uma preciosa e influente justificação das suas esperanças. Por outro lado – devemos acrescentar –, os esboços teriam alcançado seu fim: Marx os elaborava não somente para responder à carta de Vera Zasulitch, mas também como primeiro esboço do opúsculo que pretendia escrever por solicitação do Comitê Executivo da Vontade do Povo.

O raciocínio de Marx tem muitos pontos em comum com a *Crítica dos Preconceitos Filosóficos contra a Propriedade Comum da Terra*, de Tchernitchévski, artigo que Marx havia lido com atenção e que, evidentemente, teve sobre ele uma certa influência⁴⁹. O comunismo, sustenta Marx, é “um renascimento em forma superior de um tipo social arcaico”, representado pela comuna camponesa russa; e, portanto, poderia ser possível à Rússia – desde que as condições econômicas fossem favoráveis – passar diretamente das comunas rurais à produção comunista moderna em larga escala. As comunas primitivas não morrem facilmente; e é bastante provável que sua decadência não resulte inevitavelmente do curso natural da evolução, como afirmavam os estudiosos liberais, mas que às vezes seja o produto de pressões externas. A comuna camponesa russa representa o tipo mais elevado de coletivismo arcaico, baseado não em laços de sangue, mas em relações de vizinhança; e isto aumenta suas possibilidades de evolução em sentido progressista. A Rússia se encontra hoje numa posição extremamente vantajosa, porque o comunismo primitivo russo sobreviveu até o momento em que no Ocidente se verificaram os pré-requisitos econômicos, tecnológicos e culturais do comunismo moderno. A Rússia não é um país isolado nem, como a Índia, um país submetido à dominação estrangeira; ela tem contatos com o mercado internacional e pode se valer da tecnologia e da cultura modernas, assimilando os frutos do capitalismo ocidental, mas refutando seu *modus operandi*. Em uma situação excepcional como esta, não há qualquer necessidade, nem qualquer carecimento do desenvolvimento capitalista. Os defensores do capitalismo russo, que proclamam a necessidade de atravessar toda a sucessão de fases do desenvolvimento, não devem esquecer

48. *Ibid.*, pp. 237-44. Cf. SHIZUMA HINADA, *On the meaning in our time of the drafts of Marx's letter to Vera Zasulich. With textual criticism*, Londres, 1964.

49. Cf. V. M. STEJN, *Ocerki razvitija russkoj obscestvenopoliticeskoj mysli*, Leningrado, 1948, p. 236.

que também a industrialização capitalista na Rússia salta alguma das suas “fases naturais”, assimilando os resultados já prontos do desenvolvimento industrial no Ocidente, como a tecnologia moderna, as ferrovias e o sistema bancário (o mesmo havia sustentado Tchernitchévski no seu artigo). O que os liberais russos definem como “desintegração natural da comuna camponesa” é, de fato, o resultado de uma escolha política consciente do Estado, que exerce pesadas pressões financeiras sobre a comuna para poder subvencionar o capitalismo russo às custas dos camponeses. (A mesma interpretação tinha sido proposta pelos populistas.) Se as consistentes receitas extorquidas pelo governo aos camponeses libertados e utilizados para estimular o capitalismo russo fossem usadas, ao contrário, para desenvolver a agricultura, ninguém poderia falar de “desintegração natural” da comuna e todos teriam reconhecido sua importância como elemento da superioridade da Rússia sobre o Ocidente capitalista.

A conclusão era simples e explícita. A comuna camponesa russa não está ameaçada nem por uma pretensa “fatalidade histórica”, nem por uma teoria abstrata: seu verdadeiro inimigo é a autocracia russa, que sustenta artificialmente o capitalismo. O que conta, verdadeiramente, não é a solução de um problema teórico, mas a destruição de um inimigo concreto. “Para salvar a comuna russa, é necessária uma revolução russa”.

O opúsculo sobre a comuna camponesa prometido por Marx ao Comitê de Petersburgo da Vontade do Povo nunca foi escrito. Terá sido somente a doença que impediu Marx de fazê-lo, ou ele não estava totalmente convencido de ter refletido suficientemente sobre o problema e preferiu não emitir um juízo prematuro?

Uma análise mais aprofundada dos esboços da carta a Vera Zasulich, redigidos por Marx, só seria possível no contexto de um estudo mais amplo sobre as idéias de Marx em relação ao comunismo primitivo e sobre a evolução delas. Aqui, basta observar que o interesse pela comunidade primitiva nasce em Marx muito mais tarde, e estava ligado ao “problema populista”. Hobsbawn observou com razão que, “no que diz respeito à sociedade comunitária primitiva, as opiniões históricas de Marx e de Engels foram, sem dúvida, transformadas pelo estudo de dois autores: Georg von Maurer, que tentou demonstrar a existência da propriedade comunitária como fase da história alemã, e sobretudo Lewis Morgan, cuja *Ancient Society* (1877) fornece a base para suas análises do comunitarismo primitivo”⁵⁰. A primeira reação

50. K. MARX, *Forme economiche precapitalistiche*, prefácio de E. J. Hobsbawn, Roma, 1977, p. 22. (Ed. Brasileira: *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975.)

de Marx às obras de Maurer, expressa na sua carta a Engels de 25 de março de 1878, foi de que ele havia privado os russos até do "último traço de uma pretensa originalidade"⁵¹. Parece-nos que esta afirmação de Marx é suficiente para demonstrar que seu interesse por Maurer foi, em certa medida, estimulado pelas primeiras teorias do populismo russo e, com toda probabilidade, pelo "socialismo russo" de Herzen. Mais tarde, ainda, o interesse científico pelas estruturas sociais e econômicas arcaicas, tão intensificado pelo fascínio exercido pela *Sociedade Antiga* de Morgan sobre ele, permite a Marx ver de forma diversa o populismo russo, transformado então em uma importante tentativa "de encontrar nas coisas mais antigas coisas mais recentes"⁵². A isso, deveremos acrescentar a influência da literatura econômica e sociológica russa que Marx "devorou" a partir de 1837⁵³. Baseados nestes fatos, podemos tranqüilamente concluir que a influência e a própria existência do populismo russo estão entre os fatores mais importantes que determinaram a transformação das opiniões de Marx sobre o comunitarismo primitivo.

A possibilidade de que a comuna camponesa agisse como mola da regeneração social russa foi certamente exagerada tanto pelos populistas (ainda que não por todos) quanto por Marx. É necessário, contudo, salientar que a verdadeira importância das teorias populistas (consideradas do nosso ponto de vista) não está tanto naquilo que afirmavam a propósito da comuna, mas na elaboração de algumas idéias gerais sobre o desenvolvimento não capitalista dos países atrasados. O mesmo se pode dizer dos esboços da carta a Vera Zasulich, nos quais encontramos a interessante formulação de uma série de problemas novos e importantes, como o problema do desenvolvimento "assincrônico" em que se sobrepõem fases diversas, o particular "privilégio do atraso", a função do contato cultural, o "efeito demonstrativo" e a importação da tecnologia em um desenvolvimento acelerado, concentrado; em poucas palavras, os problemas da via não capitalista para a modernização.

Um rápido confronto entre as idéias de Marx e de Engels demonstra que seus posicionamentos em relação aos "problemas populistas" não eram, de fato, idênticos. Engels, no conjunto, era mais pessimista sobre as perspectivas do socialismo na Rússia. Diversamente do que sustentava Marx (nos esboços da carta a Vera Zasulich), ele

51. Marx a Engels, 14 de março de 1868, in *Opere*, cit., vol. 43. pp. 47-48.

52. Marx a Engels, 25 de março de 1868, *ibid.*, p. 58 (a referência de Marx é também à obra de Maurer).

53. Cf. o prefácio de Hobsbawn a MARX, *Forme*, cit., p. 47.

tentava interpretar a desintegração da comuna camponesa na Rússia como um processo "natural" e inevitável, e nunca deixou de reafirmar que a revolução socialista devia primeiramente vencer no Ocidente. Nunca se deteve sobre a idéia de que a comuna camponesa fosse um elemento da "superioridade" da Rússia sobre o Ocidente; mas, em alguns de seus enunciados, a comuna camponesa era apresentada não tanto como mola da regeneração social na Rússia, mas como tradicional ponto de apoio do despotismo russo.

É necessário, contudo, considerar que, com muita frequência, estas diferenças podem ser atribuídas não tanto a divergências teóricas, mas a razões políticas imediatas e à incidência de diversos acontecimentos históricos. Assim, por exemplo, a polêmica de Engels com Tkatchov refletia a atmosfera criada pelo caso Netchaiev e pelos ásperos conflitos, no interior da Internacional, entre marxistas e bakunistas; os esboços da carta de Marx a Vera Zasulitch refletem as exageradas esperanças partilhadas à época, tanto por Marx quanto por Engels, sobre a iminência de uma revolução na Rússia; o posicionamento mais cauteloso que adotaram no prefácio à edição russa do *Manifesto*, de 1882, pode ser interpretado como reação à derrota da Vontade do Povo; e, finalmente, a correspondência de Engels com Danielson e seu pós-escrito ao artigo "As condições sociais na Rússia" podem ser explicadas tendo como referência as novas perspectivas abertas pela rápida industrialização capitalista, tanto da Alemanha quanto da Rússia. Nos inícios dos anos 80, tanto Marx como Engels mostraram um grande interesse pela "propriedade arcaica". Em um artigo sobre a marca alemã (1883), Engels aconselhava os camponeses alemães a fazerem renascer, de forma nova e mais elevada, a antiga comuna rural; tal renascimento, sustentava, permitiria aos camponeses enveredar por uma via não capitalista de produção agrícola moderna em larga escala⁵⁴. Mais adiante, Danielson elaborou uma idéia análoga: "introduzir a grande indústria na comuna camponesa". Nos anos 90, contudo, Engels torna-se tão cético a este respeito a ponto de sustentar que, "nos nossos dias, a sorte do camponês parece selada"⁵⁵. As opiniões de Marx e de Engels sobre estes problemas não eram, portanto, imutáveis, e não podem ser explicadas quando são extrapoladas do seu contexto histórico e político. Todavia, a importância de tais opiniões não

54. Cf. K. MARX, F. ENGELS e V. I. LENIN, *Sulle società precapitalistiche*, aos cuidados de M. Godelier, Milão, 1970, p. 295 e segs.

55. Engels a Danielson, 15 de março de 1892, in MARX-ENGELS, *India, Cina e Russia*, cit., p. 259.

pode ser reduzida ao mero valor documental. O populismo russo coloca a Marx e a Engels um efetivo problema teórico, não somente prático, um problema cuja importância universal seria reconhecida somente no século XX; e os rascunhos de Marx para a carta a Vera Zasulitch foram, sem dúvida, uma das primeiras tentativas sérias de enfrentá-lo.

VITTORIO STRADA

O “marxismo legal” na Rússia

Por “marxismo legal”, entende-se a atividade política e cultural desenvolvida entre 1894 e 1901 por um pequeno grupo de estudiosos russos: Pëtr Struve, Mikhail Tugan-Baranóvski, Sergei Bulgakof, Nicolai Bardiaev e Semën Frank¹. Apesar da brevidade do período no qual atuou este exíguo grupo, o marxismo legal – assim chamado porque suas publicações na Rússia não eram clandestinas – é uma página bastante rica de interesse, não só do ponto de vista da história cultural russa, mas também para uma história das idéias marxistas em geral. Digna de atenção é, sem dúvida, a personalidade de cada um dos cinco “marxistas legais”, que deixaram em vários campos, todos eles, uma marca profunda de sua atividade como políticos, economistas, historiadores e filósofos; porém, mais interessante ainda é a própria história do grupo, antes que se dissolvesse, uma história que levou seus membros a se afastarem do marxismo e a fazer com que cada um seguisse uma trajetória política e cultural individual.

Os motivos de interesse pelo marxismo legal podem ser assim resumidos: suas relações com o “marxismo revolucionário” russo na luta comum contra o populismo; seu significado para a “crítica do marxismo”, que foi neles algo autônomo e anterior à crítica ligada ao nome de Bernstein; seu papel na criação de um movimento político democrático-liberal na Rússia. Dado que os campos de atividade dos marxistas legais vão da economia à filosofia, concentrando-se na política, um estudo analítico sobre eles, ligado aos acontecimentos histó-

1. Sobre o “marxismo legal”, veja-se N. ANGARSKIJ, *Legal'nyj marksizm*, Moscou, 1925 (saiu apenas o primeiro volume); A. P. MENDEL, *Dilemmas of Progress in Tsarist Russia. Legal Marxism and Legal Populism*, Cambridge (Mass.), 1961; B. KINDELSLEY, *The First Russian Revisionists. A Study of Legal Marxism in Russia*, Oxford, 1962; R. PIPES, *Struve, Liberal on the Left, 1870-1905*, Cambridge (Mass.), 1970. Uma resenha bibliográfica soviética sobre a questão pode ser encontrada no fascículo 87 da *Istoriceskie zapiski* (V. P. BULDAKOV, “Istoriograficeskaja problematika ‘legal’ nogo marksizma”). Cf. também o ensaio introdutório à minha edição do *Que fazer?* de Lênin (Turim, 1971).

cos daquele último lustro de século, levaria a direções bastante diversas, também em sentido pessoal. Convém, portanto, partir do núcleo político da sua atividade comum, para seguir seus núcleos metodológicos e caracterizar o modo pelo qual o marxismo legal deixou de existir e, portanto, de constituir um objeto direto de estudo para a história do marxismo. Desse modo, o primeiro ponto a ser levado em consideração será a polêmica com o populismo, na qual se distinguiram, sobretudo, Struve, com seu livro *Kriticeskie zametki k voprosu ob ekonomiceskom razvitii Rossii* (Observações críticas a propósito do desenvolvimento econômico da Rússia), e Bardiaev, com *Subiektivizm i individualizm v obscestvennoj filosofii. Kriticeskij etjud o N. R. Michailovskom* (Subjetivismo e individualismo na filosofia social. Ensaio crítico sobre N. K. Mikhailovski: São Petersburgo, 1901), que Struve prefacia com um amplo ensaio introdutório.

1. A polêmica com o populismo

A polêmica com o populismo não era nova na Rússia. Em certo sentido, fora iniciada por Marx e Engels, que se haviam interessado pelas formas e pelo ritmo do desenvolvimento econômico na Rússia e mantido relações epistolares com populistas russos. Mais do que uma polêmica, todavia, tratava-se de uma troca de opiniões sobre problemas novos, colocados pelos próprios Marx e Engels, os quais – a partir do contato com a realidade russa – haviam extraído estímulo para sua pesquisa; da mesma maneira, de resto, o populismo russo assimilara de modo muito próprio análises e idéias fundamentais de Marx e de Engels, reagindo diversamente a elas, graças a suas originais e utópicas perspectivas de uma via não capitalista para a Rússia.

Na verdade, a polêmica marxista contra o populismo começou com a constituição de um marxismo teórico na Rússia, que na figura de Plekhânov – como se sabe – afastou-se da experiência populista, contrapondo-se a ela com radical espírito crítico. O problema da relação com o populismo não só foi o primeiro, mas foi também o problema constante do marxismo russo, e constitui ainda hoje um relevante problema teórico e historiográfico. Nos dois escritos em que critica os fundamentos do populismo – *Socializm i politiceskaja borba* (Socialismo e luta política, 1883) e *Nasi raznoglasija* (As nossas divergências, 1885) –, Plekhânov atacou inicialmente o dogma da impossibilidade do desenvolvimento capitalista na Rússia, e demonstrou não só que tal desenvolvimento era teoricamente possível, mas que ele já estava concretamente em curso. Porém, o alvo principal da polêmica de Plekhânov, mais do que a teoria populista do específico desenvolvimento econômico russo, era o conjunto de conseqüências políticas que deviam ser extraídas desta teoria: em particular, aquele “subjetivismo”

jacobino ou blanquista que atribuía a uma minoria de revolucionários, dotados de uma clara consciência política e de uma forte organização conspirativa, a tarefa de conquistar o poder estatal e de usá-lo depois para imprimir ao desenvolvimento econômico um curso não capitalista, isto é, socialista, reduzindo assim a zero, na Rússia, a fase capitalista, que, no Ocidente, ao contrário, já estava enraizada. Neste plano político, Plekhânov via uma ilusão anti-histórica que, se porventura se realizasse, teria levado não ao socialismo, mas à ditadura de uma casta de funcionários pretensamente socialistas. Será a partir destas mesmas posições críticas que Plekhânov, posteriormente, desde a época do *Que Fazer?*, e com particular veemência na véspera da revolução bolchevique, travará sua polêmica também com Lênin, no qual reconheceu uma continuidade profunda com o jacobinismo populista.

Diverso é o tipo de crítica que Struve faz ao populismo: ou seja, mais atenta às questões do desenvolvimento econômico da Rússia, embora não privada de espírito político, que, em sua evolução, levará este marxista legal ao liberalismo. Struve percebe, no populismo, duas “frações” ou tendências: uma ocidentalista, a outra eslavófila. Ambas têm em comum um elemento essencial: a teoria do desenvolvimento econômico original da Rússia, ou, simplesmente, a fé na possibilidade de um tipo de desenvolvimento que poupe à Rússia o capitalismo ocidental. Portanto, o populismo é substancialmente eslavófilo, no sentido de que nega a unidade cultural entre a Rússia e a Europa Ocidental. Mas, no interior do populismo, Struve – como já foi dito – distingue igualmente duas tendências: uma propriamente eslavófila, que coloca, suas principais esperanças de desenvolvimento autônomo russo no caráter nacional específico de instituições econômico-sociais, como a *obschina* e o *mir*, e outra, ao contrário, ocidentalista a seu modo, na a medida em que apela à ação criativa consciente da “personalidade pensante”, isto é, dos intelectuais que saberão regular o curso de tal desenvolvimento. A posição de Struve é a de um ocidentalismo radical, que recoloca a Rússia em uma relação de unidade e homogeneidade com toda a Europa. E o instrumento deste neo-ocidentalismo é, para ele, o marxismo.

O marxismo, para o Struve das *Kriticeskie zametki*, tem um programa filosófico preciso, embora privado de um fundamento adequado. A gênese e a análise do sistema capitalista não esgotam o marxismo, que é uma “teoria filosófica da história”:

“A filosofia histórica de Marx permeia a sua doutrina da origem do regime capitalista, porém é mais ampla que esta; segundo a idéia do seu criador, ela abarca todas as possíveis mudanças das formas sociais, tanto

do passado como do futuro; é a tentativa ousada de explicar todo o processo histórico com base num único princípio”².

Struve, por outro lado, coloca já as premissas de uma futura crítica do marxismo, quando escreve que “não podemos deixar de reconhecer que o fundamento puramente filosófico desta doutrina ainda não está dado e que ela ainda não tratou daquele imenso material concreto que constitui a história universal”. E prossegue:

“E necessária, evidentemente, uma revisão dos fatos do ponto de vista da nova teoria; é necessária uma crítica da teoria baseada nos fatos. Talvez muitas teses unilaterais e muitas generalizações excessivamente apressadas sejam abandonadas. Mas o germe da doutrina e, a meu ver, justo”³.

O ponto no qual Struve já opera sua “revisão” é a teoria do Estado: a tese marx-engelsiana que atribui ao Estado uma função de domínio de classe é considerada unilateral: “O Estado é, antes de mais nada, organização da ordem, na medida em que é organização do domínio (de classe) na sociedade em que a submissão de alguns grupos a outros é condicionada pela estrutura econômica desta”⁴. E observa:

“A negação do Estado por Marx e seus seguidores, negação que deriva da concepção do Estado como organização de domínio, tem sua explicação, a nosso ver, no fato de que eles se deixaram levar muito longe na crítica do Estado contemporâneo, por um lado, e, por outro, ela recorda a afinidade genética entre os pontos de vista de Marx e as primeiras concepções de Proudhon”⁵.

Desta primeira divergência marcante com o marxismo derivam duas conseqüências. A primeira é que o Estado só pode desenvolver uma ação conforme ao processo econômico em curso, e somente no interior deste processo é que tem uma margem de livre intervenção: é assim rechaçada a idéia populista que atribuía ao poder estatal a faculdade demiúrgica de escolher um determinado tipo de desenvolvimento econômico (o não capitalista), como se se tratasse de um projeto volitivo político iluminado por uma oportuna teoria ético-social. O Estado “pode conduzir uma política livre-cambista ou protecionista; pode lutar contra os excessos do capitalismo mediante a legislação industrial; em sua política agrária, pode pender a favor da grande propriedade fundiária ou da pequena posse, mas não está em condições de ‘fazer’ o que pode ser resultado tão-somente de um certo processo his-

2. P. STRUVE, *Kriticheskie zametki k voprosu ob ekonomiceskom razvitii Rossii*, São -
Petersburgo, 1894, p. 45.

3. *Ibid.*, p. 46.

4. *Ibid.*, p. 53

5. *Ibid.*

tórico, e não pode organizar a produção num terreno absolutamente despreparado para ela⁶. Com efeito,

“a política do Estado é a resultante das forças sociais. Por outro lado, tanto o Estado quanto a *intelligentsia* – ainda que se admita que eles estejam acima das classes sociais e dos seus interesses – estão ligados, nas suas ações, ao nível cultural da massa da população”⁷.

Deste modo, o utopismo populista (e, em geral, qualquer outro tipo de utopia que confira ao poder estatal uma função determinante de desenvolvimento econômico-cultural) era rejeitado pela raiz, em nome de um marxismo que se tornava a garantia teórica de um desenvolvimento capitalista voltado para a democratização das instituições, inclusive das que nascem do movimento operário.

A segunda consequência que deriva da teoria struviana do Estado é o liberalismo. Se o Estado não é apenas uma forma de domínio de classe, que uma revolução proletária universalista tem como missão destruir mais cedo ou mais tarde, mas constitui uma forma permanente de organização social, então é necessária uma reflexão teórico-política que caracterize as tendências de desenvolvimento da instituição estatal no mundo moderno e que elabore também as normas da relação entre esta instituição meta-individual e os indivíduos e grupos. Struve recusa uma hipótese acrítica do Estado, que confira a esta instituição uma substancialidade fantástica, à qual depois são sacrificados os reais interesses das pessoas unificadas pela comunidade estatal. Esse é o perigo que sempre se corre quando aquela “fluida relação jurídico-social que se chama Estado se transforma em essência autônoma, que pode ser pensada separadamente das pessoas vivas e da sua relação recíproca”⁸. Por outro lado, Struve não prega “um nominalismo ingênuo, para o qual a sociedade é a relação mecânica recíproca dos átomos humanos, dos indivíduos”⁹. Mas, ainda que o indivíduo não constitua “a única realidade do processo social”, “o indivíduo que se autodetermina é a base moral absoluta de toda estrutura social, e, nesse sentido, o individualismo é um princípio moral absoluto”¹⁰. Acentua-se aqui a divergência com o marxismo determinista; e é precisamente essa divergência que leva os “marxistas legais” a posições

6. *Ibid.*, p. 278.

7. *Ibid.*, p. 276.

8. P. STRUVE, *Na raznye temy (1893-1901)*, São Petersburgo, 1902, p. 533.

9. *Ibid.*, p. 534.

10. *Ibid.*

idealistas de tipo kantiano ou religioso. Struve considera também o socialismo, enquanto problema ético e político, do ponto de vista do individualismo (isto é, da liberdade entendida como autonomia da pessoa), e pensa que nenhum universalismo é aceitável se for incompatível com os direitos do indivíduo.

“O liberalismo na sua forma pura é o reconhecimento dos direitos inalienáveis do indivíduo, que devem estar acima dos atentados de qualquer totalidade coletiva meta-individual, seja ela organizada como for e tenha a denominação que tiver”¹¹.

É nesta ótica que lemos suas primeiras declarações de fé liberal: a primeira palavra do liberalismo é a liberdade de consciência; e Struve descobre sua origem na luta pela liberdade religiosa, indicando sua pátria na Inglaterra independentista. Nesse sentido, o liberalismo – cujo significado não se esgota numa determinada organização do poder e que é também mais amplo e profundo do que o significado da democracia (a democracia é só um instrumento para resolver o problema do liberalismo) – não tem um valor de classe, isto é, não é puramente burguês, como quer um certo marxismo, mas possui um valor internacional e ideológico geral.

A crítica de Struve ao Estado-Leviatã adquire acentos de lúcida premonição quando passa a considerar o extraordinário aperfeiçoamento do poder estatal causado pelo grandioso progresso técnico moderno. Sigamos a argumentação de Struve, porque – precisamente na análise do Estado – torna-se definitivo seu afastamento do marxismo, o qual, sobretudo na versão leniniana, não manifestava interesse pela problemática do Estado nas suas relações com os indivíduos. Para Struve, o moderno Estado de direito entrou numa fase de crises e de contradições, na medida em que, decerto, “ele reconheceu os inalienáveis direitos do indivíduo” e, portanto, “restringiu de direito e de fato a esfera do domínio estatal”; mas, ao mesmo tempo, foram criados, “em primeiro lugar, novos campos e fenômenos da vida que – alguns de imediato, outros gradativamente – acabaram sob o poder e a influência do Estado”, e, “em segundo lugar, um novo e amplo aparelho estatal, com todos os seus dispositivos regularmente em funcionamento, penetrou em esferas que antes lhe eram inacessíveis”¹². Esta potência do Estado é um fator novo e específico do nosso tempo. E é claro que

11. *Ibid.*, p. 542

12. *Ibid.*, p. 550

“seu significado cultural varia totalmente em função do fato de que ao Estado, armado de todas as mais modernas conquistas da técnica industrial, administrativa e de outro tipo, seja ou não contraposto o indivíduo investido dos seus direitos. Em outras palavras: o que significa o crescimento da potência material do Estado, crescimento criado e assegurado pelo progresso de toda espécie de técnica, quando os direitos do indivíduo não se solidificaram no direito, quando o domínio ou o reconhecimento do direito objetivo não se faz acompanhar pelo absoluto reconhecimento dos direitos subjetivos? Este problema, que é de enorme interesse para a filosofia da cultura (e, portanto, do direito) é, ao mesmo tempo, segundo nossa profundíssima convicção, o problema fundamental da cultura russa contemporânea, o que absorve todos os outros”¹³.

Precisamente a convicção de que “nunca, em nenhuma época histórica, a ausência, no indivíduo, de direitos consolidados no direito constituiu um perigo cultural tão grande como no século dos enormes Estados dotados de uma perfeita rede de ferrovias, telégrafos, telefones, e de um ‘aparelho’ burocrático ‘ilimitado’ de impecável eficiência”¹⁴, precisamente esta convicção conferia seu verdadeiro significado ao célebre final das *Kriticeskie zametki* e a todo o “marxismo legal” e, mais tarde, ao liberalismo constitucional de Struve: “Reconheçamos o nosso atraso cultural (*nekulturnost*) e vamos à escola do capitalismo”¹⁵. Era um convite que soava aberrante aos ouvidos dos populistas, ainda iludidos de poder evitar à Rússia a “escola” do capitalismo; ao mesmo tempo, aparecia como apologético ao marxismo revolucionário, que pensava poder reduzir ao mínimo aquela “escola”, limitando-a de resto a um aprendizado negativo. O “marxismo legal” de Struve, ao contrário, se se dirigia para um aprendizado positivo, e não só antitzarista, não podia deixar de levar, em última instância, a uma refutação total do marxismo como concepção social e como projeto político coerente e acabado.

Já nas *Kriticeskie zametki*, Struve tinha esboçado sua interpretação anti-revolucionária do marxismo: refletindo, em 1901, sobre os anos do seu marxismo legal, objetava a um crítico populista, Mikhailóvski (que via, na “virada crítica” do marxismo russo, um reflexo da virada análoga ocorrida no marxismo ocidental com Bernstein), que já em seu livro de 1894 havia exposto “uma porção de heresias”; e

13. *Ibid.*, p. 551.

14. *Ibid.*, p. 552.

15. P. STRUVE, *Kriticeskie zametki*, cit., p. 288.

que “o caráter antipopulista daquela (sua) primeira tentativa literária havia ocultado aos adversários, em grande medida, a (sua) não-ortodoxia”. Por outro lado, continuava Struve, a sua “revisão” do marxismo “tinha começado já durante a (sua) aliança com a ortodoxia, sem romper tal aliança”, que se consolidara em função do adversário comum, o populismo, e da exigência de dar uma nova interpretação teórica e prática da realidade russa. Tudo isto “ocorrera antes do ‘grande evento’ da literatura marxista européia ocidental, antes da publicação do livro de Bernstein”. Por isso o “movimento crítico no marxismo russo não só nasceu antes do europeu ocidental, mas tem características plenamente originais”, e distingue-se “por uma maior ousadia”, na medida em que, “com decisão e sem reservas e restrições conciliadoras de nenhuma espécie”, rompe “com todas as teses do marxismo que, aos olhos dos representantes deste movimento, eram inconsistentes”¹⁶.

As observações retrospectivas de Struve são exatas. A “maior ousadia”, da qual se orgulha, explica-se não somente pela força cultural superior e pelo variado trabalho de grupo dos “marxistas legais”, mas também pela sua falta de compromisso político com as organizações socialistas e pela sua evolução no sentido de metas que já não tinham nada em comum com a ideologia marxista e com o movimento operário. Enquanto o revisionismo bernsteiniano nascia no interior do maior partido social-democrata, o revisionismo dos “marxistas legais” russos era simultâneo à tentativa de constituir o primeiro partido social-democrata na Rússia. No plano político, os dois revisionismos tiveram, contudo, efeitos análogos: assim como, na Alemanha, Bernstein não chega a ligar o movimento operário ao liberalismo, Struve e os outros marxistas legais afastaram-se definitivamente, na Rússia, da social-democracia, dando vida a um movimento liberal, em crescente oposição a um movimento operário cada vez mais radical.

Também no que se refere ao conceito de revolução, Struve começou a repensá-lo já nas *Kriticheskie zametki*, precisamente no capítulo que trata da contraposição marxiana entre riqueza nacional e bem-estar popular, isto é, entre progresso (econômico) na esfera da produção e progresso (social) na esfera da distribuição. Marx – ressalta Struve – via na defasagem entre os modos de produção e a organização da distribuição uma das contradições fatais para o capitalismo; e punha suas esperanças em um ulterior desenvolvimento do sistema capitalis-

16. P. STRUVE, *Na raznye temy*, cit., pp. 301-2.

ta, na medida em que somente este último era “capaz de criar as premissas materiais e psicológicas de uma nova e mais justa ordem social”¹⁷. Algumas passagens de Marx – continua Struve – levam a pensar que ele imaginava a passagem do capitalismo para um novo regime social como um brusco colapso do capitalismo, sob o peso das suas crescentes contradições; mas, ao mesmo tempo, Marx esteve entre os primeiros a ressaltar o “significado sócio-cultural da legislação fabril e da gradual unificação econômica e política das massas trabalhadoras”. A partir de então,

“seus seguidores se bateram e se batem incessantemente por reformas no interesse do proletariado industrial. Nesta política, está contido o reconhecimento de que, no terreno do sistema capitalista, existe a possibilidade de um melhoramento parcial e gradual da condição da classe operária. As reformas sociais constituem os elos que ligam o capitalismo ao sistema que o substituirá e, qualquer que seja seu caráter político de elo conclusivo que constituirá o limite entre as duas formas econômico-sociais, uma forma cresce historicamente a partir da outra”¹⁸.

Entre o capitalismo e o socialismo, portanto, não há um “abismo”, mas “toda uma série de gradações”¹⁹.

2. Socialismo “ético” e revisionismo

O reformismo estava já claramente enunciado nestas breves considerações de 1894. Mas, no estudo *Die Marxsche Theorie der sozialen Entwicklung. Ein Kritischer Versuch*²⁰, este reformismo explicita suas premissas revisionistas, inserindo-se de modo original no *Bernstein-debatte*. Struve discerne uma contradição no conceito marxiano de revolução, no qual, por um lado, Marx postulava uma teoria da “pauperização crescente” do proletariado e, por outro, atribuiria ao próprio proletariado a missão de realizar efetivamente as conquistas culturais da humanidade, conquistas intensificadas no capitalismo. Segundo Struve, a pauperização econômica e a maturidade político-social da classe operária, maturidade que deve torná-la capaz de efetuar a mais grandiosa de todas as revoluções, excluem-se mutuamente, se as coisas são consideradas de modo realista. Porém, a contradição mais radical é intrínseca ao conceito teórico de revolução social que, para Struve,

17. P. STRUVE, *Kriticeskie zametki*, cit., p. 130

18. *Ibid.*, pp. 130-31.

19. *Ibid.*, p. 131.

20. Publicado pela primeira vez in *Archiv für Soziale Gesetzgebung und Statistik*, XVI, 1899. Há uma má tradução russa: *Marksovskaja teorija social'nogo razvitija*, Kiev, 1905.

não só carece de significado mas é inteiramente falsa. De fato, se a revolução social deve visar a uma completa inversão da ordem social, ela só pode ser pensada hoje na forma de um processo contínuo, ininterrupto, de transformações sociais. A revolução política pode ser o elo conclusivo deste desenvolvimento, mas a inversão não depende deste resultado e pode muito bem ser pensada sem ele. Na sua análise do conceito de revolução, Struve chega a negar a dialética, única fundamentação deste conceito: a concepção dialética leva necessariamente a pensar a transformação social como um processo mais ou menos simples de revolução política; mas a inversão social, em sua abstratividade, é um processo de desenvolvimento extremamente complexo; e, quanto maior for o conteúdo por nós atribuído a esse processo, tanto maior será a dificuldade de pensá-lo como "revolução". Se, por revolução social, entende-se uma completa inversão da ordem da sociedade, então a relação entre esta revolução e a revolução política, isto é, a "revolução", poderá ser assim formulada: quanto mais revolucionária é a transformação social, tanto menos ela pode ser "revolucionária". A complexidade e a riqueza de conteúdo excluem a simplicidade do método.

O distanciamento em face do marxismo revolucionário, que atribuía à revolução política uma função de aceleração e de hegemonização da revolução social, era total. Um distanciamento que, naturalmente, verificava-se na própria concepção filosófica, com uma mudança de orientação de Hegel para Kant, já presente na primeira obra struviana e destinada a tornar-se cada vez mais explícita. A lei da "continuidade de todo movimento", que a dialética marxista rechaça hegelianamente como tautológica (e "reacionária"), é reafirmada em nome de Kant. O velho princípio "*natura non facit saltus*" transforma-se em "*intellectus non patitur saltus*". Com esta reafirmação da lógica não dialética, o conceito de revolução é remetido por Struve para a esfera onde, desde a época de Kant, encontram-se o livre-arbítrio (no sentido de atos privados de causa), a substancialidade da alma, etc. Praticamente, são conceitos de extraordinária importância, mas, teoricamente, carecem de significado. Também no plano filosófico, portanto, o revisionismo dos "marxistas legais" era mais profundo e coerente que o de Bernstein, e levava a uma ruptura ainda mais clara com o marxismo revolucionário, hegeliano e positivista (e, ao mesmo tempo, voluntarista em suas expressões mais radicais).

No espírito do "socialismo ético" de tendência neokantiana, mas sempre com uma originalidade de colocação, própria do "marxismo legal", empenhado numa polêmica com um fenômeno especificamente russo como o populismo, Bardiaev pretende dar um fundamento suplementar à teoria marxiana. Ele também, assim como Struve, está

convencido de que o socialismo cresce nas próprias vísceras do capitalismo, e não se contrapõe a ele como uma espécie de miraculoso fenômeno revolucionário gerado por um demiúrgico ato criador:

“O capitalismo é bom não só porque desenvolve as forças produtivas da sociedade, que são a base de todo progresso, mas também porque, no seu seio, emerge um tipo superior de psicologia social. A via pela qual se democratiza a sociedade humana segue a direção do desenvolvimento do capitalismo e da grande indústria, e não consiste, absolutamente, na luta contra este desenvolvimento. O desenvolvimento do capitalismo não é um fatal ‘curso natural das coisas’; e as ‘correções’ democráticas a este desenvolvimento não podem ser consideradas como uma violação deste ‘curso natural’. Estas ‘correções’ são parte imprescindível do desenvolvimento social natural, o resultado regular da luta dos lados luminosos da sociedade capitalista contra os seus lados obscuros. O capitalismo em estado puro, sem ‘correções’, não alcançará na Rússia o ponto culminante do seu desenvolvimento, assim como não alcançou em nenhum país, porque esse ponto não passa de uma abstração, impensável na realidade histórica (...). Os elementos do novo tipo de sociabilidade que podemos esperar no futuro perpassam a sociedade contemporânea e a democratizam; para alcançar nosso fim supremo na sociedade, o bem deve aumentar e o mal diminuir. Estas ‘correções’ criadas pelo próprio desenvolvimento capitalista taparão os buracos da sociedade existente, até que o tecido social se faça inteiramente novo (...). Compreendemos mais a fundo do que os populistas os lados obscuros do desenvolvimento do capitalismo e da grande indústria; e, todavia, saudamos este processo porque ele não só levará a formas superiores de vida, mas também porque, imediatamente, aumenta o bem em relação às formas atrasadas”²¹.

A esta justificação ética do capitalismo e do seu “mal” relativo e transitório, mas inevitável, corresponde uma análoga justificação daquele ideal superior de uma futura sociedade que lentamente vai se realizando, segundo Bardiaev, já no interior da contraditória sociedade capitalista. O marxismo dá ao ideal social (socialismo) um duplo fun-

21. N. BAKDIAEV, *Subzektivizm i individualizm v obschestvennoj filosofii. Kriticeskij etjud o N. K. Michajlovskom*, São Petersburgo, 1901, pp. 259, 260, 261.

damento. Antes de mais nada, declara-o “objetivamente necessário”, no sentido de que as tendências do desenvolvimento social são tais que o regime social considerado por nós como ideal se realizará como “inevitável resultado da legalidade imanente do processo histórico”²². Os três volumes de *O Capital*, acrescenta Bardiaev em uma nota, são substancialmente dedicados a esta fundamentação. Mas, além desta confirmação lógico-objetiva do ideal, o marxismo lhe fornece uma outra, psicológico-subjetiva: “o ideal de convivência que coincide com a previsão científica torna-se subjetivamente desejável para uma classe social determinada, e esta classe luta para a sua realização”²³. Entre estas duas fundamentações, há uma relação de dependência, porque a segunda, que praticamente é a mais importante, é submetida teoricamente à primeira. Mas ambas parecem a Bardiaev insuficientes, e seria necessária uma terceira fundamentação por ele definida como “ético-objetiva”:

“É necessário mostrar que o nosso ideal social não é só objetivamente necessário (categoria lógica), não é apenas subjetivamente desejável (categoria psicológica), mas que é também objetivamente moral e objetivamente justo, que a sua realização será um progresso no sentido de um melhoramento; em suma, que ele é universalmente obrigatório e tem um valor incondicional enquanto deve ser (categoria ética)”²⁴.

Embora preveja que seus “companheiros de idéias”, isto é, os marxistas, irão enxergar nessa posição uma “inadmissível heresia”, Bardiaev se propõe desenvolver o “ponto de vista ético” sobre o marxismo, e chega assim a ocupar, com esta sua primeira e única obra “marxista” de fôlego, um lugar original no “socialismo ético” europeu.

Um outro momento central da reflexão filosófica do “marxista legal” Bardiaev é a sociologia do conhecimento. Bardiaev chega necessariamente ao problema do subjetivismo cognoscitivo, em sua crítica do “método subjetivo” de Mikhailóvski, que postula um primado do momento ético (“subjetivo”) no processo gnosiológico (“objetivo”),

22. *Ibid.*, p. 63.

23. *Ibid.*, pp. 63-64.

24. *Ibid.*, p. 64.

no qual não se verifica um conhecimento valorativo dos fenômenos sociais. Bardiaev reconhece, com Mikhailóvski, o subjetivismo, mas como um “*a priori* psicológico”, no sentido de que um “objetivismo psicológico”, uma visão desapaixonada e indiferente da realidade social, é uma ilusão, uma “folha de parreira que freqüentemente oculta um ‘subjetivismo’ da pior espécie”²⁵. Mas o problema está em encontrar uma relação entre este subjetivismo psicológico inevitável e o objetivismo lógico (transcendental) indispensável. Dado que subjetivismo e objetivismo são duas categorias de ordem diversa, elas não devem necessariamente contrapor-se e excluir-se reciprocamente. A questão, para Bardiaev, coloca-se nestes termos: em que condições o inevitável subjetivismo humano não contradiz as exigências do objetivismo científico? O que é necessário para a união harmônica do subjetivo e do objetivo?

“Este problema pode ser resolvido não com a confusão entre consciência psicológica (subjetiva) e transcendental (objetiva), como faz Mikhailóvski, mas com a sua rigorosa delimitação. Para resolver este problema, é necessário o trabalho comum da teoria do conhecimento e da sociologia. Os fundadores da concepção materialista da história indicaram a via justa, mas o lado filosófico do problema não foi elaborado. A psicologia (subjetivismo) de qualquer classe social progressista cria o terreno mais favorável para um posicionamento objetivo (em sentido científico) em relação aos fenômenos. Os ideólogos de uma classe progressista não têm nada a temer e podem olhar a verdade de frente, dado que seu aliado é o processo histórico. Uma original harmonia de subjetivo e objetivo, de desejável e necessário, um *minimum* de utopismo, que é sempre diretamente proporcional à desarmonia entre subjetivamente desejável e objetivamente necessário: são esses os traços mais característicos de uma classe historicamente progressista, de uma classe à qual pertence o futuro”²⁶.

Naturalmente, como Bardiaev especifica em uma nota, trata-se de uma harmonia relativa e não absoluta; e a verdade é o processo (humanamente) infinito de aproximações à verdade. O ideólogo de uma classe progressista pode estar mais longe da verdade do que um pensador socialmente reacionário. Contudo, as condições psicológicas favoráveis ao conhecimento objetivo estão presentes, no sentido acima indicado:

“Não negamos, absolutamente, que o caráter agudo da luta social possa

25. *Ibid.*, p. 46.

26. *Ibid.*, pp. 47-48.

ser muito desfavorável para o conhecimento, na medida em que impede o pensamento teórico de se desenvolver. Fato que se manifestou, por exemplo, na filosofia do marxismo, que claudica muito. Os ideólogos não tiveram tempo de levar adiante o pensamento teórico, e disso derivou a desastrosa tendência à ortodoxia. Mas, neste caso, as condições desfavoráveis se reduzem ao insuficiente desenvolvimento e à insuficiente força de um certo grupo social, ao passo que a 'idéia' deste grupo não pode ser senão favorável ao conhecimento. Construir uma concepção harmônica, integral, progressista, só é possível quando se aceita essa 'idéia' e quando se antecipa a potência e o vigor que nos espera no futuro. Por isso, talvez seja necessário elevar-se acima da luta cotidiana, mas somente para compreender ainda mais o significado histórico-universal desta luta²⁷.

A mesma relação entre psicológico e transcendental é estabelecida por Bardiaev tanto para o problema cognoscitivo como para o problema moral: somente na consciência moral de uma classe social progressista é que se dá a harmonia dos dois momentos, porque

"a psicologia da classe progressista é o resultado de uma adaptação às exigências do progresso social universal. E, portanto, somente nela se observa a coincidência do individual e do particular com o universal, que constitui o caráter fundamental da moral. Certamente, a moralidade – assim como a verdade – não pode ser de classe; mas, historicamente, ela assume a forma de classe e seu portador é a classe social que carrega a bandeira do progresso humano universal"²⁸.

A moral da classe mais progressista (mais próxima de se fundir com a universalidade humana), a moral da classe operária, torna-se, na sua idéia, o "princípio de uma legislação universal"; do mesmo modo, a perspectiva aberta por esta classe leva, no plano cognoscitivo, a uma tendencial fusão do momento psicológico e do momento transcendental, isto é, a um máximo de progresso em relação à verdade científica.

3. O marxismo como instrumento de europeização

Os marxistas legais, que num primeiro momento tentaram ampliar ao máximo as fronteiras teóricas do marxismo e canalizar para o seu interior afluentes filosóficos de origem diversa, posteriormente se separariam e se afastariam do campo marxista, tomando cada um caminho próprio de desenvolvimento. Geralmente, estes caminhos tive-

27. *Ibid.*, pp. 48-49.

28. *Ibid.*, p. 78.

ram uma coloração religiosa mais ou menos acentuada. Por isto, é de particular interesse acompanhar a evolução “do marxismo ao idealismo” do “marxista legal” que, com mais coerência, percorreu o caminho religioso, até se tornar um dos maiores teólogos russos do século XX: Serguei Bulgákov. No prefácio à sua antologia de artigos escritos entre 1896 e 1903, Bulgákov – numa espécie de lúcida autobiografia teórica – traça o arco de uma mudança que foi na verdade sua, mas que em certa medida reflete o devir de uma parte da cultura russa daqueles anos. Eis, por parte de Bulgákov, já então afastado do marxismo, o reconhecimento do papel que, para os “marxistas legais”, teve o jovem marxismo russo:

“Depois da opressiva atmosfera dos anos 80, o marxismo foi uma fonte de vigor e de otimismo ativo, o grito de guerra da jovem Rússia, quase o seu fermento social. Ele assimilou e, com tenaz energia, divulgou um determinado modo prático de agir consagrado pela experiência secular do Ocidente; e, desse modo, reacendeu a fé quase apagada na sociedade russa, às vésperas do renascimento nacional, indicando na europeização econômica da Rússia o caminho seguro para este renascimento”²⁹.

Bulgákov ressalta, depois, que “o marxismo russo era totalmente estranho a qualquer ilusão adocicada, mas, ao contrário, com toda sua energia, avançava o princípio do realismo político-social, de uma concepção lúcida e científica da realidade econômica russa”³⁰. Até o “materialismo econômico” – que Bulgákov, quando escrevia aquelas linhas, já refutava – parece-lhe dotado dos mesmos méritos de realismo: “qualquer que seja nossa posição em relação a esta doutrina, não se pode deixar de reconhecer que ela tinha indiscutíveis vantagens científicas e lógicas em relação à sociologia subjetiva contra a qual teve de combater”³¹.

Bulgákov reconhece no marxismo não só uma superioridade “científica” em relação ao populismo, porém uma superabundância de significados, que lhe conferem um lugar exclusivo entre todas as outras doutrinas político-sociais, mas que criam para ele uma insuperável contradição interna. O marxismo, escreve Bulgákov, “dá aos seus seguidores mais do que pode dar qualquer teoria científica, quaisquer que sejam seus méritos: são próprias dele muitas características de uma doutrina puramente religiosa, e ainda que, por princípio, negue a religião como ‘ideologia’ burguesa, em alguns aspectos é indubitavel-

29. S. BULGÁKOV, *Ot marksizma k idealizmu. Sbornik statej (1896-1903)*, São Petersburgo, 1903, p. VII.

30. *Ibid.*

31. *Ibid.*, p. VIII.

mente um sucedâneo da religião”, na medida em que o marxismo “explica ao homem – se bem ou mal, é um outro problema – o próprio homem: atribui-lhe um determinado lugar no mundo e na história, indica deveres, dá um fim à vida e à atividade, em suma, ajuda-o a dar um sentido à sua existência”³². O fascínio particular do marxismo está, para Bulgákov, nesta união de conceitos científicos e utópicos, união logicamente não natural, mas psicologicamente compreensível.

Dada esta noção do marxismo, Bulgákov segue o caminho de todo o “marxismo legal”: antes de mais nada, Kant (“devo reconhecer que Kant foi sempre para mim mais inquestionável do que Marx, e acho necessário comprovar Marx com Kant e não vice-versa”)³³ e Bernstein, que “enfiou um punhal no coração do marxismo e o dividiu em duas partes desiguais, de solidez e significado diversos”³⁴. Este, de fato, ao criticar a tática da social-democracia alemã e “iniciá-la a uma maior adesão à vida, tinha inevitavelmente de investir também contra elementos utópicos do marxismo, que constituíam a sua poesia e lhe conferiam as características de uma fé religiosa”³⁵. A conclusão desta crise do marxismo, já agora crônica, foi que

“a questão do ideal social que, para mim, antes, colocava-se e se resolvia inteiramente na esfera da sociologia positivista marxista, pouco a pouco passou a ser tratada fora desta e, com clareza cada vez maior, foi sendo formulada como problema metafísico-religioso, que tocava nas raízes mais profundas da concepção metafísica e fazia soar as cordas mais sutis do sentimento religioso”³⁶.

A evolução de Bulgákov “do marxismo ao idealismo” havia se realizado, mesmo que, como ele ainda reconhece, “quem passou uma vez pela escola do marxismo não pode e não deve jamais esquecer suas lições”³⁷.

O esquema de desenvolvimento dos “marxistas legais” é ainda aquele sintetizado na fórmula da passagem do “marxismo ao idealismo” através do kantismo e do revisionismo, e, no plano político, do socialismo ao liberalismo, para alguns, ou do “socialismo científico” ao “socialismo utópico” ou ético, para outros (em particular para Tugán-Baranóvski, para quem o socialismo “utópico” merece “a mais

32. *Ibid.*, p. IX.

33. *Ibid.*, p. XI.

34. *Ibid.*, pp. XIII-XIV.

35. *Ibid.*, p. XIV.

36. *Ibid.*, p. XVI.

37. *Ibid.*, p. XXI.

séria atenção", e, "sob certos aspectos, é até mais científico do que o marxismo")³⁸. Não só o marxismo, mas o próprio kantismo, foi para alguns marxistas legais apenas uma etapa no sentido de uma nova concepção religiosa do mundo. Com clareza, este caminho é manifestado por Frank, que vê Kant no limite de duas épocas: ele é, simultaneamente, quem dá uma conclusão filosófica ao racionalismo e quem primeiro o destrói; e seu sistema é como uma oscilação eterna entre racionalismo e idealismo religioso. E assim como o dualismo intrínseco ao socialismo científico o levou à dissolução, do mesmo modo a sutil mas frágil construção kantiana deverá dissolver-se, para dar lugar a uma nova visão metafísica. Por isso, "não apenas a palavra de ordem 'Kant e Marx', mas nem mesmo aquela mais sensata, 'Kant em lugar de Marx', estão em condições de satisfazer as exigências espirituais do nosso tempo. Uma verificação rigorosa da herança intelectual do passado mostrará, necessariamente, que nem Kant nem Marx podem mais ser os nossos guias"³⁹.

Mesmo para quem não se afastou tanto do marxismo e não abandonou tão decisivamente o socialismo, foi este o âmbito de problemas em que operou o marxismo legal. O qual só em parte foi o equivalente do revisionismo europeu-ocidental: ao "marxismo legal" russo não se deve reconhecer apenas o primado cronológico, reivindicado por seus representantes, em relação ao revisionismo; nem se deve reconhecer apenas a radicalidade da sua revisão do marxismo, que superou em muito a revisão bernsteiniana, chegando a um antimarxismo de princípio. Diversa era a situação histórica em que operavam os dois revisionismos: na Alemanha, onde existia o mais forte Partido Social-Democrata, o problema consistia em adaptar a doutrina de Marx a uma luta parlamentar que não tinha eliminado a luta de classe, mas tornava inatual uma conquista revolucionária do poder. E toda a discussão em torno das propostas de Bernstein, à parte as questões doutrinárias, versava sobre a dificuldade de enquadrar uma práxis reformista numa doutrina revolucionária. Na Rússia, pelo contrário, o marxismo nasceu como teoria antes da formação de um partido social-democrata, e o revisionismo naquele país, o "marxismo legal", desenvolve-se *pari passu* com a constituição de tal partido e com a luta con-

38. M. TUGÁN-BARANÓVSKI, *Sovremennyy socializm v svoem istoriceskom razvitií*, São Petersburgo, 1906, p. IV.

39. S. L. FRANK, *Filosofia i žizn'. Etjudy i nabroski po filosofii kul'tury*, São Petersburgo, 1910, p. 354.

tra a autocracia czarista. Por outro lado, na Rússia, colocava-se o grande problema da superação do populismo, o qual, por sua vez, no passado, não tinha ignorado o marxismo, embora extraindo dele ensinamentos inteiramente peculiares.

Nestas condições, a luta entre revisionistas e revolucionários devia assumir formas mais inconciliáveis que na Alemanha, tanto mais que os revisionistas logo se afastaram do marxismo e, geralmente, também do socialismo, enquanto os revolucionários experimentaram uma divisão decisiva (em mencheviques e bolcheviques), desconhecida nesse momento pela social-democracia ocidental. Isto criou uma distância cada vez maior e mais hostil entre os ex-“marxistas legais”, que geralmente já tinham se passado para o liberalismo organizado em um partido político burguês moderado, o democrata-constitucional, de tipo europeu-ocidental, e os marxistas revolucionários, sobretudo em sua ala bolchevique, ainda permeada pelo espírito populista-conspirativo e, ao mesmo tempo, profundamente nova como fenômeno teórico e organizativo. Toda uma série de problemas teóricos e políticos, que os “marxistas legais” haviam colocado e, depois, tinham acreditado poder resolver apenas por meio de uma crítica radical do marxismo, permaneceram assim ignorados pelo marxismo russo (mas também pelo ocidental contemporâneo) do início do século, ou encontraram nele uma solução inadequada; por seu lado, os neoliberais ex-marxistas não chegaram a enraizar as suas soluções na concreta realidade política e social russa. A história do “marxismo legal”, além do valor de suas investigações numa esfera específica como a da economia política e da história econômica, permanece ainda hoje de grande interesse, não somente por causa das obras melhores dos seus representantes, mas também pelo uso a que o marxismo foi submetido pela primeira e única vez: como instrumento de uma europeização política liberal de um país em processo de rápido desenvolvimento econômico, como a Rússia. Em seguida, o marxismo tornar-se-á instrumento político, não mais liberal, de um desenvolvimento econômico acelerado, diverso daqueles até então conhecidos na Europa.

Para os marxistas russos, portanto, o problema do “marxismo legal” irá se traduzir no da posição a assumir em relação ao liberalismo russo; e é desse modo que irá se acender, com particular agudeza, durante a revolução de 1905. Em face dos “aliados” de outrora, agora acérrimos inimigos, Lênin irá se vangloriar de ter imediatamente percebido, na crítica de Struve ao populismo, o germe do seu futuro liberalismo, recordando seu próprio escrito “*Ekonomiceskoe soderzanie narodnicesstva i kritika ego v knige g. Struve*” (O conteúdo econômico do populismo e a sua crítica no livro do Sr. Struve), publicado em uma coletânea editada em 1895 e logo destruída pela censura. Republican-

do em 1908 esse artigo, Lênin escreve no prefácio geral ao volume em que ele aparece:

“A polêmica com Struve, velha e, sob muitos aspectos, envelhecida, tem o valor de um pequeno exemplo instrutivo. Este pequeno exemplo mostra a importância político-prática da polêmica teórica intransigente. Infinitas vezes se reprovou os social-democratas revolucionários de estarem muito inclinados a uma tal polêmica, contra os ‘economicistas’, contra os bernsteinianos, contra os mencheviques... Entre nós, costuma-se dizer que os russos em geral, os social-democratas em particular, os bolcheviques em especial, têm uma excessiva inclinação para a polêmica e para as cisões. Entre nós, também, costuma-se esquecer que uma excessiva inclinação para saltar do socialismo ao liberalismo é gerada pelas condições dos países capitalistas em geral, pelas condições da revolução burguesa em particular, pelas condições da vida e da ‘atividade’ dos nossos intelectuais em especial. Deste ponto de vista, não é absolutamente inútil ver como as coisas estavam há dez anos, quais eram as dissensões teóricas com o ‘struvismo’ que já então se delineava, e quais foram as pequenas (à primeira vista pequenas) divergências das quais derivaram uma completa demarcação política dos partidos e uma luta implacável no Parlamento, em toda uma série de órgãos da imprensa, em assembléias populares, etc.”⁴⁰

No mesmo artigo, Lênin, com um procedimento tipicamente seu, amalgama as diversas tendências adversas ao bolchevismo:

“Se se tenta uma visão conjunta da luta das duas tendências do marxismo russo e da social-democracia, no curso de doze anos (1895-1907), não se pode deixar de chegar à conclusão de que o ‘marxismo legal’, o ‘economicismo’ e o ‘menchevismo’ são formas diversas de uma mesma tendência histórica”⁴¹.

É uma tendência determinada, para Lênin, pelo fato de que, “em todos os países capitalistas, o proletariado está inevitavelmente ligado, por milhares de graus de transição, ao seu vizinho de direita, a pequena burguesia”; e de que isto não podia deixar de se manifestar da “maneira mais resoluta, definida e destacada” em um país “pequeno-burguês” como a Rússia, onde simultaneamente se preparava a revolução burguesa” e se formavam os “primeiros germes do jovem partido ope-

40. LÊNIN, *Che fare?*, cit., pp. 463-64. (Ed. brasileira: “Que fazer?”, in *Obras Escolhidas*, Alfa-Omega, São Paulo, vol. I.)

41. *Ibid.*, p. 479.

rário social-democrata”⁴². Com este procedimento sociológico-político, que não só unificava fenômenos diversos, como o liberalismo, o “economicismo” e o menchevismo, mas também os reduzia a mera manifestação de uma influência maléfica da pequena burguesia, toda a problemática interna daquelas tendências era anulada, e se afirmava, segundo o princípio ideológico da ortodoxia, um único partido autêntico: o de Lênin.

Em um artigo de 1901, “Contra a intolerância ortodoxa”, Struve assim sintetizara o “raciocínio fundamental da ortodoxia”:

“O curso das idéias que, através da superstição ortodoxa, leva à intolerância é, nas suas linhas gerais, o seguinte. A uma certa visão prática, que exprime e, por assim dizer, defende os interesses de uma determinada classe social, e juntamente com eles o desenvolvimento progressivo e os interesses de toda a humanidade, corresponde uma única construção teórica plenamente determinada; todas as outras concepções teóricas são expressões, não correspondentes ao progresso humano, dos interesses de outras classes antagônicas ou, pelo menos, não diretamente solidárias com a classe ‘eleita’”⁴³.

A este mecânico monismo prático-cognoscitivo, Struve opunha um pluralismo teórico e político dialético também no interior de uma mesma classe, negando o “raciocínio fundamental da ortodoxia”. E, também assim, ultrapassava a fronteira entre marxismo e liberalismo, pelo menos a que então fora traçada entre eles.

42. *Ibid.* De tom diverso foi a crítica que Plekhânov moveu contra Struve, no âmbito da polêmica geral antibernsteiniana e anti-revisionista, cujas posições foram expressas sob um plano mais abstratamente teórico do que diretamente político, assumindo substancialmente a forma de uma defesa da “dialética materialista”. Dos três artigos dedicados à crítica de Struve, vale a pena recordar este julgamento conclusivo: “Há muitos anos, na nossa revista *Social-Demokrat*, havíamos expressado a idéia de que a teoria populista tinha sido definitivamente superada e que a nossa *intelligentsia* burguesa, desembaraçada do populismo, tinha necessidade de europeizar as próprias idéias. Esta europeização já foi agora em grande medida realizada, mas esta realização se deu para nós de uma forma imprevista. Quando indicávamos sua necessidade, não pensávamos que seria realizada sob a bandeira do marxismo, ainda que ‘revisto’. Até o dia do enterro, continuamos aprendendo, diz sabiamente um provérbio...” (G. V. PLEKHÂNOV, *Socinenija*, vol. XI, Moscou-Petrogrado, 1923, p. 271).

43. P. STRUVE, *Na raznye temy*, cit., p. 294.

ISRAEL GETZLER

Gueorqui V. Plekhânov: a danação da ortodoxia

Se os socialistas russos reconhecem, por princípio, o direito à liberdade de expressão, e o incluem no seu programa, não podem restringir seu desfrute ao grupo ou ao "partido" que reclama a hegemonia num período particular do movimento revolucionário.

PLEKHÂNOV, As nossas divergências¹

Nascido em novembro de 1856, no ambiente da pequeníssima nobreza rural, na província de Tambov, e destinado, como muitos de sua família, à carreira militar, Gueorqui Valentinovich Plekhânov dedicou-se tardiamente à causa revolucionária, em 1875, quando estudava no Instituto de Mineração de Petersburgo. Ingressou na organização populista *Zemlia i Volia* no outono de 1876, pouco depois da sua fundação, e foi um dos organizadores e o principal orador na famosa manifestação da praça Kazan, em 6 de dezembro de 1876. Quando, em outubro de 1879, a *Zemlia i Volia* se dissolveu, e a maioria constituiu a *Narodnaia Volia*, Plekhânov dirigiu a *Cĕrnyi Peredel*, a "fração negra", minoritária, que se opunha tenazmente ao terrorismo da *Narodnaia Volia*; esta insistia na propaganda populista ortodoxa entre os trabalhadores e os camponeses, e dizia-se orientada, no seu programa prático de "partido russo social-revolucionário", pelas "proposições do socialismo científico"².

Fugindo para o exterior em janeiro de 1880, Plekhânov acompanhou durante todo aquele ano a rápida crise do seu *Cĕrnyi Peredel*, assim como a dissolução da *Narodnaia Volia* em 1881. Em seguida, abandonou o populismo e, em 1882, escreveu a sua primeira obra claramente marxista, uma introdução à segunda edição russa do *Manifesto*

1. G. PLEKHÂNOV, *Socinenija*, aos cuidados de David Bôrisovic Riazanov, 24 vol., Moscou, 1923-27, vol. II, p. 94.

2. "Cĕrnyj Peredel", gennaio 1880, n. 1, in PLEKHÂNOV, *Soĕinenija*, cit., vol. I, p.

to do Partido Comunista³. Um ano depois, junto com amigos dos tempos de *Cĕrnyi Peredel* (Pavel, Akselrod, Vera Zasulitch e Lev Deitch), fundou o grupo Libertação do Trabalho, que assume a dupla tarefa de difundir na Rússia “as idéias do socialismo científico” mediante a tradução e a distribuição das principais obras da “escola de Marx e Engels”, e de reexaminar a teoria revolucionária e a sociedade russa “do ponto de vista do socialismo científico”⁴.

Embora rapidamente se afirmasse – e como tal fosse reconhecido no futuro – como teórico guia da social-democracia e maior filósofo marxista do socialismo europeu, Plekhânov – como declarou com orgulho no discurso à Conferência de Estado de Moscou, pouco depois de seu retorno do exílio em 1917 – considerava-se “um revolucionário e nada mais do que um revolucionário”⁵. De fato, enquanto sua carreira prática de revolucionário teve breve duração na Rússia e, estranhamente, escassa ressonância na emigração, sua teoria revolucionária constitui a sua principal e mais significativa contribuição ao marxismo russo: será ela, portanto, o objeto prioritário deste ensaio; só faremos referência à sua filosofia marxista na medida em que ela interferir na sua teoria revolucionária e no papel que ele desempenhou na social-democracia russa e européia. Foi o profundo ódio pelo despotismo czarista e pelo atraso russo, que constituía para ele o fundamento daquele, mais do que as desigualdades e as injustiças do capitalismo burguês, que fez de Plekhânov um revolucionário. E, igualmente, foi o temor da restauração despótica que informou a sua teoria revolucionária, fazendo-o rechaçar todos os esquemas maximalistas de uma tomada prematura do poder, desde o “agora ou nunca” do jacobinismo de Pêtr Tkatchov e o blanquismo da *Norodnaia Volia* até o programa de Lênin de 1905 e 1917 sobre a ditadura revolucionária. E uma batalha não menos feroz foi por ele travada contra todas as tentativas dos revisionistas, dos marxistas legais, dos economicistas e dos liquidacionistas para eliminar o caráter revolucionário do socialismo.

Mais que tudo, Plekhânov odiava o despotismo. No curso de uma conferência em Berna, em 1896⁶, advertiu os que entendiam que os

3. “Predislovie k russkomu izdaniju ‘Manifesta Kommunističeskoj’”, in PLEKHÂNOV, *Sočinenija*, cit., vol. I, pp. 150-52.

4. “Ob izdanii ‘Biblioteki Sovremennogo Socializma’”, 25 de setembro de 1883, *ibid.*, vol. II, pp. 22-23.

5. G. V. PLEKHÂNOV, *God na rodine*, Paris, 1921, vol. II, pp. 101-2.

6. *Filosofsko-literaturnoe nasledie G. V. Plechanova*, vol. I, Moscou, 1972, p. 38.

russos estavam destinados a combater pela “igualdade” e pelo socialismo mais do que pela “liberdade” política: “um tal programa” e uma tal prioridade teriam apenas “reforçado o despotismo oriental”, no qual, para citar Nicolai Nekrásov, seu poeta preferido, “os gemidos dos escravos são sufocados pelos sicofantas e pelo sibilo dos açoites”. Decisivamente,

“O capitalismo é mau, mas o despotismo é pior. O capitalismo desenvolve a besta no homem, mas o despotismo transforma o homem em uma besta de carga. O capitalismo estende suas mãos sujas sobre a literatura e a ciência, mas o despotismo mata a ciência e a literatura”⁷.

Mesmo o mais benévolo dos Estados paternalistas, uma vez privados os súditos dos direitos políticos, transforma-os, no melhor dos casos, em “escravos satisfeitos, em bestas bem nutridas”⁸.

Como todo despotismo, o russo se apoiava numa ampla base de atraso, já que a Rússia era “o Estado mais atrasado da Eúropa”⁹. Como se expressou em setembro de 1880, na *Cěrnyi Peredel*:

“A Rússia é oprimida pela maldição que a história lança sobre todos os países atrasados e corruptos. A própria natureza, por assim dizer, tomou partido contra nossa desventurada pátria, e golpeia-a com uma calamidade atrás da outra (...) não menos graves do que as pragas que afligiram os egípcios”¹⁰.

Nos ensinamentos de Marx e Engels, Plekhânov encontrou, ao mesmo tempo, uma teoria científica e uma estratégia revolucionária que continham a promessa de uma libertação da Rússia do despotismo e do atraso, e que, por outro lado, eram usados na sua luta, tanto contra os maximalistas impacientes que tinham que ser freados e disciplinados, quanto contra os anêmicos minimalistas, que tinham abandonado a revolução pelas reformas.

Diante do dilema dos socialistas russos, que se batiam por uma sociedade socialista pós-burguesa e pós-capitalista, mas que estavam condenados a fazer a sua revolução em uma Rússia czarista pré-burguesa e pré-capitalista, Plekhânov – nos seus primeiros opúsculos marxistas, *Socialismo e luta política* (1883) e *As nossas divergências* (1884)¹¹ – propôs uma estratégia que distinguia dois estágios consecutivos da esperada revolução russa. Esta seria, em primeiro lugar, uma imediata revolução liberal-burguesa que derrubaria o poder czarista, levaria ao poder a burguesia liberal, criaria instituições políticas liberais e um desenvolvimento econômico capitalista; uma vez realizado,

7. *Ibid.*

8. PLEKHÂNOV, *Socinenija*, cit., vol. II, p. 366.

9. *Ibid.*, p. 94.

10. *Ibid.*, vol. I, p. 124.

11. Ambos os opúsculos in *ibid.*, vol. II, pp. 27-362.

isto, a classe operária em desenvolvimento, com a ajuda dos menores da *intelligentsia* socialista, armados da “teoria revolucionária”, começaria a adquirir a consciência política, a organização, o poder e o provável apoio camponês, necessários para permitir a revolução proletário-socialista e a constituição de um governo socialista para realizar o socialismo¹².

Dado que a Rússia tinha chegado tarde ao capitalismo a sua burguesia era ainda débil, enquanto o movimento socialista já era forte, o capitalismo e o domínio burguês estavam “condenados a murchar antes mesmo de florir totalmente”¹³. Mesmo que o necessário “período constitucional” do domínio burguês e do desenvolvimento capitalista fosse breve, acelerando desse modo o advento da revolução socialista, não se deveria, contudo, fazer coincidir as duas revoluções.

“Ligar dois fenômenos essencialmente distintos, como a derrubada do absolutismo e a revolução socialista, empreender a luta revolucionária com base na suposição de que estes dois fenômenos coincidirão na história de nossa pátria, significa retardar o advento das duas coisas”¹⁴.

Já que a revolução socialista era ainda questão para um futuro mais remoto, os revolucionários socialistas e a classe operária tinham um interesse vital na “revolução liberal em maturação” e na conquista de “instituições políticas livres”¹⁵. Estes revolucionários deveriam seguir, portanto, o “esplêndido exemplo” oferecido à Alemanha pelo *Manifesto do Partido Comunista* às vésperas da revolução de 1848, e combater junto com a burguesia “onde quer que esta atue de modo revolucionário contra a monarquia absoluta”; ao mesmo tempo, porém, não deveriam “jamais parar por um só instante de instilar na classe operária a concepção mais clara possível do antagonismo entre burguesia e proletariado”¹⁶.

Além disso, deveriam estar atentos para que a burguesia liberal, que necessitava da “lufada de ar fresco do autogoverno”, não “se afastasse por medo” da revolução, temendo o “fantasma vermelho” de uma tomada de poder por parte dos socialistas¹⁷. Ao contrário, e era esta a mensagem prática central dos primeiros opúsculos marxistas de Plekhânov, qualquer tentativa impaciente de tomada do poder por parte de uma minoria revolucionária do tipo da *Narodnaia Volia*, tendo em vista a instauração do socialismo em um país atrasado, estava condenada a acabar no “mais vergonhoso fracasso”¹⁸. De fato, mesmo

12. *Ibid.*, pp. 70-71, 87-88, 335-36.

13. *Ibid.*, pp. 271, 337-38.

14. *Ibid.*, p. 86.

15. *Ibid.*, pp. 83, 106.

16. *Ibid.*, p. 86.

17. *Ibid.*, pp. 75-76, 83.

18. *Ibid.*, p. 329.

que essa ameaça sobre o atraso da Rússia e a apatia das massas tivesse ocorrido, e a minoria revolucionária conseguisse se manter no poder como uma espécie de “casta socialista” à semelhança dos “filhos do sol peruanos”, ela não construiria o socialismo, na medida em que “a emancipação dos trabalhadores deve ser tarefa dos próprios trabalhadores”. Pior ainda, sob este “comunismo patriarcal e autoritário”, o povo perderia “qualquer capacidade de progresso posterior” e, de certo, não se educaria para o socialismo. O resultado desta tomada de poder e de tais “experimentos e vivissecações sociais” pelo alto não seria nada mais do que “despotismo czarista revestido de comunismo”, um “monstro político semelhante ao antigo Império Chinês e ao peruano”, exatamente o oposto daquilo que se pretendia.¹⁹

Em apoio à sua intransigente posição contra um acesso prematuro ao poder dos socialistas revolucionários na Rússia atrasada, Plekhânov citava e fazia sua a clássica advertência de Engels na *Guerra dos camponeses na Alemanha*, de 1850, contra a “pior coisa possível” que pode acontecer ao dirigente de um partido radical que pretenda tomar o poder ou seja obrigado a fazê-lo “em uma época na qual o movimento ainda não esteja maduro para o domínio da classe que ele representa e para a realização das medidas que tal domínio implica”: prisioneiro de um “dilema insolúvel”, segundo o qual o que ele “pode fazer contradiz sua imagem pública anterior e suas ações anteriores (*Auftreten*), os seus princípios e os interesses imediatos do seu partido, enquanto o que deveria fazer não pode ser feito, ele estará irremediavelmente perdido”²⁰. Os socialistas revolucionários poderiam evitar essa “posição incômoda”, resolvendo – graças ao socialismo científico, “a maior e mais revolucionária teoria social do século XIX” – a sua difícil situação. Com a ajuda do socialismo científico, eles descobririam “as leis do desenvolvimento social” e a direção em que se movia a Rússia, e poderiam compreender que o futuro oferecia “antes de mais nada” o triunfo da burguesia e do capitalismo, que devia ser aceito “o mal do momento no nosso país”, e o “início” da emancipação política e econômica da classe operária²¹.

Enquanto a estratégia revolucionária de Plekhânov, que ele elaborava gradativamente nos últimos dois decênios do século, extraía muito das obras de Marx e Engels de 1848-50, e em particular do *Manifesto do Partido Comunista* e da *Mensagem do Comitê Central à Liga*

19. *Ibid.*, pp. 77-78, 81-82, 295-96, 306.

20. *Ibid.*, pp. 329-30.

21. *Ibid.*, pp. 231-273.

dos Comunistas de março de 1850, a sua “primeira tentativa de aplicar uma teoria científica peculiar à análise das intrincadas e complexas relações” da Rússia era uma análise que não podia “parar nas obras de Marx e de Engels”²². Plekhânov, certamente, não tinha em grande consideração a admiração de Marx pelo *modus operandi* da *Narodnaia Volia* enquanto “especificamente russa, historicamente inevitável”²³, nem levava em conta a crítica indireta desfavorável a *Nossas diferenças*, feita por Engels, o qual enxergava na Rússia daquele tempo “um dos casos excepcionais no qual um punhado de indivíduos pode fazer a revolução” e onde “o importante é que (...) a revolução ecluda. Que seja uma facção antes da outra a dar o sinal, que ela venha sob esta ou aquela bandeira, pouco me importa”²⁴. Com razão, portanto, Plekhânov foi definido por um de seus biógrafos como “o pai do marxismo russo”²⁵. Mas ele era mais do que isso: a ideologia e a estratégia revolucionária social-democrata por ele fundada permitiram a um amplo e crescente setor da *intelligentsia* russa – que detestava tanto o czarismo como o capitalismo burguês ocidental, e buscava portanto uma “particular” via russa ao socialismo, baseada no mujique e na tradicional comunidade de aldeia – encontrar para si um “papel honroso e útil”, progressista, na qualidade de dirigentes da nascente classe operária, que Plekhânov definia como “o povo no sentido europeu da palavra”. Deste modo, e somente deste modo, estes intelectuais poderiam participar no movimento geral de libertação contra o absolutismo e, assim, completar a europeização da Rússia”²⁶.

Nos anos 80, tendo descoberto a “alma do marxismo” no “método”²⁷, Plekhânov aplicou-o tão criativamente ao panorama russo de seu tempo que Lênin e toda uma geração de jovens marxistas russos viram no seu escrito *Socialismo e Luta Política* “a primeira profissão de fé do socialismo russo”; e compararam-no ao *Manifesto do Partido Comunista*, “a primeira profissão de fé do socialismo internacional”²⁸.

Nos anos 1880-90, ele se afirmara no socialismo europeu e (com a

22. *Ibid.*, pp. 44, 104-5.

23. Karl Marx a Jenny Longuet, abril de 1881, in K. MARX e F. ENGELS, *Werke (Mew)*, vol. 35, p. 179.

24. Friedrich Engels a Vera Zasulich, 23 de abril de 1885, *Mew*, vol. 36, p. 104 (trad. it., in K. MARX e F. ENGELS, *Índia, Cina e Rússia*, aos cuidados de B. Maffi, Milão, 1960, p. 251). Cf. também Karl Kautsky a Eduard Bernstein, 30 de junho de 1885, in M. RUBEL, *Marx-Engels: Die russische Kommune*, Munique, 1972, p. 177.

25. S. H. BARON, *Plekhânov, the father of Russian marxism*, Londres, 1963.

26. PLEKHÂNOV, *Socmenija*, cit., vol. II, pp. 84-85, vol. III, p. 78.

27. *Ibid.*, vol. I, p. 24.

28. V. I. LÊNIN, *Opere*, Roma, 1955, vol. 4, p. 290.

autorizada aprovação de Engels e de Kautsky) havia se tornado um eminente teórico e expositor do marxismo, enquanto “concepção do mundo coerente, harmoniosa e completa”²⁹, que incluía o materialismo dialético (precisamente a ele se atribui ter cunhado este termo)³⁰, o materialismo histórico, a economia e a sociologia política marxiana. Em uma série de obras – que compreendia o ensaio “Pelo 60º aniversário da morte de Hegel”, de 1891 (bastante elogiado por Engels)³¹, as *Observações a ‘Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã’ de Engels*, de 1892, e, sobretudo, sua obra filosófica maior, *Sobre o Problema do Desenvolvimento da Concepção Monista da História*, de 1895³² –, Plekhânov expõe “o marxismo como doutrina teórica”³³, tornando-se assim o “meestre do marxismo” na Rússia. Martov, por exemplo, tinha uma viva recordação da “alegre excitação” produzida pelo aparecimento legal (“como um raio em céu sereno”) da *Concepção Monista* entre “todos os marxistas russos”³⁴.

Ainda que a exposição de Plekhânov deva muito ao *Anti-Dühring* de Engels e a seu *Ludwig Feuerbach*, e faça parte daquela elaboração da teoria marxista iniciada por Engels no final dos anos 80 e continuada por Kautsky, Lafargue, Antonio Labriola e pelo próprio Plekhânov no último decênio do século, o que distingue o marxismo de Plekhânov é precisamente o destaque que ele deu – como o mostrou Walicki³⁵ – ao determinismo e à necessidade; o modo pelo qual reivindicava a certeza científica faz estremecer; sua refutação do “moralismo” e do “subjativismo” é a mais apaixonada; sua insistência na teoria e na ortodoxia é, certamente, a mais intransigente e militante.

Já que concebia a história humana como se esta ocorresse segundo leis férreas, “independentes da vontade do homem” e “ocultas à consciência humana”, Plekhânov postulava que aquilo que a “determinava” em “última instância” é “o desenvolvimento das forças produtivas naturais”, ao ponto de que uma “dada base econômica” “deve inevitavelmente produzir a superestrutura ideológica apropriada”, co-

29. “No sexagésimo aniversário da morte de Hegel”, in PLEKHÂNOV, *Sochinenija*, cit., vol. VII, p. 4.

30. Cf. M. RUBEL, *Karl Marx. Essai de biographie intellectuelle*, Paris, 1971, pp. 207, 147; G. LICHTHEIM, *Marxism*, London, 1964, p. 15, nota.

31. Engels a Kautsky, 3 de dezembro de 1891, *Mew*, vol. 38, p. 235.

32. PLEKHÂNOV, *Sochinenija*, cit., vol. VII, pp. 57-323.

33. L. MARTOV, *Zapiski Social-demokrata*, Berlim-Petersburgo-Moscú, 1922, p. 423.

34. *Ibid.*

35. A. WALICKI, *The controversy over capitalism*, Oxford, 1969, pp. 158-65.

mo, por exemplo, nas ciências sociais, de tal forma que a uma fase de “ciência social burguesa” sucederá uma fase de “socialismo científico”, enquanto à “economia burguesa” sucederá uma “economia socialista”³⁶.

O marxismo é, para ele, aquela “grande revolução nas ciências sociais, tão grande quanto a realizada por Darwin na teoria da evolução e por Copérnico na astronomia, que, primeiro, colocou o homem em condições de descobrir as “leis objetivas do desenvolvimento”, e, depois, através de “um estudo rigoroso do seu modo de agir”, permitiu fazer da necessidade “a obediente serva da razão”³⁷. Os marxistas, equipados com o materialismo dialético, definido como “filosofia da ação”, saberão portanto “nadar com a corrente da história” em direção à “meta final” do socialismo, a inevitável “realidade do futuro”. O socialismo científico estará “firmemente convencido” da “inevitabilidade” do advento do socialismo, sabendo que está “garantido” pelo inteiro curso do desenvolvimento social, assim como o está do fato de que “o sol se põe hoje e não tardará a se levantar amanhã”³⁸.

Enquanto o determinismo e a confiança de Plekhânov no conhecimento racional estavam em harmonia com o espírito da época, naturalista e positivista, e eram comuns à maior parte dos seus companheiros de marxismo, a particular qualidade e intensidade do seu “necessitarismo” e da sua confiança na ciência marxista devem ser provavelmente relacionadas com a teoria e a estratégia revolucionária que ele elaborou nos anos 80, em polêmica com os populistas “subjetivistas” e “moralistas”, e que continuou a desenvolver até o final dos seus dias. Plekhânov esperava que os social-democratas revolucionários russos, decididos a derrubar o tzarismo e, além disso, qualquer capitalismo burguês existente, fizessem uma revolução “burguesa”, aceitassem o domínio burguês e o desenvolvimento capitalista como necessidade histórica, e praticassem uma autodisciplina de abstenção do poder até a época em que a Rússia tivesse alcançado os pré-requisitos necessários para estar madura para o socialismo. Esta autodisciplina e autolimitação, fundadas na confiança na inevitabilidade da via européia ao socialismo da Rússia, requeriam uma justificação e um quadro conceitual necessitaristas³⁹.

36. PLEKHANOV, *Sočinenija*, cit., vol. VII, pp. 45, 200, vol. XI, p. 88.

37. *Ibid.*, vol. VII, pp. 187-88, 244.

38. *Ibid.*, p. 245, vol. XI, p. 259.

39. Para esta interpretação, cf. WALICKI, *The controversy*, cit.; no que se refere a mim, sou levado a assinalar a indicação de Plekhânov de se abster do poder durante a revolução burguesa.

A pedra de toque de Plekhânov para avaliar a fidelidade ao marxismo era a aceitação e a defesa incondicionais dos ensinamentos filosóficos, econômicos e sócio-históricos de Marx e Engels, considerados como uma concepção do mundo exaustiva e inter-relacionada. Por exemplo, ainda em 1882, quando ele mesmo apenas acabara de se tornar marxista e o marxismo não tinha ainda se tornado uma doutrina, Plekhânov já criticava S. M. Stepniak-Kravchinski como “pessoa excessivamente tolerante em relação a qualquer espécie de pensamento socialista”, e propunha fazer de *O Capital* de Marx o “leito de Procusto para todos os colaboradores da *Vestnik Narodnoi Voli*”⁴⁰; nos anos 90, chegara tão próximo de fazer da ortodoxia marxista um leito de Procusto que recebera uma advertência do próprio Engels: “Jaurès está no bom caminho. Está *aprendendo* o marxismo, não é necessário apressá-lo muito. Mas já fez bons progressos (...). De resto, não exigimos uma excessiva ortodoxia!”⁴¹

Não surpreende que, em 1898, quando Bernstein e Conrad Schmidt pretenderam colocar em discussão alguns elementos da teoria marxista, Plekhânov visse imediatamente naquela “crítica” um ataque ao “socialismo moderno no seu conjunto” e se lançasse numa batalha sem trégua em defesa da “teoria socialista (...), aquela inexpugnável fortaleza contra a qual todas as forças hostis se quebram e se dispersam”⁴². Na batalha contra os revisionistas alemães, os “marxistas legais” e os “economicistas” russos, Plekhânov tornou-se o mais ferrenho defensor da ortodoxia marxista, chegando a inocular na social-democracia russa aquele espírito combativo, aquela intransigência doutrinária e aquela intolerância que a caracterizaram em seguida.

Plekhânov estava muito menos interessado nas argumentações dos “críticos” do marxismo do que na sua função ou “missão histórica”, que, a seu ver, consistia em esvaziar o marxismo do seu “conteúdo social-revolucionário”, desmantelando, pedaço por pedaço, “a dialética, o materialismo, o conceito de contradição social como fator do progresso social, a teoria do valor e da mais-valia, a revolução social e a ditadura do proletariado”, “componentes indispensáveis do socialismo científico marxista”, “o arsenal espiritual do proletariado” na sua luta contra a burguesia⁴³. Ele denunciava até mesmo o sim-

40. Plekhânov a Pëtr Lavrov, primavera de 1882, citado em BARON, *Plekhanov*, cit., p. 84.

41. Engels a Plekhânov, 26 de fevereiro de 1895, in K. MARX e F. ENGELS, *Opere*, Roma, 1977, vol. 50, p. 449.

42. “Sobre a suposta crise do marxismo”, primavera de 1898, in *Literaturnoe nasledie G. V. Plechanova*, vol. V, pp. 20-21.

43. *Socinenija* cit., vol. XI, pp. 269-70.

Kautsky admitia
que o neo-kantismo
na "impetável" política
marxista

ples questionamento da teoria da pauperização ou do valor como "equivalente a uma tácita aceitação das teorias do oportunismo (burguês ou reformista)"; e se enfureceu quando soube que Victor Adler tinha rido e replicado "mas e daí?", quando Kautsky dissera-lhe que um dos pecados de Bernstein era refutar a teoria do valor⁴⁴.

Deve ter-se horrorizado, na época do seu ataque a Conrad Schmidt e ao neokantismo, ao ouvir Kautsky afirmar que o "neokantismo era o que menos o preocupava", e que, "em caso de necessidade", poderia até ser compatível com as concepções históricas de Marx e de Engels⁴⁵. Para Plekhânov,

"a filosofia de Kant (é) o 'ópio' com o qual (a burguesia espera) adormecer o proletariado, um proletariado que se tornou mais 'exigente' e ingovernável. O neokantismo se tornou moda junto à classe dominante como arma espiritual na luta pela própria existência"⁴⁶.

Não é casual que, enquanto Conrad Schmidt se lamentava do ponto a que tinha chegado Plekhânov para desacreditar a "reputação política" das pessoas que não estavam de acordo com ele no campo filosófico⁴⁷, Vera Zasulitch – amiga devota e admirada – admitia "agudamente" que suscitava no leitor simpatia pelo seu adversário⁴⁸. Mas Plekhânov não tinha tempo para "métodos polêmicos camaradas", certamente não adotáveis contra os revisionistas "apóstatas", que o "ortodoxo" não deve mais considerar como "companheiros", mas deve "combater até o fim"⁴⁹. Não é de surpreender que tenha desaprovado tão energicamente os social-democratas alemães pela sua recusa de expulsar Bernstein do Partido⁵⁰, que tenha atribuído essa debilidade à difusão do oportunismo na social-democracia europeia e à falsa concepção da liberdade de opinião, como se um partido político fosse uma academia de ciências:

"A liberdade de opinião no partido pode e deve ser limitada, já que o partido é uma união livremente formada por pessoas que pensam da mesma maneira; e, quando a unidade de pensamento desaparece, uma cisão tor-

44. "Vozhdi russkoi S-D o voine", in *Golos*, 18 de outubro de 1914, nº 31.

45. Kautsky a Plekhânov, 22 de maio de 1898, in *Literaturnoe nasledie G. V. Plechanova*.

46. "Conrad Schmidt gegen Karl Marx und Friedrich Engels", in *Neue Zeit*, 1898-99, p. 145.

47. *Socinenija*, cit., vol. XI, p. 132.

48. LÊNIN, *Opere*, vol. 4, p. 369.

49. *Socinenija*, cit., vol. XII, p. 453.

50. *Ibid.*, vol. XI, pp. 63-64.

na-se inevitável. Impor ao partido, em nome da liberdade, membros que não partilham de suas concepções equivale a limitar a sua liberdade de escolha e a impedir o êxito das suas atividades"⁵¹.

Para Plekhânov, era necessário garantir que esta falsa liberdade de opinião e debilidade não prevalecessem na social-democracia russa; e, uma vez acertadas as contas com Bernstein e Schmidt, volta-se para os "marxistas legais" russos. Como escreve a Pavel Akselrod,

"a luta contra o bernsteinianismo na Rússia é a tarefa mais urgente do momento. O *Nacalo* (de Struve e Tugân-Baranóvski) está plenamente ao lado de Bernstein. A influência dos nossos "marxistas de cátedra", devemos contrapor a nossa influência de marxistas revolucionários (...). A luta é obrigatória. Eis uma espécie de imperativo categórico: "*Du kannst, denn du sollst*"⁵².

A sua primeira vítima foi Struve, que ele expulsou do partido; e teria ido ainda mais longe, se não tivesse sido obstado por Aleksander Potresov e Vera Zasulich, o "*Struvefreundliche Partei*". Para Plekhânov, como foi dito, a "mera existência" de Struve "neste mundo era uma injustiça"⁵³.

Plekhânov dedicou-se em seguida aos "economicistas" Serguei Prokopovich e Ekaterina Kuskova, exigindo a sua expulsão da União dos Social-Democratas Russos no exterior, porque estavam inclinados a "ir até além do notório 'apóstata' Bernstein" na sua refutação da "concepção social democrata"⁵⁴. Não obtendo nada deste modo, terminou por atacar a própria União, um organismo que se tinha recusado coerentemente a submeter-se à sua autoridade; e, em março de 1900, em um venenoso panfleto, *Vademecum*⁵⁵, no qual fazia largo uso, sem escrúpulos, de cartas privadas dos membros da União, tentou impingir-lhes a acusação de ecletismo, de tolerância para com a diversidade e a heresia, de envolvimento no economicismo, de falta de respeito pela teoria ortodoxa e de tanta "confusão" ideológica que, previu, muito em breve "existirão três partidos social-democratas toda vez que dois social-democratas se encontrarem"⁵⁶. Nessa ocasião, re-

51. *Ibid.*, vol. XII, pp. 444-45.

52. Plekhânov a Akselrod, 21 de abril de 1899, *Peripiska G. V. Plechanovai i P. B. Akseľroda*, Moscou, 1925, p. 81.

53. Citado in R. PIPES, *Struve, liberal on the left, 1870-1905*, Cambridge (Mass.), 1970, pp. 273, 236-37.

54. PLEKHÂNOV, *Socinenija*, cit., vol. XII, p. 21.

55. *Vademecum dla redakcii Rabočego dela: Sbornik materialov*, Genebra, 1900; para o prefácio de Plekhânov, cf. *Socinenija*, cit., vol. XII, pp. 3-42.

56. *Ibid.*, p. 41. Sobre a luta de Plekhânov contra o economicismo, cf. J. FRANKEL, *Vladimir Akimov on the Dilemmas of Russian Marxism 1895-1903*, Cambridge, 1969, pp. 24-53.

cebeu uma brusca réplica de Boris Krichévski, o qual, em nome da União, afirmou que a social-democracia russa não era “uma seita, mas um partido (...) no âmbito do socialismo internacional”; e a União era o comitê do partido no exterior, não “uma confraria religiosa”⁵⁷. O *Vademecum* surtiu assim um efeito de bumerangue sobre ele; e, em abril de 1900, junto com seu grupo Libertação do Trabalho, foi excluído da União. Neste momento, teria se isolado totalmente da social-democracia russa se, posteriormente, naquele mesmo ano, não tivesse ocorrido a chegada à Europa Ocidental de Lênin, Potresov e Martov, e a fundação da *Iskra*, na qual ingressaram ele, Akselrod e Vera Zasulich. Pela sua “intolerância fenomenal”, como Lênin a definiu⁵⁸, e por sua insaciável necessidade de deferência para com sua autoridade e liderança, afastou-se de vários discípulos e amigos que antes o admiravam; e as cartas e os escritos de “discípulos” como Lênin e Potresov, Martov e Vladimir Akimov, relatam uma longa e triste história de dolorosas emancipações diante do seu “mestre de marxismo”. O relato que Lênin faz a Potresov do seu encontro com Plekhânov, em agosto de 1900, é revelador:

“Nunca, nunca na minha vida havia experimentado uma estima e um respeito tão sinceros por um homem, uma semelhante *vénération*; nunca me havia comportado com tanta ‘humildade’, nem nunca experimentara um pontapé tão rude”⁵⁹.

Este “grito do coração” encontrou eco na amarga poesia de Akimov, *Ao mese*⁶⁰:

Tu nos conclamaste à impiedosa batalha;
Mas, incorporando-nos à tua causa de luta,
Engano e ódio encontrei,
Nenhum sagrado campo de batalha.

A sua agressiva posição polêmica e a batalha perdida que travou pela direção política e pela autoridade teórica deixaram uma marca profunda na sua obra. Ao esboçar um programa de partido para a social-democracia russa, nos últimos meses de 1901, parecia estar mais

57. Citado in D. GEYER, *Lenin in der Russischen Sozialdemokratie*, Colônia, 1962, p. 194.

58. LÊNIN, *Opere*, cit., vol. 4, p. 368.

59. *Ibid.*, p. 573. Mais adiante, Lênin observa: “Quando um homem, com o qual pretendemos levar a cabo um empreendimento igualmente caro a ambos, estabelecendo com ele as mais íntimas relações, quando esse homem se permite com os companheiros uma manobra de jogo de xadrez, então não resta dúvida de que se trata de um homem mau, verdadeiramente mau, que nele são fortes o amor-próprio e a vaidade avara e mesquinha, que se trata de uma pessoa insincera”.

60. V. AKIMOV, *K Učitelju*, Bund Archives, New York.

agudamente consciente do “movimento revisionista” (que, a seu ver, estendia-se “por toda Europa, de Kazan a Londres e de Palermo a Arcângelo”, “minando e debilitando as posições teóricas da social-democracia”)⁶¹ do que das realidades e do futuro da Rússia czarista.

Quando, em janeiro de 1902, o esboço completo foi debatido no grupo da *Iskra*, Lênin, com infalível crueldade, apreendeu logo “a sua debilidade geral e fundamental”, a proliferação daquilo que ele criticava como “formulações (...) extremamente abstratas, como se fossem destinadas (...) a um curso de conferências”, não “o programa de um proletariado que luta contra as manifestações extremamente reais de um capitalismo bem determinado, mas o esquema de um manual de economia sobre o capitalismo em geral”⁶². Plekhânov quase chegou a admitir a justeza da acusação de Lênin, declarando em defesa das próprias posições que o programa “deve conter” uma réplica à “crítica” do marxismo, se não quiser merecer a acusação de que os seus autores não tinham “levado em consideração o estado atual da ‘ciência’”; por outro lado, acrescentava, uma caracterização do capitalismo que se baseasse nas “relações econômicas russas” seria “incorreta”. É um indício do declínio de sua autoridade, especialmente diante de Lênin, na *Iskra*, o fato de que tenha deixado à comissão editorial, com irritação, a tarefa de conciliar o seu esboço com o contra-esboço de Lênin, em vez de abrir com este uma polêmica que – temia Plekhanov – “seria interpretada como uma cisão entre os ortodoxos”⁶³.

Um exame do esboço original de Plekhânov “revela muito mais a respeito da sua teoria marxista do que a respeito das tarefas concretas, das exigências e dos objetivos da social-democracia russa. À parte a prolixa e enfaticamente ortodoxa caracterização do capitalismo, calçada no Programa de Erfurt da social-democracia alemã, o que distingue o esboço de Plekhânov são as suas teorias da revolução burguesa e da ditadura do proletariado.

Já que a tarefa política imediata da agenda russa era a derrubada da autocracia czarista, a ser substituída por uma República Democrática, Plekhânov indicava os “numerosos resquícios do ordenamento social pré-capitalista” que exercem em nosso país uma terrível opres-

61. *Filosofsko-literaturnoe nasledie Plechanova*, vol. I, p. 86.

62. LÊNIN, *Opere*, cit., vol. 6, pp. 28, 47-49.

63. Plekhânov a Vera Zasulitch, 19 de março de 1902, in *Leninski sbornik*, Moscou-Leningrado, 1924, vol. II, pp. 93-94.

64. LÊNIN, *Opere*, cit., vol. 6, pp. 11-19.

são sobre toda a população trabalhadora e constituem o mais sério de todos os obstáculos que retardam “os êxitos do movimento operário russo”. Por isso, impunha à social-democracia russa que se limitasse a

“tentar obter aqueles institutos jurídicos que, enquanto complemento jurídico natural das relações capitalistas de produção, já existem nos países capitalistas avançados e são necessários ao desenvolvimento completo e multiforme da luta de classe do trabalho assalariado contra o capital”⁶⁵.

Lênin, ao mesmo tempo em que conseguia evitar que esta pomposa versão da teoria de Plekhânov sobre a revolução burguesa não fosse retomada no esboço final do programa de um “partido militante”, tentava atenuar a linguagem militante com que Plekhânov trombeteava o seu grito de guerra, deliberadamente anti-revisionista, da ditadura de proletariado:

“Para realizar a sua revolução social, o proletariado deve conquistar o poder político, que o torna senhor da situação e lhe permitirá remover todos os obstáculos que se encontram no caminho que leva à sua grande meta. Nesse sentido, a ditadura do proletariado constitui a condição política necessária da revolução social”⁶⁶. (Lênin)

Até Lênin foi colhido de surpresa por conceitos como “senhor da situação”, “grande meta”, e pensou que “revolução social” estava bem. Enquanto Plekhânov, tomando nota do comentário de Lênin, suprimia algumas palavras “fragorosas” no seu segundo esboço e substituiu “ditadura do proletariado” por “poder estatal do proletariado”, Lênin pensou que se tratasse da “mesma coisa”, já que, “em política, quem detém o poder é o ditador”⁶⁷.

Com efeito, a introdução que Plekhânov escreveu em 1900 para o *Manifesto do Partido Comunista* contém uma definição da ditadura de classe, incluída a ditadura do proletariado, que – graças à acentuação de sua função e de seus poderes repressivos – é análoga à dada no esboço original do programa de 1902:

“A ditadura de uma classe é o domínio que permite a essa classe o uso da força organizada da sociedade em defesa dos próprios interesses e para a supressão de todos os movimentos sociais que, direta ou indiretamente, ameaçam tais interesses”⁶⁸.

65. *Ibid.*, p. 18.

66. *Ibid.*, pp. 21-22.

67. *Ibid.*, p. 28 e segs.

68. PLEKHÂNOV, *Socmenija*, cit., vol. XI, p. 319.

Foi Plekhânov, portanto, quem introduziu no programa do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), à diferença de todos os outros partidos social-democratas, um novo e, como ele próprio admitiu, "um pouco ameaçador"⁶⁹ compromisso com a ditadura do proletariado, por ele entendida como sinônimo de domínio proletário dotado de poderes repressivos ilimitados; o que seguramente não fez foi fazer dela um sinônimo de governo da maioria e de democracia.

De fato, quando o II Congresso do POSDR discutiu o esboço final do programa (muito mais obra de Lênin do que de Plekhânov), em agosto de 1903, e foi levantada a questão do compromisso da social-democracia com os princípios democráticos, Plekhânov esteve à altura da situação e fez seu famoso discurso jacobino sobre o tema "*salus revolutionis suprema lex*", ao qual deviam ser subordinados todos os princípios democráticos, inclusive o sufrágio universal e a inviolabilidade da pessoa. Prevendo uma situação na qual "o proletariado revolucionário" restringiria os direitos das classes superiores ou a duração dos Paramentos, ele enunciou que

"se, no fervor do entusiasmo revolucionário, o povo elege um bom Parlamento – uma espécie de *Chambre introuvable* –, então devemos nos esforçar para fazer dele um *Long Parliament*; mas se as eleições se revelarem um fracasso, então devemos tentar dissolver o Parlamento, não após dois anos, mas possivelmente após duas semanas!"⁷⁰.

Desse modo, ao compromisso com a ditadura do proletariado por parte da social-democracia russa, Plekhânov acrescentara uma norma autoritária, segundo a qual o compromisso com a democracia devia estar sujeito à oportunidade revolucionária.

A controvertida acolhida, entre aplausos e vaias, do seu discurso não lhe causou nenhuma impressão. Poucos meses depois, num apelo público à Liga Estrangeira dos emigrados social-democratas e numa conversação privada, Martov tentou persuadir Plekhânov a abrandar a impressão que aquele discurso jacobino tinha causado; mas, como única resposta aos seus esforços, houve um glacial e lacônico "*Merci!*"⁷¹. Martov compreendeu então que a "concepção da ditadura do proletariado em Plekhânov "não deixava de ter um certo parentesco com a ditadura jacobina de uma minoria revolucionária". Nem deve-

ditadura do proletariado = ditadura jacobina
pouco rigorosa

69. *Filosofsko-literaturnoe nasledie Plechanova*, vol. I, p. 88.

70. *Vtoroj s'ezd Rsdpr. Protokoly*, Moscou, 1959, pp. 181-82.

71. *Protokoly II – go ocerednogo s'ezda Zagranicnoj Ligi russkoj revoljucionnoj social-demokratii*, Genebra, 1904, p. 57.

ria ter-se surpreendido: Plekhânov não fizera nenhum segredo de sua propensão pelo "jacobinismo", tanto ao nível prático do partido político, quanto ao nível teórico⁷². À desilusão de Martov, corresponde a satisfação de Lênin: ele aprovava de coração o "verdadeiro jacobino" que havia em Plekhânov⁷³.

1903 O II Congresso foi um grande momento, ou mesmo o ápice da carreira de Plekhânov. Apresentando-se junto com Lênin, que era o seu principal arquiteto e primeiro estimulador, Plekhânov teve finalmente o reconhecimento como teórico-guia da social-democracia russa, sendo eleito por aclamação presidente do Congresso.

O seu vívaz, para não dizer exuberante, discurso de abertura sobre o tema de Ulrich von Hutten. "*Es ist eine Lust zu leben!*" (Viver é uma alegria)⁷⁴, refletia com exatidão seu orgulho pela vitória e pelas realizações de *Iskra* e do marxismo ortodoxo militante. Deve, por outro lado, ter visto com prazer os últimos derrotados do economicismo, Vladimir Akimov e Aleksander Martinov, e os irreverentes bundistas independentes, então inteiramente isolados, abandonar o congresso. Só que, nesse ponto, houve uma reviravolta: a cisão entre os partidários de Martov, os futuros mencheviques, e os partidários de Lênin, os futuros bolcheviques. Plekhânov esteve "a ponto de chorar"⁷⁵. Se, no curso do Congresso, e logo após ele, Plekhânov apoiou ardentemente Lênin, em novembro de 1903, numa notável virada de casaca, voltou-se contra este, chegando a denunciá-lo como um Robespierre, passando para os mencheviques⁷⁶.

Durante a guerra russo-japonesa, Plekhânov manteve uma posição coerentemente derrotista. Tendo atribuído a responsabilidade da guerra à autocracia czarista, "o mais perverso e perigoso inimigo do povo russo", ele esperava que uma derrota russa destruísse até os fundamentos do regime de Nicolau II⁷⁷. Na sessão inaugural do Congresso de Amsterdã da Internacional Socialista, em agosto de 1904, Plekhânov e Sen Katayama, o socialista japonês, deram uma mostra do seu internacionalismo e solidariedade socialistas quando, entre os

72. I. MARTOV, *Mirovoj bol'sevizm*, Berlim, 1923, p. 72. Sobre o jacobinismo de Plekhânov, cf. BARON, *Plekhânov*, cit., pp. 115, 129, 213.

73. *Leninskij sbornik*, vol. I, Moscou-Leningrado, 1924, p. 27; N. K. KRUPSKAIA, *Reminiscences of Lenin*, Moscou, 1969, p. 91.

74. *Vtoroj s'ezd Rsdrrp*, pp. 5-6.

75. *Sočinenija*, cit., vol. XIX, pp. 378-79.

76. *Pis'ma P. B. Aksel'roda i Ju. O. Martova*, Berlim, 1924, p. 97.

77. *Sočinenija*, cit., vol. XIII, pp. 96-97.

fragorosos aplausos dos delegados reunidos, levantaram-se e apertaram as mãos. A nota dominante do discurso de Plekhânov no Congresso foi: “Chegou, afinal, o tempo do despotismo encontrar o seu merecido fim”⁷⁸.

Coerentemente com isso, e ao nível teórico, Plekhânov – discutindo com Jaurès e Bernstein – confirmou a afirmação do *Manifesto do Partido Comunista*, segundo a qual “os trabalhadores não têm pátria”: o *Manifesto* se referia a uma pátria *burguesa*; e a afirmação, portanto, não obstante a difusão do sufrágio universal, era ainda válida⁷⁹.

Quanto à questão geral da relação entre “patriotismo e socialismo” e à posição socialista em relação à guerra, Plekhânov reiterou o seu favorito “*ius revolutionis suprema lex*” e insistiu no princípio da oportunidade revolucionária: enquanto o internacionalismo socialista era inteiramente compatível com o amor e a devoção pela própria pátria, “os interesses da humanidade revolucionária, isto é, do atual movimento internacional do proletariado, ou seja, do progresso”, colocavam-se mais alto. O mesmo critério da oportunidade revolucionária aplicava-se à guerra; nem havia aqui nenhuma distinção possível entre beligerância agressiva e defensiva; e, se os socialistas eram “os maiores partidários da paz”, isso ocorria porque as guerras entre as nações civilizadas traziam “grande dano” ao movimento de emancipação do proletariado⁸⁰.

Quando ocorreu o domingo de sangue de janeiro de 1905 – e, com ele, o apaixonado apelo de Plekhânov à “resistência armada”, que poderia se transformar em sublevação armada e em revolução –, a “sua” revolução russa deveria ser mais “burguesa” que nunca; o seu conselho tático aos companheiros social-democratas na Rússia foi de que buscassem aliados entre os elementos progressistas da sociedade, como a burguesia liberal; e, “marchando separadamente mas golpeando juntos”, derrubassem o poder czarista e colocassem a realização da “liberdade burguesa”, e não do socialismo, na ordem do dia imediata⁸¹. Foi nesse espírito que ele impôs aos social-democratas russos não “assustarem a burguesia” e não tratá-la como uma única “massa reacionária”, mas “estabelecer distinções”⁸². Nada havia mudado; e, apesar das novas circunstâncias da revolução de 1905 e do debate sobre a estratégia e sobre o poder revolucionário que ele suscitou entre os so-

78. *Ibid.*, p. 372.

79. *Patriotism i Socializm*, *ibid.*, pp. 263-67.

80. *Ibid.*, pp. 269-70.

81. *Vroz' idti vneste byt'*, *ibid.*, pp. 192-93, cf. também p. 337.

82. *Filosofsko-literaturnoe nasledie Plechanova*, vol. I, pp. 215-16; *ibid.*, p. 338.

cial-democratas russos, o conselho tático de Plekhânov ainda se inspirava na estratégia revolucionária da sua teoria sobre a revolução burguesa, que ele continuou a pregar, quase como se fosse um princípio imutável da ortodoxia marxista consagrado pelo tempo.

Plekhânov voltou então seu vigor polêmico e sua erudição marxista contra as tentativas de Trótski, de Lênin e de um grupo de mencheviques de rever a teoria e a estratégia revolucionária marxista russa, à luz da sua experiência e compreensão da revolução de 1905 e das lições extraídas da impressionante força e energia revolucionária da classe operária, do emergir e da popularidade dos soviets, do primordial fermento agrário e do movimento camponês, da debilidade da burguesia liberal e do grande prestígio, do ardor revolucionário e do renascimento da aspiração ao poder dos social-democratas.

A teoria de Trótski sobre a "revolução permanente", antítese total da de Plekhânov sobre a revolução "burguesa", foi condenada sem apelação; e o seu programa revolucionário, que unia as revoluções burguesa e proletária na Rússia e supunha um *continuum* revolucionário entre os programas mínimo e máximo da social-democracia, foi liquidado por Plekhânov com a desdenhosa frase de que "toda a história é contínua", e com a dogmática asserção de que se trata apenas "da realização do nosso programa mínimo" na ordem do dia⁸³.

Mas [foi contra Lênin e seu novo plano revolucionário de 1905 – "a ditadura revolucionário-democrática dos operários e dos camponeses" – que Plekhânov voltou toda a força da sua polêmica e o vasto repertório de respeitáveis textos marxistas. Em antítese à autodisciplina de abstenção do poder, teorizada por Plekhânov, Lênin havia postulado que era dever dos social-democratas, que representavam "o partido de classe independente do proletariado", assumir o poder no curso da revolução burguesa na Rússia e participar de um governo revolucionário-democrático de base ampliada; seus aliados seriam os socialistas-revolucionários, que representavam os camponeses, "aliados naturais dos trabalhadores", e outros elementos radical-democráticos; os liberais, todavia, estavam excluídos⁸⁴. Contra este novo plano revolucioná-

83. *Ibid.*, p. 215.

84. LÊNIN, *Opere*, vol. 9, p. 36 e segs. Para um exame das teorias revolucionárias de Lênin, de 1905 à Revolução de Outubro, indico minha contribuição no quinto volume desta *História do Marxismo*.

rio, Plekhânov citava os conhecidos textos marxistas já usados contra uma prematura tomada do poder em *As Nossas Diferenças*, de 1884⁸⁵. Mas seu cavalo de batalha era então uma carta que Engels escrevera a Turati, em janeiro de 1894, em resposta à questão que este lhe colocava sobre uma possível participação dos socialistas italianos em um governo republicano revolucionário. O conselho de Engels era de não participar, mas de formar “a nova oposição” ao novo governo, porque – dizia ele –, mesmo recebendo a oferta de “alguns cargos no novo governo” na esteira da vitória comum, os socialistas seriam sempre minoria: “*Este é o maior perigo*”. Na defesa de sua sugestão, Engels adotou o exemplo de Ledru-Rollin, de Louis Blanc e de Flocon em fevereiro de 1848, como admoestação contra “o erro de aceitar tais cargos”: “minoría no governo – nota Engels –, eles partilhariam voluntariamente da responsabilidade de todas as infâmias e traições diante da classe operária, cometidas pela maioria de republicanos puros, enquanto a sua presença no governo paralisaria a ação revolucionária da classe trabalhadora”⁸⁶. Enquanto Engels, na carta, acentuava claramente a condição de minoria no governo, como tinha acontecido a Louis Blanc, Plekhânov – levado pela própria fúria polêmica e visando a uma vitória sobre Lênin – parafraseava Engels deste modo:

“E, após a vitória, o maior perigo seria (*‘este é o maior perigo’*, diz Engels) *que os socialistas entrassem no novo governo (...)*. Participando do novo governo democrático, os socialistas partilhariam da responsabilidade de todos os erros e traições deste governo nas relações com a classe operária e, ao mesmo tempo, pela sua mera presença no governo, paralisariam a energia revolucionária desta classe”⁸⁷.

Desta “irrefutável prova”, Plekhânov extraía então a sua exultante conclusão: “O texto citado nos diz que participar de um governo revolucionário junto com os representantes da pequena burguesia significa trair o proletariado”⁸⁸.

Lênin não ficou de modo algum convencido disto. Admitindo que

85. “K. voprosu o zachvate vlasti”, in *Socinenija*, cit., vol. XIII, pp. 203-11.

86. Engels a Filippo Turati, 26 de janeiro de 1894. A carta de Engels, publicada originalmente na *Critica sociale*, 1º de fevereiro de 1894 (Plekhânov recorre a esta publicação), foi editada in K. MARX e F. ENGELS, *Scritti italiani*, seleção de G. Bosio, Milão-Roma, 1955, pp. 172-74; in K. MARX e F. ENGELS, *Corrispondenza con italiani, 1848-1895*, aos cuidados de G. Del Bo, Milão, 1964, pp. 518-21; veja-se o original francês.

87. *Socinenija*, cit., vol. XIII, pp. 210-11.

88. *Ibid.*

conhecia a carta de Engels somente através da exposição de Plekhânov, ele se queixava de "Plekhânov não a ter reproduzido integralmente e de não precisar se e onde foi publicada". Rechaça as referências históricas de Plekhânov à Alemanha de 1850 e à Itália de 1894, considerando-as irrelevantes para a Rússia de janeiro (domingo de sangue) e maio (Tsushima, greves) de 1905. Quanto à "conclusão teórica" de Plekhânov, "que considera inadmissível qualquer participação do proletariado no governo revolucionário, na luta pela República e na revolução democrática", Lênin a critica asperamente enquanto "princípio anárquico, condenado por Engels sem possibilidade de equívocos"⁸⁹.

Plekhânov desviou o golpe acumulando respeitáveis textos marxistas, um sobre o outro, escarnecendo Lênin por sua "espantosa ignorância" e definindo-o como um "cruzamento de blanquismo e de jaurismo"⁹⁰. O insulto e o uso cansativo, repetitivo e capcioso de referências históricas e de textos respeitáveis, em vez de dados empíricos relevantes para uma Rússia no limiar da revolução, são um triste indicio da paralisante incapacidade de Plekhânov para reconsiderar a sua teoria da revolução burguesa, à luz tanto da revolução de 1905 quanto das contribuições criadoras à teoria revolucionária russa feitas por Trótski e Lênin e, em menor medida, por Martov.

Mais grave ainda: assim como não levava em nenhuma consideração as inovações dos seus ex-discípulos da social-democracia russa, Plekhânov chegou também a ignorar as opiniões dos seus companheiros socialistas europeus. Em outubro de 1906, enviou uma carta circular a alguns dirigentes socialistas europeus para passar em revista suas opiniões sobre o "caráter geral da revolução russa": era esta, perguntava, "uma revolução burguesa ou socialista?" Somente um, Theodore Rothstein - um emigrado russo que vivia em Londres -, dentre nove que responderam, estava "profundamente convencido", como Plekhânov, de que a Rússia estava às vésperas de uma "revolução burguesa e não socialista"; Paul Lafargue e Enrico Ferri pensavam que seria uma revolução burguesa de breve duração, com "fortes tendências socialistas". Kautsky, Harry Quelch, Edouard Milhaud, Turati e Vandervelde pensavam que uma revolução russa não seria mais burguesa nem ainda socialista, porém algo pela metade, enquanto Vailant previa

89. LÊNIN, *Opere*, cit., vol. 8, pp. 433-35.

90. "Vybrannye mesta iz perepiski s druž'jami", in *Sochinenija*, cit., vol. XIII, pp. 273-304.

uma revolução social dirigida por um partido de vanguarda socialista⁹¹.

Plekhanov ficou profundamente ferido quando Kautsky publicou uma ampla resposta na *Neue Zeit*, postulando uma aliança entre proletários e camponeses a fim de derrubar o regime czarista e apoiando abertamente a hipótese revolucionária de Lênin; e o seu embaraço aumenta quando os bolcheviques, “agarrando-se à batina de Kautsky”, publicaram prontamente uma tradução russa em um opúsculo apresentado por Lênin⁹².

A liderança teórica de Plekhanov no marxismo russo tinha, portanto, chegado ao fim. Enquanto os mencheviques completavam a sua teoria da revolução burguesa dele com o seu conceito dos “órgãos de autogoverno revolucionário”⁹³, e Kautsky a rechaçava definindo-a como “um velho lugar-comum”⁹⁴, Lênin – mesmo prestando homenagem à obra teórica de Plekhanov e à sua “crítica dos populistas e dos oportunistas”, definida como “uma sólida conquista da social-democracia de toda a Rússia” – denunciava seu papel e sua atividade de “chefe político dos social-democratas russos na revolução burguesa” como “abaixo de qualquer crítica”. A seu ver, “ele manifestou neste campo um oportunismo tal que trouxe ao operário social-democrata russo um dano cem vezes maior do que o produzido pelo oportunismo de Bernstein ao operário social-democrata alemão”⁹⁵.

Enquanto Plekhanov defendia a sua estratégia revolucionária como teoria marxista, a sua filosofia marxista tornava-se cada vez mais rígida e impositiva. Perturbado pela difusão do empiriomonismo entre os social-democratas russos, e talvez em resposta ao desafio de um certo Ermila – um trabalhador social-democrata que, no final de 1907, da prisão de Charkov, solicitava-lhe apresentar uma enunciação “definida, clara e exaustiva” da sua concepção marxista do mundo, em lugar da “massa de fogos de artifício disparados aqui e ali nos vossos escritos, segundo o que ditam as vossas necessidades polêmicas”⁹⁶.

91. “Mrenija zapadno-evropeiskich socialistov o sovremennom obščestvennom dvizhenii v Rossii”, in *Sovremennaja žizn'*, novembro, 1906, pp. 206-25.

92. K. KAUTSKY, “Triebkräfte und Aussichten der russischen Revolution”, in *Neue Zeit*, 1906-1907, pp. 331-33; para a reação de Plekhanov, cf. *Sočinenija*, cit., vol. XV, pp. 295-302; o prefácio de Lênin in LÊNIN, *Opere*, cit., vol. II, pp. 382-87.

93. Cf. I. GETZLER, “Marxist revolutionaries and the dilemma of power”, in *Revolution and politics in Russia. Essays in memory of B.I. Nikolaevsky*, editado por A. Rabinowitch e L. K. D. Kristof, Indiana (U.P.), 1972, pp. 103-4.

94. *Sočinenija*, cit., vol. XV, p. 295.

95. LÊNIN, *Opere*, cit., vol. II, p. 387.

96. *Sočinenija*, cit., vol. XVI, pp. 285-98; vol. XVIII, pp. 182-252.

-, Plekhânov produziu, em 1908, talvez pela primeira vez, uma exposição não polêmica do seu marxismo. O seu artigo "Para o vigésimo quinto aniversário da morte de Marx" e o pequeno livro *Questões fundamentais do marxismo*, ambos publicados naquele ano", apresentam o marxismo "como uma completa e harmoniosa concepção materialista do mundo", que abarca a história e a natureza, em que "cada aspecto está tão estreitamente ligado a todos os outros" que "não se pode impunemente tirar um e substituí-lo por um agregado de concepções arbitrariamente extraídas de uma outra concepção do mundo"⁹⁷.

Quanto ao problema central do materialismo histórico, a relação entre base e superestrutura, Plekhânov estava seguro de poder reduzir "as opiniões de Marx e de Engels" e chegar ao seguinte esquema:

"1) O estágio das forças produtivas; 2) as relações econômicas por elas criadas; 3) a ordem sócio-política que surge sobre uma dada 'base' econômica; 4) a psicologia do homem social, em parte diretamente determinada pela economia, em parte pela ordem sócio-política surgida da economia; 5) ideologias diversas que refletem as características daquela psicologia."

Era uma fórmula "monista", totalmente impregnada de materialismo, e bastante ampla para abarcar "todas as 'formas' de desenvolvimento histórico"⁹⁸.

Certamente, Plekhânov se precavia para que nenhum social-democrata russo chegasse a pôr impunemente em questão qualquer componente da sua concepção marxista ou tentasse atualizá-la introduzindo-lhe novos elementos. Com o mesmo zelo ortodoxo com que tinha anteriormente atacado os revisionistas, os marxistas legais e os economicistas, lançava-se agora contra todos aqueles que "trazem para o marxismo elementos de heresia", sejam eles mencheviques ou bolcheviques. Como disse a Fedor Dan, "um heterodoxo do campo bolchevique não é para mim pior do que um heterodoxo do campo menchevique"¹⁰⁰.

Sua ira se desencadeou quando um grupo de intelectuais bolcheviques, que incluía Anatoli Lunatcharski, V. Basaroy, N.A. Rozkov e o conhecido filósofo marxista A.A. Bogdânov, que se definia empiriomonista, começou a colocar em discussão o materialismo dialético.

97. Ermila a Plekhânov, *Literaturnoe nasledie Plechanova*, cit., vol. V, p. 311.

98. *Ibid.*, vol. XVI, p. 294.

99. *Ibid.*, vol. XVIII, pp. 231-32.

100. Plekhânov a F. I. Dan, 26 de novembro de 1908, in *Filosofsko-literaturnoe nasledie Plechanova*, vol. I, p. 232.

Bogdânov foi prontamente colocado “fora dos limites do marxismo” e privado do título de “companheiro”. Seu crime foi, *horribile dicto*, o de ter “rechaçado a concepção (filosófica) de Engels” (e, conseqüentemente, a do “seu seguidor russo Beltov”, ou seja, Plekhânov): “desse modo, vocês recusam também a concepção de Marx, (dado que) Engels tinha as mesmas posições filosóficas do autor de *O Capital* (...) e, portanto, vocês se associam aos ‘críticos’”¹⁰¹. Com a mesma intolerância, volta-se posteriormente contra os seus amigos de outros tempos, em primeiro lugar Aleksandr Potresov, que – no seu ensaio dedicado aos inícios do marxismo na Rússia, compreendido no monumental estudo menchevique sobre os movimentos políticos e sociais do século XX na Rússia, *Obscestvennoe dvizenie*¹⁰², subestimara (ao menos aos olhos de Plekhânov) o papel desenvolvido pelo próprio Plekhânov e pelo seu grupo Libertação do Trabalho na difusão do marxismo na Rússia. A contribuição de Potresov foi denunciada como “um verdadeiro libelo sobre o marxismo revolucionário” e “uma traição ao marxismo”¹⁰³. Tendo-o assim solenemente excomungado, Plekhânov insiste para que os organizadores de *Obscestvennoe dvizenie* – Martov, Martínov e Dan – sustassem a publicação do ensaio de Potresov e se dissociassem dele. Diante da recusa dos três, Plekhânov pediu demissão do jornal menchevique *Golos socialdemokrata* e iniciou uma campanha contra Potresov e alguns outros mencheviques, por ele acusados de serem “liquidacionistas” que visavam a sepultar o partido¹⁰⁴. Diz-se que o bolchevique Lev Kamenev afirmou, zombeteiramente, que a heresia de Potresov tinha sido “a liquidação de Plekhânov e do seu papel na social-democracia”¹⁰⁵.

Em abril de 1909, a guerra de Plekhânov contra bolcheviques e mencheviques “heterodoxos” – na qual via a si próprio (pelo menos quando se referia a Bogdânov) como “um caçador diante da caça”, ou “um gato que traz entre os dentes um rato”¹⁰⁶ – fizera dele, como con-

101. “Materialismus militans”, in *Socinenija*, cit., vol. XVII, pp. 2-3.

102. *Evoljutsija obscestvenno-politiceskoj mysli v predrevoljucionnuju epochu. Obscestvennoe dvizenie v Rossii v nacale XX-go veka*, seleção de Martov e altrii, Petersburgo, 1909, vol. I, pp. 538-640.

103. Plekhânov a Dan, 26 de novembro de 1908, *Filosofsko-literaturnoe nasledie Plechanova*, vol. I, p. 233; Plekhânov a Akselrod, 21 de janeiro de 1909, *Perepiska Plechanova i Aksel'roda*, vol. II, p. 274.

104. Cf. *Filosofsko-literaturnoe nasledie Plechanova*, vol. I, pp. 229-36 e *Perepiska Plechanova i Aksel'roda*, vol. II, pp. 267-87.

105. Martov a Potresov, 1º de outubro de 1909, carta inédita, in Nicolaevsky Collection, Hoover Institution, Stanford, Califórnia.

106. Plekhânov a Akselrod e a Martínov, 5 de outubro de 1909, *Perepiska Plechanova i Aksel'roda*, vol. II, p. 266.

fessou a Vera Zasulich, "um político isolado"¹⁰⁷. Perdeu também os amigos mencheviques que lhe restavam em 1911, quando, em uma desenfreada cruzada vingativa contra os "liquidacionistas" enviou uma "carta aberta" contra Pavel Akselrod e Vera Zasulich, caluniando também a estes pelo seu papel e suas ambições nos conflitos do partido em 1903¹⁰⁸. Mas sua situação piorou quando Martov, Dan e Martínov, numa "carta aberta" a Akselrod e Vera Zasulich, reafirmaram sua amizade e admiração por eles e resumiram o comportamento autodestrutivo e a tragédia pessoal de Plekhánov com a frase: "a combinação de uma mente digna de Tchernitchévski com a alma de Dom Basílio"¹⁰⁹.

1914 A guerra mundial e a revolução russa decretaram o fim do que restara da autoridade de Plekhánov como teórico marxista do socialismo russo e internacional. Com uma notável reviravolta em relação à sua posição anterior, quando afirmava que as guerras deviam ser julgadas unicamente com base no critério da oportunidade revolucionária - "*salus revolutionis suprema lex*" -, e que, portanto, não se devia fazer nenhuma distinção entre beligerantes agressivos e defensivos, apelou então para as "simples leis de moralidade e da justiça" que, declarava, devem comprometer os social-democratas a sustentar a França e a Bélgica na defesa contra o agressor alemão¹¹⁰. Pior ainda: mesmo tendo ignorado inteiramente o elemento moral em Marx, Plekhánov descobre, agora, fazendo dela uso e abuso, a frase "simples leis da moralidade e da justiça", contida na Mensagem inaugural à Associação Internacional dos Trabalhadores, de novembro de 1864 (que, como Marx confessou a Engels, tinha sido "obrigado a inserir" contra sua vontade pelos promotores mazzinianos da Associação, colocando-a, por outro lado, de modo a "não poder causar dano")¹¹¹; e, combinando-a à maneira de Bernstein com "a lei moral de Kant", postulava-a como princípio guia da política exterior social-democrata¹¹².

107. Plekhánov a Vera Zasulich, 14 de abril de 1909, *Filosofsko-literaturnoe nasledie Plechanova*, vol. I., p. 242.

108. "Ob ulybke Avgura", in *Socinenija*, cit., vol. XIX, pp. 379-80.

109. MARTOV, DAN e MARTÍNOV, *Otkrytoe pis'mo Akseľrodu i Zasulic*, Paris, março 1912, p. 6.

110. PLEKHÂNÓV, *O vojne*, Petrogrado, 1917, pp. 19, 49-51.

111. Marx a Engels, 4 de novembro de 1864, MARX-ENGELS, *Opere*, cit., vol. 42, p. 13.

112. *O vojne* cit., pp. 19-20, 47-51.

Quanto à sua posição em relação à Rússia czarista em guerra, enquanto Lênin pensava que “o menor mal seria agora e imediatamente a derrota do czarismo”, porque “o czarismo é cem vezes pior do que o kaiserismo”, e achava indispensável “orientar o trabalho (tenaz, sistemático, talvez longo) no espírito da transformação da guerra nacional em guerra civil”¹¹³, Plekhânov não via nenhuma razão para preferir um “explorador de língua alemã” a um explorador que falava russo, sobretudo quando – e disso estava seguro – uma vitória alemã sobre a Rússia teria paralisado “o nosso desenvolvimento econômico, posto fim à europeização da Rússia e reforçado a velha ordem”¹¹⁴.

De volta à Rússia revolucionária, no fim de março de 1917, Plekhânov e seu pequeno grupo de fiéis, em particular Lev Deich e Vera Zasulich, reagruparam-se em torno do jornal *Edinstvo*, batendo-se pelo prosseguimento por parte da Rússia na guerra “defensiva” até a vitória final sobre a Alemanha, e estimulando com particular fervor uma ofensiva que Plekhânov propagandeava como “salvação da Rússia”¹¹⁵. Assim, quando em junho de 1917 a ofensiva de Kerenski foi finalmente lançada, Plekhânov estimulou os relutantes soldados russos a “correr à batalha” com a *Marseillaise*, que fazia ecoar de novo aos ouvidos “as viris palavras daquele hino imortal”:

“Amour sacré de la patrie, conduis, soutiens nos bras vengeurs!
Liberté, Liberté chérie, combats avec tes défenseurs...”¹¹⁶

Em contraste com sua antiga autodisciplina de abstenção do poder, pregava agora apaixonadamente e sem trégua a participação socialista em uma ampla coalizão governamental, que incluiria todas “as forças vivas do país”, como os “vários partidos burgueses”, que não “estão interessados na restauração do regime czarista”, porque “fora da coalizão não há salvação”¹¹⁷. O mesmo que, apenas sete anos antes, vanglorizava-se de ter ainda as mesmas “concepções táticas” que havia “completamente elaborado” já no início dos anos 80, no momento da fundação do grupo Libertação do Trabalho¹¹⁸, justificava agora a revogação do tabu sobre o governo de coalizão referindo-se à aberta refutação que o marxismo faz do dogmatismo e condenando “o imperdoável pecado de servir ao Moloch do doutrinarismo”¹¹⁹.

113. Lênin a Aleksander Sliapnikov, 17 de outubro de 1914, in LÊNIN, *Opere*, cit., vol. 35, p. 105.

114. *O vojne*, cit. pp. 70-71.

115. PLEKHÂNOV, *God na rodine*, vol. I, Paris, 1921.

116. *Ibid.*, vol. II, p. 11.

117. *Ibid.*, pp. 150-152.

118. “Nase položenie” (1910), in *Socinenija*, cit., vol. XIX, p. 283.

119. *God na rodine*, cit., vol. II, p. 40.

Denunciando os bolcheviques como “bakuninistas dos nossos dias”, criticava neles a intenção de constituir uma ditadura do proletariado na Rússia atrasada, acusando-os porque, “segundo os ensinamentos social-democratas”, uma tal ditadura era “possível e desejável somente” a partir do momento em que os trabalhadores “constituíssem uma maioria da população”¹²⁰. Assim, provavelmente pela primeira vez, Plekhânov invocou finalmente uma interpretação geralmente aceita da ditadura do proletariado, que a identificava como o domínio da maioria. Todavia, foi contra os mencheviques – os “meio-leninistas”, como os chamava sarcasticamente – que voltou toda sua ira. Ainda que estes se empenhassem em uma revolução burguesa russa, era com efeito uma “ordem burguesa” e um desenvolvimento capitalista “sem a burguesia” o que eles queriam – observava, polêmico, Plekhânov –, e, de tal modo, “arruinavam a democracia revolucionária” e a revolução¹²¹. Era muito natural que, ao atacá-lo, os bolcheviques explorassem ao máximo a perda de toda visão internacionalista e revolucionária; mas também os mencheviques se dissociaram dele e do seu grupo do *Edinstvo*, mantendo-o fora do Comitê Executivo do Soviete de Petrogrado e do Congresso menchevique que se realiza em agosto¹²². Os mencheviques “meio-leninistas” da *Rabochaja Gazeta*, ao contrário, foram à desforra a 25 de maio de 1917, quando, comentando o sombrio isolamento de Plekhânov, escreveram:

“A história lhe pregou uma grande peça: levou-o, ele que foi o primeiro a traçar o caminho reto da revolução, a opor-se ao movimento revolucionário com todo o peso da sua autoridade durante a guerra; e, quando a revolução foi finalmente deflagrada, sem ele e apesar dele, a história o afastou da luta, colocando-o de lado e deixando-lhe um único consolo: a lamentação capciosa”¹²³.

Quando, após a Revolução de Outubro e a dissolução da Assembleia Constituinte, Victor Chernov, no *Delo naroda*, debitou, e Lênin, na *Pravda*, creditou a Plekhânov a responsabilidade de ter estabelecido o fundamento teórico do terror bolchevique e de dissolução da Constituinte (Lênin achou até oportuno publicar na íntegra a intervenção jacobina de Plekhânov em 1903, comentando que aquela “pá-

120. *Ibid.*, vol. I, p. 110; vol. II, pp. 30, 32.

121. *Ibid.*, vol. I, p. 184; vol. II, pp. 83-84, 140.

122. L. LANDE, “The mensheviks in 1917”, in *The Mensheviks*, editado por L. Haimson, Chicago, 1974, p. 8.

123. “Edinstvo”, in *Rabochaja gazeta*, 25 de maio de 1917, nº 64.

gina (...) parece escrita a propósito para o momento atual")¹²⁴, Plekhânov – naquele que foi seu último artigo¹²⁵ –, reafirmou sem arrependimento o seu credo jacobino e dialético¹²⁶. Retornando à questão levantada no II Congresso do POSDR, isto é, a de saber se os bolcheviques deveriam aderir absolutamente a alguns princípios democráticos na sua atividade prática, Plekhânov confirmou a norma que tinha formulado então, segundo a qual, para os revolucionários, podia existir “um só princípio absoluto”; o bem-estar do povo é “lei suprema”; traduzido em “linguagem revolucionária”, isso significa: “o êxito da revolução é lei suprema”¹²⁷.

Enquanto no passado sempre havia afirmado, em discursos e por escrito, aquele princípio como algo “óbvio”, agora – porque seus opositores, como, por exemplo Chernov, haviam-no acusado de propagar uma “perniciosa heresia”, e outros o tinham “malignamente” criticado por haver abandonado seu princípio no momento em que “os partidários de Lênin o aplicavam com zelo” – sentiu-se no dever de dar uma explicação¹²⁸.

Seu método dialético ou modo de pensamento (derivado de “Hegel, este gênio alemão do idealismo”, e transformado agora em uma “das mais importantes componentes do socialismo científico”) concebia toda coisa em relação com o tempo e o espaço. Por exemplo: a escravidão pode ser justificável em dado tempo e lugar como útil ao “progresso humano”; tanto isso é verdade que Engels disse certa feita, em tom jocoso: “sem a escravidão antiga, o socialismo moderno seria impossível”. Não existindo “nenhum absoluto”, a oportunidade era o único critério nas questões de tática e de política: um certo curso da ação contribuía ou não para o bem do povo e da revolução. Portanto, o “millerandismo” – isto é, a participação socialista em um governo burguês – devia ser julgado no contexto: enquanto o ingresso de Millerand no governo de Waldeck-Rousseau tinha sido errado, Jules Guesde tivera razão em entrar no Ministério de Defesa Nacional.

O mesmo método dialético ou critério de oportunidade era aplicado em questões como a posição socialista em relação à guerra, o

124. LÊNIN, “Plekhanov sobre o terror”, in LÊNIN, *Opere*, cit., vol. 42, pp. 20-22.

125. “Buki Az’Ba”, in *Nase edinstvo*, 11 e 13 de janeiro de 1918, ns. 14 e 16, republicado in *God na rodine*, cit., vol. II, pp. 257-68.

126. Não encontrei nenhuma confirmação do juízo expresso pelo biógrafo de Plekhânov, BARON, *Plekhanov*, cit., p. 242, segundo o qual “ele vivia amargando com todas as fibras do seu ser” o seu discurso jacobino de 1903.

127. *God na rodine*, cit., vol. II, p. 257.

128. *Ibid.*, p. 267.

voto nos créditos de guerra e a Assembléia Constituinte. Se o proletariado francês, em 1848-49, tivesse dissolvido à força a Assembléia Constituinte, este "órgão da reação" tão hostil aos trabalhadores, ele não teria seguramente condenado a sua ação; mas a Assembléia Constituinte que os "comissários do povo" haviam dissolvido agora defendia os interesses "do povo trabalhador da Rússia", e a dissolução estava voltada não contra os inimigos dos trabalhadores, mas contra "os inimigos do Instituto Smolnyi"¹²⁹.

Não foi seu discurso de 1903 que inspirou a ação dos bolcheviques – continuava ele –, mas a lógica da Revolução de Outubro: tendo tomado o poder, eles se encontravam agora diante de uma Assembléia Constituinte com uma maioria de socialistas revolucionários, e tinham de dissolvê-la se queriam manter-se no poder. Faltando um só pré-requisito do socialismo, uma "ditadura de maioria", eles tiveram de recorrer a uma ditadura de minoria, ao terror e ao mito (tipo Netchaiev) da revolução na Europa Ocidental.

Lênin e os bolcheviques não eram – como gostaria Cheznov – seus "filhos": eram, quando muito, sua progênie "ilegítima". A tática deles – acusava Plekhânov – era "uma dedução inteiramente ilegítima" daquela "predileta idéia tática" que, fundando-se no pensamento de Marx e de Engels, ele tinha abraçado e proposto. Portanto, era desleal fazer dele, enquanto "teórico do marxismo russo", o responsável por todas as "estúpidas e criminosas atividades" de qualquer pequeno aspirante marxista russo. Se, prosseguiu Plekhânov, os bolcheviques de hoje eram primos de Chernov, não era de surpreender que se tivessem apropriado do seu programa agrário¹³⁰.

"Filho ilegítimo" ou "primo de Chernov", Lênin considerava-se seguramente discípulo de Plekhânov (antes de 1905?, antes da guerra?) "quando esse era um socialista", e quando havia afirmado, segundo a paráfrase de Lênin, que

"os inimigos do socialismo podem ser temporariamente privados não só da intangibilidade da pessoa, não apenas da liberdade de imprensa, mas também do direito de voto. É necessário tentar dissolver um mau Parlamento depois de duas semanas; a vantagem da revolução, a vantagem da classe operária é a lei suprema"¹³¹.

Como o seu "mestre de marxismo", também Lênin podia proclamar que, com a ajuda da sua ciência marxista, estava seguro do que era bom para a revolução, e agir em consequência. Nem Plekhâ-

129. *Ibid.*, pp. 259-66.

130. *Ibid.*, pp. 266-68.

131. LÊNIN, *Opere*, cit., vol. 42, p. 22.

nov poderia responder a isso, a não ser brandindo uma série de textos marxistas e de precedentes históricos, que um Lênin teria interpretado, por sua vez, de modo diferente, ou liquidado dialeticamente como irrelevantes para a nova situação; e daria a última palavra mandando fechar o *Edinstvo*.

De fato, Plekhânov já estava desarmado ideologicamente antes mesmo de ter sido reduzido ao silêncio. Sua queixosa insistência sobre ortodoxia marxista, enquanto concepção de mundo fixa, global e impositiva, era incompatível com sua tão decantada dialética, que concebia o mundo e a sociedade em perpétuo movimento. Sua própria afirmação de que a teoria de Marx, ainda que evidentemente não fosse “de modo algum uma verdade eterna”, era, todavia, “a maior verdade social do nosso tempo”¹³², pecava por flagrante incoerência com o virtuosismo dialético de um Plekhânov retratado caricaturalmente pelos bolcheviques como um Sísifo nu, pudicamente encoberto pela folha de parreira... da dialética¹³³.

Na realidade, tendo feito do seu conceito de revolução burguesa uma doutrina imutável, com sua engenhosa autodisciplina de abstenção do poder, originariamente elaborada em relação à Rússia pré-industrial dos anos 80 e aos seus impacientes revolucionários populistas, transformara-a em seguida em um compromisso permanente de igual validade e aplicação para uma Rússia pós-Vitte, que conhecera quase trinta anos de industrialização e de urbanização. Sua teoria e sua estratégia revolucionária não chegaram, portanto, a considerar em termos criativos a debilidade da burguesia russa, a alienação da sociedade e a impaciência das novas massas trabalhadoras, as potencialidades revolucionárias dos camponeses, a emergência dos soviets e as oportunidades e aspirações ao poder dos social-democratas. Não é de surpreender que sua teoria revolucionária tenha se revelado pateticamente irrelevante, e um obstáculo ideológico (certamente para os mencheviques) nas revoluções russas, nacionais, democráticas e sociais de 1905 e de 1917.

Se a preocupação dominante de Plekhânov e a obra de sua vida de pensador marxista e de social-democrata russo foi a de europeizar e civilizar a revolução russa, impedindo-a de se transformar numa revolução socialista imatura e de recair numa espécie de despotismo oriental, por ele tão temido, então é necessário dizer que ele falhou miseravelmente.

132. PLEKHÂNOV, *Soçimenija*, cit., vol. XI, p. 28.

133. *Letopis' revoliucii*, vol. I, Berlim-Petersburgo-Moscou, 1923, p. 156; veja-se a caricatura reproduzida por I. GETZLER, *Martov. Biografia politica di un socialdemocratico russo*, Milão, 1978, p. 117.

THE
LIBRARY OF THE
MUSEUM OF
ART AND HISTORY
OF THE
CITY OF
NEW YORK

VITTORIO STRADA

A polêmica entre bolcheviques e mencheviques sobre a revolução de 1905

A revolução de 1905-1907 foi um evento decisivo no desenvolvimento do Estado e da sociedade russa. Subitamente, com o “domingo de sangue” de 9 de janeiro, todas as classes sociais e organizações políticas passaram a manifestar, numa explosão de atividade, as enormes energias que haviam acumulado nos anos precedentes e que há muito estavam sendo reprimidas pelo absolutismo czarista. O absolutismo foi sentido por estratos cada vez mais amplos da sociedade russa como o anacrônico obstáculo a uma modernização democrática capaz de dar espaço e fôlego político às novas forças econômicas e sociais geradas pelo intenso desenvolvimento industrial do país. Nesta perspectiva, de modo diverso, estavam interessadas classes opostas, como a burguesia e o proletariado, e, sobretudo, as massas camponesas, que eram as mais oprimidas pela tenaz sobrevivência de privilégios semifeudais. A Rússia do início do século apresentava-se como um conjunto complexo não só de forças sociais, mas também de regimes econômicos. E toda esta formação econômico-social heterogênea e dinâmica era dirigida por um despotismo que os social-democratas russos definiam unanimemente como “asiático”, para assinalar sua especificidade com relação ao absolutismo europeu-ocidental, já abatido pelo desenvolvimento capitalista e pelas revoluções burguesas.

Precisamente esta variedade de regimes econômicos dentro de uma mesma formação social e estatal conferiu à luta revolucionária, que explodiu em 1905, um caráter de novidade com relação às outras revoluções burguesas da história européia. Desta novidade, que se torna objeto de pesquisa e discussão na social-democracia não apenas russa, pode-se dizer que estavam conscientes também as classes dominantes velhas e novas da Rússia. E isso no sentido de que sua política, tanto a dos grupos feudal-monarquistas quanto a das forças liberal-burguesas, foi condicionada pelo fato de que a “revolução burguesa” de 1905, desencadeada historicamente com atraso em relação às européias-ocidentais dos séculos precedentes, ocorrera já numa fase histórica de amadurecimento da classe operária, que dispunha também na

Rússia de um partido político próprio, e, além disso, teoricamente aguerrido e avançado. Desta situação, o “velho regime” podia extrair novo poder de manobra e de compromisso com os grupos que potencialmente constituíam o “novo regime” burguês. Mas, desta situação, nasciam também tarefas novas para a classe operária e para seu partido, que na Rússia, já então, estava dividido entre duas frações hostis, a menchevique e a bolchevique, com outras ramificações menores.

1. A social-democracia russa e a Europa

A revolução de 1905 foi, portanto, para a social-democracia russa, uma verdadeira e autêntica prova de fogo. Não apenas no sentido direto em que o é toda revolução, que submete um partido revolucionário a riscos e desafios decisivos, mas também num sentido mais contundente, enquanto para o Partido Social-Democrata Russo se tratava, antes de mais nada, de agir, de compreender a situação histórica nova na qual era chamado a agir. E tratava-se de uma compreensão que não apenas devia iluminar a ação, mas definir a identidade mesma do agente histórico, isto é, da social-democracia russa, diante das duas frações nas quais estava dividida. E porque, embora nova, a situação revolucionária russa recordava as revoluções burguesas européias-ocidentais, isto é, a Revolução Francesa do fim do século XVIII e os movimentos de 1848, é que o necessário esforço interpretativo da situação revolucionária de 1905 se tornou inevitavelmente, para os social-democratas russos, uma tarefa comparativa, que devia estabelecer exatamente o que unificava e o que diferenciava 1905, por um lado, e 1848 e 1789-93, por outro. O que, numa perspectiva ainda mais ampla, implicava um novo confronto, que nunca esmoreceu no curso de toda a história do pensamento político e social russo, entre as características histórico-estruturais da Rússia e da Europa Ocidental.

Compreender o mecanismo da revolução russa e confrontá-lo com o mecanismo das revoluções européias significava estruturar sobre um sólido terreno histórico-teórico os problemas táticos da social-democracia, como o da relação com as outras forças sociais e políticas ou o posicionamento diante das modestas reformas constitucionais às quais o *tzarismo* se via compelido. Mas significava também algo mais decisivo para a social-democracia russa: definir-se a si própria, clarificar o sentido da sua jovem história e as diversas possibilidades do seu desenvolvimento, verificar, em suma, se a divergência entre bolcheviques e mencheviques – manifestada no II Congresso – era superável ou definitiva. A verificação, como se sabe, chegou a um resultado de extrema clareza: precisamente a revolução de 1905 demonstrou que, entre as duas frações da social-democracia russa, o dissídio era profundo e inconciliável. Também neste sentido, 1905 foi, para reto-

mar uma expressão corrente, o “ensaio geral de 1917”: para além das divergências táticas, sempre possíveis e naturais mesmo no interior de uma mesma organização política numa circunstância problemática como uma revolução, em 1905 – mais ainda do que na discussão em torno do *Que fazer?*, de Lênin –, manifestaram-se ulteriormente, e com maior coerência lógica, dois modos diversos de compreender as próprias tarefas e métodos para realizar essas tarefas, próprias da classe operária russa e de seu partido.

Como já na polêmica surgida em torno do *Que fazer?*, e que desembocara no II Congresso do Partido, a social-democracia russa constituía para a social-democracia européia-ocidental uma realidade histórica complexa e nova, não adequadamente conhecida, um problema tanto maior quanto os próprios social-democratas russos estavam divididos na interpretação daquela realidade e de suas perspectivas práticas. As relações entre social-democracia russa e não russa (em particular a alemã) eram bastante estreitas no que se referia à pesquisa teórica e à elaboração política; mas, naquela ocasião, tornaram-se directas, com a participação de Rosa Luxemburg no V Congresso do Partido. As maiores intervenções dos social-democratas ocidentais (a de Kautsky e, sobretudo, a de Rosa Luxemburg) foram consideradas com atenção por causa dos reflexos que tiveram na social-democracia européia e se inseriram no desenvolvimento teórico daqueles políticos. Mas é certo que, para entender o sentido do debate que a revolução de 1905 fez nascer na social-democracia russa, é necessário partir da perspectiva interna desta formação política. Nenhum dos modelos propostos por bolcheviques e mencheviques saiu então vitorioso e a revolução foi derrotada. Mas, à parte o fato óbvio de que mesmo uma revolução derrotada age de modo profundo e construtivo na história, a própria discussão que então se desenvolveu na social-democracia russa oferece o espetáculo bastante esclarecedor de duas mentalidades e de duas estratégias, uma das quais, a bolchevique, iria obter, dez anos mais tarde, a supremacia histórica, o que não diminui o valor e o significado da parte perdedora.

A tarefa que nos propomos não é certamente a de desenvolver uma análise histórica da primeira revolução russa, nem a de reconstituir, em todo seu vastíssimo material, a dinâmica concreta e singularizada da tática bolchevique e menchevique no curso daquela revolução. Interessa-nos recolher o núcleo das duas políticas social-democratas russas naquelas circunstâncias. E o melhor caminho é o oferecido pelas ocasiões de encontro e de confronto direto que as duas frações social-democratas tiveram naquela oportunidade, não as polémicas a distância, que exigiriam uma minuciosa decifração crítica de quem não fosse já favorável por preconceito a uma das frações, mas os dois Congressos (o IV e o V), que – respectivamente em abril-maio de 1906

e abril-maio de 1907 – viram frente a frente e em polêmica não só os maiores protagonistas mencheviques e bolcheviques, mas também (no V Congresso) Trótski e Rosa Luxemburg. Convém também precisar que não vamos empreender aqui uma história completa destes dois Congressos, mas uma análise das discussões relevantes, como base para um aprofundamento através de outros textos. Os problemas enfocados serão os problemas-centrais da relação entre a social-democracia e os liberais, por um lado, e os camponeses, por outro, e o da relação do próprio Partido Social-Democrata com a classe operária e com os organismos novos de ação e direção nascidos em 1905: os soviets.

2. A questão agrária

O IV Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo, chamado de “unificador”, foi organizado precisamente pelos centros dirigentes das duas frações, menchevique e bolchevique, que, em final de 1905, formaram um Comitê Central unificado para a convocação do Congresso. O Congresso, no qual os delegados mencheviques eram maioria, realizou-se em Estocolmo, em abril de 1906. Dois foram os pontos políticos centrais, nos quais se refletia a experiência de um ano de lutas revolucionárias; o problema agrário e a questão da Duma, a assembléia representativa instituída em dezembro de 1905.

O movimento revolucionário mostrara a insuficiência do programa agrário social-democrata, elaborado e ratificado no II Congresso do Partido (1903). Tal programa já não podia mais se limitar apenas a projetar a restituição aos camponeses dos *otrezki*, as porções de terra que, ao tempo da reforma de 1861, os proprietários tinham tomado da parte destinada aos camponeses e que, tratando-se de terras de aragem, de pastos ou de zonas de bosques, eram de vital importância para os próprios camponeses, obrigados assim a arrendá-los aos proprietários. O movimento camponês havia posto concretamente, já agora, o problema de toda terra ainda nas mãos dos grandes proprietários. O informe de Lênin ao Congresso, sobre a questão agrária, não foi conservado, mas seu ponto de vista pode ser facilmente deduzido de outros escritos da época e do curso da discussão. Ele consistia substancialmente na proposta de confisco de todas as terras pertencentes à Igreja, aos mosteiros, ao Estado, aos proprietários e, em caso de vitória da revolução, na sua nacionalização. Alguns bolcheviques, entre os quais Stálin, propunham, ao contrário, uma divisão da terra dos proprietários e a entrega dos lotes como propriedade privada aos camponeses. Com efeito, os que pensavam assim entendiam que, entre a revolução democrático-burguesa e a revolução socialista, iria transcorrer um período bastante longo para justificar este ordenamento da agricultura; já Lênin, que apontava para uma acelerada passagem in-

terna de uma revolução para outra, via na nacionalização um instrumento capaz de favorecer tal passagem. Isto, contudo, não o impediu de unir-se, por questões táticas, ao projeto daqueles que queriam dividir as terras e destiná-las aos camponeses individuais. A tese menchevique, ao contrário, propunha a municipalização da terra, que deveria ficar em mãos dos organismos de autogoverno local. Os camponeses receberiam os lotes, em arrendamento, de tais organismos.

Contra o projeto de nacionalização, foram apresentadas duas considerações principais. Maslov, o estudioso menchevique da questão agrária, depois de chamar a atenção para a variedade de condições econômicas coexistentes num país de tão vastas dimensões como a Rússia – variedade que não podia ser ignorada por um programa agrário, como o fazia, ao contrário, a proposta “simplista e abstrata” de Lênin –, afirmou que a nacionalização teria tido o efeito negativo de unificar numa reação contra-revolucionária todas as diversas zonas do Império Russo. Segundo Maslov, teria havido “não uma única Vandéia, mas uma revolta geral dos camponeses contra a tentativa de intervenção do Estado para ter a posse dos lotes de terra *próprios* dos camponeses, contra a tentativa de nacionalizá-los”; e os reacionários se serviriam desta tentativa para instigar os camponeses a sublevar-se contra os revolucionários, pelo que “a realização do projeto” de Lênin teria levado “a revolução não a seu fim, mas a seu início”¹. Por outro lado, Maslov criticava os “comitês camponeses” que Lênin havia projetado para servir de ligação entre o centro e os camponeses, depois da nacionalização; para os mencheviques, ao contrário, tal ligação, depois da municipalização, devia ser constituída por órgãos de autogoverno local. Maslov afirmava que Lênin,

“no seu projeto, depois de ter privado os revolucionários não camponeses do direito de tomar parte na distribuição da terra, propondo transferir a terra só para comitês camponeses, sonha ainda, no ulterior desenvolvimento da revolução, quando será proclamada a República democrática, em lhes confiscar a terra e transferi-la para o Estado. É difícil inventar um meio melhor para suscitar nos camponeses a aversão pela República democrática e instigá-los à contra-revolução”².

1. Četvërtij (ob'edinitel'nyj) s'ezd Rsdrp. Protokoly, Moscou, 1959, p. 55.

2. Četvërtij, cit., p. 56.

A objeção dirigida por Plekhânov ao programa agrário de Lênin tem um caráter mais teórico, e avança uma crítica contra os bolcheviques já manifestada, de resto, no tempo da polêmica sobre *Que fazer?*: Lênin se afastara das posições marxistas para fazer reviver, sob aparência social-democrata, a velha tradição do populismo revolucionário russo, aproximando-se inclusive das posições neopopulistas do Partido Socialista Revolucionário. Ao mesmo tempo, dirige a Lênin uma outra crítica: a de ter mudado radicalmente a própria posição em relação aos anos 90, quando, segundo os mencheviques, colaborava com os marxistas legais, em relação aos quais, quando estes já tinham evoluído depois para posições liberais autônomas, Lênin manifestará constantemente, sobretudo a partir de 1905, uma total aversão política e um violento desprezo intelectual, diferentemente dos mencheviques, os quais, pelo contrário, como veremos, tentaram estabelecer uma relação crítica mas construtiva com a burguesia liberal.

É necessário notar – antes de retomar a intervenção de Plekhânov sobre a questão agrária no IV Congresso – que, nos anos da primeira Revolução Russa, vão se formando as primeiras tentativas de uma interpretação histórica, obviamente polêmica e politicamente comprometida, do breve período inicial da história da social-democracia russa. O próprio Lênin se empenhou nesta reavaliação, reunindo os próprios artigos de 1908 e introduzindo-os com um importante prefácio³. No campo menchevique, recordaremos a série de artigos publicados por Martínov, no mesmo ano, no *Golos social-demokrata*⁴, no qual se destacam e se acentuam as diferenças e divergências, mesmo as não conscientes ou pelo menos não explícitas, que separavam Lênin de social-democratas como Plekhânov e Akselrod já nos anos 90, isto é, antes da cisão entre mencheviques e bolcheviques. Segundo Martínov, Lênin “pecava” então por excesso contrário às suas posições do início do século e, sobretudo do período da Revolução de 1905, ou seja, pecava por moderação. Sem entrar no intrincado conflito de questões históricas e teóricas do primeiro decênio do desenvolvimento da social-democracia russa, vamos tomar como exemplo, na reconstrução

3. Ela pode ser lida como apêndice a V. I. LÊNIN, *Che fare?*, aos cuidados de V. Strada, Turim, 1971.

4. Cf. os artigos com o título “Dvizuscaja sila russkoj revoljucii (K dvadcatipjatiletiju russkoj social demokratii)”, que apareceram, em 1908, em vários números do *Golos social-demokrata* (*La voix du social-démocrate*), órgão teórico e político menchevique, publicado em Genebra e depois em Paris.

de Martínov, um único aspecto, que nos será útil também para entender uma alusão polêmica da intervenção de Plekhânov.

Segundo Martínov,

“ainda em 1902, Lênin acreditava que a restituição aos camponeses dos *otrezki* era o máximo que podia ser conquistado pela revolução sem violar os interesses do desenvolvimento social, agora capitalista, e sem violar os interesses da luta de classe do proletariado. Ainda em 1902, Lênin pensava, portanto, que a plena expropriação da grande propriedade fundiária fosse uma medida economicamente reacionária na Rússia. Diverso, em princípio, era o modo pelo qual o grupo da Libertação do Trabalho considerava o significado da exigência de restituir os *otrezki*; segundo o grupo, apenas a “correlação de forças” de um dado momento, quer dizer, apenas considerações táticas (o perigo de uma coalizão contra-revolucionária das classes burguesas contra reformas agrárias radicais, dada a ausência, então, de um forte movimento camponês capaz de sustentá-las), obrigavam-nos *naquele momento* a nos abster de introduzir no programa a plena expropriação. Mas, dada uma mudança favorável da correlação de forças e dado um desenvolvimento do movimento revolucionário dos camponeses, o grupo acreditava possível e oportuna uma ampliação das reformas até a expropriação total, sem temer que isto prejudicasse o desenvolvimento capitalista, mas na convicção do contrário. Porém, mesmo sem fazer então conscientemente da expropriação uma palavra de ordem de luta, o grupo considerava necessário, ao mesmo tempo, continuar não revelando suas próprias idéias a respeito; e, por isso, Plekhânov, ao mesmo tempo que Lênin, na *Iskra*, deu sua interpretação ao programa agrário, divergente em princípio da leniniana”⁵.

Compreende-se agora o que queria dizer Plekhânov quando, no início de seu informe sobre a questão agrária, depois de ter assinalado a exigência de uma correção do “erro que se insinuou” no programa agrário de 1903, declarou que “muitos de nossos companheiros apoiavam então os *otrezki*, porque temiam uma revolução agrária camponesa, que teria estancado na Rússia o desenvolvimento do capitalismo”⁶. Mas, se no passado – segundo Plekhânov e Martínov – o programa agrário de Lênin era muito moderado e atrasado, seu novo programa, a nacionalização, apresentava-se não só como excessivamente revolucionário, em aparência, mas também como portador de um perigo ligado ao caráter específico da história e do Estado russo. Plekhâ-

5. A. MARTÍNOV, “Dvižúščaja sila russkoj revoljucii”, in *Golos social-demokrata*, 1-2, p. 4.

6. *Cervětyj*, cit., p. 58.

nov chama a este caráter específico de “chinesismo” (*kitajscina*)⁷, tomando-o como objeto de análise num artigo sobre a “questão agrária na Rússia”, publicado pouco antes do Congresso no *Dnevnik Social-demokrata*. Na sua intervenção, sintetiza seu ponto de vista, que é central em toda concepção plekhanoviana da história russa comparada com a européia-ocidental e das tarefas de “europeização” socialista que o movimento social-democrata russo devia desenvolver, do seguinte modo:

“A história agrária da Rússia está mais próxima da história da Índia, do Egito, da China e de outros despotismos orientais do que da história da Europa Ocidental. Nisto não há nada de surpreendente, porque o desenvolvimento econômico de qualquer povo se realiza em um ambiente histórico original. Entre nós, as coisas foram postas de modo que a terra,

7. Escreve Plekhânov: “Vocês tiveram ocasião de ler no VII volume da geografia de Elisée Reclus as páginas dedicadas à China? Se sim, então se recordam do curioso relato de que ‘depois de várias peripécias que trouxeram mesmo revoluções e mudanças de dinastia’, os ‘socialistas’ chineses abandonaram a idéia da propriedade comunitária (‘como esta tinha existido antes’) e ‘fizeram a tentativa de aplicar um novo sistema’. Em 1069, Wang An-shih, amigo e conselheiro do então imperador chinês Shên Tsung, editou um decreto que revogava a propriedade da terra. Graças a este édito, o Estado se tornou o único proprietário e assumiu para si a divisão de todos os produtos, cuja produção devia ser gerida por funcionários estatais. Esta medida suscitou uma fortíssima oposição por parte, ao mesmo tempo, dos mandarins e dos grandes proprietários de terra feudais; mas Wang An-shih – diz Reclus – soube manter seu sistema de comunismo estatal por quinze anos. ‘Bastou, todavia, uma mudança de reino para derrubar o novo regime, que tampouco respondia aos desejos do povo, e menos ainda às aspirações dos personagens altamente situados, e que, por outro lado, tinha criado toda uma classe de inquisidores, transformados em verdadeiros e efetivos proprietários de terras’ (*Nouvelle géographie*, tomo VII, p. 577)” (G. V. PLEKHÁNOV, *Sochinenija*, vol. XV, Moscou-Leningrado, 1926, p. 31). Este episódio de “comunismo” chinês serve a Plekhânov para concluir que “nós não só não temos expectativas, a não ser más, das fantasias dos Wang An-shih russos, como faremos todos os esforços para tornar estas fantasias econômica e politicamente impossíveis” (*ibid.*, p. 33). Mas a orientação da análise de Plekhânov se estende da polémica sobre a “nacionalização da terra” à interpretação da natureza da história russa, como era típico do seu marxismo. Com efeito, ele escreve: “É necessário reconhecer que, na história agrária da Rússia moscovita, houve, por muito tempo, uma excessiva dose de chinesismo. Sob a influência de muitas condições históricas desfavoráveis – entre as quais o atraso econômico desta parte da Rússia e a submissão mongólica tiveram um papel relevante –, o direito de propriedade das terras passou gradativamente das mãos dos agricultores para o grão-duque (e, em seguida, para o tzar), que começou a dispor desta como de um fundo para a satisfação das próprias necessidades do Estado. O período petersburguense do nosso Império concluiu e transformou em sistema o que já fora iniciado pelo período moscovita”. O resultado foi que “o Estado russo tornou-se pouco a pouco o Leviatã sonhado por Thomas Hobbes” (*ibid.*, pp. 33-44).

junto com os agricultores, fosse reduzida à servidão da gleba do Estado; e, com base nesta servidão, desenvolveu-se o despotismo russo. Para acabar com o despotismo, é necessário eliminar sua base econômica. Por isso, sou contra a nacionalização agora; quando discutíamos isto com os socialistas revolucionários, Lênin achava que minhas objeções eram justas”⁸.

Agora, ao contrário, “Lênin vê a nacionalização com os olhos dos socialistas revolucionários”, e – comenta Plekhânov, caracterizando a componente populista de Lênin, mas também simplificando a originalidade de seu pensamento político, que não foi uma simples repetição do populismo revolucionário russo⁹ – “causa satisfação recordar os velhos conhecidos, mas não causa satisfação ver que os social-democratas tomaram para si o ponto de vista populista”¹⁰. Para Plekhânov, o novo programa agrário de Lênin está ligado, por um lado, a “hipóteses otimistas”, “procedimento usual do pensamento utópico”¹¹, para o qual a República democrática que nascerá da revolução se manterá eternamente e, portanto, a nacionalização não dará os resultados temidos por Plekhânov; este, ao contrário, insiste sobre o perigo de uma restauração do regime despótico, que encontraria uma forte base precisamente na nacionalização. Por outro lado, Plekhânov compreendia que o programa agrário de Lênin não era um fim em si mesmo, mas estava “ligado estreitamente à utopia da tomada do poder pelos revolucionários”¹², isto é, estava ligado ao projeto jacobino-populista que, segundo os mencheviques, encontrava seu instrumento na organização e na concepção do partido propugnadas por Lênin. Também por este motivo, Plekhânov era contrário ao programa agrário leniniano e preferia a municipalização que, sendo confiada a organismos de autogoverno locais, mesmo no caso de restauração de um regime despótico, teria constituído, graças a esses organismos políticos, uma barreira contra a reação. De qualquer maneira, concluía Plekhânov, se a municipalização não fosse possível, e a escolha fosse posta entre a nacionalização e a distribuição da terra aos camponeses, ele, “no interesse da revolução”, teria preferido esta última solução.

8. *Cetvërtij*, cit., p. 59.

9. Sobre o problema das relações entre Lênin e o populismo, cf. a introdução a *Che fare?*, cit. e as indicações bibliográficas nela contidas.

10. *Cetvërtij*, cit., p. 59.

11. *Ibid.*, p. 60.

12. *Ibid.*, p. 61.

3. Classe e Estado na revolução

Nestas posições diversas sobre a questão agrária, voltavam todas as polêmicas que o marxismo russo, em particular por obra de Plekhânov, havia tocado contra o populismo. Central, nestas polêmicas, era a questão do Estado, do velho Estado despótico russo que os revolucionários populistas pretendiam usar, depois de ter-se apoderado dele através de uma conjuração, para operar uma radical transformação econômica e social do país. Precisamente nas obras com que fundou o marxismo revolucionário russo, Plekhânov – combatendo a idéia populista-jacobina da “tomada do poder” – advertira contra o ideal de um “comunismo patriarcal e autoritário”, onde, em lugar dos “‘filhos do sol’ peruanos e de seus funcionários, a produção nacional (seria) dirigida por uma casta socialista”¹³. No artigo já mencionado sobre a “questão agrária na Rússia”, Plekhânov – desenvolvendo a sua idéia central do “despotismo oriental” – aponta precisamente na história agrária russa a raiz do fato de que “o Estado, pouco a pouco, tornou-se o Leviatã sonhado por Thomas Hobbes”¹⁴. Naturalmente, esta situação histórica de servidão e de despotismo não deixou incólume a mentalidade do camponês. Como explicar, pergunta Plekhânov, a aparente facilidade da propaganda revolucionária junto aos camponeses e as “desordens” agrárias que ocorreram? E responde: através da “psicologia do camponês, historicamente formada no terreno da ‘nacionalização’ da terra que delinee. E trata-se de uma psicologia que existia muito antes que os camponeses começassem a ceder à influência revolucionária. É uma psicologia criada, não pelos revolucionários, mas pela ‘história do Estado russo’¹⁵. Quando os camponeses falam em tomar a terra aos proprietários, nem sequer sonham em abalar as bases do Estado”. Ao contrário, o camponês

“considera-se um conservador da base econômica, que a seus olhos é consagrada por séculos, porque no sentido dele, por séculos inteiros, orientou-se o Estado russo. Por isso, ele considera sinceramente como rebeldes os proprietários que se opõem à distribuição das terras. E, em certo sentido, no sentido da aspiração consciente, ele é verdadeiramente um conservador. Aliás, se ele conseguisse restabelecer a referida base econômica da nossa velha ordem estatal, a roda da história russa giraria para trás com muita, muita força”¹⁶.

13. PLEKHÂNOV, *Sočinenija*, vol. II, Moscou-Leningrado, 1923, p. 81. Para esta polémica antipopulista (e antileniniana *ante litteram*) de Plekhânov, veja-se a introdução a *Che fare?*, cit., pp. LV-LVI.

14. PLEKHÂNOV, *Sočinenija*, cit., vol. XV, p. 34.

15. *Ibid.*, p. 35.

16. *Ibid.*, pp. 35-36.

Daí o duplice posicionamento de Plekhânov e dos mencheviques em relação aos camponeses, visto como força de oposição e, ao mesmo tempo, o de possível sustentação de um novo despotismo:

“Por isso, sustentamos o movimento camponês apenas na medida em que destrói o que é velho, mas não enquanto visa à reconstituição de algo diante do que o que é velho parece um fenômeno novo e progressista. O duplice caráter do movimento camponês exige de nós, não digo uma duplice tática, porque nada poderia ser pior que uma tática similar; aliás, devemos estar atentos para que nossa tática não se torne duplice sob a influência do duplice caráter do movimento camponês, para que esta não se deixe em parte penetrar pelo espírito reacionário, para que esta não apóie a tendência a fazer voltar atrás a história econômica russa”¹⁷.

Se as posições bolcheviques eram acusadas pelos mencheviques de neopopulismo aventureirista e utópico, as posições mencheviques eram acusadas pelos bolcheviques de tendência liberal-democrática e de frouxidão revolucionária. Assim, Stálin – que usava então o pseudônimo de Ivanovich – dirá que a intervenção de Plekhânov, com suas constantes observações polêmicas contra o “caráter nocivo do ‘leninismo’”, carrega a atmosfera de tensão e, seguramente, não favorece a “reunificação”: se Plekhânov insiste em falar das “maneiras anárquicas” de Lênin, “também nós poderemos dizer algo das maneiras cadentes do camarada Plekhânov”¹⁸. Mas também esta era uma colocação polêmica, porque estava claro para todos que as posições das duas frações já estavam bastante distantes uma da outra, e eram, como se confirmaria pouco depois, inconciliáveis. Mais significativo é o raciocínio pelo qual Stálin não apóia nem a nacionalização nem a municipalização, mas a divisão das terras; um raciocínio puramente pragmático e tático, pronto a conciliar soluções duplices. A aliança com os camponeses, assinala, é puramente “temporária” e, portanto, “não podemos deixar de considerar as reivindicações destes camponeses”, que “desejam a divisão das terras”, medida que não contradiz os interesses atuais da revolução, e que, portanto, deve ser acolhida pela classe operária¹⁹.

17. *Ibid.*, p. 36.

18. *Cetvërtijj*, cit., p. 78. “Cadetes” era o nome dado aos liberais russos, extraído das iniciais do de seu partido “constitucional-democrático” (em russo *konstitucionnaja-demokraticeskaja: ká-dé*).

19. *Ibid.*, p. 79.

Em apoio a Lênin, intervém de modo mais brilhante Lunatchárski. Também ele se detém sobre a acusação de Plekhânov, que fazia de Lênin um socialista-revolucionário: "Afirmar seriamente que Lênin é um socialista-revolucionário seria tão estranho e absurdo como se, nesta assembléia, ressoasse a afirmação de que o camarada Plekhânov é um cadete"²⁰. Aqui estamos apenas no início; mas depois, sobretudo no V Congresso, tais afirmações, embora não tão peremptórias, não parecerão "estranhas e absurdas" em nenhum dos dois sentidos, porque o problema central será exatamente o da relação da social-democracia, por um lado, com as massas camponesas e os partidos a elas ligados (em primeiro lugar, os socialistas revolucionários), e, por outro, com as camadas burguesas liberais e o Partido Constitucional-Democrático que as representava. Sempre em polémica com Plekhânov, Lunatchárski exalta a "flexibilidade" de que Lênin "deu prova absolutamente inequívoca, quando, sob a ação dos acontecimentos, realizou a passagem dos *otrezki*, dos quais tinha sido o maior patrocinador, para a nacionalização"²¹. Com esta avaliação, admitia também a nítida mudança operada por Lênin na sua política agrária. Mas não só a esta política se limita a intervenção polêmico-defensiva de Lunatchárski, que ficou chocado pelo modo como Plekhânov criticou a idéia de Lênin da "tomada do poder". É óbvio que Plekhânov não deve ter pensado, raciocina Lunatchárski, na aspiração natural de qualquer força política, sobretudo revolucionária, de sair vitoriosa na luta pelo poder:

"Não, o companheiro Plekhânov, evidentemente, tinha em mente a tomada conspiratória, tal como se pode ver agora talvez apenas em opereta. Chegam ao palácio cinquenta homens mascarados, armados de punhal, e dão um golpe de Estado. Mas será que a vitória da revolução em Lênin está ligada a uma tal tomada operística do poder? De modo algum"²².

Observa-se aqui, pelo tom irônico-galhoseiro de Lunatchárski, o eco da polémica desenvolvida em torno do *Que fazer?* e explicitada no II Congresso. Naturalmente, a teoria da "tomada do poder conspiratória" não se punha nestes termos superficiais da opereta e, como veremos, será melhor precisada no curso de toda a discussão sobre a revolução de 1905.

20. *Ibid.*, p. 98.

21. *Ibid.*, p. 99.

22. *Ibid.*, pp. 98-99.

Na intervenção conclusiva de Lênin sobre a questão agrária, dois pontos merecem particular atenção. O primeiro se refere à garantia contra uma restauração que tornaria a nacionalização da terra uma medida contra-revolucionária. Lênin deixa claro que há “uma única garantia”: “uma revolução socialista no Ocidente”²³. Mas esta garantia deve ser aplicada a todas as soluções da questão agrária e não somente à nacionalização:

“Afora esta garantia, dada qualquer outra solução do problema (municipalização, divisão, etc.), a restauração não só é possível, mas de fato inevitável. Formularia esta tese nos seguintes termos: a revolução russa pode vencer com suas próprias forças, mas não pode, de modo algum, conservar e consolidar com as próprias mãos suas conquistas. Ela não pode obter isto se no Ocidente não ocorrer uma revolução socialista”²⁴.

Ele precisa, em seguida, a idéia do caráter internacional da Revolução Russa comparando-a com a Revolução Francesa:

“Nossa república democrática não tem nenhuma reserva, a não ser o proletariado socialista no Ocidente; e, neste sentido, não se pode esquecer que a revolução clássica burguesa na Europa, isto é, a grande Revolução Francesa do século XVIII, ocorreu em um ambiente internacional totalmente diverso daquele no qual ocorre a Revolução Russa. A França do século XVIII estava cercada de Estados feudais e semifeudais. A Rússia do século XX, que realiza a revolução burguesa, está cercada de países nos quais o proletariado socialista está completamente armado, às vésperas do último embate com a burguesia”²⁵.

A comparação com a Revolução Francesa e com a Revolução de 1848 se tornará freqüente, como veremos, na interpretação e na polémica em torno da Revolução de 1905. Aqui basta observar que, se o pano de fundo é uma revolução socialista na Europa, a questão agrária, também no interior da situação russa, é apenas um momento central de uma ação mais ampla: a tomada do poder. E, responde Lênin, recordar o populismo revolucionário da *Narodnaia Volia* é forçar a situação, porque, na época, apenas um grupo de intelectuais, sem um verdadeiro movimento de massa, é que desejava tomar o poder, enquanto agora, depois do movimento revolucionário popular iniciado em 1905, o problema da tomada do poder coloca-se na ordem do dia de modo totalmente diverso. Diz Lênin, em polémica com Plekhânov:

23. *Ibid.*, p. 127.

24. *Ibid.*

25. *Ibid.*, pp. 127-28.

“A revolução agrária é uma frase vazia, se sua vitória não tiver como pressuposto a conquista do poder pelo povo revolucionário. Sem esta última condição, não se teria uma revolução agrária, mas uma revolta camponesa ou as reformas agrárias constitucional-democráticas”²⁶.

Estas posições de Lênin adquirem todo seu relevo no contexto da sua idéia da revolução burguesa na Rússia, idéia paradoxal, segundo a qual “a vitória da revolução burguesa entre nós é impossível *como vitória da burguesia*”²⁷. Prossegue Lênin:

“Isto parece paradoxal, mas é um fato. A preponderância da população camponesa, sua terrível opressão por parte da grande propriedade territorial feudal (pela metade), a força e a consciência do proletariado já organizado no partido socialista, todas estas circunstâncias conferem à nossa revolução burguesa um caráter particular”²⁸.

Caráter particular que não retira absolutamente da revolução seu caráter burguês, mas a “distingue no rol das outras revoluções burguesas da idade moderna (e) a aproxima das grandes revoluções burguesas dos velhos tempos, em que os camponeses desempenhavam um papel revolucionário relevante”²⁹.

Esta original interpretação histórica do caráter específico da revolução burguesa fundamenta a não menos original teoria leniniana das formas de poder revolucionário a que ela dará lugar, e explica as posições contra-revolucionárias que a burguesia russa deve assumir:

“Esta peculiaridade determina apenas o caráter contra-revolucionário da nossa burguesia e a necessidade da ditadura do proletariado e dos camponeses para a vitória desta revolução. E isso porque a ‘coalizão do proletariado e dos camponeses’, que leva à vitória na revolução burguesa, não é senão a ditadura democrático-revolucionária do proletariado e dos camponeses”³⁰.

Lênin realiza aqui uma síntese bastante ousada: não repete as posições populistas, mas as continua ao inová-las através de uma estratégia mais ampla, que corresponde à nova situação histórica da luta de classes na Rússia e a uma particular interpretação dos textos de Marx e de Engels. O programa estratégico torna-se verdadeiramente grandioso: a revolução em curso é burguesa, e não se trata de realizar imediatamente uma revolução socialista; mas quem dirige esta revolução burguesa é o proletariado em aliança com os camponeses; e o órgão de

26. *Ibid.*, p. 130.

27. V. I. LÊNIN, *Polnoe sobranie socinenij*, vol. 17, Moscou, 1961, p. 44.

28. *Ibid.*

29. *Ibid.*, p. 46.

30. *Ibid.*, p. 44.

poder estatal chamado a realizar esta revolução burguesa sem burguesia é a “ditadura democrático-revolucionária do proletariado e dos camponeses”, que evoca a ditadura jacobina da Revolução Francesa; mas trata-se de uma ditadura que não se limita a realizar “democraticamente” (nos termos de uma democracia jacobina e não liberal) a revolução burguesa: outra tarefa essencial dessa ditadura será o “crescimento” (*pererastanie*) da revolução burguesa em revolução socialista. O verdadeiro dirigente desta operação histórica, parte de uma revolução européia, será evidentemente o partido, mas o partido tal como concebido por Lênin e, sobretudo, o partido sob sua direção pessoal, dado que ele mesmo era o idealizador e o programador de todo aquele movimento, e era-lhe lícito tomar decisões estratégicas e táticas imediatas e mudar repentinamente suas posições, deixando freqüentemente atordoados seus mais estreitos colaboradores.

Tratava-se, todavia, de decisões e mudanças que correspondiam a uma lógica coerente, ainda que secreta: a lógica de um processo acelerado e guiado pelo desenvolvimento histórico na Rússia e fora dela, segundo uma nova perspectiva, na qual o velho populismo entrava em síntese criadora com um marxismo peculiar. Pode-se compreender, então, o abismo que separava Lênin dos mencheviques, antipopulistas sem compromisso, convencidos de que a revolução russa era substancialmente uma revolução burguesa “tradicional” e, portanto, uma ocasião oportuna para o proletariado russo apoiar a burguesia liberal na sua luta contra o absolutismo, bem como uma ocasião para ampliar o movimento de massa, sobretudo nas cidades, fazendo dele um movimento de educação política de toda a classe operária na conquista das liberdades democráticas e de novas posições de luta. Nesta operação, segundo os mencheviques, o partido contava menos do que a classe; e a experiência política das massas contava mais do que o fortalecimento de um grupo dirigente revolucionário. Não é casual que a experiência dos soviets nasça no interior da área menchevique, para depois se afirmar contra a desconfiança dos bolcheviques (aqui, Lênin foi quem melhor e primeiro viu a importância dos soviets, mesmo no interior de seu projeto estratégico e tático diverso). Quanto a Trótski e Rosa Luxemburg, a exposição – como veremos – deverá ser mais matizada.

Se retornamos ao IV Congresso e, em particular, à intervenção conclusiva de Plekhânov sobre a questão agrária, podemos ver como Plekhânov captou bem os pontos radicais de divergência com Lênin, ainda que, por sua parte, tenda sempre a reduzir Lênin às posições populistas, em vez de reconhecer a novidade, e não só a continuidade, de Lênin em relação ao populismo:

“Entre mim e Lênin existem divergências extremamente sérias. São divergências que não devem ser atenuadas, mas expressas em toda sua gravidade, em toda sua extensão. Nosso Partido está atravessando um momento extremamente sério. Das decisões que vocês tomarem hoje ou amanhã sobre a questão que nos interessa dependerá, em grande medida, o destino de todo o nosso Partido, e, com isso, de todo o nosso país. E isto precisamente porque, no projeto do camarada Lênin, manifesta-se não apenas seu ponto de vista particular sobre nossa questão agrária, mas todo o caráter do seu pensamento revolucionário. Blanquismo ou marxismo: é sobre isso que devemos decidir hoje”³¹.

Em Lênin, diz Plekhânov, “perdeu-se um advogado verdadeiramente excelente”³², tamanha foi a eloquência com que defendeu seu projeto. Mas Lênin, com uma sinceridade pela qual se lhe deve ser grato, reconheceu que “o seu programa agrário liga-se estreitamente à sua idéia da tomada do poder”³³. Pois bem, rebate Plekhânov; “o nosso ponto de vista é que a tomada do poder é obrigatória para nós, mas obrigatória quando fazemos a revolução proletária. E porque a revolução agora iminente só pode ser pequeno-burguesa, temos a obrigação de recusar a tomada do poder”³⁴. E, finalmente, Plekhânov dá uma interessante resposta direta a Lênin, e indireta a Lunatchárski, sobre o caráter da *Narodnaia Volia*:

“O camarada Lênin diz com fervor e energia que, depois de 17 de outubro³⁵, a idéia da *Narodnaia Volia* sobre a tomada do poder deixou de ser uma utopia. Mas em que consistia o caráter utópico desta idéia? Talvez no fato de que a *Narodnaia Volia* esperava tomar o poder com as forças de um pequeno punhado de homens? Não. Somente quem julga os conjurados com base nas conjuras de opereta, como fazem alguns de nossos críticos teatrais, somente tais pessoas podem pensar que a *Narodnaia Volia* subordinasse as próprias esperanças aos esforços de um punhado de conjurados; não, também ela compreendia que a tomada do poder por parte dos revolucionários deve ser o resultado do movimento revolucionário de todo o povo. O caráter utópico do seu pensamento consistia em considerar possível para o poder revolucionário a solução de tarefas que este não pode resolver, a eliminação de dificuldades que, na realidade, são inelimináveis. Os utopistas se diferenciam de nós, marxistas, pelo fato de que escamoteiam as dificuldades de um problema mediante várias suposi-

31. *Cetvërtij*, cit., p. 139.

32. *Ibid.*, p. 140.

33. *Ibid.*, p. 139.

34. *Ibid.*, p. 142.

35. Isto é, depois da primeira vitória da revolução, que levou ao Manifesto imperial sobre a Duma legislativa e sobre a concessão das liberdades políticas.

ções otimistas. E este procedimento utópico caracteriza agora o pensamento revolucionário de Lênin. Ele escamoteia exatamente as dificuldades do problema mediante suposições otimistas. E quem duvida da força de persuasão de tal procedimento, é por ele colocado sob suspeita de indiferença pelo espírito revolucionário"³⁶.

Esta é uma observação aguda que, todavia, não levava em conta a força, não só de persuasão, mas também de ação que a "utopia" leniniana possuía em grau elevado. E essa limitação da crítica plekhonoviana derivava da não-compreensão da originalidade de tal "utopia", não só em relação ao populismo, ao qual estava realmente ligada, mas em relação a qualquer outra utopia. A "utopia" de Lênin era realista, baseada numa compreensão da particular situação histórica russa e numa extraordinária flexibilidade política e moral, em radical contraste com a rígida "ortodoxia" menchevique. Os verdadeiros "utopistas" eram os mencheviques, que pensavam poder repetir na Rússia a nítida separação entre revolução burguesa e revolução operária, sem se dar conta da fragilidade e, ao mesmo tempo, da inércia do aparelho estatal de seu país, e que, sobretudo, faziam da democracia um princípio ético, que a classe operária e seu partido deviam respeitar.

4. Socialismo e democracia burguesa

Já a discussão sobre a questão agrária, como se viu, entrelaçava-se com os problemas mais essenciais e gerais da política do Partido. A passagem, portanto, à segunda parte do Congresso, referente ao "momento atual e às tarefas de classe do proletariado", não foi senão um aprofundamento natural do que tinha sido dito na primeira parte. O problema político imediato era o da participação ou boicote à Duma, soluções defendidas, respectivamente, por mencheviques e bolcheviques (mas, depois, Lênin reconheceu que o boicote à Duma, quando a onda revolucionária começava a decrescer, fora um erro). Vejamos os motivos mais gerais e permanentes da divergência entre as duas frações da social-democracia russa.

Desde o início de seu informe, Martínov assinala a impossibilidade de conciliação entre mencheviques e bolcheviques:

"Nós, os chamados mencheviques e bolcheviques, divergimos não só em nossas diretivas táticas; divergimos no próprio critério, na própria idéia sobre o curso de qualquer revolução. Exatamente por isso, avaliamos diversamente o momento presente, exatamente por isso chegamos a conclusões táticas diversas"³⁷.

36. Četvërtij, cit., p. 142.

37. *Ibid.*, p. 192.

Se as divergências táticas dependem de oposições de princípio, é necessário ver como bolcheviques e mencheviques concebem a revolução. Segundo Martínov, "os bolcheviques dizem: ou edificação constitucional ou insurreição armada"; ou seja, os bolcheviques colocam uma alternativa absolutamente "utópica", porque "em todas as grandes revoluções a explosão espontânea e o confronto violento se dão paralelamente à ruptura das instituições políticas, isto é, à edificação constitucional, e estes dois processos não só não se excluem, mas se condicionam reciprocamente"³⁸. Veremos, em seguida, que no V Congresso a oposição entre as duas frações se tornará, a propósito disto, ainda mais clara; mas vejamos, agora, como retorna a acusação de neopopulismo e anarquismo dirigida a Lênin. Recordando ainda a intervenção de Lunatchárski, que ironizara a "tomada de poder" como conjura de opereta, Martínov, desenvolvendo o que dissera Plekhánov, insiste:

"Se o companheiro Voinov (Lunatchárski) conhecesse a história do movimento revolucionário russo tão bem como conhece a história das operetas, chegaria a outras conclusões. Tkatchov e Bakunin escreveram sobre a insurreição o mesmo que agora nos relata o companheiro Lênin no seu discurso sobre a questão agrária; eles falavam não de um punhado de conjurados, mas de um amplo movimento espontâneo das massas populares, da 'criação revolucionária' do povo, da 'justiça do povo'". E, referindo-se exatamente ao modo de ver a revolução, Engels disse: 'Só podem imaginar a tomada de poder desse modo as pessoas que não superaram os doze anos'³⁹.

Os motivos de dissenso com os bolcheviques diziam respeito ao juízo sobre o papel dos liberais, em relação aos quais a posição de Lênin foi sistematicamente de desdenhosa oposição⁴¹. Outra é a posição de Martínov: nenhuma ilusão quanto aos liberais, mas

"devemos ter presente que, pelo próprio curso objetivo dos acontecimentos revolucionários, os liberais são obrigados a procurar apoio entre os novos elementos democrático-burgueses da população. Os nossos liberais são anti-revolucionários, mas organizam e unem elementos da média e da pequena burguesia, que inevitavelmente irão além deles em seu programa e em sua tática"⁴².

38. *Ibid.*

39. Trata-se da Narodnaia Rasprava, a organização de Serguei Netchaiév. Veja-se a nossa introdução ao volume de A. HERZEN, *A un vecchio compagno*, Turim, 1977.

40. *Cetvërtij*, cit., p. 192.

41. Cf. mais adiante, no presente volume.

42. *Cetvërtij*, cit., p. 194.

Contra a objeção bolchevique – segundo a qual, em uma época de luta aberta entre socialismo e burguesia, a democracia burguesa não está mais em condições de elaborar uma ideologia revolucionária –, Martínov apela para a situação particular da Rússia, mas de modo oposto ao de Lênin; trata-se, para ele, de uma situação de revolução burguesa na qual

“o antagonismo entre a nascente sociedade burguesa e o feudalismo moribundo prenuncia confrontos revolucionários muito mais agudos que o antagonismo entre proletariado e burguesia. O proletariado, com sua luta, aguça todas as contradições da sociedade contemporânea, e, desse modo, favorece a manifestação do caráter social da nossa revolução como revolução burguesa”⁴³.

Mas o contraste verdadeiro era menos sobre os meios (em certo sentido, ambas as táticas, tanto a de apoio à democracia liberal quanto a de aliança com os camponeses revolucionários, não deram em 1905 o resultado que esperavam, respectivamente, mencheviques e bolcheviques), do que sobre os fins. E, mais uma vez, ao concluir sua intervenção, tinha razão Martínov ao dizer que o que dividia as duas frações era inclusive até mesmo o modo de conceber “o tipo psicológico do bom revolucionário”⁴⁴. Naturalmente, segundo Martínov, os bolcheviques imitavam Blanqui; mas depois especifica que o imitavam mal, porque Blanqui adorava dizer que o bom revolucionário deve ser “*du feu sous la glace*”, isto é, deve ter o coração ardente, mas a cabeça deve se conservar fria. Nos bolcheviques, ao contrário, é a imaginação que arde, enquanto o coração é frio. E vale a pena recordar uma anedota: enquanto Martínov conversava com Lênin no corredor, eis que Lunatchárski chega correndo da sala do Congresso e, ofegante, grita para Lênin: “Não querem colocar a palavra ‘revolucionário!’” Lênin e Lunatchárski correm imediatamente para a sala e levantam a mão, votando pela palavra “revolucionário”, “sem que Lênin nem mesmo soubesse onde deveria ser inserida aquela palavra”⁴⁵.

Lunatchárski, tomando a palavra depois de Martínov, denuncia a exasperação da polêmica antibolchevique; segundo os mencheviques, uma eventual “vitória do leninismo significaria um aviltamento do pensamento marxista, o abandono das tradições marxistas, o triunfo do utopismo e da fraseologia revolucionária”⁴⁶. E recorda aos menche-

43. *Ibid.*, p. 195.

44. *Ibid.*, p. 199.

45. *Ibid.*

46. *Ibid.*, p. 201.

viques que também eles, no momento ascendente da revolução, incorporaram naquele mesmo utopismo que agora reprovavam nos bolcheviques. Por outro lado, Lunatchárski acusa Plekhânov de “neofobia”: “por medo de um pretenso triunfo do populismo, ele se amedrontou com as novas, ousadas e decididas palavras de ordem”⁴⁷. Mas Lunatchárski não entra numa verdadeira e efetiva análise, e conclui com o apelo retórico à unidade do partido e com a exaltação genérica de um “pensamento revolucionário eternamente jovem” e de uma “prática revolucionária que eternamente se aperfeiçoa”⁴⁸. Mais interessante é o fato de Lunatchárski admitir (o que será logo depois utilizado polemicamente por um delegado menchevique) que “alguns sonhos outrora vazios transformaram-se em possibilidade real”⁴⁹. É como se – comenta o menchevique Rudenko (Ermanski) – o erro dos populistas da *Narodnaia Volia* fosse, não de princípio, mas em ter projetado com vinte anos de antecipação uma idéia de revolução que só em 1905, por obra de Lênin, podia se tornar real⁵⁰.

Os mencheviques insistem no significado que os movimentos e as organizações de massa, independentes do Partido Social-Democrata, têm no desenvolvimento e na formação revolucionária da classe operária, não menos que na ampliação de sua esfera política de ações; e polemizam com a desconfiança e a oposição que tais movimentos e organismos encontravam nos bolcheviques. Além dos sovietes, de que se falará no V Congresso, um exemplo disso são os sindicatos. Kostrov (Zordania) diz:

“Os bolcheviques colocavam em discussão o significado dos sindicatos. Eles diziam: agora⁵¹ não é o momento de nos ocuparmos deles, não somos nós que devemos organizá-los, que outros o façam! Os mencheviques, ao contrário, afirmavam: devemos organizar os sindicatos e fazer deles o motor da revolução. E o que aconteceu? Que esta última tática foi acolhida por todos sob a pressão da realidade”⁵².

Mas o motivo maior de dissenso entre bolcheviques e mencheviques, a propósito dos sindicatos, não estava tanto no relativo atraso com que os primeiros, no curso da revolução, ocuparam-se dos sindi-

47. *Ibid.*, p. 202.

48. *Ibid.*, p. 203.

49. *Ibid.*, p. 202.

50. *Ibid.*, p. 205.

51. Isto é, no início da revolução.

52. *Červětyj*, cit., p. 215.

catos, mas no modo diverso de conceber as relações entre movimento sindical e movimento político. A chamada “teoria da neutralidade” levava os mencheviques a sustentar uma “paridade de direitos” entre luta sindical e luta política, e, portanto, um paralelismo entre as duas respectivas organizações, enquanto para Lênin tratava-se de submeter os sindicatos à direção do partido⁵³.

Mais uma vez, a divergência particular é reportada a uma divergência de base: sobre o próprio conceito de revolução. Para Zordania, a “tática utópica” dos bolcheviques “deriva da sua concepção utópica do curso da revolução”. Eles, na verdade,

“imaginam a revolução de um modo muito simples: em um dia, ou em uma semana, haverá uma insurreição de toda a Rússia, a autocracia será abatida, seu lugar será ocupado pelo governo revolucionário e será instituída a república. Insurreição-governo provisório-república: esse é todo o esquema político dos bolcheviques”⁵⁴.

Na realidade, como sabemos, foi esse o esquema da revolução de 1917. Para os mencheviques, ao contrário, “a revolução se desenvolve de modo evolutivo, não pode saltar certas fases, isto é, não se desenvolve segundo o esquema dos bolcheviques, e não há uma única insurreição vitoriosa, mas toda uma série de insurreições vitoriosas”⁵⁵, razão por que a afirmação dos liberais (constitucional-democratas) é apenas a primeira etapa necessária da revolução e a essa se seguirão outras lutas e insurreições já socialistas. Os social-democratas, conclui Zordania, não devem se fechar num “abstencionismo político”, boicotando as novas instituições da vida civil, mas, ao contrário, devem desenvolver uma intervenção política em todas as manifestações da vida civil⁵⁶.

5. “Partido militar” e “partido de massa”

Duas outras questões iriam ainda emergir: a da ditadura e a da natureza do partido revolucionário. Um delegado menchevique refere-se, admirado, à pobreza e ambigüidade do conceito leniniano de ditadura dos operários e dos camponeses. Ele cita uma passagem do escrito de Lênin: “A vitória dos cadetes e as tarefas do partido operário”, onde Lênin imagina uma cena cujos protagonistas são o oficial cossa-

53. Cf. LÊNIN, *Polnoe sobranie sočinenij*, vol. 16, Moscou, 1961, pp. 427-37.

54. *Cervěrtvj*, cit., p. 216.

55. *Ibid.*

56. *Ibid.*, p. 217.

co Avramov, conhecido por sua ferocidade na repressão dos revolucionários, e Spiridonova, uma dirigente do Partido dos Socialistas-Revolucionários, presa em 1906 por causa de um atentado. Imagina então que Avramov invista contra Spiridonova, e deduz esta conclusão, em polêmica com os liberais que pensam em um Estado de direito:

“Quando Avramov e os cossacos torturam Spiridonova, esta é a ditadura policial sobre o povo. Quando o povo revolucionário (...) aplica a violência em Avramov e nos Avramov, esta é a ditadura do povo revolucionário”⁵⁷.

Ou seja: para ilustrar a “ditadura do povo”, Lênin não encontra outra forma a não ser inverter a pior manifestação do arbítrio policial-cosco do Estado czarista. E, logo depois, especifica: “O conceito científico de ditadura não significa nada mais do que um poder baseado diretamente na violência, não limitado por nada, não obstaculizado por nenhuma lei ou pela menor regra”⁵⁸. Esse era o projeto de “ditadura” que Lênin propunha para a Rússia, e, não sem razão, o delegado menchevique perguntava se, para Lênin, já não seriam manifestações de “ditadura do povo revolucionário” os atos de terrorismo e de “expropriação” realizados com particular zelo pelos socialistas-revolucionários.

Porém, não menos central do que o problema da futura “ditadura” era o da natureza e das tarefas do partido. Também aqui, a oposição menchevique ao modelo bolchevique era profunda. Poder-se-ia dizer que bolcheviques e mencheviques tinham duas noções diametralmente opostas de hegemonia. Este era um termo recorrente na social-democracia russa, desde sua formação, mas com um significado limitado: isto é, referia-se à direção que a classe operária devia assumir no movimento de libertação antiabsolutista e na luta pela democracia e pelo socialismo. E referia-se, naturalmente, aos ritmos e aos modos pelos quais esta direção devia ser realizada. Na revolução de 1905 e na social-democracia russa, como vimos, confrontaram-se dois modos de realizar a hegemonia: o bolchevique, que apontava para a “ditadura democrático-revolucionária do proletariado e dos camponeses”; e o menchevique, o que contava com um desenvolvimento liberal-democrático sob o impulso do movimento popular e da política social-democrata, a fim de criar na Rússia as condições mais avançadas para uma ação ulterior, propriamente socialista, da classe operária. Mas, embora a questão da hegemonia se pusesse ainda nestes termos, a divergência em relação a ela era ainda mais profunda, como em parte já

57. LÊNIN, *Polnoe sobranie sočinenij*, vol. 12, Moscou, 1960, p. 320.

58. *Ibid.*

vimos. E isso no sentido de que, para os bolcheviques, a hegemonia era uma questão de tomada imediata do poder para realizar, mediante um poder ditatorial dirigido pela cúpula do partido (bolchevique, ainda que nominalmente social-democrata), a revolução burguesa “sem burguesia” e passar depois para o socialismo; para os mencheviques, ao contrário, o problema não se colocava em termos tão “técnicos”, nem numa perspectiva tão antiliberal, e a afirmação da classe operária na Rússia devia se realizar não tanto num período mais longo, mas antes num período mais denso de oportunidades para a auto-educação política das mais amplas massas populares e para o próprio amadurecimento do partido, entendendo-se por partido não apenas sua cúpula. Em suma, estava implícita, na idéia menchevique, uma noção mais ampla de hegemonia, ligada à participação na vida civil e nas instituições, uma participação que, nos mencheviques, não excluía a luta direta e os impulsos revolucionários.

Esta diversidade de posições é expressa com bastante clareza em um ponto da intervenção de Rudenko (Ermanski), que vê as raízes não puramente táticas da intransigência e da dureza bolcheviques. Acompanhemos sua análise:

“Os bolcheviques não pensam em ampliar e reforçar as forças sociais chamadas a infligir golpes contra o regime existente. Eles pensam apenas nos golpes e na sua planificação (...). Para os bolcheviques, a técnica da luta é mais importante agora do que o trabalho político. Toda a pobreza de nossa realidade no campo da consciência e da organização das massas, toda a insuficiência da base de massa da vida do nosso partido, todo o caráter amorfo e espontâneo de nossa luta, tudo isso é tomado pelos bolcheviques como um fato ao qual é necessário se resignar. Diante deste fato, não fazem mais do que se apegar à organização planificada das cúpulas do partido, à organização dos revolucionários profissionais. Com isto, pretendem suprir todas as lacunas no campo da organização do proletariado e dos outros elementos revolucionários”⁵⁹.

Mas “um dos erros radicais dos bolcheviques está exatamente no fato de pensarem apenas na destruição do absolutismo”⁶⁰. Ora, isto não basta: para que essa destruição seja definitiva e autêntica, e o absolutismo, talvez destruído politicamente, não ressurgir depois nos pontos onde encontra sua base, isto é, na burocracia, na polícia e no exército, é necessário organizar a base de massa da revolução, educando-a no espírito novo da democracia e do socialismo:

“Somente este trabalho confere à nossa luta um caráter social-democrata, somente ele liga as nossas reivindicações democráticas imediatas aos fins socialistas últimos. Deste ponto de vista, todas as tarefas técnicas do momento devem ser submetidas às tarefas políticas. Edificar a consciência e

59. *Ibid.*, p. 222.

60. *Ibid.*

a vontade das massas e organizá-las no processo de colocação e solução das tarefas políticas, no processo da luta: esta é nossa tarefa permanente. Neste sentido, a posição dos mencheviques é mais justa, mais social-democrata”⁶¹.

Análise penetrante, que, no entanto, subestimava a enorme força histórica que a racionalista tecnologia revolucionária populista-marxista de Lênin possuía.

A intervenção de Stálin em apoio à tese bolchevique manifesta um outro traço do seu pensamento político, que teve ocasião de se manifestar vinte anos depois: não só o pragmatismo (como na intervenção sobre a aliança temporária com os camponeses, que deixava o caminho aberto para uma completa modificação de tática em face dos mesmos), mas também o esquematismo (mediante o qual questões complexas eram simplificadas e reduzidas a alguns “ou-ou” drásticos e nítidos), levaram o “racionalismo” de Lênin a um grau de linearidade esquemática:

“Segundo os companheiros mencheviques, o que nos serve não é a hegemonia do proletariado, mas a hegemonia da burguesia democrática... (Portanto), é claro que não devemos tomar parte ativa imediata, nem na organização da insurreição armada, nem na tomada do poder. Tal é o ‘esquema’ dos mencheviques. Ao contrário, se os interesses de classe do proletariado levam à sua hegemonia, se o proletariado deve estar não na cauda, mas na cabeça da atual revolução, então é óbvio que o proletariado não pode renunciar à insurreição armada, nem à tomada do poder. Tal é o ‘esquema’ dos bolcheviques. Ou a hegemonia do proletariado ou a hegemonia da burguesia democrática: eis como se coloca o problema no partido, eis em que consistem nossas divergências”⁶².

Mas os problemas eram, sem dúvida, mais complexos do que poderiam resultar da interpretação staliniana. Para se convencer disto, é necessário retomar as intervenções dos maiores dirigentes mencheviques, menos esquemáticas do que as colocações puramente polêmicas e defensivas de Lunatchárski e de Stálin. Martínov recorda que não está em questão o papel central, hegemônico, da classe operária, cuja reivindicação não é monopólio dos bolcheviques, mas que, ao contrário, foi sempre o fulcro de toda a teoria do “pai do marxismo russo”, Plekhânov”⁶³. Outros são os pontos do debate. Antes de mais nada, os camponeses, sobre cuja função determinante na revolução Lênin insiste. Diz Martínov:

“Querem nos fazer crer que, em uma sociedade com relações capitalistas em desenvolvimento, em uma sociedade com uma preponderância econô-

61. *Ibid.*, p. 223.

62. *Ibid.*, pp. 224-25.

63. Para a posição de Plekhânov nos inícios do marxismo na Rússia, veja-se a citada introdução a *Che fare?*, cit., pp. LIV-LIX.

mica, política e cultural da cidade sobre o campo, o poder e hegemonia política serão conquistados pelo campo⁶⁴.

E prossegue: “A nova teoria da revolução camponesa é uma evidente restauração das velhas utopias populistas”⁶⁵. Aqui, como frequentemente fazem os mencheviques, Martínov força a fórmula leniniana que, mesmo atribuindo um papel decisivo aos camponeses na revolução russa, e negando, por outro lado, qualquer papel à burguesia liberal, não pensa, contudo, em uma nova “revolta à Pugatchev”, como afirma Martínov, mas elabora uma nova concepção da revolução, onde os camponeses são uma espécie de formidável “tropa de choque”, enquanto o “núcleo de assalto” continua a ser o proletariado urbano; e o “estado-maior” deste exército é formado pelos “revolucionários profissionais”. É indubitável, como dissemos, a continuidade com o populismo revolucionário, mas indubitável é também a originalidade, que separa a teoria de Lênin da dos socialistas-revolucionários, para os quais não se colocava o problema de uma revolução burguesa, já realizada (segundo eles) com as reformas de 1861, mas punha-se o objetivo de uma socialização das relações de propriedade, socialização ligada indissolivelmente à derrota do absolutismo tsarista. Para Lênin, ao contrário, a revolução em curso tinha um indubitável caráter burguês, e, portanto, os objetivos socialistas da classe operária e dos camponeses deviam ser subordinados aos fins desta revolução. Por outro lado, a revolução burguesa devia ser dirigida, contra a própria burguesia, pela ditadura dos operários e dos camponeses, dirigida por sua vez pelos “revolucionários profissionais”. O velho populismo, em suma, renascia, mas sob uma veste marxista, e, sobretudo, com um projeto histórico grandioso e sem dúvida “utópico”, como afirmavam os mencheviques, que com razão se diziam “mais social-democratas” que os bolcheviques, porém mais utópicos em 1905 que em 1917, quando a guerra mundial oferece a Lênin a oportunidade única (e deste caráter único Lênin estava consciente, como declarou muitas vezes) para realizar sua “utopia”, com todas as conseqüências nela implícitas⁶⁶.

Em relação aos soviets, Martínov tinha razão em exaltar a prioridade menchevique: “O camarada Lênin certamente esqueceu que nós tínhamos previsto o nascimento destas formas de criação popular muito antes das jornadas de outubro, generalizando-as sob o nome de órgãos de autogoverno revolucionário”⁶⁷. Efetivamente, os soviets

64. *Cetvërtij*, cit., p. 238.

65. *Ibid.*

66. *Ibid.*, p. 240.

67. *Ibid.*, p. 239.

entravam no programa menchevique de ampliação das formas de intervenção de massa, ainda que autônomas em relação ao partido. Mas já um bolchevique havia objetado: “Por que chamar os soviets de autogoverno revolucionário local, por que usar esta expressão mística?”⁶⁸. Contra este “misticismo” da autonomia dos soviets, intervém também Lênin, que ironiza o fato de que Plekhânov, mesmo exaltando obviamente os soviets, “não se deu o trabalho de analisar o que são os soviets dos deputados operários. O que são eles? Um organismo de autogoverno revolucionário ou organismos embrionários de poder?”⁶⁹. E a resposta de Lênin é claramente a segunda. Para compreender, em poucas palavras, como se colocava o problema dos soviets no interior do grupo bolchevique, seria necessário considerar as tomadas de posição que aparecem logo em seguida na *Novaia Zizn* (Vida Nova), o primeiro jornal bolchevique legal. São tomadas de posição cheias de desconfiança e resistência, na medida em que os soviets apareciam aos bolcheviques como algo politicamente amorfo, que negava a autoridade e a hegemonia do partido. B. Radin escrevia nesse jornal, como conclusão a um artigo intitulado “O soviete dos deputados operários ou o partido?”:

“Quisemos aqui tocar na questão de se o soviete pode substituir o partido e tomar para si a direção da luta política do proletariado; e nossa resposta é negativa. Isso quer dizer que o soviete, quando se põe certas tarefas políticas concretas (como a direção da greve geral), não deve manifestar a própria fisionomia política? De modo algum. O proletariado deve saber com certeza sob que bandeira marcha seu órgão eletivo e de que partido vêm as palavras de ordem e as diretivas que ele realizará nas suas ações práticas. Não interessa ao proletariado agir às cegas na luta política. É necessário que o soviete declare com precisão que partido político aceita como guia e a que programa político adere”⁷⁰.

Contra posições estreitas como as de Radin, ou ainda contra as mais sectárias de outros, Lênin verá nos soviets um importante instrumento de ampliação da ação política e de formação de um novo poder. Ele declara que os bolcheviques estão prontos a estabelecer uma “aliança temporária de luta com toda a democracia revolucionária para alcançar nosso fim político imediato comum”⁷¹. Por isso, conclui, “mantendo rigorosamente nossa peculiaridade e autonomia de partido, ingressamos tanto nos soviets dos deputados operários, como nas outras uniões revolucionárias. Vivam os novos

68. *Ibid.*, p. 232.

69. *Ibid.*, p. 242.

70. *Istirija R.K.P. (b) dokumentach*, aos cuidados de S. M. Levin e I. L. Tatarov, vol. I. Leningrado, 1926, pp. 334-35.

71. LÊNIN, *Polnoe sobranie sočinenij*, vol. 12, cit., p. 127.

organismos de poder popular! Viva o organismo unitário, supremo e vitorioso do poder popular!”⁷² Mas o dualismo entre partido autoritário e monocêntrico e sovieta, “místico” organismo de “autogoverno revolucionário”, permanece, e, de resto, explica a sorte do sovieta após a Revolução de Outubro. E explica, também, a política de Lênin em relação aos soviets entre fevereiro e outubro de 1917, bem como sua própria fórmula, “Todo o poder aos soviets!”, que substancialmente significava: “Todo o poder ao partido!”

Não analisaremos em detalhe o amplo informe de Akselrod sobre a questão da Duma; limitar-nos-emos a alguns de seus pontos gerais importantes. Akselrod expõe analiticamente a tese menchevique, segundo a qual o momento comum da luta contra o absolutismo leva o proletariado russo a uma “colaboração política” temporária com a burguesia para a conquista das condições de uma luta política madura. Em seguida, Akselrod polemiza com as tendências “blanquistas” que se cobrem com fraseologia marxista, e denuncia o fato de que, a partir do início do século, “no campo dos próprios social-democratas começa a se difundir a tendência inconsciente à despersonalização política do nosso proletariado, à sua transformação em objeto e instrumento da revolução, em massa politicamente amorfa que não desempenha o papel de portador autônomo da revolução, mas de força física de combate, dirigida por uma organização política que está fora e acima dele”⁷³.

Akselrod assinala várias vezes que sua crítica diz respeito não só aos bolcheviques, mas também aos mencheviques, que, “salvo poucas exceções, não se diferenciaram de modo substancial dos bolcheviques”⁷⁴ na primeira fase da revolução. Akselrod pergunta que significado tem a expressão “vanguarda revolucionária”; e, depois de ter afirmado que não se pode reduzir a classe operária à “vanguarda” no sentido técnico-militar de força física que um estado-maior revolucionário usa na luta revolucionária, declara:

“A missão da vanguarda revolucionária na Rússia absolutista está indissolivelmente ligada à sua intervenção consciente como intérprete e representante dos interesses de toda a nação, de todo o país, contra o seu opressor e déspota geral, contra a autocracia policial-tzarista. As condições históricas do nascimento e do desenvolvimento do nosso movimento de libertação encerram a possibilidade objetiva de elevar o nosso proletariado a esta posição de vanguarda no nosso movimento. Mas explorar estas condições no interesse desta elevação política da classe operária russa

72. *Ibid.*

73. Četvertyj, cit., p. 253.

74. *Ibid.*, p. 257.

significa esclarecer, destacar e promover claramente o significado nacional ou democrático geral dos esforços emancipatórios destas massas, tudo isto de modo sistemático, no terreno dos pequenos e grandes confrontos das massas operárias com as autoridades e os exploradores”⁷⁵.

Nesta perspectiva, torna-se “burguês” precisamente o ultrarrevolucionarismo que aposta tudo na insurreição armada, fazendo das massas um instrumento técnico-militar desta operação. Acompanhe-mos o raciocínio de Akselrod:

“Colocando (...) todas as próprias esperanças e perspectivas em uma insurreição armada exitosa, tecnicamente preparada de modo conjuratório ou conspiratório, concentrando ou tentando concentrar toda a atenção e todas as forças no nosso partido nesta preparação de uma insurreição popular, eles (os bolcheviques), inconscientemente, lançam o partido no caminho do mais burguês revolucionarismo. Caracterizo este caminho com tais termos porque ele nos afastaria de modo definitivo da realização da nossa tarefa principal, que é o desenvolvimento político das massas operárias e a sua unificação em uma organização autônoma de classe. Tal caminho levaria, ao contrário, à despersonalização política do proletariado porque, seguindo-o, prepararemos sistematicamente as massas operárias apenas para o papel de força física de combate, privada de vontade e organização política próprias. Esta vontade e esta organização se formam melhor numa atmosfera de ampla luta político-social, na qual as massas operárias, dirigidas pela social-democracia, confrontam-se praticamente, face a face, com as forças organizadas das outras classes. Mas uma tal atmosfera é criada exatamente no terreno de um regime constitucional, que abre um amplo espaço à luta interna organizada das várias classes pela influência e pelo poder no Estado”⁷⁶.

Podemos ainda recordar aqui o último ponto, não do informe de Akselrod, mas de sua intervenção conclusiva, ainda sobre a questão da Duma. É o juízo que ele faz de Lênin, um juízo que não se limita ao plano pessoal, como faziam freqüentemente outros mecheviques, levados a atribuir a Lênin um papel exclusivamente negativo no renascimento do populismo, mas tende a ver o fenômeno do leninismo em uma perspectiva histórica. Diz Akselrod:

“Por maior que seja a valorização que fazemos do talento da influência de Lênin, ganharíamos bem pouco se descarregássemos sobre ele toda a responsabilidade por todos os nossos dissídios, pecados e defeitos de partido, dos quais o partido padeceu tanto nos últimos anos. Também Lênin é produto de todo nosso passado; e se uma massa tão grande de companheiros o segue por um caminho que consideramos funesto para o partido, é evidente que isso não acontece por simples capricho ou predileção por ele, mas porque Lênin exprime as aspirações e modos de ver desses

75. *Ibid.*, p. 259.

76. *Ibid.*, p. 272.

companheiros, que se desenvolveram no terreno das condições históricas dadas”⁷⁷.

A discussão sobre a insurreição armada concretiza, mas não altera, o quadro até aqui delineado, quadro que demonstra a insanável oposição entre bolcheviques e mencheviques para além de todos os problemas táticos, sobre os quais, ao contrário, era possível um acordo de compromisso. Os bolcheviques acusaram ainda os mencheviques de se situarem em posições constitucional-democráticas, enquanto os mencheviques os acusaram de recaídas no populismo anárquico e conjuratório. Lunatchárski dirá claramente que a “tendência geral dos mencheviques é voltar as costas ao espectro iminente da revolução, e canalizar o trabalho do partido para o leito do trabalho orgânico”. Ao contrário,

“nós repetimos e não nos cansaremos de repetir que, se nos próximos terríveis confrontos entre o povo e o governo o partido pretende conservar sua posição de evidência e conquistar a direção das massas, deve tornar-se, não só um partido de reformas pacíficas, não só um partido de missionários e de iluministas, mas também um partido militar”⁷⁸.

A essa afirmação, contrapõe-se a do menchevique Dan:

“Mesmo quando estamos à véspera de uma insurreição, mesmo reconhecendo toda a necessidade das ações militares, reconhecemos isto de modo franco e aberto: não somos uma organização conjuratória, mas um partido de massa, e, como tal, não podemos assumir estas tarefas”⁷⁹.

Com esta contraposição entre o “partido militar” e o “partido de massa”, podemos encerrar esta análise do IV Congresso do POSDR, análise que certamente não teve a intenção de abordar todas as importantes questões táticas do momento, mas antes de delinear as linhas fundamentais e gerais das divergências existentes entre bolcheviques e mencheviques naquele momento, mas também, e com mais força, no período seguinte.

6. A ruptura entre mencheviques e bolcheviques no V Congresso

O quadro aqui delineado deverá ser completado com o mesmo critério através do material do V Congresso, realizado em Londres em abril-maio de 1907. O Congresso, que teve como tema central a posição dos social-democratas russos em relação aos partidos burgueses, registrou a substancial ruptura definitiva entre as duas frações, bolchevique e menchevique, as quais, de resto, embora formalmente unidas

77. *Ibid.*, p. 322.

78. *Ibid.*, p. 376.

79. *Ibid.*, p. 397.

em um único partido, já constituíam de fato duas organizações, e não só duas políticas, distintas. Em relação ao Congresso anterior, do qual foi a continuação e conclusão lógica num momento de refluxo revolucionário, o Congresso de Londres viu o diálogo polêmico entre bolcheviques e mencheviques enriquecido por uma nova voz que, também organizativamente, teve então um papel decisivo: a de Rosa Luxemburg, delegada da organização de Lodz do Partido Social-Democrata Polonês. Importante foi também a presença de Trótski, que não pertencia a nenhuma das duas frações.

O fato mais notável do Congresso foi o isolamento dos mencheviques diante da convergência de posições de Lênin, Rosa e Trótski. Naturalmente, tratava-se de uma convergência objetiva, sem qualquer acordo, e não isenta de consideráveis discrepâncias, entre Lênin e os bolcheviques, por um lado, e Rosa e Trótski, por outro. No que se refere às relações entre Lênin e Trótski, um tema que não nos interessa analiticamente aqui, convém explicitar desde já uma breve consideração. A fórmula leniniana da “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses”, como em geral as fórmulas de Lênin, tinha uma osatura teórica que em nada tolhia a elasticidade política, e, portanto, a capacidade de evolução da própria fórmula. Basta ler estas palavras célebres de setembro de 1905:

“Da revolução democrática começaremos logo a passar, na medida mesma das nossas forças, das forças do proletariado consciente e organizado, começaremos a passar à revolução socialista. Somos pela revolução ininterrupta. Não nos deteremos a meio caminho”⁸⁰.

Já por estas linhas, podemos nos dar conta de como era lábil a fronteira entre “revolução burguesa” e “revolução socialista” para Lênin, e a passagem de uma para outra – isto é, os ritmos de um único e “ininterrupto” processo revolucionário – era uma questão meramente tática, que o partido devia resolver com base em uma análise (realizada pelo próprio partido, obviamente) das forças do “proletariado consciente e organizado”. A fórmula trotskiana da “revolução permanente”, que atribuía somente ao proletariado uma função revolucionária, pela qual este teria feito da conquista do poder a base imediata de uma política socialista, era mais linear. Porém, mais do que temporárias divergências contingentes, as duas fórmulas, da “revolução ininterrupta” e da “revolução permanente”, revelam dois estilos de pensamento político. Em Lênin, havia uma atenção maior para o problema campo-

80. LÊNIN, *Polnoe sobranie sočinenij*, vol. II, Moscou, 1960, p. 222.

nês e, portanto, um jogo político mais dinâmico em relação a ele, com elaborações táticas destinadas a desaparecer (como a expectativa de uma força política que emergisse das massas camponesas revolucionárias), o que pode dar a impressão de uma menor segurança em relação aos esquemas teóricos incisivos e claros de Trótski.

Mas, precisamente porque as posições de Lênin estavam em contínuo movimento, ainda que fiéis a uma rigorosa lógica interna, pode-se acreditar que Lênin tenha se “aproximado” em 1917 – como se costuma dizer (e como Trótski deixou crer) – das posições de Trótski. De fato, foi Trótski quem se aproximou de Lênin, aceitando aquele partido “jacobino”, que ele havia duramente criticado no tempo da polêmica sobre o *Que fazer?*, partido “jacobino” que (e, nesse ponto, Lênin tinha visto com absoluta clareza, seguindo a tradição populista revolucionária, como não sem razão o acusavam os mencheviques) era o instrumento necessário para realizar a “revolução ininterrupta”, servindo-se das massas camponesas. Reside também aqui a superioridade de Lênin com relação a Rosa Luxemburg, que havia igualmente polemizado com Lênin no tempo da “questão organizativa” e que, diferentemente de Trótski, polemizará com Lênin ainda depois da Revolução de Outubro sobre o problema das liberdades. Lênin, bem melhor que seus aliados “objetivos” no V Congresso, sabia bem não só o que queria, mas também o que era necessário para realizá-lo e estava pronto a aceitar, sem escrúpulos, as consequências desta realização. Os mencheviques, cuja política estava derrotada e não havia obtido nem mesmo o apoio da social-democracia européia-ocidental (também Kautski, como se sabe, encontrava-se em posições radicais na interpretação da revolução de 1905) tinham pelo menos o mérito, se se pode dizer assim, de compreender em parte a natureza da teoria leniniana e de ver, em parte, seus êxitos possíveis.

7. Trótski, Parvus e a “revolução permanente”

A posição de Trótski no curso da primeira revolução russa encontra seu centro no conceito de “revolução permanente”, que se tornará o eixo de sua teoria política e que, como tal, entrará na grande polêmica dos anos 20 sobre o caráter da Revolução de Outubro, sobre o significado da “ortodoxia” leninista e sobre as perspectivas do comunismo internacional; e precisamente no livro intitulado *A Revolução Permanente*, escrito em 1929, quando se encontrava em Alma Ata, já no exílio, Trótski analisará todas as implicações daquele conceito, retornando, naturalmente, à sua origem: a revolução de 1905. Mas, se a teoria trotskiana da “revolução permanente” só pode ser adequadamente esclarecida no interior de todo o complexo pensamento político

do seu autor, uma análise da discussão entre bolcheviques e mencheviques sobre os acontecimentos de 1905, tal como se desenvolve no IV e V Congressos, deve recordar uma figura que, tendo ficado de fora dos Congressos de partido, desenvolveu um papel de relevo na social-democracia russa de então, e, mais do que isso, além de colaborar estreitamente com Trótski, foi um dos inspiradores da sua teoria da "revolução permanente". Referimo-nos a Parvus (A. L. Gelfand), que, russo de origem, militou ativamente na social-democracia alemã e, com a revolução de 1905, voltou a participar temporariamente no movimento social-democrata russo.

Também Parvus se serve de dois parâmetros para interpretar os acontecimentos revolucionários russos e para elaborar uma linha de ação política sobre eles: a natureza específica da sociedade russa e o modelo das revoluções burguesas europeu-ocidentais. O desenvolvimento histórico russo, que no período pré-capitalista se processou "mais segundo o modelo chinês do que segundo o europeu"⁸¹, fez com que na Rússia existisse "a burguesia capitalista, mas não a burguesia intermediária, da qual nasceu e na qual se baseou a democracia política da Europa Ocidental"⁸². Também na Rússia, como na revolução europeia de 1848, a burguesia capitalista, depois da derrubada da autocracia, irá se afastar rapidamente do proletariado, a fim de consolidar suas próprias conquistas. Mas o atraso com que se dá a revolução russa em relação às europeias, ou seja, quando o movimento operário já atingiu uma grande maturidade política, assim como o caráter específico da situação russa, dominada por uma autocracia militar sustentada pelo capital internacional e por uma burguesia em forçada ascensão política e carente de uma ampla base social própria: tudo isso coloca tarefas particulares à social-democracia revolucionária. Esta "deve preparar a força política capaz não só de abater a autocracia, mas também de se colocar à frente do desenvolvimento revolucionário"⁸³. Tomando o caminho de uma política revolucionária autônoma, o proletariado russo deve formular cuidadosamente o problema de suas relações com as outras forças políticas e sociais. Com os liberais, não se trata de fazer uma política de aliança ou de oposição; mas, mantendo a própria autonomia política e a própria centralidade de classe, o proletariado deverá unificar em torno de si as forças liberais e democráticas, com a ressalva de que é necessário "ter os olhos voltados ao mesmo tempo para o seu aliado e para o seu adversário" e

81. PARVUS, *Rossija i revoljucija*, São Petersburgo, 1906, p. 136.

82. *Ibid.*

83. *Ibid.*, p. 138.

“preocupar-se mais em tirar partido da situação criada pela luta do que em conservar um aliado”⁸⁴.

O quadro geral de uma tal política é a recusa do que Parvus chamou de “concepção fatalista do desenvolvimento histórico que deriva das relações de classe”⁸⁵. Se fosse verdade que as relações de classe determinam imediata e simplesmente o curso histórico dos acontecimentos, então tudo seria fácil, e não restaria senão “calcular o momento da revolução social, do mesmo modo como os astrônomos calculam o momento da passagem de um planeta, e depois ficar olhando os eventos”⁸⁶. Na realidade, objeta Parvus, “a relação entre as classes é gerada, antes de mais nada, pela luta política”, cujo resultado final é determinado pelo desenvolvimento das forças de classe. Mas todo “seu curso histórico, que abarca séculos, depende de uma massa de condições econômicas, políticas e nacionais colaterais, da consciência política das partes em luta, da sua tática e da sua capacidade de explorar o momento político”⁸⁷. Esta revalorização do momento político leva Parvus a atribuir um papel bastante importante ao Estado, e a afirmar que “uma classe social pode, mediante o poder estatal, manter seu domínio, a despeito inclusive das condições econômicas”⁸⁸. A autocracia russa é um grande exemplo, segundo Parvus, deste primado do poder político sobre (e contra) o desenvolvimento econômico. Na Rússia, a revolução abre a possibilidade não do socialismo, “irrealizável atualmente fora do âmbito de uma revolução social na Europa Ocidental”⁸⁹, mas de um tipo particular de governo democrático, no qual o papel atribuído ao proletariado dependerá em grande medida da energia revolucionária do próprio proletariado, da firmeza política da social-democracia e da capacidade de ambos de se servir do poder estatal, pelo menos temporariamente, no interesse das massas. Parvus pensa que “o governo provisório na Rússia será o governo da democracia operária”⁹⁰.

84. *Ibid.*, p. 139.

85. *Ibid.*, p. 194.

86. *Ibid.*

87. *Ibid.*, p. 194.

88. *Ibid.*

89. *Ibid.*, p. 195.

90. *Ibid.*, p. 141. O artigo (“Čto daët nam 9-oe janvarja”) traz a data de 18-31 de janeiro de 1905.

Neste processo novo da revolução burguesa russa, atrasada em relação ao tempo das revoluções europeu-ocidentais, mas acelerada em relação ao ritmo das suas fases e dos seus resultados sociais, Parvus não ignora o papel das massas camponesas, às quais nega, contudo, a capacidade de constituir uma força revolucionária verdadeira e própria: a função da sua intervenção está na capacidade de “aumentar a anarquia política no país e, portanto, de debilitar o governo”⁹¹. Mais tarde, Parvus verá melhor o momento de unidade das lutas camponesas com as lutas operárias, às quais reconhece sempre centralidade e autonomia.

Para Parvus, a revolução proletária “concluirá o ciclo de revoluções iniciadas pela grande Revolução Francesa”⁹²; e vê o momento mais alto desta, e já de transição à nova fase socialista, não nos jacobinos, mas na conspiração de Babeuf. O específico mecanismo histórico da Revolução Russa, por nós já assinalado, fará com que esta não se limite ao seu âmbito nacional, mas, “no seu curso, sublevará os povos e abalará nas suas estruturas todo o mundo capitalista”⁹³. Será exatamente este retorno europeu-ocidental do movimento revolucionário que tornará possível a passagem da Revolução Russa da fase política à fase social e, portanto, ao socialismo.

Mas, já na sua fase política, a Revolução Russa criou algo de radicalmente novo, destinado a durar e a expandir-se no futuro: o soviete, “instituição não só destrutiva, mas também criativa”, na qual se sente uma “força capaz de reorganizar o Estado”⁹⁴. No soviete operário, Parvus reconhece “o núcleo do novo poder estatal”⁹⁵.

Todo este projeto revolucionário podia ser realizado sob duas condições: a primeira é que as forças políticas burguesas, e em primeiro lugar as forças liberais, tivessem de fato uma margem muito restrita de possibilidade e de capacidade de ação política autônoma e que, portanto, se tornassem um instrumento do projeto político proletário; a segunda, que era pré-requisito da primeira e que é a que nos interessa aqui, é que o proletariado dispusesse de uma organização política capaz de realizar aquele projeto. Porque, por mais que Parvus, assim como Trótski e Rosa, que tinham posições afins às suas, exaltasse a criatividade das massas, ele tinha, contudo, clareza de que sem uma di-

91. *Ibid.*, p. 140.

92. *Ibid.*, p. 198.

93. *Ibid.*, p. 206. O artigo (“Nasi zadaci”) é de 13 de novembro de 1905.

94. *Ibid.*, p. 214.

95. *Ibid.*, p. 216.

reção política precisa aquela criatividade se teria consumado em vão. Daí a polêmica de Parvus com o Partido Social-Democrata Russo sobre sua inadequação às tarefas revolucionárias, polêmica particularmente dura contra Lênin, mas tampouco amena em relação aos mencheviques.

A polêmica com Lênin é complexa e já havia começado há muitos anos. Bastará recordar aqui a crítica dirigida por Parvus ao “leninismo”, entendido “no sentido de que Lênin, no seu *Que fazer?* e nas resoluções tomadas no II Congresso, deu a expressão mais nítida a uma certa ordem de idéias políticas e organizativas”⁹⁶. Este “leninismo” é interpretado como bernsteinianismo às avessas, na medida em que, no *Que fazer?*, Parvus não vê apenas a “estreiteza conspirativa que cresce no terreno da *intelligentsia* russa” revolucionária⁹⁷, mas também uma reação mecânica ao revisionismo de Bernstein. A conhecida tese leniniana – segundo a qual o movimento operário, abandonado a si mesmo, no seu desenvolvimento espontâneo, não se afasta da ordem capitalista e se limita à criação do movimento sindical – é, na opinião de Parvus, um “modo perfeitamente bernsteiniano de ver as coisas”⁹⁸, ainda que Lênin tire daí conclusões opostas às do revisionismo alemão e, pelo contrário, busque meios políticos (o partido novo) que ajam como antídoto: Lênin “é um oportunista às avessas. Entendendo que o movimento operário é oportunista, quer revertê-lo em sentido revolucionário”⁹⁹, e, para isto, transforma “o socialismo em ideologia” e coloca em primeiro plano o “problema organizativo”: “os marxistas iluminados, fortalecidos pela centralização, conduzem a massa revolucionária ao leito social-revolucionário”¹⁰⁰, tarefa que, segundo Lênin, é cumprida do melhor modo possível pelos revolucionários profissionais. Parvus entende, ao contrário, que “a organização é a forma para a qual aflui o processo social-revolucionário e que é por ele próprio criada”, e que “não há uma forma organizativa capaz de abarcar sozinha toda a luta de classe do proletariado”¹⁰¹.

Se Lênin é criticado por Parvus em função do seu “oportunismo às avessas”, os mencheviques o são por seu oportunismo direto. Tão logo

96. *Ibid.*, p. 188.

97. *Ibid.*, p. 190.

98. *Ibid.*

99. *Ibid.*

100. *Ibid.*

101. *Ibid.*, p. 174.

“a revolução na Rússia se torna um fato político, coloca-se à social-democracia a tarefa de apoderar-se do poder estatal e de usá-lo, naturalmente em conformidade com as condições econômicas da Rússia, no interesse da classe operária. Os mencheviques falharam nesta tarefa e perderam-se em meditações acerca da oportunidade de ceder voluntariamente o poder político à democracia burguesa, logo depois que o exército revolucionário do proletariado houvesse triunfado”¹⁰².

Desse modo, os mencheviques eram prisioneiros daquele “fatalismo” contra o qual Parvus se manifesta, com as observações acima mencionadas.

Contra o “esquematismo organizativo” dos bolcheviques e a “estreiteza política” dos mencheviques, e contra a “intolerância” que se abriga em ambos os lados, Parvus reafirma a exigência primária da social-democracia russa: tornar-se um “partido unido e compacto”, porque, “se o exército se cindir em duas partes, cada uma desenvolverá a sua tática independentemente da outra e todo o exército será derrotado, não obstante a tática mais perfeita elucubrada por uma ou outra parte”¹⁰³.

Raciocínio abstratamente impecável, mas que justamente os dois Congressos aqui considerados demonstraram ser historicamente irrealista. O “exército” se tinha cindido em duas partes, mas não equivalentes; e uma parte, a do “esquematismo organizativo”, tinha uma potencial superioridade sobre a da “estreiteza política” e, dadas certas condições gerais, estava destinada a prevalecer. Vistas numa perspectiva hoje mais profunda e clara, as posições de Parvus – bem como as não coincidentes, mas afins, de Trótski e de Rosa, tão rigorosas na sua lógica revolucionária – eram debilitadas por uma inadequada compreensão do significado e da magnitude da cisão na social-democracia russa e por uma confiança muito abstrata no papel autônomo e criador das massas e da própria classe operária. Parvus traça uma caricatura de Lênin, obcecado pela sua idéia “organizativa” já agora levada ao absurdo:

“Este está agachado e tenta colocar a vida política sob um boné de papel, bufando enraivecido porque esta continua a transcender e escapar em massa por toda parte; fica babando e declara traidores todos os que descobrem o desenvolvimento político e a luta revolucionária fora do boné leniniano. Traidora, diante de Lênin, tornar-se-á toda a vida política, se ele não chegar a compreendê-la”¹⁰⁴.

102. *Ibid.*, p. 194.

103. *Ibid.*, p. 195.

104. *Ibid.*, p. 169.

Parvus viverá o bastante para ver, muito de perto e de modo não passivo, como o “boné de papel” leniniano cairá sobre quase toda a “vida política” socialista, enquanto “renegada” e “traidora” será declarada aquela pequena parte que continuará a lhe escapar.

8. Partido e revolução: a tese de Lênin

Se voltamos agora aos atores presentes no V Congresso, compreenderemos melhor como era fácil para Rosa Luxemburg criticar os mencheviques por sua ortodoxia formal. Plekhânov citava o que, no *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels tinham escrito a propósito da função revolucionária da burguesia. E Rosa ironizava sobre “nosso ilustre teórico e criador do marxismo russo”:

“Recorrer à forma pela qual Marx e Engels, há cinquenta e oito anos, caracterizaram a função da burguesia para aplicar esta caracterização à realidade atual, significa dar um exemplo surpreendente de pensamento metafísico, transformando o pensamento histórico vivo dos autores do *Manifesto* em um dogma petrificado”¹⁰⁵.

Na realidade, Plekhânov e os mencheviques não derivavam tão mecanicamente dos textos de Marx a sua política; quando muito, como é uso entre os marxistas, buscavam nos textos dos “clássicos” o apoio para uma sua política, ou, no melhor dos casos, realizavam um movimento recíproco, dos “clássicos” para a realidade. Vimos antes, na discussão do IV Congresso, que a lógica da política menchevique era muito mais complexa, assim como o era a própria política leniniana. Como Trótski, Rosa se valia de algumas belas fórmulas revolucionárias, que na Rússia, porém, ressoavam com certa abstratividade. Em certo sentido, na polêmica entre bolcheviques e mencheviques, a posição de Rosa se apresenta como uma “terceira via”, muito mais próxima, contudo, da posição bolchevique. Com efeito, depois de ter salientado que a burguesia liberal é já um cadáver político e que a única força revolucionária é o proletariado, ela concretiza:

“É verdade, porém, que o autêntico marxismo está tão longe da superestimação unilateral do parlamentarismo quanto de uma idéia mecânica da revolução e da superestimação da chamada insurreição armada. Sobre isso, meus amigos poloneses e eu temos opiniões diferentes das dos camaradas bolcheviques”¹⁰⁶.

105. *Pjatyj (londonskij) s'ezd Rsdrp. Protokoly*, Moscou, p. 384.

106. *Ibid.*, p. 389.

Depois, Rosa passa a criticar as teses da preparação técnica da insurreição com táticas "conspirativas", merecendo por isso a aprovação de Plekhânov. Mas, logo depois, advertindo previamente que sobre aquele problema não mais teria merecido o aplauso dos mencheviques, fala da necessidade da conquista do poder político por parte do proletariado para realizar as tarefas da atual revolução. Todavia, a divergência mais profunda de Rosa Luxemburg em relação aos mencheviques não está na análise da revolução russa e na elaboração de uma política coerente, mas no juízo sobre o bolchevismo como fenômeno político: enquanto este, para os mencheviques, assume cada vez mais o caráter de uma doutrina autônoma, ligada a determinadas tradições revolucionárias, não era para Rosa senão uma reação natural à política "oportunist" (segundo a expressão de Lênin) dos mencheviques. Com efeito, entre os aplausos dos bolcheviques, diz Rosa:

"A inflexibilidade é a forma que inevitavelmente a tática social-democrata assume em um pólo, quando no outro pólo é amorfa como uma gelatina que se espalha por toda parte, sob a pressão dos acontecimentos"¹⁰⁷.

A posição de Trótski é análoga à de Rosa. Mas sua polêmica com os mencheviques é mais interna à argumentação destes:

"Vocês, mencheviques, intervêm frequentemente contra a aceleração da luta de classe na esfera das relações políticas. Exigem que a 'colaboração' política entre a burguesia liberal e o proletariado, colaboração que existe objetivamente no âmbito da nossa revolução, seja reduzida na linguagem da consciência política. Mas acaso esta 'colaboração' ocorre, em menor grau, entre o proletariado e as massas populares, lideradas pelos camponeses? Ou o antagonismo de classe entre o proletariado e os camponeses avançou mais do que entre o proletariado e a burguesia urbana? Vocês não diriam isto. Mas, em tal caso, deveriam levar em conta todas estas correlações na prática dos acordos eleitorais, a partir do momento em que vocês reconhecem não só a sua admissibilidade, mas também a sua necessidade. De outro modo, chegarão a uma contradição fatal. Estabelecendo acordos com os liberais contra a reação, mas não estabelecendo um acordo com os camponeses revolucionários contra os burgueses liberais, vocês violarão todas as perspectivas reais e, em vez de uma intervenção autônoma nas relações políticas com o objetivo de revolucioná-las, não farão mais do que dar um simples apoio aos cadetes; ou seja, vocês voltarão a ser, de fato, durante as eleições, uma tropa auxiliar da burguesia liberal"¹⁰⁸.

107. *Ibid.*, p. 391.

108. *Ibid.*, p. 259.

Mais genérica é a crítica de Trótski ao bolchevismo, que pecaria “com muita freqüência pelo vício do rigorismo e da ‘intransigência’ formal”, e seria “com muita freqüência a nua antítese à tática dos mencheviques”¹⁰⁹. Trótski ainda está convencido de que é possível a unidade do partido: “A unidade das ações políticas (...) é possível mesmo na multiplicidade das idéias (...). Caso contrário, a atividade política seria em geral impensável”¹¹⁰. E voltando-se para Lênin para convidá-lo a um compromisso, declara:

“Sem a consciência da sua necessidade, mesmo um compromisso se torna fonte de nova luta e de desmoralização. Ele só se torna vital e rico de conteúdo quando, acima da concorrência das reivindicações totalmente legítimas das frações, coloca-se o preceito, obrigatório para todas as frações, da unidade de ação de um partido unitário”¹¹¹.

Mas, evidentemente, não era possível nenhum compromisso, e não por má vontade dos representantes individuais de cada parte, mas por causa daquela divergência substancial que se delineava com clareza cada vez maior.

Lênin recapitula a interpretação bolchevique da revolução. A revolução russa é

“burguesa no sentido do seu conteúdo econômico social. O que significa: as tarefas da revolução que está ocorrendo na Rússia não ultrapassam o âmbito da sociedade burguesa. Nem mesmo a mais plena vitória da atual revolução, isto é, a conquista da república mais democrática e a confiscação de toda a terra dos proprietários pelos camponeses, abalará os fundamentos da ordem social burguesa”¹¹².

Mas, desta tese, comum aos mencheviques, “não deriva absolutamente a conclusão segundo a qual o motor principal ou guia da revolução seria a burguesia”¹¹³, como queriam os mencheviques. E isto porque a revolução ocorre no momento em que “o proletariado já começou a tomar consciência de si como uma classe particular e a se unir numa organização de classe autônoma”¹¹⁴. E, “nestas condições, o proletariado se serve de toda conquista da democracia, se serve de cada passo da liberdade para reforçar a própria organização de classe

109. *Ibid.*, p. 263.

110. *Ibid.*, p. 50.

111. *Ibid.*, p. 266.

112. *Ibid.*, p. 365.

113. *Ibid.*

114. *Ibid.*

contra a burguesia", assim como, por outro lado, "o antagonismo da burguesia e do proletariado obriga a burguesia a tentar manter certos instrumentos e instituições do velho poder para aplicar estes instrumentos contra o proletariado"¹¹⁵. Estamos no seio da clássica política leniniana de "classe contra classe", onde democracia e liberdade são instrumentos para afirmar a "ditadura". Mas ditadura de quem? Aqui intervém o problema camponês, em cuja elucidação Lênin faz um importante esclarecimento acerca das relações entre camponeses e partido.

Lênin explica o mecanismo específico da Revolução Russa, observando precisamente como este indica a impossibilidade de qualquer colaboração entre proletariado e burguesia liberal em uma luta comum contra o absolutismo. Não só pelas considerações acima reportadas, mas também, e sobretudo, porque, na Rússia, "a maior peculiaridade desta revolução é o caráter agudo da questão agrária": exatamente esta questão, "isto é, a luta dos camponeses pela terra contra os proprietários, é uma pedra de toque da atual revolução"¹¹⁶. Disso deriva, mais uma vez, que "a burguesia não pode ser nem o motor principal, nem o guia da revolução"; e que "só o proletariado é capaz de levar (a revolução) até o fim, isto é, à plena vitória". Todavia,

"esta vitória só pode ser alcançada sob a condição de que o proletariado consiga arrastar consigo a maior parte dos camponeses. A vitória da atual revolução na Rússia só é possível como ditadura democrático-revolucionária do proletariado e dos camponeses"¹¹⁷.

Até aqui, Lênin expõe com extrema clareza o seu esquema da revolução. Mas o problema é saber como se realizará esta "ditadura", não no que se refere à sociedade (Lênin já disse, sem possibilidade de equívoco, que se tratará de um poder ilimitado¹¹⁸), mas no que diz respeito aos dois membros coligados no exercício da ditadura. Se o proletariado tem seu partido, tratar-se-á de uma coalizão com um outro partido camponês? Esta possibilidade tinha sido, sem dúvida, contemplada por Lênin, mas aqui – diante das inevitáveis "hesitações dos camponeses e dos partidos democráticos camponeses" – Lênin afirma que "a social-democracia nem por um instante deve-se deixar perturbar pelo medo de se isolar de tais hesitações"; e, aos camponeses, deve

115. *Ibid.*, p. 366.

116. *Ibid.*

117. *Ibid.*

118. Cf. adiante.

esclarecer que “apenas o partido operário é o defensor verdadeiramente seguro e fiel, até o fim, dos interesses não só do socialismo, mas também da democracia, não só de todos os trabalhadores e explorados, mas também de toda a massa camponesa que luta contra a exploração feudal”¹¹⁹. A fórmula de Lênin revela-se tão flexível a ponto de projetar não só, como vimos, a “revolução ininterrupta”, mas também um partido único do proletariado e dos camponeses; é um movimento que poderia levar a pensar naquela “despersonalização” do caráter de classe do partido de que falavam os mencheviques, se não se soubesse que, para garantir, nas intenções, o caráter proletário desta “revolução ininterrupta”, desta “ditadura” e deste partido, existem os “revolucionários profissionais”, que de modo racional, embora não sendo proletários, assumiram o “ponto de vista” histórico do proletariado e a ciência que se originou deste “ponto de vista”, o marxismo. Diante desta grandiosa construção, a “revolução permanente” de Trótski e a confiança de Rosa Luxemburg na força e na missão da classe operária aparecem como posições desarmadas, que – para atuar e vencer na história – deviam ser absorvidas em parte pelo mais amplo e lúcido projeto leniniano.

9. A polêmica “antipopulista” dos mencheviques

Voltemos agora aos mencheviques. A polêmica deles com Rosa Luxemburg diz respeito, em particular, à avaliação do liberalismo russo. Tcherevanin observa que o proletariado não deve se regozijar com uma debilidade do liberalismo russo, porque isto não significaria que “o nosso proletariado, para maravilha do proletariado de todo o mundo, abriria perspectivas socialistas”. Ao contrário, isto seria um sintoma de “debilidade do movimento popular, porque o velho regime” se mostraria “forte e vigoroso na luta”¹²⁰. As palavras mais claras foram ditas a propósito por Martov, que – depois de ter ironizado o “ensaio de história do liberalismo russo” apresentado por Rosa Luxemburg – rechaça o esquema segundo o qual “o liberalismo murcha quando há um ascenso do proletariado e, ao contrário, ressuscita quando o proletariado é derrotado”¹²¹. Na realidade,

“toda a história da vida social (*obscestvennost*) russa demonstra que qualquer ascenso da revolução, suscitado pela intervenção do proletariado, injeta sangue novo nas veias anêmicas do movimento democrático-

119. *Pjatyj*, cit., p. 373.

120. *Ibid.*, p. 244.

121. *Ibid.*, p. 408.

burguês. A vocês, desagrada constata-lo, porque esse fato põe de pernas para o ar as fórmulas simplistas que vocês apresentam sobre o curso posterior da revolução. Mas, se não fosse assim, inteiramente vazias de conteúdo seriam todas as teorias sobre o proletariado russo como vanguarda da revolução, sobre o papel específico do proletariado nela.”¹²²

Alegando-se quando o proletariado se isola da burguesia liberal, Rosa Luxemburg e os bolcheviques vêem no que reflete “uma clara, evidente debilidade do proletariado, o grau máximo da sua maturidade revolucionária”. E concluem: “Vocês idealizam a impotência da revolução. Isso significa adular grosseiramente o proletariado, que não precisa dessa adulação”. Por isto, os mencheviques lutam contra a “cadetefobia” dos bolcheviques.

“Nós não os acusamos por tentarem desmascarar a incoerência e a indecisão do democratismo cadete: na polêmica com os cadetes, ousou acreditar que não somos nós quem desferimos contra eles, neste terreno, os golpes mais débeis. Mas nós dizemos que, instigando os operários contra os cadetes pelo fato destes serem burgueses, identificando o liberalismo burguês e a democracia burguesa, vocês fecham os olhos do proletariado para o caráter burguês, não proletário, dos outros estratos democráticos da população, tão logo estes ajam de modo mais revolucionário do que os cadetes. Nós dizemos que, com este tipo de agitação, vocês não estão aprofundando no proletariado a consciência da inconciliabilidade do antagonismo entre proletariado e burguesia, mas antes favorecendo a dissolução do proletariado no ‘povo’, isto é, na massa que leva uma existência econômica em condições pequeno-burguesas e pré-burguesas. (...) O esquema de vocês, segundo o qual tudo o que é burguês é, por sua natureza, contra-revolucionário, leva inevitavelmente a este embotamento, circuncundando com a auréola do não-burguesismo tudo aquilo que na atual revolução intervém revolucionariamente”¹²³.

Também Plekhânov polemizou com Rosa Luxemburg, em particular com a sua afirmação de que os mencheviques teriam repetido de modo dogmático a posição de Marx em 1847-48, considerando, portanto, a burguesia como portadora de uma energia revolucionária que, pelo contrário – como objetara Rosa – há muito tempo a burguesia não possuía mais. Plekhânov rebate dizendo que, já nos anos 40, Marx não considerava a burguesia alemã como classe revolucionária e, feitas as oportunas citações, conclui:

“Marx considerava a burguesia alemã exatamente como nós considera-

122. *Ibid.*

123. *Ibid.*, p. 409.

mos a russa. Ele via a sua incoerência e, contudo, achava importante apoiá-la na sua luta, por incoerente que fosse, contra o velho ordenamento. Dizem-nos: naquele tempo o movimento operário alemão era ainda embrionário. Vamos admiti-lo. Mas isto, como se sabe, não impedia Marx de esperar que a revolução burguesa na Alemanha servisse apenas de prólogo à proletária (...). Isto não é um esquema, mas um método, o nosso método materialista aplicado à política (...). Somos fiéis a ele. A camarada Rosa Luxemburg o trai. É pena. O camarada Abramovich definiu-a como blanquista. Não é correto. Sua concepção continua a ser a do marxismo: o blanquismo deve ser deixado inteiramente para os camaradas bolcheviques. E não é nem mesmo um marxismo 'petrificado'. É um marxismo evaporado, volatilizado no calor da fraseologia revolucionária"¹²⁴.

E conclui com uma frase pungente:

"O camarada Liber perguntou à camarada Rosa Luxemburg em que cadeira estava sentada. Ingênua pergunta! A camarada Rosa Luxemburg não está sentada em nenhuma cadeira. Como a madona de Rafael, voa sobre as nuvens... de prazerosas fantasias"¹²⁵.

A propósito da questão camponesa, Martínov não esquece a evolução da posição de Lênin¹²⁶, mas observa que não há uma divergência entre bolcheviques e mencheviques sobre o fato de que, "no momento

124. *Ibid.*, p. 421.

125. *Ibid.*, p. 422.

126. "A errada avaliação que os bolcheviques fazem do estado atual do camponês russo tem origem ainda no nosso marxismo legal, nas publicações entre as quais tiveram um posto de relevo as obras de Ilin (Lênin) *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Estudos econômicos*, e outras. Os nossos marxistas legais dos anos 90, no ardor da polémica com os populistas, que negavam a possibilidade de um desenvolvimento do capitalismo na Rússia, frequentemente exageravam em sentido inverso, e demonstravam que o capitalismo quase já dominava, de uma forma ou de outra, toda a economia camponesa e em toda a superfície do país (...). Segundo Ilin, as relações pré-capitalistas, regressivas na economia camponesa, desapareceram entre nós sem dificuldade, e conservaram-se apenas nas relações entre camponeses e proprietários, nas prestações de serviço pela renda da terra. Em todas estas publicações, a tendência era tomada como a um fato consumado. Por causa dessa avaliação errada da realidade econômica, Lênin temia então, indubitavelmente, que a luta camponesa pela terra assumisse proporções muito grandes e arruinasse os seus projetos. Apenas assim pode-se explicar a famigerada teoria da restituição dos *otrezki*, teoria que sempre pareceu moderada, inclusive do ponto de vista dos cadetes. Somente assim pode-se explicar as exageradas esperanças que Lênin agora deposita nos proprietários de terra capitalistas liberais. Vocês se recordam de sua célebre frase: 'Até logo, senhores marechais da nobreza, nossos aliados de amanhã!'. Estas idéias unilaterais de Lênin, como se sabe, já eram contestadas naquela época por seus companheiros de redação da *Iskra*" (*Pjatyj*, cit., pp. 379-380). Tenha-se presente que Martínov alude aqui ao artigo de LÊNIN, "Vnutrennee obozrenie" (Resenha interna),

atual, enormes estratos de camponeses estão em estado de ânimo mais democrático e mais revolucionário do que a média e pequena burguesia urbana e que, “na luta, tivemos e teremos ainda que marchar ao lado dos camponeses com mais freqüência do que da democracia burguesa urbana”;¹²⁷. Mas os bolcheviques não vêem a profunda “duplicidade” objetiva do movimento camponês, que une momentos progressistas a momentos reacionários. Deu-se, assim, um renascimento daqueles “ideais populistas que, há muito, nos pareciam já sepultados pelo desenvolvimento econômico do país; e foi este movimento que insuflou nova força ao Partido Socialista-Revolucionário que, nos anos 90, fora inteiramente posto em segundo plano pelo marxismo”¹²⁸.

Até aqui, Martínov desenvolve as conhecidas idéias dos mencheviques sobre a recaída de populismo na vida política russa e no bolchevismo. Mais interessante e nova é a observação que se segue sobre os efeitos deste estado de coisas:

“Mas o dano das utopias agrárias dos camponeses não se limita à esfera das relações agrárias. Sobre este terreno social, formam-se idéias ingênuas e utópicas sobre a tática política, que se difundem com a força de uma epidemia. Esta tática mujique foi considerada no seu tempo, com precisão e amor, pelo anarquista León Tólstói: ‘Vamos, irmãos, fazer a guerra dos camponeses, sem escrúpulos: tomemos um bastão com pregos!’ Com este apelo, esgota-se toda a sabedoria da estratégia camponesa; e, o que é particularmente importante, desta sabedoria se contagia o proletariado, com o que se debilita a principal força motriz da revolução. O proletariado, esgotado pela crise econômica, extenuado pelas greves e

in *Zarja*, dezembro de 1901, onde Lênin, comentando os discursos de dois marechais da nobreza, críticos em relação à ordem existente, convidava a social-democracia a desenvolver uma atividade de agitação e propaganda em todos os estratos insatisfeitos com a política da autocracia czarista. O artigo concluía assim: “Aos marechais da nobreza, diremos afastando-nos deles: até logo, senhores, nossos aliados de amanhã!” (LÊNIN, *Polnoe sobranie sočinenij*, vol. 5, Moscou, 1963, p. 347); essas palavras se tornaram ironicamente proverbiais entre os social-democratas russos, e valeram a Lênin a acusação de oportunismo. Na realidade, este projeto de aliança com os “marechais da nobreza”, ainda que talvez ingênuo, e de qualquer modo falido, era um sintoma do amplo e maleável taticismo de Lênin que, na realização do seu projeto estratégico, sabia usar os fermentos e as oposições antigovernamentais e anticapitalistas mais variados, com exceção, naturalmente, das forças políticas como os liberais, que tinham sua própria e anti-tética consciência estratégica. Estas forças, ainda mais se de tendência marxista (como os mencheviques), tornaram-se para Lênin um adversário político quase ao mesmo nível que o tazarismo e o capitalismo.

127. *Pjatyj*, cit., p. 381.

128. *Ibid.*,

derrotas de dezembro, perpassado por profunda desconfiança diante da fraca e oportunista burguesia liberal camponesa, ultimamente começou de bom grado a dar ouvidos aos discursos populistas, deixando-se embalar pela certeza de que o campo traz mudança à cidade, que a solução da questão agrária no campo eliminará o desemprego na cidade e que uma boa parte dos operários voltará da cidade para o campo e se fixará de novo na terra. Ele consegue fazer com que nas fileiras do proletariado encontrem fortíssima difusão métodos anarquistas e terroristas de luta, que minam a força e a solidariedade de classe do proletariado"¹²⁹.

E Martínov conclui com uma acusação a Lênin:

"O Lênin que escrevia invectivas na *Iskra* contra o "aventureirismo revolucionário" dos socialistas-revolucionários, e que rotulava com o nome de 'reboquismo' quem 'se inclinasse diante da espontaneidade', esse mesmo Lênin capitulou diante da espontaneidade camponesa, foi o primeiro a curvar diante desta a própria bandeira social-democrata, o primeiro a anunciar a palavra-de-order socialista-revolucionária nas páginas da *Novaia Zizn*: "terra e liberdade"; e, graças a ele, os bolcheviques, no nosso Partido, assimilaram de tal forma todas as palavras-de-order socialistas-revolucionárias no trabalho de agitação que, na prática, é muito difícil distingui-los dos próprios socialistas-revolucionários"¹³⁰.

Martínov, e a sua polêmica, não parece ver aqui que, entre bolcheviques e socialistas-revolucionários, a diferença era substancial, não obstante algumas indubitáveis semelhanças: Lênin, de fato, fazia dos camponeses o exército de uma grande operação estratégico-histórica, cujo estado-maior não estava certamente "contagiado" pela ideologia agrária dos socialistas-revolucionários. O populismo de Lênin não consistia em uma espécie de demofilia camponesa, mas numa fria lógica política de transformação revolucionária, da qual os camponeses e seus partidos (como os socialistas-revolucionários) eram meros instrumentos. Não alcançava seu objetivo, portanto, nem mesmo uma outra crítica feita por Martínov a Lênin, que aqui recordamos por mera curiosidade:

"O espírito socialista-revolucionário não só permeou as idéias políticas da ala bolchevique do nosso Partido, mas sacudiu as bases da sua concepção marxista do mundo. Quase todos os líderes políticos do bolchevismo pertencem, como se sabe, aos críticos do materialismo, aos empiriomonistas"¹³¹.

129. *Ibid.*, p. 382.

130. *Ibid.*

131. *Ibid.*

A imprensa menchevique voltará ainda a esta acusação, divisan-
do uma ligação orgânica entre o “voluntarismo” político bolchevique
e o “subjetivismo” filosófico do empiriomonismo, professado por
eminentes bolcheviques como Bogdânov e Lunatchârski. Com o seu
Materialismo e Empiriocriticismo, Lênin, como se sabe, desmentirá
esta interpretação e dará ao bolchevismo um fundamento filosófico
materialista e objetivista.

10. Jacobinismo e leninismo

O que se disse até aqui sobre o V Congresso do POSDR é sufi-
ciente para entender as tendências e as mentalidades profunda e incon-
ciliavelmente diversas dos bolcheviques e mencheviques, que foram
então os verdadeiros protagonistas do drama da social-democracia
russa, enquanto Trótski e Rosa Luxemburg, não obstante o seu bri-
lhante talento e os dons oratórios e a paixão revolucionária, permane-
ceram como figuras e posições historicamente menores. Não entrare-
mos num exame mais aprofundado do debate sobre a posição que a
social-democracia deveria assumir em relação aos partidos burgueses;
mas parece-nos impossível concluir esta visão do V Congresso sem re-
cordar, ainda que brevemente, a última parte, dedicada ao “congresso
operário”, à idéia formulada pela primeira vez por Akselrod, ainda no
verão de 1905, da qual surgiria uma nova organização partidária, mui-
to mais aberta e articulada, para ampliar a esfera da ação social-
democrata entre as massas. É conhecida a firme oposição de Lênin a
este projeto, que era para ele o fruto da “exaustão da revolução e do
desejo de legalizar a todo custo o Partido e de abandonar totalmente a
República, a ditadura do proletariado, etc.”¹³² Sabe-se também que a
idéia do “congresso operário” foi reprovada no Congresso como
oportunista pelos bolcheviques, com o apoio das delegações polonesa
e letã. Não é uma análise ou uma história deste projeto que pode nos
interessar aqui, mas apenas alguns aspectos da sua discussão no Con-
gresso londrino, com o objetivo de completar o quadro até aqui traça-
do.

Akselrod faz uma afirmação explosiva, que suscita a ira e os ime-
diatos protestos dos bolcheviques.

“Afirmo que o nosso partido, pela sua origem, é e continua sendo a orga-
nização revolucionária não da classe operária, mas da *intelligentsia* pe-
queno-burguesa, pelo fato de exercer uma influência revolucionária sobre
esta classe”¹³³.

132. LÊNIN, *Polnoe sobranie socinenij*, vol. 15, cit., p. 185.

133. *Pjatyj*, cit., p. 505.

Uma afirmação como esta, como quer que seja julgada, mostra mais do que tudo o sentido de liberdade mental da social-democracia russa originária, que não teme colocar criticamente a si própria em questão. Acompanhemos ainda Akselrod:

“Sim, nosso partido, graças a todo um conjunto de condições do seu nascimento e do seu desenvolvimento, assumiu historicamente a forma de uma organização da *intelligentsia* revolucionária, e ainda mantém este caráter. Para contestar isso, apresenta-se o fato de que os operários predominam numericamente na nossa organização. Mas a esmagadora maioria ingressou somente nos últimos tempos, ou, mais exatamente, foi admitida ou acolhida na organização, e, geralmente, por cálculos de frações. Por outro lado, a massa dos proletários acolhidos está ainda no partido como uma casta de plebeus, enquanto que a *intelligentsia* desempenha o papel da aristocracia, da casta dos patrícios que governa os negócios internos e externos do nosso Estado-Partido e tutela suas massas plebéias contra toda influência perniciosa que venha no exterior¹³⁴.

O Partido Social-Democrata Russo atravessou até agora um período preparatório para conseguir um dia seu caráter orgânico de classe. Situação complexa, e também perigosa, que a Akselrod recorda a do populismo. E, aqui, Akselrod desenvolve uma análise sintética da *intelligentsia* populista que, pela sua sutileza e pelo seu significado, merece ser citada integralmente.

“No início dos anos 70, a *intelligentsia* revolucionária proclamou o povo (os camponeses) como a única força capaz de realizar a revolução social, na medida em que considerava a si mesma como única força capaz de ajudar o povo a se organizar e servir quase como instrumento da história para sua elevação. ‘O povo é tudo, a *intelligentsia*, por si, não é nada.’ E só quando estiver fundida com ele e dissolvida nele ela cumprirá efetivamente uma missão histórica séria e fecunda. Nisto consistia o símbolo de fé da *intelligentsia* revolucionária dos anos 70. Mas, por volta do fim deste decênio e início do próximo, o posicionamento dela em relação à atividade autônoma revolucionária do povo e à própria função histórica tinha mudado radicalmente em sentido inverso. O ‘povo’ no papel de fator revolucionário ativo fará sua aparição na cena histórica somente depois que a *intelligentsia* tiver realizado a revolução política. E, em vez da divinização revolucionária do povo, a *intelligentsia* começou a deificar a si mesma e ao seu próprio partido intelectual como força social que representava imediatamente os interesses do povo e que historicamente era chamada a substituir com a própria organização e com suas próprias empresas heróicas a atividade autônoma organizada dele, pelo menos até a queda do ab-

solutismo. Uma tal evolução, naturalmente, só em alguns aspectos é observada também em nossas fileiras."¹³⁵

Com um ato de lucidez e coragem que depois se tornaria inimaginável, Akselrod declara que um tal processo se desenvolveu também no Partido Social-Democrata mas, em um primeiro momento, de modo consciente: os primeiros social-democratas russos souberam criar uma organização num momento em que o proletariado poderia desempenhar somente o papel de objeto da influência revolucionária da *intelligentsia*; mas sabiam também que devia se tratar de um breve período transitório. Ora, o período transitório se prolongou em muito e o movimento revolucionário das massas o demonstra. Trata-se, portanto, de passar a uma fase nova da organização de partido, lutando contra um processo análogo àquele ilustrado por Akselrod no populismo. Mas, nas fileiras do partido,

"começou a se difundir e a se enraizar a ilusão da sua identidade com a organização proletária de classe dos países do Ocidente. Um patriotismo e um conservadorismo estreitamente organizativos adquiriram um grande poder sobre a massa da *intelligentsia* social-democrata, para a qual a preservação da nossa concreta organização de partido historicamente formada se tornou uma espécie de fim auto-suficiente, enquanto a idealização do proletariado e da sua futura organização política de classe cedeu lugar à auto-idealização da nossa *intelligentsia* de partido como portadora histórica da consciência e da coerência socialista; e, mais ainda, à idealização do nosso partido intelectual ou semi-intelectual como autêntico partido de classe, expressão direta das massas operárias."¹³⁶

Não podia haver nada de mais antibolchevique do que esta polémica contra o que Akselrod chama de "patriotismo de partido", e, não por acaso, sua posição será ferozmente combatida. Akselrod conclui com um veredicto ainda mais duro, após o qual, porém, não se pode imaginar como seu próprio "congresso operário" poderia ser uma solução: se o partido não fizer o necessário para levantar o espírito de iniciativa e de autonomia das massas,

"o nosso partido, de organização que desenvolve e tenta desenvolver a atividade de classe do proletariado, irá se transformar numa força conservadora que impedirá diretamente o desenvolvimento político do proletariado e, pelo próprio fato da sua existência, freará este desenvolvimento"¹³⁷.

135. *Ibid.*, p. 506.

136. *Ibid.*, p. 507.

137. *Ibid.*, p. 517.

Por outro lado, a transformação do partido em “organização de classe das massas operárias” não poderá ser o resultado imediato do “congresso operário”, mas apenas “de todo um processo histórico no qual os estratos de vanguarda do proletariado devem desempenhar o papel não de objeto, mas de sujeito que conscientemente trabalha para unificar a própria classe em uma força política consciente”¹³⁸.

Naturalmente, os defensores da idéia do “congresso operário” não podiam se esquecer dos soviets, nem da posição que, num primeiro momento, os bolcheviques tiveram em relação a eles. Diz Martov:

“Vieram as jornadas de outubro. A greve de Petersburgo pôs às massas a seguinte questão: que fazer? Os mencheviques imediatamente deram a resposta: eleger o soviete dos deputados operários. E tão consagrada estava já a opinião dos mencheviques em toda a Rússia sobre esta questão que, depois de Petersburgo, os soviets foram criados em mais de trinta cidades russas. Vocês sabem que os bolcheviques primeiro ‘travaram uma guerra contra os soviets, mas depois seguiram os mencheviques’¹³⁹.

E, numa outra intervenção, voltado para os bolcheviques, repete:

“Vocês aderiram aos soviets somente quando foram arrastados pelos ‘seus’ operários, assim como eles, contra a vontade de vocês, arrastaram-nos para o soviete de Petersburgo dos deputados operários, depois de muita hesitação, quando nos acusaram de querer destruir o partido com a organização e o apoio do soviete!”¹⁴⁰

Também Dan, depois de ter recordado a idéia menchevique de “auto-governo revolucionário”, sempre voltado para os bolcheviques, admoestou:

“À sombra desta idéia, nasceram os soviets dos deputados operários. Vocês lutaram contra a sua formação, mas eles se tornaram um fato; e vocês foram de novo compelidos a voltar atrás. Vocês lutaram contra o apartidarismo dos soviets dos deputados operários, exigiram que nós jurássemos fidelidade ao programa do Partido e, mais uma vez, tiveram de voltar atrás; e, agora, as organizações operárias apartidárias estão já incluídas na resolução de vocês”¹⁴¹.

Podemos concluir com estas palavras de Martov:

“Será que, dos fatos por todos nós conhecidos, pode-se tirar a conclusão de que as ‘organizações apartidárias’ são boas apenas nos momentos de ‘intervenção direta’, enquanto que, nos intervalos entre estes momentos, intervalos tão freqüentes na nossa revolução, devemos combater tais ten-

138. *Ibid.*

139. *Ibid.*, p. 529.

140. *Ibid.*, p. 552.

141. *Ibid.*, p. 567.

tativas organizativas? Assim pensam os bolcheviques. Nós não pensamos assim. Para nós é um mal inevitável o fato de que, nos períodos de 'desenvolvimento orgânico', a classe é constringida pelas condições da sua existência servil a 'dar um mandato' para a defesa dos seus interesses políticos à sua vanguarda. Para nós, o movimento operário não é uma força espontânea que nós, revolucionários, queremos apenas usar para destruir o Estado feudal, para conquistar a República (...). A forma que o Partido assume em dado momento não pode nunca ser um fetiche para o social-democrata revolucionário"¹⁴².

Observa Dan, em sua história do período inicial e de formação do bolchevismo, que – depois da vitória bolchevique no Congresso de Londres – “o partido, oficialmente bolchevique pela sua linha política, tornou-se para os bolcheviques um objeto de ‘uso’, como qualquer instituição política ou operária”. Portanto,

“a política do bolchevismo tornou-se ‘conspirativa’ em duas direções: em relação aos problemas de ordem política geral e em relação ao próprio partido; a atividade do ‘centro bolchevique’, que encarnava em si a idéia de um restrito círculo de ‘revolucionários afinados’, conspirava acuradamente não só contra a polícia estatal, mas também contra o partido e contra os membros do Comitê Central ‘bolchevique’ por sua direção política. Esta era a consequência lógica daquela linha de desenvolvimento político-organizativo, cujo início tinha sido posto também pelo *Que fazer?* de Lênin. Mas isto era também a fonte daquele domínio absoluto da imediata ‘funcionalidade’ na escolha dos meios de luta que – juntamente com a ilimitada dedicação ao próprio coletivo de fração, à inesgotável energia na conquista de um objetivo a que se propôs, à rigorosíssima disciplina, à incondicional submissão a todas as diretivas ‘do alto’ e ainda às outras qualidades ‘dinâmicas’ induzidas no bolchevismo por toda a história da sua origem e do seu desenvolvimento – tornou-se parte constitutiva da fisionomia político-psicológica do bolchevismo, e foi por ele também entendida aos círculos dirigentes do comunismo internacional”¹⁴³.

Esta novidade do bolchevismo, que tão bem se manifesta na política elaborada por Lênin no curso da revolução de 1905, tinha indubitavelmente seu terreno de origem na tradição do populismo revolucionário, como os marxistas russos contemporâneos ao nascimento do bolchevismo não deixaram de notar, ainda que, indicando um pai, subestimassem depois a originalidade do filho. Mas, nesta genealogia, é necessário remontar a uma geração ainda precedente e recordar, como

142. *Ibid.*, p. 531.

143. *Ibid.*, pp. 432-33.

o fizeram também os contemporâneos, a tradição jacobina (ou blanquista, dado que na Rússia as duas linhas se fundiram em apenas uma). É da véspera da revolução de 1905 a célebre fórmula de Lênin: "O jacobino indissolivelmente ligado à *organização* do proletariado, que tomou consciência dos próprios interesses de classe, é o social-democrata revolucionário"¹⁴⁴. Era uma fórmula positiva, cunhada contra os "girondinos" mencheviques: "O girondino, que se derrete diante dos professores e dos ginasianos, que teme a ditadura do proletariado, que suspira perante o valor absoluto das reivindicações democráticas, é o oportunista"¹⁴⁵. Aqui, tratava-se de uma fórmula negativa, destinada a abranger mencheviques, "economicistas", revisionistas, democratas-liberais, isto é, todos os não-bolcheviques que não estivessem diretamente ligados à reação mais brutal. No seu escrito clássico sobre a política de 1905, *Dois Táticas da Social-democracia na Revolução Democrática*, Lênin retoma a contraposição girondinos/jacobinos. Os "girondinos da atual social-democracia russa" são os mencheviques e os liberais que querem "se desfazer da autocracia de modo delicado, de modo reformador", enquanto

"os jacobinos da atual social-democracia, os bolcheviques, querem elevar com as suas palavras-de-ordem a pequena burguesia revolucionária e republicana e, em particular, os camponeses, até o nível do coerente democratismo do proletariado, que conserva a sua plena particularidade de classe. Eles desejam que o povo, isto é, o proletariado e os camponeses, desfaça-se da monarquia e da aristocracia "à maneira plebéia", destruindo impiedosamente os inimigos da liberdade e esmagando com a força a sua resistência, sem fazer nenhuma concessão à herança maldita da servidão de gleba, do atraso asiático, do ultraje do homem."¹⁴⁶

Naturalmente, como especifica Lênin, a referência aos jacobinos não significa uma repetição do seu programa por parte da social-democracia revolucionária: trata-se de uma "comparação" que serve, porém, para esclarecer as duas "táticas" (na realidade, dever-se-ia dizer as duas mentalidades) da social-democracia russa. As referências aos jacobinos retornarão em Lênin em 1917; mas, em geral, são frequentes nos seus escritos e constituem um sistema de idéias e um modelo de diretivas que se harmoniza com as referências, não menos frequentes e intrínsecas, ao populismo revolucionário, e com eles se inte-

144. LÊNIN, *Polnoe sobranie sočinenij*, vol. 8, Moscou, p. 370.

145. *Ibid.*

146. *Ibid.* vol. II, pp. 47-48.

gram harmonicamente na elaboração teórica e prática de sua política¹⁴⁷.

Quanto a Plekhânov, para dar um exemplo de "girondino"-menchevique, a sua admiração pelos jacobinos, os verdadeiros, não era certamente menor que a de Lênin, e seu próprio temperamento era não menos "jacobino"¹⁴⁸. Mas seu marxismo antipopulista o fazia pensar que houvesse "uma regra que não admite exceções, segundo a qual, quanto menos possibilidade tem uma classe ou uma camada social de defender o próprio domínio, tanto mais ela manifesta inclinação às medidas terroristas"¹⁴⁹. Disso resulta que "a 'grande revolta' da camada operária, tornada agora iminente nos países civilizados, certamente não se distinguirá pela ferocidade". De fato, "o triunfo da causa operária está tão garantido agora pela própria história que tal causa não necessitará do terror"¹⁵⁰. Mas, e se o "triunfo da causa operária" não fosse "garantido pela história"? E se a "grande revolta" não acontecesse nos "países civilizados", isto é, economicamente maduros, segundo o clássico modelo marxista, mas fosse projetada, em nome de um novo marxismo populista, em um país não certamente "incivilizado", mas, embora velozmente encaminhado na via de modernização econômica, marcado ainda por uma bastante tenaz e sufocante superestrutura absolutista? O marxismo de Plekhânov, que não era absolutamente um marxismo "girondino", tinha então de se confrontar com o marxismo de Lênin, que era um marxismo populista rico de reminiscências jacobinas. Não era fatal que vencesse o marxismo de Lênin, o qual, para triunfar, precisou de uma grande guerra, a guerra mundial. Mas, uma vez que se afirmou como novo poder estatal nacional, o leninismo maduro e acabado demonstrou com clareza sua diferença radical do modelo jacobino. Diferentemente da Revolução Francesa¹⁵¹, a

147. Sobre o problema do jacobinismo na Rússia, veja-se as minhas já citadas introduções a *Che fare?*, de Lênin, e *A un vecchio compagno*, de Herzen.

148. Sobre o "jacobinismo" de Plekhânov e sobre a polémica a que isto deu lugar depois da revolução bolchevique, veja-se a nota às pp. XL-XLI do citado prefácio a *Che fare?* Pode-se notar que o "jacobinismo" de Plekhânov, à diferença do de Lênin, foi sentimental e incoerente e, sobretudo, desarmado, isto é, privado de uma adequada teoria e prática da organização do partido e do poder.

149. PLEKHÂNOV, *Socinenija*, vol. IV, Moscou, 1923, p. 63.

150. *Ibid.*, p. 64.

151. O confronto entre Revolução Russa e Revolução Francesa é um lugar não menos comum que o confronto entre leninismo e jacobinismo. Mas o fato de serem "lugares-comuns" não tira a estes paralelos o seu possível significado profundo, tanto mais que estes estavam presentes na consciência dos próprios revolucionários russos, seja antes de 1917, como se viu também na discussão sobre 1905, seja depois, como aparece em toda a polémica dos anos 20 sobre o "Termidor". Quanto ao paralelo entre bolchevismo e jacobinismo, bastará recorrer ao escrito de A. MATHIEZ, *Le bolchévisme et le jacobinisme*, Paris, 1920.

revolução bolchevique não conheceu um período breve de “terror”, mas manteve o “terrorismo” interno por um período extremamente longo, praticamente ainda aberto, e em proporções nem sequer comparáveis à do terror jacobino. Porém, a diferença mais profunda entre jacobinismo e leninismo é que este último tem o seu centro numa idéia teórica e prática de partido ideológico-político, que constituiu uma novidade absoluta na história. A outra diferença está na estrutura deste partido, estrutura capaz de se expandir e se repetir, com variantes, a nível mundial, e sustentada por uma ideologia de luta e de poder, e por uma hierarquia de funcionários, sem precedentes no socialismo. Também a componente populista do leninismo estava destinada a ficar em segundo plano e a adquirir um significado cada vez mais genérico, enquanto se devia afirmar de modo cada vez mais incontrastado e puro a idéia capital da organização e do domínio rigoroso de uma sociedade de massa homogeneizada. O marxismo pré-leninista estava destinado a se tornar a auréola humanista e o pedestal cientificista (ou o abstrato instrumento de contestação ideológico-política) de uma ideologia que nem os marxistas “ortodoxos” mencheviques tinham chegado a ver em todas as suas potencialidades e implicações. A própria função ou “missão” da classe operária transformava-se, assim, em comparação com as tradicionais e fundamentais expectativas do socialismo, também marxista; e, de força ativa de emancipação universal, demonstrou poder se transformar em instrumento passivo de uma nova sociedade popular e total rigidamente administrada.

Com a revolução russa de 1905-1907, o modelo leniniano de ação histórica atingiu um grau novo de maturidade, depois da rigorosa teoria do *Que fazer?*¹⁵² Em seguida, bastará apenas defini-lo ulteriormen-

152. Se, como se costuma dizer, a Revolução de 1905 prefigurou a Revolução de 1917 – da qual foi o “ensaio geral”, segundo a conhecida expressão de Lênin (“A Terceira Internacional e seu lugar na história”, in *Polnoe Sobranie Sočinenij*, vol. 38, Moscou, 1963, p. 306) –, não se pode, contudo, ocultar o conjunto de diferenças radicais que distinguem aqueles eventos no plano interno e internacional. Basta recordar que a Revolução bolchevique de Outubro de 1917 não foi dirigida contra a autocracia czarista, mas contra um débil governo nascido de uma revolução popular, que tinha abatido a autocracia, e não se baseou numa ampla frente unitária de forças democráticas e socialistas, mas se afirmou como domínio de uma minoria sobre tais forças, as quais, de resto, foram logo eliminadas. Diversa foi também a técnica da Revolução de Outubro em relação à Revolução de Fevereiro de 1917 e à Revolução de 1905; ela, de fato, não nasceu de um movimento popular espontâneo, gerador de um articulado sistema de tendências políticas, mas agiu como um original “golpe de Estado”, baseado numa adesão passiva de amplas massas (sobretudo camponesas) desagregadas e exasperadas pela guerra. Tudo isso, junto com outras circunstâncias, deve estar presente para compreender a coerência dinâmica das várias posições assumidas nas duas situações revolucionárias (de 1905 a 1917) por Lênin, pelos mencheviques, por Kautsky, por Rosa Luxemburg e por outros homens e partidos políticos socialistas, democratas e liberais.

te, adaptando-o às grandes ocasiões históricas, e projetá-lo contra um pano de fundo mundial, graças à teoria do imperialismo. Os mencheviques, embora historicamente derrotados, tiveram pelo menos inteligência marxista bastante para compreender que algo novo (embora para eles fosse o retorno de algo velho) estava acontecendo na social-democracia russa. Faltou essa mesma lucidez, naquela ocasião, a Rosa Luxemburg, que – “Madona de Rafael sobre nuvens de prazerosas fantasias”, como então a chamou Plekhânov – descera à terra, depois de 1917, na sua crítica às conseqüências da revolução bolchevique, como descera à terra em 1904, na sua crítica ao conceito leniniano de partido. Quanto a Lênin, autor da maior e mais estável inovação do marxismo, até que ponto estava consciente da virada que estava imprimindo à história? Seus seguidores – e, sobretudo, o que teve, de longe, maior sucesso e potência, Stálin – encobriram a própria indagação sob a fórmula retilínea do marxismo-leninismo, o qual, há tempos, encarnou-se num tão grande domínio material e ideológico que impediu muitos, e por muito tempo, de todo senso crítico para qualquer problema.

JUTTA SCHERRER

Bogdânov e Lênin: o bolchevismo na encruzilhada

Alexandr Bogdânov (pseudônimo de Alexandr Alexandrovitch Malinóvski, 1873-1928) não é somente um dos principais personagens do marxismo soviético: por algum tempo, foi o mais íntimo colaborador de Lênin; e, ainda em 1922, o presidente do Comitê Executivo da Internacional Comunista, Zinoviev, considerava-o um dos dirigentes mais influentes do bolchevismo¹. Bogdânov, desde o início, considerou sua própria teoria da sociedade e da revolução como uma alternativa ao marxismo ortodoxo; e, mais tarde, com base nas experiências da revolução de 1905, também como uma alternativa ao "leninismo", um termo que foi usado pela primeira vez em sentido crítico, ou seja, para indicar um estilo autoritário, em 1907, por A. V. Lunatcharski, então nas mesmas posições de Bogdânov. Quando, no verão de 1909, Lênin o excluiu da fração porque era "bolchevique de esquerda", Bogdânov – no final do mesmo ano – fundou o grupo de esquerda Vperiod, que sobreviveu no interior do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) até o verão de 1917, embora ele mesmo não fizesse mais parte do grupo desde o fim de 1911. Poucas semanas antes da Revolução de Outubro, Bogdânov fundou o Proletkult (abreviatura de *Proletarskaia kultura*). Com um número de aderentes que, em final de 1920, aproximava-se do número de membros do Partido Comunista (quase meio milhão), a organização do Proletkult foi subordinada por Lênin ao aparelho estatal, o *Narkompros*, depois do que Bogdânov afastou-se definitivamente da vida política. Originariamente médico, ocupou-se depois de 1921 em pesquisas hematológicas e fundou, em Moscou, o primeiro instituto para a transfusão de sangue, do qual foi nomeado diretor em 1926. Morreu no curso de um experimento realizado em sua própria pessoa, que alguns interpretaram como suicídio.

Ao lado de G. V. Plekhânov, Bogdânov foi de longe o escritor

1. G. E. Zinoviev, *Geschichte der Kommunistischen Partei Russlands (Bolschewiki)*, Erlangen, 1972, p. 155.

mais produtivo e mais popular da social-democracia russa, como demonstram as altas tiragens e as diversas edições de suas obras. Mas as divergências políticas e filosóficas, a rivalidade com Lênin, envolveram o seu nome, depois do final dos anos 20, num silêncio quase completo. Sua influência sobre a intelectualidade social-democrata russa, e também e em especial sobre o proletariado russo, antes e depois de 1917, foi até agora um tabu para a historiografia oficial do Partido; mas inclusive os trabalhos ocidentais sobre a social-democracia russa, sobre o bolchevismo e o leninismo, ignoram completamente, na maioria dos casos, o seu nome. *Materialismo e Empiriocriticismo* – que Lênin redigiu no exílio, em 1908, e publicou na Rússia em maio de 1909 – tornou-se a principal fonte a servir de base para o julgamento de Bogdânov. Mas a condenação filosófica com a qual Lênin quis deliberadamente preparar a expulsão de Bogdânov do grupo não basta, por si só, para explicar o conflito entre os dois porta-vozes do bolchevismo; e tanto mais quanto lembramos que Bogdânov já fora antes objeto de críticas filosóficas análogas, formuladas pelos mencheviques L. I. Akselrod (Ortodox, 1904), A. M. Deborin (1907) e Plekhânov (1901, 1908), enquanto *Materialismo e Empiriocriticismo* expressava sobretudo o ponto de vista pessoal de Lênin. A divergência entre Lênin e Bogdânov não tinha uma natureza apenas abstrata e teórica; visava a finalidades práticas e políticas, estando diretamente ligada a questões táticas relativas às diversas correntes do Partido. “A oposição machista (baseada em Mach) – observou Korsch – se manifestara inclusive no Comitê Central do Partido Bolchevique”². Ou, em outras palavras, como escreve Haupt, “o conflito político – como freqüentemente ocorre na história do socialismo – foi também um profundo conflito ideológico”³.

1. Uma ameaça de cisma no bolchevismo

A importância de Bogdânov “para o desenvolvimento de nosso Partido e para o desenvolvimento da teoria da sociedade na Rússia foi extraordinária”, escreveu Bukhârin no necrológio publicado na *Pravda*, em abril de 1928. Ele foi, por um “notável período, um dos teóricos mais eminentes do marxismo”, o “homem mais culto de nossa época”; toda a geração “vivera literalmente de suas obras”; “muitos,

2. K. Korsch, “Zur Philosophie Lenins”, in A. Pannekoek, *Lenin als Philosoph*, Frankfurt-Viena, 1969, p. 134.

3. G. Haupt e J.-J. Marie, *Les bolcheviks par eux-mêmes*, Paris, 1969, p. 270.

muitos devem o início de sua formação revolucionária a ele e somente a ele"⁴.

O compromisso político de Bogdânov ligou-se desde o início, e do modo mais estreito, com seus interesses literários e pedagógicos. Da atividade de propaganda realizada em sua juventude em Tula, em círculos operários clandestinos, nasceu em 1897 o *Kratki kurs ekonomitcheskoi nauki* (*Breve compêndio da ciência econômica*), o primeiro manual de economia política destinado aos operários; o livro foi reeditado várias vezes até o fim dos anos 20, sendo usado nas escolas de partido soviéticas, e é uma das poucas obras de Bogdânov traduzidas em outras línguas. Também a obra seguinte, *Osnovnie elementy istoricheskogo vzgliada na prirodu* (*Elementos fundamentais de uma consideração histórica da natureza*, de 1899), foi resultado direto da atividade didática de Bogdânov em alguns círculos operários. Depois de vários anos passados na prisão e no exílio, em Kaluga e em Vologdá – um período extremamente profícuo para a sua atividade de escritor –, estabeleceu-se na Suíça em 1904. Aqui, Bogdânov – que no outubro de 1903 já aderira ao grupo bolchevique – encontrou-se pela primeira vez com Lênin. Este, em 1898 (na revista *Mir Bozî*), saudara como um “notável evento de nossa literatura econômica” o *Breve compêndio de ciência econômica*, sublinhando e elogiando o fato de que “o autor se atém coerentemente ao materialismo histórico”⁵. Agora, em Genebra, Bogdânov torna-se aliado de Lênin na luta contra o menchevismo. Ambos preparam a edição de um órgão do grupo bolchevique, que é publicado em Genebra a partir de 4 de janeiro de 1905, com o título *Vperiod* (*Avante*) e depois, *Proletari*. Bogdânov levava para a nova redação alguns amigos que conhecera no exílio, como Lunatchárski, V. A. Bazárov (Rudnev), I. I. Skovorkov-Stepanov, então inteiramente desconhecidos de Lênin. O próprio Bogdânov voltou à Rússia, a fim de se aproveitar de suas numerosas relações para obter financiamento para a revista. Ainda em Genebra, fora eleito – juntamente com Lênin, M. N. Liadov, M. M. Litvinov e alguns outros – para o Biuro Komitetov Bolsintsva (Executiva dos Comitês da Maioria), um novo organismo que deveria funcionar paralelamente ao Comitê Central do POSDR, de certo modo como a cúpula do grupo bolchevique, e que pouco depois se tornaria conhecido como Centro Bolchevique. Na Rússia, Bogdânov preparou – contra a oposição dos mencheviques – o III Congresso do Partido, que se realizou em Londres, de 25 de abril a

4. N. Bukhárin, “A. A. Bogdânov”, in *Pravda*, 8 de abril de 1928.

5. V. I. Lênin, *Opere*, Roma, 1959, vol. 4, p. 45.

10 de maio de 1905. Bogdânov foi eleito para o Comitê Central juntamente com Lênin e L. B. Krasin; ao mesmo tempo, foi nomeado responsável principal pelo trabalho literário do Comitê Central na Rússia. Em Petrogrado, representou o Comitê Central no primeiro soviete dos deputados operários, e organizou com Krasin os grupos de luta do Partido (grupos técnico-militares), que mais tarde participaram nas famigeradas expropriações bolcheviques nos Urais e no Cáucaso, que serviram para encher os cofres do Partido. Em outubro de 1905, Bogdânov – juntamente com Krasin, Rumiantchev, Górkí, Bazárov, Lunatchárski e Liadov – fundou em Petrogrado o primeiro cotidiano bolchevique legal, a *Novaia Zizni (Vida Nova)*. Já pelo simples fato de estar na Rússia desde o início da revolução, Bogdânov tinha mais familiaridade com os processos revolucionários do que Lênin, que só voltou à pátria em novembro de 1905. Mas, sobretudo, Bogdânov era mais conhecido entre os operários, naquela época, do que Lênin, a ponto de ser considerado, em 1905, como o chefe dos bolcheviques. Preso após a dissolução do soviete de Petrogrado em dezembro de 1905, foi eleito – ainda na prisão – membro do Comitê Central no IV Congresso do Partido, realizado em Estocolmo em abril de 1906. Libertado em maio, viveu – com a mulher, e juntamente com Lênin e Krupskáia – numa casa de campo em Kuokkala, em território finlandês, junto à fronteira russa. Desse local, Bogdânov serve de intermediário entre o Comitê Central e os deputados bolcheviques à segunda Duma. No V Congresso do Partido, que se realiza em Londres em maio de 1907, distingue-se por suas intervenções sobre os problemas da organização e da prática de direção, mas também e sobretudo sobre a propaganda literária; ao contrário de Lênin, é novamente eleito para o Comitê Central do Partido. Além disso, era membro do Centro Bolchevique, que formava a direção do *Proletari* e que determinou a tática bolchevique no período sucessivo.

Mas foi precisamente esse último ponto o pomo da discórdia. O distanciamento entre Lênin e Bogdânov tem origem na avaliação da situação política depois da dissolução da segunda Duma, em setembro de 1907. A controvérsia vertia sobre a participação nas eleições para a terceira Duma e sobre a utilização de sua tribuna para a propaganda do socialismo – essa era a tese de Lênin –, ou a concentração das forças para uma nova insurreição revolucionária e o boicote das eleições para a Duma, expressão de um regime pseudoconstitucional, incapaz de oferecer qualquer possibilidade de ação ao bolchevismo revolucionário, segundo a tese de Bogdânov. Este, após a discussão, foi conduzido ao topo da fração soviética, depois que quatorze dos quinze delegados bolcheviques à Conferência Pan-Russa de agosto de 1907 pronunciaram-se a seu favor, enquanto Lênin chegava a um acordo com

os mencheviques, que desde o início haviam proposto uma tática destinada a explorar as mínimas possibilidades legais existentes na Rússia.

A tática do boicote – defendida, além de Bogdânov, por Lunat-chárski e por G. A. Alexinski, deputado bolchevique na segunda Duma – teve amplo sucesso entre os operários, que se abstiveram em massa nas eleições e seguiram a exortação de Bogdânov no sentido de se prepararem para a revolta armada. Mas, quando as esperanças no desencadeamento iminente da revolução se desfizeram, o boicote às eleições pareceu perder qualquer significado, embora uma conferência regional dos bolcheviques, realizada em Moscou em maio de 1908, se expressasse em termos extremamente críticos em face da atividade realizada pelos social-democratas na Duma. Uma parte dos delegados, entre os quais Stanislav Volski, defendeu a idéia de que os deputados eram inúteis (precisamente porque a maioria dos que pertenciam ao POSDR eram mencheviques), e pediu que fossem chamados de volta (em russo, “*otzovai*”, chamar de volta; donde o termo “*otzovistas*” para indicar o grupo). Uma outra parte, liberada por Bogdânov, Alexinski e V. L. Sancer (Marat), pretendia que o Comitê Central ordenasse, mediante um ultimato, aos deputados social-democratas da Duma que reconhecessem a disciplina de partido e que respeitassem incondicionalmente as decisões do Comitê Central; daí o nome de “*ultimatistas*”.

A influência exercida pelos *otzovistas* e pelos *ultimatistas* nas organizações de partido em Moscou, no comitê zonal da Rússia central, em Petrogrado, em Odessa e nos Urais foi notável durante um certo período. Ao seu peso político deve-se aduzir o fato de que esse grupo da ala esquerda da fração soviética – que incluía Bogdânov, Lunat-chárski, Krasin, Alexinski, Bazárov e também Máximo Górkí, estreitamente ligado a eles, bem como Volski, Sancer, Liadov, os historiadores M. Rozkov, V. A. Desnitchki (Stroev), D. Z. Manuilski, V. R. Menzinski e outros – não representava somente o maior potencial intelectual dos bolcheviques: todos eles defendiam uma concepção não ortodoxa do marxismo, “*antiautoritária*”, como diziam, preocupados com seu desenvolvimento ulterior, ou melhor, com uma verdadeira renovação do marxismo, graças sobretudo à introdução dos últimos conhecimentos das ciências naturais e da filosofia da ciência; todos queriam integrar ao marxismo a gnosiologia dos empiriocriticistas Ernst Mach e Richard Avenarius, que partiam da tese de que o conhecimento se baseia unicamente na experiência. Um novo aspecto do revisionismo? Mártoy já dissera isso em 1904, a respeito de Bogdânov. Um revisionismo “*de esquerda*” como reação ao revisionismo “*de direita*” dos marxistas “*legais*” russos? As idéias defendidas por esse grupo refletiam, em geral, a crise do marxismo? Ou o *raskol* – o cisma – amea-

cava em particular o bolchevismo? Os agentes da Ocrana, geralmente muito bem-informados, falam nos relatórios da época, com a máxima naturalidade, de uma fração de “leninistas” e de uma fração de “bogdanovistas”. Mas quem são os “verdadeiros”, “autênticos” bolcheviques? Plekhânov declara, sem rodeios, que o “bogdanovismo” é a filosofia bolchevique oficial, inclusive com o objetivo de demonstrar que os bolcheviques não são revisionistas apenas no campo político, mas também no filosófico. O termo *bogdanovitchina*, de uso corrente nas polêmicas dos anos 20, nasceu na realidade em 1908, na polêmica de Plekhânov contra Bogdânov e seus seguidores, os empiriocriticistas russos.

O conflito no interior da fração bolchevique se arrasta por todo o ano de 1908. Lênin concentra cada vez mais os seus esforços na luta contra Bogdânov, o indiscutível líder dos “bolcheviques de esquerda”. No final de 1907, o Centro Bolchevique envia Bogdânov a Genebra, em consideração à posição por ele ocupada no comitê de redação de *Proletari*; na primavera de 1908, Lênin o afasta dessa função. Pouco depois, em agosto de 1908, Bogdânov e Krasin são demitidos da função de responsáveis pela comissão de finanças do Centro Bolchevique; agora, Lênin dispõe de dinheiro precisamente para a fração, e – não em último lugar por pressão dos mencheviques – pode se dissociar dos companheiros comprometidos pela sua participação nas expropriações. Enquanto trabalhava em *Materialismo e Empiriocriticismo*, Lênin escreveu a um colaborador do *Proletari* – V. V. Voróvski – em julho de 1908: “Nossa situação é difícil; desenha-se uma cisão com Bogdânov (...). Um litígio na próxima conferência é inevitável. A cisão é muito provável. Eu sairei da fração tão logo a ‘linha de esquerda’ e de autêntico ‘boicotismo’ levar a melhor”.

Em junho de 1909, Lênin convoca para Paris uma reunião da redação do *Proletari*. Lênin acrescenta arbitrariamente alguns membros, e declara que essa reunião é um Congresso do Centro Bolchevique, com autorização para deliberar; são tomadas decisões cujos textos haviam sido anteriormente escritos pelo próprio Lênin, e que, por sua vez, reforçam ainda mais a posição dirigente de Lênin no interior da fração. Bogdânov é excluído do grupo bolchevique; otzovismo, ultimatismo, liquidacionismo de esquerda, a “construção de Deus”, a escola de partido em Capri (na polêmica de Lênin, todos os matizes se perdem) são condenados como estéreis tentativas políticas dos “bolcheviques de esquerda”, como “perversões” do marxismo, “totalmente inconciliáveis com as posições do bolchevismo, mais uma vez esclarecidas pela reunião”⁶; em suma, como um novo centro ideológico e político que se afasta da fração bolchevique.

6. *Protokoly sovetchania redaksi "Proletaria"*, Partizdat, 1934, p. 202.

Materialismo e Empiriocriticismo, de Lênin – que só pode ser compreendido se se levar em conta a situação política do momento em que foi escrito (“o livro faz parte de um processo”, afirma Pannekoek⁸) – não teve praticamente, nos conflitos de que estamos falando, nenhuma função. A importância dessa obra data somente dos anos 20, sobretudo do período sucessivo à morte de Lênin, em ligação com as discussões sobre o partidarismo (*partiinost*) da filosofia. Assim, também a resposta de Bogdânov ao “panfleto puramente político” de Lênin, escrita em 1910 (Pokrovski, 1926), e que se conservou até hoje inteiramente desconhecida – o título, significativo, é *Vera i nauka* (*Fé e ciência*) –, contenta-se com uma dura crítica ao método de Lênin, que consiste em atribuir a Bogdânov e mesmo a Mach idéias completamente diversas das que eles efetivamente defenderam, evitando tomar posição – ponto por ponto – diante das “acusações” singulares.

É o caso de perguntar se, em geral, as divergências filosóficas de Lênin e Bogdânov tiveram o papel principal no conflito de 1909, ou, ao contrário, se essas divergências foram utilizadas contra Bogdânov, precisamente nesse momento concreto, por questões táticas. Quando ainda redigia o seu escrito polêmico, Lênin reconheceu francamente que não era suficientemente competente no campo da filosofia; além disso, tal como explicitamente admitiu, conhecia o ponto de vista filosófico de seu adversário desde o início da atividade literária de Bogdânov. Como se pode ler numa carta a Máximo Górkí, de 25 de fevereiro de 1908, Lênin lia todas as obras de Bogdânov tão logo eram publicadas, e isso já desde o final dos anos 90, ainda durante o seu exílio na Sibéria; ele não só conhecia o principal trabalho filosófico de Bogdânov, o *Empiriomonismo*, uma obra em três volumes publicada entre 1904 e 1906, mas também a havia examinado analiticamente e comunicado suas críticas a Bogdânov. Mas enquanto bolcheviques – explica a Górkí –, ele e Bogdânov, no verão e no outono de 1904, “tinham firmado um acordo tácito que excluía tacitamente a filosofia, entendida como zona neutra”, e que lhes permitia “seguirem juntos, na revolução, a tática da social-democracia revolucionária (ou seja, o bolchevismo), a qual, a meu ver, foi a única justa”⁹. A partir daí, a filosofia era considerada uma questão privada e, sobretudo, devia ser mantida fora

7. *Ibid.*, p. 50.

8. Pannekoek (*Lenin*, cit., p. 87) nega enfaticamente que Lênin, em *Materialismo e Empiriocriticismo*, tenha submetido Mach, Avenarius e Bogdânov a uma crítica “marxista”.

9. Lênin, *Polnoe sobranie sotchenie*, Moscou, 1964, 5ª edição, vol. 47, p. 142. Essa carta não aparece na quarta edição das obras de Lênin.

das publicações do grupo. Todavia, apesar dessas afirmações, Lênin exortara L. I. Axelrod, um fiel seguidor de Plekhânov, a escrever uma crítica às idéias filosóficas de Bogdânov, que foi também publicada, em final de 1904, pela *Iskra*.

“Oportunista genial” como sempre fora, segundo as palavras de Lunatchârski, Lênin desfez o seu “bloco” com Bogdânov no momento em que esse se encontrava na liderança de uma parte importante da fração e declarava-se guardião do “verdadeiro” bolchevismo; no momento em que, para usar as palavras de Górkí, Bogdânov e os que partilhavam suas idéias – e entre esses, então, estava o próprio Górkí – contrapunham, ao “fatalismo histórico” de Lênin e de Plekhânov, a “filosofia da ação”¹⁰. Todavia, em completo contraste com o princípio ativista da “filosofia da luta proletária” afirmado por Bogdânov e sublinhado por Górkí, Lênin – em *Materialismo e Empiriocriticismo* (cujo subtítulo é *Observações críticas sobre uma filosofia reacionária*) – fizera crer que a posição de Bogdânov ameaçava fortemente a vontade revolucionária de luta dos marxistas russos, a capacidade de ação política do Partido.

Ora, qual é o traço peculiar da “filosofia da ação” de Bogdânov? Contra que “perigo” Lênin tomara posição? O que significava o bolchevismo para Bogdânov? E o que significava o bolchevismo em geral, nesse momento? Com efeito, é possível dizer que o bolchevismo se encontrava diante de uma encruzilhada; e que as duas direções possíveis encontravam-se encarnadas, por um certo período, breve mas importante, nas personalidades de Bogdânov e de Lênin.

Se podemos aqui pressupor o conhecimento da linha de Lênin, que finalmente resultou “vitoriosa”, não podemos dizer o mesmo da teoria da sociedade e da revolução de Bogdânov, desacreditada por Lênin, que a definiu como uma “caricatura do bolchevismo”, e discriminada *a priori* por seus sucessores. Nas páginas seguintes, portanto, tentaremos analisar o programa político de Bogdânov, até agora escassamente conhecido, sua concepção do bolchevismo, sua visão da sociedade socialista futura, tais como vão se diferenciando – nesses anos de fortes contrastes – da concepção leniniana do bolchevismo.

2. A “imagem do mundo” política

Logo após sua exclusão da fração, num manifesto dirigido aos bolcheviques, Bogdânov afirmou que a “cisão do bolchevismo” que

10. Carta de M. Górkí a K. P. Piatniki, em V. I. Lênin e A. M. Górkí, *Pisma. Vospominania. Dokumenti*, Moscou, 1969, 3ª edição, p. 48.

havia ocorrido era uma “repetição, fiel até nos detalhes, da velha história da cisão entre mencheviques e bolcheviques, a prescindir das pessoas em questão”. A aliança de Lênin com Plekhânov, o “parlamentarismo a qualquer custo”, era um princípio inequivocamente menchevique. Em contraposição a essa nova “fração centrista”, ao “bolchevismo parlamentar do novo *Proletari* e ao menchevismo partidário de esquerda”, os “bolcheviques de esquerda” são – para Bogdânov – os únicos capazes de garantir a continuidade do bolchevismo: no interior da social-democracia, eles defendem a tática revolucionária contra a oportunista.

A tática revolucionária do bolchevismo, nas condições históricas da reação, na “época intra-revolucionária”, é definida por Bogdânov do seguinte modo: 1) fortalecimento da organização ilegal e conspirativa do Partido, apesar de todas as medidas repressivas; 2) educação das amplas massas operárias numa consciência de classe socialista (distinta da difusão de palavras de ordem democrático-revolucionárias para a luta cotidiana), através de escritos propagandísticos legais e ilegais; instituição de escolas de partido, a fim de que os operários sejam capazes de dirigir a luta proletária, no lugar dos intelectuais; 3) continuação da tradição da luta revolucionária, com o estudo dos métodos da rebelião armada e da técnica militar em grupos adequados e em escolas de instrutores, em preparação da revolução iminente.

A “cisão do bolchevismo” – que Bogdânov comunicara aos seus companheiros em julho de 1909 – realizara-se também formalmente nos últimos meses do ano. Ocorreria realmente o que Leo Jogiches (Tyszka) previra ironicamente, desde setembro de 1908, numa carta a Bogdânov: não seria de surpreender – escrevia – se a discórdia entre os bolcheviques, claramente manifestada na redação ampliada do *Proletari*, levasse a uma terceira fração no interior do Partido, com um comitê central próprio, constituído pelo “colégio dos leitores da escola operária”¹¹. Professores e alunos daquela escola de partido em Capri, criada em agosto de 1909 pelos “bolcheviques de esquerda”, por iniciativa de Bogdânov e Górkî, haviam solicitado ao Comitê Central do POSDR o seu próprio reconhecimento como “*literaturnaja organizaciâ*”, com o nome de Vperiod: e o reconhecimento fora oficialmente concedido pelo plano de Paris, em 1910.

A “plataforma” do grupo Vperiod – *A situação atual e as tarefas do Partido*, substancialmente redigida por Bogdânov – declara que

11. *Protokoly sovetchanaia redaktsii "Proletaria"*, cit., p. 263.

suas tarefas principais consistem na “luta para reintegrar a unidade do bolchevismo” e na elaboração das tarefas práticas da social-democracia revolucionária com base no bolchevismo, “tal como nós o entendemos”. O próprio bolchevismo é definido como “a aplicação mais rigorosa e conseqüente do socialismo científico à realidade *rus-sa*”. A situação específica da Rússia – esse é também o ponto de partida para numerosas discussões teóricas de Bogdânov sobre o “marxismo russo ou bolchevismo” – produziu o princípio da *partiinost* (partidarismo). Mas o que significa isso concretamente?

Somente os princípios organizativos do bolchevismo, precisamente a *partiinost* – argumenta-se na “plataforma” –, modificariam radicalmente a difícil situação do Partido na Rússia: nascidas de uma série de círculos isolados e dispersos, que desempenhavam suas atividades locais com o estilo do trabalho artesanal tradicional, esses hábitos dominavam a ponto de impedir, no momento, a concórdia no Partido, e, no futuro, uma sua autêntica unificação. Inclusive quando o programa do Partido já havia sido elaborado, os personagens mais autorizados – sobretudo os intelectuais – não quiseram renunciar à posição diretiva que ocupavam nos círculos, os quais, na maioria das vezes, funcionavam no exterior. Foi aqui que o bolchevismo interveio com sua organização: psicologia de Partido contra psicologia de círculo; em nome da disciplina organizativa, o bolchevismo exigia que “os interesses da causa fossem colocados acima de qualquer autoridade”, que se privilegiasse a parte russa do Partido em relação aos organismos instalados no exterior; que se procedesse a uma subordinação ao centro, e que a solução dos problemas da vida do Partido ocorresse segundo uma ampla base organizativa e segundo o princípio do centralismo democrático; exigia, por fim, a unificação das diversas organizações nacionais na “unidade do trabalho partidário”. De acordo com os firmatários da “plataforma”, a decisão mais importante do bolchevismo, do ponto de vista programático, organizativo e tático, consiste de longe na definição do membro do Partido: pertence ao Partido única e exclusivamente a vanguarda do proletariado, que se caracteriza por uma consciência revolucionária, e não o movimento espontâneo da base proletária, como se lê na definição do papel do proletariado e de sua tática, formulada durante a revolução de 1905.

A partir de 1907 – constata a “plataforma” –, o centralismo democrático foi desaparecendo, em conseqüência do agravamento da reação e das repressões policiais. Agora, no próprio bolchevismo, estaria se iniciando uma desagregação ideológica: por um lado, os centros desligaram-se completamente das organizações locais; por outro, a luta no interior do grupo paralisa o trabalho do Partido em favor da causa proletária. Para remediar essa situação, o grupo Vperiod propõe

que se construa a partir da base – ou seja, das organizações locais – a agitação e a propaganda bolchevique, atualmente quase inexistentes; também aqui, como no manifesto de Bogdânov, o bolchevismo é definido como o prosseguimento da luta revolucionária no momento presente, e como defesa contra o parlamentarismo oportunista. Enquanto as organizações locais não funcionam, ou quase, é ilusório crer que se possa utilizar a tribuna da Duma com finalidades de propaganda eficaz. Todavia – apelando à disciplina de partido – a “plataforma” não propõe retirar da Duma os deputados social-democratas: “Enquanto o Partido não mudar legalmente suas decisões sobre a terceira Duma, todas as organizações, todos os membros do Partido são obrigados a apoiar, com todos os meios, o trabalho do grupo parlamentar”. Porém, “todo membro do Partido tem o direito de julgar os resultados e o valor do trabalho realizado na Duma”. Nesse sentido, os autores da “plataforma” consideram o otzovismo como “um dos diversos matices legais da ala revolucionária do Partido”; e afirmam que precisamente a “diversidade dos matices, se se conserva firmemente a unidade dos princípios”, é testemunho da vitalidade e da autenticidade do bolchevismo.

Os pontos singulares da parte propagandística e agitatória do programa da “plataforma” permitem facilmente reconhecer as idéias de Bogdânov sobre a educação socialista do proletariado russo: são idéias que, desde o início, estiveram na base de seu empenho político; foram elas que o induziram a organizar as escolas de partido de Capri e Bolonha; e será delas, como veremos, que ele partirá para desenvolver a sua teoria da sociedade e da “cultura proletária”

A leitura que Lênin fez da “plataforma”¹² é característica: a análise da “atual situação histórica de nosso país” (análise à qual o próprio Lênin não nega uma certa fidelidade, em geral, ao ponto de vista defendido pelos bolcheviques nas deliberações da Conferência de 1908) é uma “caricatura do revolucionarismo”, na medida em que – com “raciocínios bolcheviques exatos” se tomados isoladamente – condena a utilização da tribuna da Duma com fins de propaganda, ou seja, na medida em que não leva em conta a “originalidade” do período de transição à “nova revolução”. Em outras palavras: na “plataforma”, Lênin vê exclusivamente um manifesto dos otzovistas, e – para ele – otzovistas são os que não consideram a “peculiaridade do momento presente”, defendendo uma tática que continua a levar em conta só e exclusivamente a sublevação revolucionária. Ora, se essa tática corres-

12. Lênin, *Opere*, vol. 16, p. 183.

ondia aos princípios bolcheviques durante a revolução, isso não é mais verdade a partir do momento em que a situação política e econômica da Rússia se modificou. Portanto, Lênin não contesta aos otzovistas, em princípio, sua orientação bolchevique; e, desse modo, podemos também compreender porque ele pôde empregar, em geral, um conceito como o de “bolcheviques de esquerda”: o autor de *Materiaísmo e Empiriocríticismo* não nega, absolutamente, que Bogdânov e seu grupo se atêm a princípios organizativos bolcheviques, mesmo por algum tempo depois da publicação da obra.

O texto de Lênin sobre a “plataforma” – e também, substancialmente, os artigos sobre o grupo Vperiod escritos mais ou menos na mesma época – são uma prova evidente do fato de que sua polêmica com Bogdânov referia-se, em primeira instância, a problemas táticos e de direção política, aos métodos da luta política em relação à “nova revolução”, à “análise marxista do momento”, ou seja, à tática a adotar no período “entre as revoluções”. Para Lênin, o grupo Vperiod é constituído por otzovistas. Mas o otzovismo é uma retirada tática em relação ao “bolchevismo ortodoxo”, e, por isso, deve ser combatido sem indulgência. A luta contra o desvio filosófico do “marxismo ortodoxo” coloca-se numa segunda linha; mas a demonstração de que Bogdânov não é mais um marxista no plano filosófico adquire uma importância fundamental quando Lênin, para afirmar uma certa tática, apela para uma análise marxista da situação do momento, uma análise que Bogdânov não poderia realizar precisamente por ser um seguidor do “idealismo filosófico”. Na polêmica de Lênin com Bogdânov, a expressão “bolchevismo de esquerda” aparece ainda em 1914 (fala-se de um grupo bolchevique de esquerda no Cáucaso); e Lênin contrapõe a esse bolchevismo o seu próprio “bolchevismo marxista”, que por vezes chama também de “bolchevismo anti-Vperiod”.

No comentário de Lênin à “plataforma”, não há nenhum traço de exame crítico das precisas propostas de Bogdânov para a construção de uma organização de agitação e propaganda na Rússia, para a educação socialista dos operários, com a finalidade de formar dirigentes operários, em contraposição à *intelligentsia*: em suma, das propostas de Bogdânov para a “renovação do Partido”, que estão no centro da “plataforma”. Em última análise, os “literatos e teóricos de nosso partido”, que haviam constituído o grupo Vperiod por iniciativa de Bogdânov, consideravam que sua função fosse a de “criar uma nova literatura de propaganda popular, que desenvolvesse de modo completo e integral a concepção socialista científica do mundo, em suas relações com a realidade russa”. Se alguns breves períodos são dedicados à “cultura proletária”, também aqui não se trata de uma discussão de ordem conteudística ou teórica, mas antes de uma atitude tática: com

o objetivo de afastar Górkí, ou seja, o principal expoente da “arte proletária”, da ideologia da “cultura proletária” – que, segundo Lênin, era um “novo pseudônimo para a defesa das idéias de Mach” –, e de reconquistá-lo finalmente para sua própria fração. Isso vale também para alguns artigos e cartas sobre o grupo Vperiod, que Lênin escreveu mais tarde, em 1914, e onde, para justificar a exclusão de Bogdânov da redação da *Pravda* bolchevique, polemiza certamente contra a “filosofia proletária, ou seja, a filosofia inspirada em Mach”, mas tenta evitar uma discussão teórica aprofundada. Com efeito, *Materialismo e Empirio-crítico* é a única obra de Lênin na qual, na polêmica com Bogdânov, a discussão teórica é colocada acima dos interesses táticos imediatos.

Como se configura concretamente o programa bogdanoviano de agitação e propaganda, um programa que postula a realização da meta proletária fundamental, a difusão da idéia socialista e dos ideais socialistas? E por que Lênin, em sua polêmica, não entrou absolutamente no mérito dessa iniciativa “literária” do grupo Vperiod, assim como evitou discutir sua convicção de representar – como “grupo literário” – uma das “diversas correntes ideológicas que devem necessariamente existir num partido forte e vital”?

3. Agitação e propaganda

O problema da relação do Partido com a Duma – os debates sobre o boicote, sobre o otzovismo e o ultimatismo – ofereceu indubitavelmente a ocasião para a exigência bogdanoviana de um “aparelho de agitação e propaganda sólido e ativo”. Concebido aparentemente sem levar em consideração a tática conspirativa afirmada em outros pontos, esse programa de organização do aparelho de agitação e propaganda entra nos mínimos detalhes e faz da “plataforma” um importante documento político: depois do *Que Fazer?* de Lênin, representa o primeiro texto bolchevique que enfrenta o problema da agitação e propaganda políticas de modo orgânico e detalhado.

O fato de que a tribuna da Duma podia ser positivamente utilizada para a propaganda social-democrata não era negado, em princípio, pela “plataforma”. Mas parecia inaceitável que os deputados social-democratas da terceira Duma não se sentissem responsáveis perante organizações locais de Partido, nem perante o Comitê Central, ou pelo menos – já que, nos últimos tempos, o CC não se reunira regularmente – perante o *Proletari* (o Centro Bolchevique), e que não mantivessem nenhum vínculo com essas organizações. O total isolamento dos deputados da Duma em relação às organizações operárias – escrevera Bogdânov no verão de 1908, no próprio *Proletari* – gerava o temor de que a atividade dos social-democratas na Duma levasse os operários a uma

atitude decididamente antiparlamentar. A “plataforma” sublinha que não está defendendo nenhuma forma de antiparlamentarismo. Os antagonismos entre parlamentarismo e sindicalismo revolucionário ou anarquista, que caracterizam a social-democracia internacional, são definidos como extremistas de ambas as partes: a vontade geral do Partido deve decidir em todos os casos o que corresponde aos interesses de toda a classe na situação dada, em cada oportunidade concreta. Os membros do grupo Vperiod não têm nenhuma dúvida no que se refere à avaliação e interpretação das tarefas de classe e da vontade do partido: suas propostas para a organização da agitação e propaganda visam exclusivamente ao “trabalho organizativo no interior do Partido, ou seja, à organização na ilegalidade. Eles jamais se pronunciaram sobre a questão de saber como poderia ser concretamente usada a tribuna da Duma para uma propangada social-democrata em condições políticas diversas.

Um outro motivo que explica o esforço de Bogdánov para construir uma robusta rede de agitação é a situação do próprio Partido: por um lado, “consideram-se social-democratas indivíduos que não se interessam pela vida do Partido”, que não desempenham nenhuma atividade para o Partido, que já são membros apenas nominais e nem sequer pagam mais as suas mensalidades; por outro lado, depois da revolução, a *intelligentsia* abandonou em massa o Partido, e isso significa que as funções que até agora haviam sido desempenhadas exclusivamente por intelectuais deverão agora ser assumidas pelos próprios operários: por exemplo, a redação de revistas e manifestos políticos, a organização de centros de agitação e propaganda e, finalmente, a própria direção do Partido.

Partindo dessas premissas, a “plataforma” do grupo Vperiod prevê dois tipos de agitação e propaganda: 1) para a preparação específica de operários destinados a desempenhar o trabalho de partido, ou a formar os quadros do Partido (de resto, o conceito de “quadro” aparece muito raramente); 2) para a mobilização geral das massas operárias, mediante a sua educação visando à obtenção de uma consciência revolucionária, socialista. Em síntese: esse modelo de agitação e propaganda, que apela para o centralismo democrático, concebido como forma organizativa básica do bolchevismo, articula-se do seguinte modo: uma escola de aperfeiçoamento, que prepare os operários para o desempenho de uma atividade organizativa e agitatória responsável e consciente, deve partir do princípio de que – nos dias de uma nova insurreição revolucionária – o proletariado deverá dispor de dirigentes egressos de suas próprias fileiras, e que esses dirigentes proletários deverão ter absoluta familiaridade com as bases do socialismo científico. Para tal fim, é necessário um tipo de propaganda socialista novo com

relação ao passado. A situação de ilegalidade e conspiração faz com que, no futuro, seja possível apenas um único tipo de "círculo de propaganda", que coincida com a organização local. Nesse círculo, os operários já ativos no Partido, que têm familiaridade com o programa do Partido e que possuem os conhecimentos básicos de economia política, seguem um curso de aperfeiçoamento com a duração de três ou quatro meses: o centro de tal curso está na comunicação das idéias fundamentais do socialismo científico, de uma visão geral do movimento operário e de sua organização, bem como dos problemas agrários e das tarefas atuais do partido. A direção desses círculos de propaganda – e aqui se faz sentir, em particular, a insuficiência da *intelligentsia* – deve ser confiada a propagandistas treinados em círculos apropriados; e, por sua vez, esses círculos para propagandistas serão dirigidos por pessoas que tenham freqüentado as escolas superiores de partido. Os círculos para propagandistas são especializados nos diversos ramos do trabalho de partido: preparação dos agitadores de fábrica, de sindicalistas, de agitadores e propagandistas para o campo, de redatores de jornais locais. Os melhores alunos dessas escolas de propaganda devem ser alocados nas escolas de partido, que não ministram um ensino especializado, mas preparam para o desempenho de funções de direção. Antes da redação do programa definitivo de propaganda, os centros regionais devem interpelar as organizações locais, para conhecer o parecer das mesmas sobre o tipo de propaganda que é necessário em cada oportunidade, sobre as exigências específicas que os operários colocam aos agitadores, etc. Depois da publicação dos resultados dessas pesquisas, serão convocadas conferências regionais dos propagandistas e agitadores, que fixarão de modo definitivo os programas e determinarão as formas de organização da propaganda. Finalmente, o Comitê Central e a Conferência Geral do Partido, com a colaboração da imprensa e das escolas de partido, terão precisamente a tarefa de preparar um balanço dos projetos e programas elaborados.

Assim como o aperfeiçoamento político dos operários tem de se dar na ilegalidade, também o trabalho de propaganda entre as massas operárias deve levar em conta o caráter conspirativo da organização e, portanto, deve ocorrer predominantemente sob forma escrita. O jornal ilegal local deve-se tornar o principal instrumento de agitação social-democrata entre as massas; as organizações locais do Partido são convocadas a publicar jornais populares desse tipo. As redações devem dispor de grupos de correspondentes, formados por operários social-democratas, que recolham as informações e testemunhos sobre a situação específica e sobre os interesses específicos dos operários nas diversas regiões da Rússia. A imprensa partidária local deve enfrentar

evidentes dificuldades; por isso, deverá ser apoiada sobretudo pelos centros do Partido, que, por sua vez, fundarão um jornal popular, rico de material sobre temas da atualidade, de estatísticas, de editoriais sobre os principais temas da teoria e da prática social-democrata, contendo uma crônica do movimento operário internacional, mas também literatura amena: em suma, um conjunto de informações de que possam se servir diretamente as folhas locais. De modo análogo, os centros regionais devem criar agências de informação “literárias”, que utilizarão sobretudo as bibliotecas universitárias e públicas, e serão assim capazes de colocar imediatamente à disposição das redações dos jornais operários locais as informações e pesquisas necessárias. Os jornais operários locais devem ser enviados, tão logo publicados, aos centros do Partido e ao Comitê Central, a fim de que estes possam intervir no plano teórico e prático. Onde não haja a possibilidade de fundar um jornal, devem-se publicar manifestos e opúsculos que se ocupem diretamente das necessidades econômicas, políticas e culturais das massas proletárias.

Um dos melhores meios para garantir que a agitação desperte a atenção das massas é indicado na distribuição entre os operários de questionários de pesquisa apropriados, que não devem se referir apenas aos interesses econômicos e políticos imediatos dos trabalhadores; com efeito, não menos importante é conhecer a “vida cotidiana e civil” do proletariado. Outros questionários devem se referir a determinados problemas atuais de ordem tática: por exemplo, à questão do desemprego e do modo de combatê-lo, à intensificação da atividade sindical, ao seguro operário, à relação com as cooperativas, etc. A principal idéia desse método é, precisamente, o uso dos questionários com o fim de conhecer diretamente a opinião dos membros das massas operárias e valer-se de seus conselhos, para criar assim – com base nisso – uma literatura propagandística.

A “plataforma” prevê formas específicas de agitação e propaganda para o proletariado rural, o exército e os sindicatos, e também para instituições legais (de resto, essa é a única e rápida referência da “plataforma” à utilização de possibilidades legais), cooperativas, clubes, universidades populares, bibliotecas, etc. Mas a “plataforma” insiste sobretudo no fato de que a agitação e propaganda compreendem também a divulgação das experiências de revolta armada de massa e de lutas guerrilheiras. A opinião expressa pela social-democracia da Europa Ocidental – de que as massas operárias não são capazes de organizar uma insurreição armada contra o exército regular – deve ser combatida. As organizações partidárias locais devem criar “escolas de instrução para o estudo especializado ou prático da técnica de combate”, uma instância sobre a qual Bogdânov insiste não apenas na “platafor-

ma", mas em todos os escritos políticos desse mesmo ano, a fim de que o proletariado esteja melhor preparado para a luta revolucionária iminente do que o estava em 1905. Se essas idéias sobre a agitação e a propaganda foram expostas aqui de modo tão detalhado, isso se deve ao fato de que a "plataforma" jamais foi reimpressa e é hoje um texto quase inacessível. Com base em tais idéias, o grupo Vperiod anuncia a publicação de opúsculos de divulgação, bem como – na primeira oportunidade – a criação de um jornal operário popular, com a finalidade de "desenvolver integralmente e de modo total a concepção do mundo do socialismo científico, em relação com a realidade russa". Com efeito, pouco tempo depois, as idéias do grupo Vperiod encontraram concretização na "série popular" Vperiod, editada de modo irregular, e posteriormente intitulada "*Na temu dijna*" (*Sobre a questão do dia*), trazendo sempre o dístico: "servir seriamente à causa do renascimento do Partido".

A descrição dos métodos do emprego ilegal da agitação e propaganda, que o grupo Vperiod apresentou aos companheiros de partido em sua "plataforma", com uma franqueza não habitual nos anos da repressão, não constitui somente sua justificação, sua *raison d'être* como organização "literária" no interior de um Partido acusado de não se ter suficientemente preocupado, nos últimos tempos, em compor textos de propaganda. A "plataforma" entende sua tarefa de "criatividade cultural" como garantia do respeito pelos princípios organizativos do bolchevismo baseados no centralismo democrático, dos princípios da "ala revolucionária de nosso Partido". Nesse sentido, num dos últimos pontos, insiste-se também na necessidade "de um partido ilegal, não grande, fechado, mas formado por membros ativos", em favor de cuja continuidade estão empenhados os "literatos e teóricos" do grupo Vperiod.

Como se disse, Lênin jamais examinou concretamente essa convicção do grupo, ou seja, a de representar uma garantia do bolchevismo no interior do Partido. O mesmo vale também para a crítica do grupo aos dirigentes do Partido que seriam prisioneiros da mentalidade da *intelligentsia*, crítica que Lênin registra uma única vez, numa única frase. Todavia, precisamente esse último ponto é da maior importância na ideologia do grupo Vperiod, e está na base da principal reivindicação da "plataforma": preparar o proletariado russo para dirigir ele mesmo seu próprio movimento, do ponto de vista organizativo, tático e ideológico, e criar assim as bases para a renovação do Partido.

Mais de uma vez, em diversos textos escritos naqueles anos de conflito direto com Lênin, e também mais tarde, em 1918, Bogdânov citou – literalmente ou com variações – uma passagem da "plataforma", onde são submetidos a severo juízo os dirigentes do Partido e,

sobretudo, Lênin, embora este último não seja nomeado: o individualismo e o comportamento autoritário, a ambição e o culto da personalidade, a recusa da disciplina de grupo e da crítica dos camaradas, a auto-satisfação e o egoísmo desses dirigentes, da *intelligentsia* do Partido, tornam infinitamente mais difícil a luta ideológica e desgastam as forças da organização do Partido nos numerosos conflitos internos e, por isso, são estéreis; além disso, precisamente tais características geraram, nos que trabalham para o Partido, o mau hábito de crer cegamente nas autoridades, de não questionar jamais as opiniões dos dirigentes mais conhecidos. Uma crítica dos dirigentes caso por caso – continua Bogdânov – não mudaria substancialmente nada; bem vistas as coisas, trata-se de formas de comportamento profundamente enraizadas no velho mundo burguês e pequeno-burguês de onde provêm os “intelectuais socialistas”. A contradição entre a evidente influência da cultura burguesa institucionalizada e o ideal social dos socialistas, a luta de classe, só pode ser superada se, *hic et nunc*, nas condições do capitalismo, for contraposta à cultura burguesa uma nova cultura proletária, enraizada e difundida entre as massas, que se baseie no princípio de “solidariedade autêntica do ambiente proletário”. Segundo Bogdânov, somente uma “educação socialista completa” está em condições de alterar radicalmente a organização do Partido, ou melhor, de renová-la.

Ora, as exigências afirmadas programaticamente pela “plataforma” – o desenvolvimento e a atividade autônoma dos trabalhadores, sua independência em relação a dirigentes recrutados na *intelligentsia* – foram concretamente experimentadas nas escolas de partido de Capri (agosto-dezembro de 1909) e de Bolonha (novembro de 1910-março de 1911). Muito mais claramente do que a “plataforma”, as atividades das chamadas “escolas superiores social-democratas de agitação” mostram que, para os bolcheviques de esquerda, a agitação e a propaganda – que, na forma de exercícios práticos, constituíam uma notável parte do programa de estudo – não se propunham apenas à formação de “quadros permanentes de extração operária”¹³, ou seja, à formação de uma intelectualidade partidária recrutada entre os operários. O “tipo novo e superior de propaganda partidária” propõe-se inequivocamente a criar uma *intelligentsia* operária: “O proletariado, enquanto classe social, deve ter uma *intelligentsia* própria, que trabalhe entre as fileiras do proletariado no sentido da destruição do capitalismo”, afirma o único dentre os fundadores da escola de partido de

13. *Otchet pervoi vistchei social-democratcheskoi propagandistsko-agitatorskoi shkoli dlia rabotchich*, Paris, 1910, p. 1.

Capri que era ele mesmo de origem operária, o “filósofo operário” Michail (pseudônimo de N. E. Vilonov), fortemente influenciado por Bogdânov. Mas o que significa “*intelligentsia* operária”? É algo que se identifica realmente com os “dirigentes operários” do Partido? E em que consiste, em última instância, a “renovação do Partido” postulada pelo grupo?

A resposta a essas perguntas é intimamente ligada à concepção bogdanoviana da “cultura proletária”. Essa, embora tenha sido descrita pela primeira vez, de forma programática, na “plataforma” do grupo Vperiod, como prefiguração da futura sociedade socialista, já se encontrava indicada em alguns textos escritos por Bogdânov antes da revolução de 1905, sobretudo nos ensaios publicados em 1904 na *Pravda* moscovita, com o significativo título de *Novii Mir* (*Novo Mundo*). A “cultura proletária”, como estratégia revolucionária dos “bolcheviques de esquerda”, tornou-se a ideologia dominante nas escolas de Partido, nas quais Bogdânov via as células germinativas das “universidades operárias”, e que, em última instância, iriam muito além da meta que se haviam originariamente fixado (a formação de quadros proletários futuros). No conflito entre Lênin e Bogdânov, essas escolas de Partido desempenharam uma função política de primeira ordem. Com efeito, os “alunos operários” que as haviam freqüentado com proveito deviam regressar à Rússia e realizar atividades de agitação e propaganda nos novos círculos de propaganda de que se fala na “plataforma”, ou seja, deviam difundir a teoria bogdanoviana da sociedade e da revolução. Nas atividades das escolas de partido – que, para ele, significavam antes de mais nada divulgação do otzovismo, bem como das atividades do grupo Vperiod em geral –, Lênin enxergou imediatamente um grave perigo, antes mesmo que elas entrassem em funcionamento; e buscou por todos os meios sufocar as escolas, atraindo para seu lado os alunos, etc. Vendo-se bem, pode-se dizer que sua escola de partido – que a historiografia soviética chama de “leniniana”, e que Lênin organizou no verão de 1911 num subúrbio de Paris, em Longjumeau – não é mais do que uma contramedida em face das escolas de partido da “esquerda bolchevique”; com efeito, em função de suas concepções de agitação e propaganda, Lênin considerava que, naquele momento, a possibilidade legal da formação dos quadros fosse garantida pela tribuna da Duma, bem mais do que pelas escolas de partido, as quais lhe pareciam praticamente irrealizáveis, longe da Rússia e nas difíceis condições da emigração¹⁴.

14. Lênin, *Opere*, vol. 17. pp. 199-207.

4. “Cultura proletária”

Se a escola de Capri “vê sua primeira missão no aprofundamento de classe da propaganda social-democrata” – como se pode ler no relatório escrito para obter a aprovação do Partido –, definindo-se como “um novo instrumento da educação de classe do proletariado”, não se propõe tanto a formar, como ela mesma admite, “políticos da revolução”, ou seja, revolucionários profissionais no sentido leninista, mas antes “socialistas conscientes, que sejam capazes de analisar os problemas do presente do ponto de vista de classe”. Isso é indicado ainda mais claramente em outro documento, que nasceu diretamente das atividades da escola de Capri e foi publicado no início de 1910 em Paris, pelas edições do grupo Vperiod, com o título *Ko vsem tovaritcham* (*A todos os camaradas*). A organização de uma propaganda socialista aprofundada não agrada a um grupelho de dirigentes do Partido provenientes da *intelligentsia*, o “Centro Bolchevique”, afirma Bogdânov nesse escrito. Esses *partinie intelligenti* vêem na direção do Partido um monopólio deles; crêem que as forças do Partido seriam desperdiçadas inutilmente se fossem utilizadas para formar dirigentes de extração operária. “Esse medo da ‘concorrência’ de forças frescas e vitais, das forças do proletariado (...), não tem mais nada em comum com o bolchevismo”: entra em relação de contradição insuperável com a própria natureza do bolchevismo¹⁵. No mesmo artigo, Bogdânov indica as condições indispensáveis para a formação de trabalhadores socialistas conscientes e capazes de dirigir um movimento de massa: antes de mais nada, a criação de uma nova literatura de propaganda e a fundação de universidades operárias de Partido. “O bolchevismo – afirma Bogdânov – não é um simples fenômeno político, mas é também um movimento sócio-cultural”; e a hegemonia política do proletariado sobre a burguesia é inconcebível sem a sua hegemonia cultural geral.

“Um pressuposto implícito do bolchevismo, portanto, é a idéia da criação imediata, no âmbito da sociedade atual, de uma grande cultura proletária, mais forte e harmoniosa do que a cultura das classes burguesas, que estão se enfraquecendo, de uma cultura infinitamente mais livre e criadora”.

Os que não reconhecem essa conexão direta entre a política, a ciência, a filosofia e a literatura – em outras palavras, a tarefa da “cultura proletária” – não são, para Bogdânov, verdadeiros bolcheviques.

15. Máximov (A. Bogdânov), “Ne nado tzatemniat”, in *Ko vsem tovaritcham*, Paris, 1910, pp. 4 e ss.

E, de fato, em sua opinião, o verdadeiro bolchevismo foi traído pelos círculos existentes no exterior, em primeiro lugar pelo Centro Bolchevique, pelas “pessoas politicamente doentes”; vive somente num “movimento proletário firme e sadio”, cujo poder se expressa na capacidade organizativa do proletariado, enquanto o Centro Bolchevique desenvolve uma atividade voltada para a cisão. Somente o bolchevismo autêntico, a concepção verdadeiramente revolucionária das tarefas e dos ideais do proletariado coincide – segundo Bogdânov – com a sua emancipação política, cultural e social, em nome do “ideal socialista”. Bogdânov pensa que deve visar a esse grandioso futuro do proletariado em nome do “velho bolchevismo”: “com os líderes, se esses quiserem; sem eles, se não quiserem; contra eles, se se opuserem”. A libertação dos trabalhadores deve ser tarefa do Partido; “a nossa causa é a do coletivo, não a de personalidades individuais”, conclui o artigo, que pode ser considerado como o manifesto de sua “filosofia da luta proletária”, ou “filosofia do coletivismo”, segundo uma expressão usada pelo próprio Bogdânov e pelos que compartilham suas idéias.

A concepção bogdanoviana da energia organizativa do coletivo ou do proletariado visa a formar dirigentes do movimento proletário, para comunicarem à massa a consciência socialista. Exatamente nesse sentido deve ser entendido o seu emprego do conceito de “*intelligentsia* operária”. No escrito *Kulturnie zadachi nacheho vremeni* (*Tarefas culturais de nosso tempo*) – um texto nascido das lições ministradas na escola de partido de Capri, e que originariamente tinha o significativo título de *Tarefas Culturais do Proletariado*, alterado por causa da censura –, Bogdânov fala da “nova *intelligentsia*” que “brota das próprias fileiras do proletariado” e se identifica com o próprio proletariado “culto” em sentido ético, artístico e científico. Essa “nova *intelligentsia*” está inteiramente penetrada pelas “experiências gerais do proletariado” e, portanto, jamais poderá se separar dele. Somente ela “pode dar ao trabalho a necessária coerência e integridade, a unidade interior da psicologia de classe clara e sempre fiel a si mesma”¹⁶.

Das experiências da revolução de 1905, Bogdânov retirara a conclusão de que a revolução socialista só será possível se os trabalhadores foram antes educados para a consciência socialista; isso era tanto mais verdadeiro na medida em que, “no trabalho econômico cotidiano e na política miúda, esconde-se o perigo de uma restrição do âmbito de visão e de um afastamento de qualquer ideal revolucionário, em favor de compromissos e de um praticismo superficial”¹⁷. É indubitável que

16. Bogdânov, *Kulturnie zadachi nacheho vremeni*, Moscou, 1911, p. 69.

17. Máximov, “Ne nado”, cit., p. 4.

essa concepção da formação da consciência, da educação no sentido mais amplo, abarca toda a experiência humana e a práxis política. A “cultura proletária” é, de certo modo, a teoria – se não a ideologia – dessa educação voltada para a sociedade futura, ou melhor, para a humanidade futura em geral; e tem originariamente um significado muito mais amplo e profundo do que o de ensinar a literatura e a arte às massas proletárias, ou de promover a atividade de poetas-operários, artistas-operários, etc. Se esse é o significado que, depois de 1917, é cada vez mais frequentemente atribuído a esse conceito, ele todavia restringe e mutila substancialmente o conteúdo das idéias concebidas por Bogdânov antes da revolução. “Cultura proletária” significa consciência e práxis; não é uma estética, mas uma ética. A “cultura proletária” não é uma filosofia; mas não se relaciona apenas com a política, mas – precisamente enquanto opção política – é uma alternativa às idéias de Lênin.

Se – como dissemos – a concepção bogdanoviana da “cultura proletária” foi exposta pela primeira vez, de modo programático, na “plataforma” política do grupo Vperiod, ela já estava explicitada e justificada em seus detalhes, porém, no início de 1911, em *Socialism v nastoiatchem* (*O socialismo na atualidade*), uma espécie de manifesto sócio-cultural, publicado na série político-cultural Vperiod, que se dirigia explicitamente a um público proletário. Essa justificação da “cultura proletária” vale também, sem modificações, para a organização do Proletkult, até os inícios dos anos 20, e – precisamente por sua importância – será oportuno indicar os seus pontos fundamentais.

Trata-se de uma teoria geral da sociedade que se afirma bolchevique, mas que é muito diferente da teoria de Lênin¹⁸. O ponto de partida de Bogdânov é a seguinte consideração: “A essência do socialismo (...) está na organização solidária de toda a produção, ou seja, no predomínio de relações solidárias de trabalho entre os homens”. Essa é a base de todas as demais características do socialismo: a propriedade social dos meios de produção, a abolição das classes e uma distribuição dos produtos que permita a cada um realizar o trabalho que corresponde às suas próprias inclinações; é verdade que essas condições só poderão ser realizadas quando a classe operária tiver conquistado definitivamente a vitória; “mas o socialismo não é apenas futuro, e sim também presente; não é apenas idéia, mas também realidade”.

Se a organização social deve ser definida, em geral, como colaboração dos homens, é preciso distinguir também entre as relações de trabalho solidárias e as que não o são, por se basearem nos princípios

18. Bogdânov, “Socialism v nastoiatchem”, in *Vperiod*, fevereiro de 1911, n° 2, pp. 60-71.

da concorrência. Hoje, uma colaboração verdadeiramente solidária existe apenas entre os operários de uma fábrica: sua posição na produção, suas condições de trabalho, seus interesses são idênticos. Em sua relação de trabalho, um operário está próximo do outro; o trabalho de um liga-se ao do outro do modo mais estreito; cada um pode ocupar o lugar do outro, pode substituí-lo. A igualdade da situação significa igualdade dos interesses. A compreensão e simpatia recíprocas criam a coesão solidária entre camaradas, que se estende inicialmente aos que trabalham nos campos mais diversos, e depois aos trabalhadores dos vários países do mundo; os operários tomam gradualmente consciência dessa solidariedade; ela "entra em seus sentimentos e em seu intelecto"; em suma, torna-se "autoconsciência de classe". Nessa "organização consciente", que já existe no trabalho, na cooperação viva de classe e na colaboração solidária, consciente, dos operários, devemos ver o início efetivo, real, do socialismo.

Com base nessa autoconsciência de classe, os trabalhadores devem desenvolver seu próprio ideal social e suas próprias formas de relações humanas, bem diversas das formas da velha sociedade. Luta pelo socialismo não significa apenas guerra ao capitalismo; é, ao mesmo tempo, trabalho positivo, criador: é "a criação incessante de elementos novos do socialismo" por parte do proletariado, em sua própria vida cotidiana, nas relações inter-humanas entre os operários. Não basta unir os proletários numa organização como o partido ou o sindicato; não é suficiente propor aos proletários palavras de ordem sobre a luta política ou econômica; a coesão interior deles, a sua unidade espiritual, devem ser aprofundadas mediante a elaboração de uma "cultura proletária socialista". O seu modelo é representado pelas condições de trabalho na grande indústria mecânica tecnicamente evoluída: aqui, na cadeia de montagem, onde todo gesto singular, toda manipulação singular de cada operário conta no processo de produção, aqui nasce aquela compreensão recíproca, aquela interdependência e solidariedade no trabalho, nas quais Bogdânov vê o espírito da colaboração fraternal ou coletiva, a qual constitui a base da consciência proletária e da ideologia proletária, da "cultura proletária".

A "cultura proletária" compreende toda a práxis cotidiana do proletariado, sua vida cotidiana e civil. Deve ter seu início na vida familiar do operário, que – segundo Bogdânov – não pode ser para os socialistas uma questão privada. Inclusive nas famílias de trabalhadores politicamente conscientes e ativos, sobrevivem resíduos de barbárie, como a total subordinação da mulher ao homem, a cega obediência dos filhos aos pais. O espírito de solidariedade entre camaradas, que está na base das relações de trabalho dos operários na fábrica, deve também entrar nas famílias operárias, enquanto consciência socialista.

O mesmo vale para as organizações de partido, onde sobrevivem fortes resíduos do estilo de direção autoritário, individualista, e onde a massa está submetida a poucas autoridades. Pôr em evidência essa contradição com o socialismo proletário, a completa incompatibilidade do espírito que reina nas organizações de partido com os princípios da disciplina de grupo e da ação coletiva, deve se tornar um dos principais “campos de trabalho” da “cultura proletária”.

Ao lado da moral familiar e de partido, a elaboração de uma nova ciência e filosofia e de uma nova arte é o terceiro tópico político da “cultura proletária”. A nova ciência e filosofia socialista deve se apoiar na experiência proletária; deve servir para organizar a experiência dos proletários, uma experiência radicalmente diversa da experiência das velhas classes. Já que outras condições de vida levam também a outros modos de percepção e a uma outra compreensão da natureza, “todas as ciências e o conjunto da filosofia, em mãos do proletariado, assumirão um novo aspecto”. Característica da ciência e da filosofia atual é sua dispersão em numerosos setores isolados; com base nas relações conscientemente solidárias dos trabalhadores, para os quais a plena compreensão recíproca é mais importante do que qualquer outra coisa, o desenvolvimento de uma concepção socialista deve tender à simplificação e unificação das ciências. Devem-se descobrir os métodos de pesquisa que estão na base de todas as ciências, a fim de oferecer uma espécie de chave comum para as diversas disciplinas. Isso permitirá aos operários assenhorear-se das diversas ciências, com a mesma rapidez com que, na indústria mecânica, um operário, “com base em suas experiências, conhece as linhas gerais e os métodos gerais da técnica, e pode passar com relativa facilidade de uma especialização para outra”.

Analogamente à ciência, também a arte deve organizar a experiência proletária. Mas não a organiza na forma de conceitos abstratos, mas sim de imagens vivas, razão pela qual “a arte é, de certo modo, mais democrática do que a ciência”, ou seja, está mais perto das massas e é mais difundida entre elas. “O proletariado tem necessidade de uma arte própria, socialista, que seja inteiramente impregnada por seus sentimentos, por suas aspirações e por seus ideais”, a fim de poder induzir as massas à luta, para cultivá-las e “levá-las adiante, para um futuro mais luminoso”.

Ao lado da tarefa de continuar a luta e de promover a organização, o proletariado tem hoje – segundo Bogdânov – também a missão de recolher conscientemente e de modo coerente os germes da nova cultura, os elementos do “socialismo atual”, e desenvolvê-los e sistematizá-los. Só se o proletariado criar formas de vida novas e próprias dele, em todos os campos, é que poderá também realizar a si mesmo de forma criadora, ou seja, socialista. Essa gradual realização criadora da

ordem de classe socialista levará finalmente o proletariado à vitória, que estenderá essa ordem a toda a humanidade. O desenvolvimento socialista encontrará sua realização plena na revolução socialista.

A instância propriamente política da “cultura proletária” é que a classe operária deve conquistar o poder espiritual antes de conquistar o poder político. A revolução espiritual é o pressuposto da estabilidade política do domínio do proletariado. Mas isso não significa que Bogdânov, com seu “postulado de um novo espírito no interior do proletariado”, tenha abandonado a instância de “uma vitória revolucionária em futuro próximo”, nem que os desenvolvimentos subsequentes de sua “cultura proletária” corrijam a sua posição “ultra-radical” originária, como afirma o seu até agora único biógrafo, Dietrich Grille¹⁹. Como mostramos, o postulado de uma consciência proletária autêntica tem sua base e seu critério na crítica do Partido e de seus dirigentes, que são – na opinião de Bogdânov – prisioneiros da cultura burguesa, e que apresentam características psicológicas em absoluta contradição com a “experiência proletária”, como o individualismo, o autoritarismo, etc. A “plataforma” dos alunos e professores da escola de Capri, onde a presença de Bogdânov se revela na própria terminologia, declara que a sobrevivência dessa cultura burguesa e de seu mundo constitui o obstáculo que se opõe ao sucesso da revolução. Quanto mais se consegue demolir previamente a cultura burguesa, tanto melhores são as possibilidades para a revolução, que Bogdânov não perde absolutamente de vista, embora considere decisiva para seu sucesso sobretudo a consciência do proletariado, mais do que a luta de classe. Afirmando a instância da autonomia e da livre iniciativa cultural do proletariado, Bogdânov pensava estar tomando precisamente à letra a teoria de Marx, para criar assim o domínio da classe operária. A deliberação de fazer com que o proletariado se torne ativo, visando constantemente à revolução, de apelar à espontaneidade criadora das massas operárias, assumira o caráter de uma contestação da elite no sentido de uma representação profissional do proletariado, já que Bogdânov via nessa uma força que obstaculizaria e frearia a revolução proletária. Portanto, a vanguarda do proletariado não devia ser formada pelos intelectuais, mas pelos trabalhadores da indústria, que constituem a categoria “mais consciente”. Os princípios de uma cultura futura e de uma é-

19. D. Grille, *Lenins Rivale: Bogdanov und seine Philosophie*, Colônia, 1966, p. 178.

poca futura devem se inspirar unicamente no comportamento social dos operários. Não equivocadamente, o “socialismo proletário” de Bogdânov, seu apelo à consciência proletária concebida como força revolucionária primária e mais ativa, foi interpretado por Lênin no sentido de um radicalismo de esquerda: à concepção elitista do partido, defendida por Lênin, Bogdânov contrapunha uma “cultura proletária” voltada diretamente para as massas, que Lênin considerava como anarquista.

Bogdânov lançou explicitamente contra Lênin seu apelo à energia criadora do proletariado, a fim de que esse criasse sua própria ciência e sua própria arte. Em *Tarefas Culturais de Nosso Tempo*, que nasceu das lições proferidas nas escolas de partido de Capri e de Bolonha, Bogdânov contestava os “adversários da idéia da cultura proletária” (e, ao lado de Lênin, ele falava explicitamente em Plekhânov) por seu “conservadorismo teórico extremado”: eles fizeram do marxismo, “da teoria que nega radicalmente todas as verdades absolutas e eternas”, uma verdade absoluta e eterna; e, desse modo, atribuíam uma validade objetiva e perene a conhecimentos, a uma ciência, uma estética e uma moral que, no final das contas, haviam sido criadas inteiramente por intelectuais. Ao contrário, concediam ao proletariado – segundo Bogdânov – somente a capacidade de ver, no marxismo, uma doutrina política e econômica exitosa; segundo a opinião de Lênin e de Plekhânov, a filosofia do materialismo dialético – exposta naturalmente sob forma de divulgação – era mais do que suficiente para as exigências do proletariado. Esse “incrível desprezo” pela criatividade cultural do proletariado era, para Bogdânov, a justificação, a legitimação de sua crítica aos principais “ideólogos da classe operária”: em suma, de sua contestação dos mesmos²⁰.

No mesmo escrito sobre as tarefas culturais do proletariado – que compreendiam também a redação de uma nova enciclopédia proletária – que, de modo análogo à *Encyclopédie* do século XVIII, deveria fazer do saber de uma nova classe o fundamento de uma nova época –, Bogdânov expõe sua concepção da cultura, ou seja, da ideologia, fornecendo a chave para interpretar sua teoria da sociedade. Para ele, era até então um “interessante enigma psicológico” o fato de que os escritores marxistas jamais tivessem se pronunciado sobre o ponto de que “a ideologia ou cultura intelectual desempenha uma função organizativa na vida da sociedade, dos grupos e das classes”²¹. Com sua teoria

20. Bogdânov, *Kulturnie zadachi nashego vremeni*, cit., pp. 28-31.

21. *Ibid.*, p. 44.

da relação funcional da ideologia com a estrutura social, Bogdânov busca conscientemente preencher essa lacuna do “materialismo histórico”²². Com efeito, não basta “reconhecer que as ideologias naceram da produção, que dependem dela e formam sua ‘superestrutura’, como disse Marx” – observa Bogdânov numa outra obra, igualmente nascida das lições proferidas em Capri e em Bolonha e publicada somente em 1914, *Nauka ob obshestvennom soznanii (A ciência da consciência social)*. “É muito mais importante esclarecer exatamente o que elas são na realidade, na vida, ou seja, descobrir o sentido e significado prático desse conceito, já que sobre esse ponto reina hoje a maior confusão”²³. A ideologia não desempenha absolutamente um papel subalterno, em comparação com o da vida econômica; nem a “superestrutura” é uma mera consequência necessária da “base”, mas sim o “instrumento das organizações sociais, da produção, das classes, e, em geral, de todas as forças e elementos sociais, um instrumento sem o qual não é possível nenhuma organização”²⁴. Bogdânov, em particular, vê claramente que a ideologia não é algo “decorativo”, superposto ao edifício do trabalho social e da economia; ao contrário, põe em evidência a interdependência e articulação, a inter-relação que existe entre a ideologia e a vida econômica: as ciências – tanto as técnicas quanto as que tratam da história natural – nasceram certamente da produção; só podemos explicar o desenvolvimento delas considerando o estado atual da produção. Mas, por sua vez, elas melhoram a produção, retroagem sobre ela, já que sem tais ciências as fábricas, as minas, os laboratórios e as ferrovias atuais seriam simplesmente inimagináveis. Nesse sentido, a ideologia pode ser comparada ao cérebro de um organismo: se é verdade que o desenvolvimento do cérebro é determinado pelo desenvolvimento de outros órgãos e que o cérebro depende deles, também é verdade que, sem o cérebro, esses outros órgãos são absolutamente inúteis.

Em termos mais gerais, a ideologia é a consciência social dos homens, que lhes serve para organizar a própria vida. O desenvolvimento da consciência de classe, ou seja, da ideologia da classe mais avançada, é considerado por Bogdânov como o “trabalho mais urgente, historicamente mais importante de nossa época”. Contribuir para a formação da nova consciência – ou seja, “instruir e iluminar” a classe ope-

22. *Ibid.*

23. Cito da tradução alemã: A. Bogdânov, *Die Entwicklungsformen der Gesellschaft und die Wissenschaften*, Berlim, 1924. O prefácio é de 1913: cf. *ibid.*, p. 6.

24. *Ibid.*, p. 8.

rária – significa para ele “lançar as bases de sua organização, participar na formação do cérebro, que tem a tarefa de guiar o poderoso corpo”²⁵. Desenvolver a consciência de classe equivale a organizar a força de classe²⁶. O “instrumento de organização” social, ou seja, a ideologia, é a colaboração solidária entre camaradas, a coletividade de trabalho ou, em outras palavras, a “cultura proletária”.

Segundo a definição de Bogdânov, a própria cultura tem uma “função organizativa”; é “formação e consolidação de uma determinada organização social”²⁷. Cultura é a soma de todas as conquistas materiais e não materiais feitas pela humanidade no curso do processo de trabalho, que elevam o homem acima da natureza e aperfeiçoam a vida. A técnica, com todos os seus instrumentos; as máquinas e os meios de transporte; as experiências práticas e científicas; a linguagem, a arte, os usos e os costumes; a moral, o direito e a política: todos são elementos da cultura, que compreende também a educação da força física e a conquista da saúde, mediante a ginástica e outros procedimentos. Mas devemos distinguir entre duas forças culturais fundamentais: a cultura material e a cultura espiritual. A “cultura material” compreende toda a esfera da produção, a força de trabalho dos homens, o seu trabalho coletivo, o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade e o seu domínio da natureza externa, bem como todos os meios e formas da produção e ainda suas relações técnicas e econômicas. A “cultura espiritual”, ao contrário, compreende a esfera da filosofia, da ética, da política, da arte, da linguagem: em suma, a ideologia, a consciência social. Mas a cultura espiritual e a material nem sempre são separadas uma da outra. A gênese e a função dos princípios ideológicos podem ser compreendidas somente a partir de suas premissas “materiais”, ou seja, de suas condições técnicas e econômicas. O nível técnico da sociedade, sua estrutura econômica, são o ponto de partida da ideologia; ou – para usarmos as palavras de Bogdânov – das “tarefas culturais” da sociedade.

A “tarefa da cultura” reside, para Bogdânov, no processo de organização; as ideologias, portanto, têm uma função organizativa e sócio-política real: o que elas organizam tem como resultado último as relações de produção, as relações técnicas (as relações do homem com a natureza) e as relações econômicas (as relações recíprocas entre os homens). O sentido objetivo dos processos ideológicos consiste em fi-

25. *Ibid.*

26. Cf. Bogdânov, *Kulturnie zadachi nachego vremeni*, cit., p. 45.

27. *Ibid.*, p. 51.

nar essas relações, regulá-las e coordená-las. “As formas de pensamento são determinadas precisamente pelas relações de produção, as quais servem, por seu turno, como instrumentos de organização; e, naturalmente, as formas fundamentais de pensamento (ideologias) são determinadas pelas relações de produção fundamentais”²⁸.

As formas fundamentais de cooperação na divisão do trabalho (que podem ser determinadas na história) e as formas de pensamento correspondentes, ou as necessárias “adaptações” da ideologia ao trabalho, articulam-se – segundo Bogdânov – em cinco fases evolutivas: 1) a colaboração primitiva – as ideologias primordiais (o período do comunismo primitivo); 2) a forma autoritária simples de colaboração – as ideologias autoritárias simples (a época das organizações patriarcais-gentílicas); 3) a forma autoritária evoluída de colaboração – as ideologias autoritárias evoluídas e complexas (a época do feudalismo); 4) a colaboração anárquica – as ideologias individualistas (a sociedade pequeno-burguesa e capitalista); 5) a colaboração solidária entre camaradas – as ideologias coletivistas (o período do coletivismo, cujas formas embrionárias já surgem durante o capitalismo, criadas pela classe proletária)²⁹.

A ideologia é a força vital da sociedade: Bogdânov sublinha isso em todos os seus escritos, em particular no *Empiriomonismo*. Sem ideologia, não podem existir verdadeiras classes sociais, já que – se a base da subdivisão da sociedade em grupos e classes sociais é o processo técnico, a produção – o momento formativo é constituído pela ideologia ou pelas ideologias³⁰. A ideologia tem um papel objetivo na vida da sociedade, tem uma função social necessária; a ideologia é usada pela sociedade. “Quando surge, a ideologia se manifesta como forma que organiza a vida laborativa social”³¹. A ideologia é a forma que organiza toda a práxis da sociedade; ou, em outras palavras, é o instrumento de sua organização; organiza a experiência e a transforma em saber. No terceiro volume do *Empiriomonismo* (1906), Bogdânov justi-

28. Bogdânov, “Einige Missverständnisse. Eine Antwort an Karl Kautsky”, in *Die Gesellschaft. Internationale Revue Für Sozialismus und Politik*, vol. II, 1925, p. 287. No primeiro volume de *Gesellschaft* (1925, pp. 564-578), Kautsky submeteu a uma análise bastante crítica o ensaio de Bogdânov (publicado em tradução alemã), *Die Entwicklungsformen der Gesellschaft und die Wissenschaften*.

29. Para uma exposição detalhada desse esquema, cf. Bogdânov, *Nauka ob obitchevennom soznani*, Moscou, 1914 (tradução alemã citada na nota 23).

30. Bogdânov, *Empiriomonism*, Livro III, São Petersburgo, 1906, p. 89.

31. Bogdânov, *Kulturnie zadachi nachego vremeni*, cit., p. 9.

ficou do seguinte modo a sua tese de que a ideologia organiza a experiência, dando-lhe a forma do saber: a divisão da sociedade em grupos sociais e classes é um resultado do progresso quantitativo e qualitativo da técnica. Os grupos sociais se formam com o desenvolvimento da especialização; já as classes se formam em decorrência da apropriação progressiva de funções sociais organizativas e executivas. A subdivisão da sociedade em grupos e classes produz diferenças fundamentais do ponto de vista da seleção social. Os grupos e classes sociais tornam-se complexos sociais duradouros, definitivos, quando desenvolvem ideologias determinadas, diferenciadas, que condicionam a direção da seleção social no interior dessas coletividades. A formação dos grupos sociais ocorre com base em duas tendências alternadas: a diferenciação da técnica, que determina a existência de especializações diversas e separadas, e a integração, que leva à analogia e unidade nas funções especializadas da produção. Do ponto de vista histórico, o desenvolvimento da técnica até chegar à indústria mecânica é dominado pela primeira dessas tendências; o quadro que engloba os grupos sociais é tão nítido e estável que permite a longuíssima duração que caracteriza, por exemplo, a instituição das corporações. Mas, depois, a acumulação e a organização da experiência técnico-social leva à preponderância da tendência à integração; nos campos mais diversos, porém sobretudo na indústria mecânica, são elaborados métodos gerais, os limites da especialização se tornam menos rígidos, as ideologias dos grupos sociais se aproximam e se fundem entre si, enquanto a unidade dos métodos de trabalho não elimina absolutamente a fragmentação da sociedade em grupos sociais. O fracionamento da sociedade em classes tem início nos primeiríssimos estágios da diferenciação e é consequência da relação particular que existe entre a função do organizador e a da ideologia social. "O organizador é a forma personificada da adaptação organizativa; a ideologia é a forma sem rosto"³². O organizador vive e trabalha, e a ideologia sempre se desenvolve com base numa determinada situação da energia social: com base na predominância da apropriação e aquisição de energia sobre a sua perda no processo imediato de trabalho, ou seja, no processo técnico. Por esse motivo, os primeiros inventores da ideologia são os elementos que organizam a sociedade, onde a ideologia por eles criada é unitária e vale para toda a sociedade. A ideologia elaborada pela parte organizativa da socieda-

32. Na concepção bogdanoviana de ideologia, na qual a ideologia não é entendida como mecanismo, o grau de "adaptação" às condições da era técnico-científica desempenha um papel de particular importância.

de conserva o seu significado completo para ambas as partes da sociedade, enquanto o conteúdo organizado pela ideologia for efetivamente vinculante para ambas as partes. Se as coisas não forem mais assim, se o conteúdo real, a vida das duas partes da sociedade se tornar radicalmente diversa (por exemplo, no início da época da escravidão, quando a parte superior da sociedade se dedica ao intercâmbio comercial, enquanto a inferior permanece ligada à economia natural), então começa a divisão ideológica das classes: a ideologia da classe superior contradiz a experiência prática e as necessidades da classe inferior, uma contradição que se torna cada vez mais aguda. A função organizativa da classe superior lhe permite organizar a vida da classe inferior com base em normas que não correspondem às condições de vida dessa última classe. Essas normas têm, para a classe oprimida, o significado de uma potência exterior e hostil – de modo análogo às forças da natureza –, mas à qual se deve necessariamente adaptar. Aqui reside o conteúdo de classe primário e fundamental, o ponto de partida para o desenvolvimento de toda luta de classe. Entre os diversos tipos históricos da evolução de classe, dois têm uma importância eminente: a escravidão e o capitalismo. Todos os outros tipos – por exemplo, o feudalismo – podem ser reduzidos a esses dois, nos quais se transformam quando sua evolução atinge um determinado nível. Esses dois tipos do desenvolvimento de classe se correspondem, no sentido de que a classe organizadora, que se afasta progressivamente do processo técnico da produção, perde no curso do tempo sua função organizativa real, e se transforma numa classe parasitária; degenera e, desse modo, perde também sua força social. Os dois tipos se distinguem entre si por causa dos respectivos pontos de partida e dos resultados sociais últimos. O tipo antigo do desenvolvimento de classe se baseia no princípio patriarcal, na escravidão da economia natural, e depois se complexifica com o intercâmbio comercial, que de resto envolve apenas os estratos superiores da sociedade. A influência dos donos e organizadores se estende a toda a existência dos escravos; o vínculo que liga senhores e escravos é estático, ou seja, não pode ser dissolvido pela vontade do escravo, mas somente por aquela do senhor. Esse tipo de desenvolvimento de classe faz do trabalhador um instrumento da produção. Portanto, o progresso técnico cessa. Uma ideologia do escravo não pode se formar, não vai além do estado germinal; falta a luta de classe. A decadência de ambas as classes ocorre na forma de um colapso de toda a sociedade. O tipo capitalista do desenvolvimento de classe se inicia com a organização pequeno-burguesa da troca. O papel organizativo do empresário é limitado a uma determinada parte da vida do trabalhador, ou seja, à jornada de trabalho. A relação que liga empresário e trabalhador é móvel, ou seja, pode ser objeto de contrato. É

por esse motivo que a massa de trabalhadores individuais se transforma progressivamente numa coletividade compacta, que adquire a capacidade de desempenhar a função governamental em proporção crescente e ilimitada. O rápido progresso técnico, próprio desse tipo de evolução, estimula o rápido desenvolvimento das ideologias de classe opostas e da luta de classes. Isso provoca o colapso da classe que foi a dos organizadores e transforma a sociedade: o desenvolvimento contraditório da sociedade de classes deixa lugar a uma evolução integral e harmoniosa. A espontaneidade extra-social e a social são ambas e igualmente superadas pela força organizativa e planificadora da humanidade; e o domínio dessa última sobre a natureza cresce ilimitadamente³³.

Se a ideologia tem um papel excepcionalmente importante na teoria de Bogdânov, não é contudo o fator primário no plano da causalidade social, como por vezes se afirma: a ideologia não desempenha de nenhum modo uma função autônoma no desenvolvimento social. Toda transformação estruturalmente relevante tem sua razão de ser na técnica, e não na ideologia. Segundo Bogdânov – que desse modo se liga deliberadamente ao marxismo –, a base da evolução social é constituída pelo progresso técnico; toda transformação progressista das formas sociais é resultado do processo técnico. Mas a importância da ideologia não é menor que a da técnica; sua importância tem simplesmente “caráter diverso” que a da técnica³⁴. Assim, já num ensaio publicado em 1902, *Razvitie zizni v prirode i v obchestve* (*O desenvolvimento da vida na natureza e na sociedade*), Bogdânov sublinha a estreita conexão – ou melhor, concatenação – entre técnica e ideologia. O progresso técnico – explica ele – ocorre através de invenções, as quais, por sua vez, são a soma de todos os conhecimentos, técnicos e abstratos, de que dispõe o inventor; o trabalho do inventor baseia-se no material do conhecimento, na técnica (estrutura), assim como nos métodos do conhecimento, na ciência (superestrutura). Sem esses pressupostos “ideológicos”, quase todas as descobertas não teriam absolutamente ocorrido. O grau de perfeição de uma invenção, por isso, é determinado pela quantidade e qualidade desses pressupostos. Dessa interdependência entre técnica e ideologia, Bogdânov retira a conclusão de que o

33. A. Bogdânov, “Istoricheski monism: Klassi i gruppi”, in *Empiriomonism*, cit., Livro III, pp. 139-142.

34. Cf., a esse respeito e para as posteriores elaborações de Bogdânov, o ensaio “Razvitie zizni v prirode i v obchestve”, in *Iz psilogui obchestva*, São Peterburgo, 1904, pp. 81-87.

conhecimento é a experiência laborativa organizada da sociedade. Essa idéia – sublinha – não contradiz a concepção marxista da técnica como base da vida social, por dois motivos: 1) as formas do conhecimento, como todas as demais formas ideológicas, constituem certamente o material e a condição do desenvolvimento social, mas não são a força motriz dessa evolução; o impulso para a formação de novas formas provém da esfera técnica; é aqui que tem início todo processo de transformação social; 2) deve-se considerar qual é o significado da ideologia em geral: a ideologia é uma forma organizadora e o que ela organiza é, em última instância, o processo técnico; dessa maneira, ela está, por assim dizer, circunscrita no interior da moldura do próprio processo técnico, que determina – num sentido muito geral – o seu conteúdo. A influência que a ideologia exerce sobre o desenvolvimento técnico, por conseguinte, tem suas raízes na esfera da própria vida técnica ³⁵.

Segundo Bogdânov, a ideologia é importante também por causa das grandes e numerosas descobertas científicas que são feitas por especialistas e pesquisadores, sobretudo depois do fim do século XIX, e que levam com freqüência, diretamente, ao surgimento de novas formas técnicas. Mas também aqui – embora nem sempre de modo evidente – a descoberta é sempre resultado de novas experiências de trabalho, que são realizadas no âmbito da vida técnica em sentido estrito, ou seja, na “base técnica”. A pesquisa científica que leva a resultados técnicos extremamente importantes (como os raios X de Röntgen ou o *radium*) não é apenas um processo ideológico; sua parte fundamental é constituída pelo trabalho técnico. Entre o laboratório químico de um estudioso ou especialista universitário e o laboratório químico de um técnico de fábrica não existe – segundo Bogdânov – nenhuma diferença essencial.

Portanto, se a ideologia não pode jamais ser o primeiro motor da transformação das formas sociais, ou seja, do desenvolvimento social³⁶, a tarefa da ideologia – para Bogdânov – é a de organizar essas for-

35. Cf., sobre isso, também a definição de ideologia que Bogdânov formula no prefácio à reedição de seu *Kratki kurs ekonomicheskoi nauki*, Moscou, 1919 (o livro foi reeditado nove vezes entre 1897 e 1906): “A ideologia é o instrumento organizativo da vida econômica e, por conseguinte, é uma condição importante para o desenvolvimento econômico” (citado na tradução inglesa da edição russa de 1919: A. Bogdânov, *A Short course of economic science*, Londres, 1925).

36. Bogdânov, *Empiricismism*, cit., Livro, III, p.66.

mas que nascem do desenvolvimento técnico e que transformam a sociedade: ou seja, é a de torná-las conscientes. Essa função da ideologia – o desenvolvimento da consciência – é designada como sua “tarefa cultural” (na teoria de Bogdánov, está indubitavelmente presente um traço ativista, para não dizer voluntarista). As “tarefas culturais” consistem em nuclear – a partir do material oferecido pela “base técnica” – formas de pensamento, “imagens do mundo” correspondentes, para depois organizá-las nos diferentes campos, como a filosofia, a ética, a arte, a política. Dado que as últimas conquistas técnicas se encontram na grande indústria mecânica; e dado que o estágio último dos métodos técnicos e da experiência laborativa técnica está encarnado na parte mais avançada do proletariado industrial, a principal “tarefa cultural” dos ideólogos de seu tempo, segundo Bogdánov, é a de organizar a consciência dessa classe: a “cultura proletária”, ou seja, a ciência proletária, a filosofia proletária, a arte proletária, a moral proletária e, sobretudo, as organizações políticas proletárias.

Mas a “cultura proletária”, que deve articular sistematicamente os resultados e os métodos do saber atualmente adquirido com a experiência laborativa coletiva, com a práxis da classe operária, só pode ser elevada à consciência – ou seja, organizada – por quem dispuser dessa experiência de classe. Por conseguinte, essa “tarefa cultural” cabe ao próprio proletariado, e não aos “teóricos estranhos ao coletivo”, pertencentes à *intelligentsia* burguesa”. Se é verdade que a base da existência do proletariado é o processo técnico ou a produção, e que essa é também a fonte da luta social, econômica e política, é também verdade que ambos os setores são determinados em igual medida pela experiência coletiva. Porém, a mais importante das duas esferas – a técnica do trabalho – é profundamente estranha e desconhecida pelos “ideólogos da *intelligentsia*”. Especializados em “problemas sociais”, os intelectuais quase não conhecem o aspecto físico da produção, e não têm sequer um conhecimento sério e fundamentado da ideologia que corresponde à produção (ciências técnicas e naturais). Inclusive no interior de sua especialização – a ciência da sociedade e seus problemas –, os intelectuais não dispõem de relação direta com a vida prática, concreta, como é o caso do operário. É evidente que essa “*intelligentsia* estranha”, que pode certamente ser útil aos operários em suas organizações, em sua atividade política e sindical (embora precisamente aqui

37. Bogdánov, *Kulturnie zadachi nacheho vremeni*, cit., pp. 68-69.

ela atue freqüentemente em sentido oportunista), é absolutamente inútil para as “tarefas culturais” da classe operária. Não os “varegos” – como Bogdânov designa os intelectuais burgueses do povo escandinavo, aos quais se atribui a fundação do Estado russo –, mas a “nova *intelligentsia*”, nascida do próprio proletariado é que pode criar a “cultura proletária”.

Nesse ponto, por assim dizer, o círculo se fecha: desde o início e, sobretudo, depois da revolução de 1905, na emigração, e na Rússia depois de 1913 e até os anos 20, ou melhor, até sua morte, todos os esforços de Bogdânov – na teoria e na prática – foram dirigidos no sentido de contribuir para a formação da consciência, da ideologia do proletariado, para organizar suas faculdades criadoras e humanas: mediante a criação de uma literatura propagandística; da instituição de escolas de partido, que na realidade eram sobretudo “escolas operárias superiores”; da primeira universidade proletária, criada em Moscou em 1918; de seu projeto de uma nova enciclopédia proletária; do movimento do *Proletkult*; e, finalmente, dos experimentos (fatais para ele) de transfusão de sangue, realizados na qualidade de médico e pesquisador, que deviam contribuir para prolongar a vida na sociedade futura, criada pela “cultura proletária”.

Bogdânov não podia negar que ele próprio pertencia à *intelligentsia*, aos “corvos brancos” tão desprezados, ou – como ele dizia – às “aves de arribação”. Mas, por um lado, tentou minimizar o peso desse fato – que representou seguramente um problema em sua batalha a favor da autonomia do proletariado e contra a *intelligentsia* –, recordando a sua própria formação científica e técnica, a qual, segundo sua teoria, colocava-o no mesmo plano dos técnicos e dos especialistas dos laboratórios industriais: os pesquisadores e técnicos encarnam igualmente a experiência técnica e a experiência laborativa e, por isso, a ideologia das forças produtivas da sociedade; são os dois lados da “balança” da indústria moderna³⁸. Por outro lado, Bogdânov buscou conscientemente liberar-se da mentalidade da *intelligentsia*, ou seja, do individualismo burguês, como provam sua filosofia do coletivismo e, sobretudo, seu comportamento constantemente dirigido no sentido do coletivo (segundo Bogdânov, toda referência à individualidade, ao

38. Sobre o “equilíbrio” e a harmonia na produção moderna e na nova sociedade, cf. mais adiante.

pensamento individual³⁹, à personalidade singular e autônoma, e, sobretudo, à autoridade, é uma absolutização do pensamento e, por conseguinte, significa “fetichismo”). Em que medida essa sua tentativa teve êxito? Trata-se de uma pergunta difícil de responder no âmbito deste ensaio.

5. Coletivismo: a ideologia da sociedade futura

Precisamente esse “fetichismo”, personificado por “chefes ideológicos” e sobretudo por Lênin e Plekhânov, deve ser suprimido, de uma vez para sempre, da “cultura proletária”, uma cultura enraizada na “união dos homens num novo coletivo”⁴⁰. “A consciência de classe do proletariado é sua revolução ideológica, que precede a revolução social geral. Aqui ocorre em toda linha a destruição coerente e firme do grande fetichismo, em todos os seus aspectos e manifestações”: o escrito *Padenie velikogo fetichisma* (*A queda do grande fetichismo*), no qual Bogdânov analisa a “crise atual da ideologia”, é também uma defesa apaixonada do novo coletivo dos trabalhadores e uma argumentação em favor da destruição do comportamento individualista e autoritário dos “chefes ideológicos”, que não permitiram a formação da “autoconsciência coletiva”⁴¹. O fato de que a ideologia coletivista, pelo menos em forma embrionária, já surge na época do capitalismo (e, portanto, antes mesmo da existência de um modo de produção verdadeiramente coletivo) é algo que Bogdânov buscou explicar, observando que – com base na indústria mecânica e na técnica moderna – desenvolve-se um novo tipo de relação de trabalho e de colaboração dos operários, a “solidariedade entre camaradas”, que gera um tipo novo de cultura correspondente, a “cultura proletária” ou o coletivismo.

Em que consiste o novo caráter do trabalho que justifica o coletivismo, a ideologia da sociedade do futuro? Na forma de uma série de perguntas e respostas – o modelo didático preferido por Bogdânov em

39. Isso chega a ponto de levar Bogdânov, que tinha a maior familiaridade com as teorias sociais de seu tempo, a não designar nem tais teorias nem seus autores em nenhuma de suas obras, embora a influência delas sobre a teoria de Bogdânov – como, em certo sentido, sobre a de Sorel – seja evidente: todas essas idéias eram, para ele, o produto de experiências coletivas e não tinha importância nenhuma o fato de que um determinado indivíduo concreto fosse quem converteu essas experiências da coletividade em conceitos teóricos. O mesmo vale para todos os “bolcheviques de esquerda”, como Lunat-chárski, Volski, etc., que jamais se dignam a mencionar qualquer autor individual.

40. Bogdânov, *Kulturnie zadachinachego vremeni*, cit., p. 83.

41. Bogdânov, *Padenie velikogo fetichisma. Sovremeni kredis ideologii*, Moscou, 1910, pp. 114-115.

numerosos escritos dirigidos diretamente aos operários –, ele enfrentou esse problema em *Ciência da Consciência Social*, uma obra nascida das aulas ministradas nas escolas de partido de Capri e Bolonha, publicada pela primeira vez em 1914, reeditada em 1919 e 1923, e usada como manual nas escolas soviéticas de partido durante os anos 20.

Lemos nela que, à diferença do trabalho manual, que requer o emprego direto da força física do trabalhador, o trabalho da máquina significa que o operário dirige a máquina. A nova forma de trabalho é, ao mesmo tempo, “executiva e organizativa”, e, portanto, une as características das duas formas de trabalho que, no passado, eram nitidamente separadas: por um lado, a do “organizador” que regula as ações do executor e supervisiona a produção; por outro, a do operário que executa. As novas condições técnicas elevam o nível da consciência técnica e da inteligência geral do operário, de modo que o papel do engenheiro não se distinguirá mais qualitativamente do papel do operário: o “organizador” trabalha com os mesmos métodos do “executor”, embora o primeiro disponha de um estoque de dados técnicos mais abundante; desse modo, as forças laborativas fundem-se num único tipo e distinguem-se apenas pelo grau de desenvolvimento. O desenvolvimento ulterior da técnica – as máquinas que se regulam automaticamente e o tipo, ainda superior, de máquinas que se regulam automaticamente – elevará ainda mais o nível das forças laborativas “simples” e levará necessariamente a uma homogeneidade absoluta com o trabalho científico-organizativo do engenheiro.

Uma colaboração desse tipo, condicionada pela homogeneidade do trabalho na produção mecanizada e fundada na consciência, é “solidária”. Mas, embora a indústria mecânica provoque uma grande difusão da solidariedade entre os operários, essa solidariedade não pode se desenvolver perfeitamente e realizar todo o seu significado no processo de trabalho direto da época contemporânea: e isso porque, enquanto subsistir o sistema capitalista, o “organizador” conserva o domínio científico-organizativo da fábrica, e as decisões fundamentais e determinantes para a produção são tomadas sem que os operários sejam consultados. O coletivo solidário dos trabalhadores, que não só executa todos os trabalhos em comum, como ocorre no capitalismo, mas delibera e decide sobre eles também em comum, pressupõe a “transformação de toda a estrutura da situação econômica” e a “ascensão das forças laborativas a um nível mais elevado (...), de modo a que também os organizadores sejam incluídos no coletivo de camaradas, como colaboradores que superam os outros somente por grau, mas não pelo tipo de preparação”⁴². Analogamente, é impossível – nas

42. Bogdánov *Die Entwicklungsformen*, cit., pp. 198-199.

condições do capitalismo – alcançar sequer o ponto mais alto da tecnologia, o pressuposto técnico para a “cultura do coletivismo”: a introdução de máquinas auto-reguladoras, que representam para Bogdânov a quintessência do domínio do homem sobre a natureza; e a absoluta identificação do operário com o engenheiro, ou seja, a supressão das diferenças de classe. Esses mecanismos auto-reguladores, extremamente complicados, só se tornarão possíveis quando a idéia diretiva da economia não for mais a exploração, porém o interesse dos produtores e da produção, isto é, numa organização coletivista. O mecanismo auto-regulador permanece estranho ao capitalismo, porque demandaria máquinas muito caras; a estrutura capitalista, em vez de tender ao aperfeiçoamento das máquinas, pensa apenas nas vantagens que elas oferecem ao empresário⁴³. Porém, quanto mais evoluído for o tipo de máquinas, quanto mais forem complicados e exatos os seus mecanismos – quer a sua automatização, quer os reguladores e indicadores do seu movimento –, tanto mais cedo o operário deixará de ser escravo da máquina; na substância de sua existência entram elementos do trabalho organizativo, e ele se torna necessariamente o “guia” pensante, o “organizador”.

O único lugar onde o coletivo operário já tem uma função deliberativa e não só executiva é a organização de classe do movimento operário. “No âmbito da luta de classe, os trabalhadores são um partido autônomo”⁴⁴, todavia, esse “nexo de solidariedade” não é perfeito, e novamente se manifesta a preocupação de Bogdânov com os elementos autoritários e ligados à cultura burguesa que sobrevivem ainda na classe operária, sobretudo no interior das organizações partidárias: a subordinação passiva, a confiança cega na autoridade, a fé acrítica nos chefes e a conseqüente falta de iniciativa dos operários em relação aos dirigentes⁴⁵. Mas as condições da luta de classes e a disciplina coletiva do proletariado industrial que está ligada a tais condições – já que a força de trabalho no capitalismo é móvel, hoje o indivíduo trabalha

43. Em condições capitalistas, os modelos mais altamente desenvolvidos da técnica moderna se encontram somente onde o empresário é o Estado e onde não está em questão a economia no preço das máquinas, mas sim a exatidão, a perfeição e velocidade, ou seja, na técnica militar; é o caso, por exemplo, de máquinas auto-reguladoras como a Torpedo, uma máquina náutica para a destruição de navios, que se movimenta automaticamente e que auto-regula os seus próprios movimentos submarinos; cf. sobre isso, Bogdânov, *Die Entwicklungsformen*, cit., pp. 195 e ss. Mas, sobre isso, cf. – já no livro de Bogdânov *Kratski kurs*, cit., de 1906 – o capítulo “Socialistheskoi obchestvo”, no qual, porém, falta o exemplo das mais recentes máquinas de guerra.

44. Bogdânov, *Die Entwicklungsformen*, cit., p. 199.

45. Essa ligação obrigatória do proletariado com a sociedade burguesa é ilustrada em

com um camarada, amanhã com um outro, ou mesmo, com frequência, hoje num setor, amanhã em outro – significam que todo operário torna-se um camarada de trabalho de todos os outros. O novo tipo de ideologia, a cultura coletivista, caracterizada pela idéia e pelo ideal da coletividade laborativa, portanto, nasce sob o capitalismo, na época da produção mecânica, mas não pode chegar ao poder no âmbito do capitalismo e, por conseguinte, só pode configurar-se como um tipo de classe, o tipo proletário, que conseguirá predominar somente num sistema de produção socialista, quando constituirá o modelo de toda a sociedade futura, não dividida em classes, um modelo para toda a humanidade. “Aqui, a colaboração deve ser entendida como a comunhão econômica da sociedade”; a harmonia e a força do coletivo tornam-se “a essência do progresso humano” em geral⁴⁶. A ideologia da classe torna-se universal, a própria classe se transforma no coletivo solidário de toda a humanidade, ou melhor, do mundo inteiro⁴⁷. A “cultura proletária” torna-se assim a cultura socialista da humanidade; a função de classe é irrelevante, a alienação é suprimida. Nesse momento, já não conta mais a consciência burguesa do indivíduo, a pessoa como unidade particular independente, como centro autônomo de interesses, aspirações e conhecimentos, mas só a nova consciência, o coletivo e o “homem novo”, o coletivista. Aqui, todos serão operários e todos satisfarão, no próprio âmbito do trabalho, a sua força criadora, que nasce de uma superabundância de energia laborativa. A sociedade futura continuará a se desenvolver apenas no sentido de uma harmonia cada vez maior⁴⁸.

O sistema de trabalho na sociedade coletivista é definido como “organização harmoniosa”. As relações entre os trabalhadores são absolutamente iguais, sem luta; e isso porque não existe mais ne-

termos ainda mais explícitos por Bogdánov, no prefácio de 1925 à edição alemã do primeiro volume da *Allgemeine Organisationlehre*, como um resultado da especialização dos membros singulares, que destrói a homogeneidade da coletividade, gerando não só desconfiança recíproca, mas também verdadeiros e concretos dissídios entre os membros da coletividade; Bogdánov aduz como exemplo específico a separação entre os estratos superiores qualificados e os estratos inferiores não qualificados na Segunda e na Terceira Internacionais, ou as tendências “corporativas” no movimento sindical, bem como a diferença entre programa e tática nos sindicatos, nas cooperativas e nos partidos políticos da classe operária (cf. A. Bogdánov, *Allgemeine Organisationlehre: Tektologie*, vol. I, Berlim. 1926. p. 11).

46. Bogdánov, *Die Entwicklungsformen*, cit., p. 37.

47. *Ibid.*, p. 200.

48. Bogdánov, *Kratki kurs ekonomitcheskoi nauka*, cit., p. 285.

nhuma autoridade, e cada um pode abandonar sua especialização por outra.

O sistema de pensamento fundado nessas relações de trabalho será monista-harmonioso, porque o ideal do trabalho e o conhecimento se identificarão. A organização solidária de toda a vida humana tem lugar com base num pensamento universalizado, monista; o pensamento monista é o princípio geral de organização de um mecanismo social que governa a organização ao modo de um sistema de regras, ou a controla segundo planos preestabelecidos. A harmonia absoluta significa a irrelevância de conceitos como liberdade e felicidade. Reina a atemporalidade de um "autônomo social", que renova e perpetua a si mesmo.

Esse sistema de pensamento, correspondente ao ideal da dominação coletiva da natureza – ou seja, a ideologia do coletivismo –, foi criada por Bogdânov no *Empiriomonismo* (em três volumes), onde são traçadas as bases filosóficas de uma teoria geral da sociedade coletivista, ou da organização da humanidade coletivista. A argumentação em favor da estreita conexão entre ideologia e progresso técnico, desenvolvida no *Empiriomonismo*, torna-se a ideologia do próprio processo técnico (da experiência e conhecimento técnico). O empiriomonismo é uma concepção do mundo laborativo e social. A ideologia é definida como "organização dela mesma, proletária por suas tendências, uma ideologia cognoscitiva do processo técnico, que, em seu esquema geral, reproduz os lineamentos fundamentais da estrutura da sociedade contemporânea"⁴⁹.

Do *Empiriomonismo*, o itinerário mental de Bogdânov leva coerentemente, através da "cultura proletária", à elaboração de um saber que recolhe e sistematiza cientificamente em si toda a experiência organizativa, a *Vseobtchaia organizacionaia nauka: Tektologuia* (*Ciência geral da organização: tectologia*). A obra foi concebida logo depois da atividade didática realizada nas escolas de partido de Capri e Bolonha; Bogdânov publicou a primeira parte em 1913, ao passo que a segunda, embora concluída em 1916, saiu apenas depois da Revolução de Outubro; uma edição completa das duas primeiras partes, enriquecida com uma terceira, intitulada precisamente *Tektologuia*, foi publicada em 1922 (quando os capítulos mais importantes já tinham sido editados na revista do Proletkult, a *Proletarskaia kultura*, em 1919-1920). Em 1927, saiu uma terceira edição, e uma última reelaboração da ter-

49. Bogdânov, *Empiriomonism*, cit., Livro III, p. 159.

ceira parte foi publicada em 1929, depois da morte de Bogdânov, também com o título *Tektologuia*.

Nessa obra verdadeiramente monumental, e que o próprio Bogdânov define como uma “teoria geral da natureza”, ele tenta demonstrar “que toda atividade humana no campo da técnica, da práxis social, da pesquisa científica e da arte pode ser considerada como material da experiência organizativa, e estudada do ponto de vista organizativo”⁵⁰; e isso porque a humanidade não conhece nenhuma atividade, nenhuma tarefa que não seja de tipo organizativo. E se a natureza é uma organização externa às finalidades humanas, “a técnica é uma organização em vista das finalidades humanas”⁵¹. A fórmula “do velho mestre do socialismo científico, Friedrich Engels, ‘produção dos homens, produção das coisas, produção das idéias’ ” deve ser “enunciada mais exatamente”, levando-se em conta os fatos da experiência e as idéias surgidas a partir dos últimos desenvolvimentos da ciência e da técnica. Segundo Bogdânov, essa fórmula deve agora soar assim: “Organização das forças externas da natureza, organização das forças humanas, organização da experiência”⁵². Ou, em outras palavras: no plano técnico, a sociedade organiza o mundo exterior; no econômico, organiza a si mesma; e, no ideológico, organiza a própria experiência e as próprias vivências.

A unidade dos métodos organizativos é imposta pelos últimos desenvolvimentos da técnica e da ciência⁵³. A tarefa da “tectologia” (para Bogdânov, esse termo – do verbo grego *tektaiologai*, “eu construo” – é o sinônimo mais preciso do conceito moderno de “organização”) consiste na sistematização da experiência organizativa; ou seja, a tectologia tem a tarefa de conceber todas as ciências como instrumentos para a organização de um único processo social de trabalho, ao qual se deve dar uma forma incondicionalmente harmoniosa e unitária; de fazer desses instrumentos uma unidade harmoniosa e acabada e de elaborar métodos e pontos de vista gerais, que liguem entre si todas as ciências particulares. A meta é uma ciência “monista” unitária, que construa um sistema dos métodos e das leis comuns que estão na base de todos os setores particulares. A base comum dessa ciência “predominará cada vez mais sobre os seus aspectos especializados, em relação direta com sua evolução”; depois, desaparecerá a divisão em seto-

50. Na falta do original russo, cito da edição alemã: *Allgemeine Organisationlehre: Tektologie*, Berlim, 1926, vol. I, p. 19.

51. *Ibid.*, p. 23.

52. *Ibid.*, p. 21.

53. *Ibid.*, p. 47.

res particulares, e “a passagem de um para outro tornar-se-á tão possível e fácil quanto a passagem de uma especialidade para outra no interior da produção industrial”⁵⁴.

Quanto mais a ciência se desenvolver em sentido “monista”, tanto mais a filosofia – concebida como tentativa de unificar conhecimentos dispersos e fragmentários – perderá sua razão de ser; portanto, no final, a filosofia não será mais necessária: em parte, simplesmente desaparecerá, e, em parte, se dissolverá na ciência monística. A universalidade da filosofia consistia, no passado, em encontrar uma síntese da experiência, representada por uma imagem do mundo harmoniosa e unitária. Mas o postulado da unidade universal assegurada pela filosofia – “a tranqüila consideração da unidade” – revela-se ingênuo, na época da especialização das ciências. A tectologia, que tem a característica de proceder à solução dos problemas especiais somente quando antes foram generalizados – esse é seu sentido e sua razão de ser –, não “encontra” a síntese na experiência, ao contrário da filosofia, mas a cria. O seu procedimento é ativo e organizativo. É superior à filosofia, porque sua universalidade tem um caráter ao mesmo tempo científico e prático. A undécima tese de Marx sobre Feuerbach – “até hoje os filósofos se limitaram a interpretar diferentemente o mundo; trata-se agora de transformá-lo” – torna-se o lema e a legitimação da tectologia; e o próprio Marx é definido como “grande precursor da teoria da organização”⁵⁵. Já que as leis da organização são necessárias, antes de mais nada, para a práxis; e já que a inteira experiência organizativa da humanidade entra no âmbito da tectologia, ela é “revolucionária por natureza”, segundo as palavras de Bogdánov. O desenvolvimento dessa ciência – a ciência própria de Bogdánov – “será um sinal a indicar que os homens conquistaram o domínio crescente da natureza exterior e social, bem como a possibilidade ilimitada de resolver as tarefas da teoria e da práxis segundo planos científicos”⁵⁶.

Na medida em que a filosofia antecipou, com seu trabalho sintético, as generalizações científicas (por exemplo, com a idéia da indestrutibilidade da matéria e da energia), e na medida em que algumas construções filosóficas têm um caráter claramente tectológico, embora não tenham consciência disso (por exemplo, a dialética ou a teoria da evolução de Spencer), essas construções passarão a fazer parte da nova

54. Bogdánov, *Die Entwicklungsformen*, cit., p. 211.

55. Bogdánov, *Allgemeine Organisationlehre*, cit., vol. I, p. 85.

56. *Ibid.*, p. 86.

teoria da organização, e perderão assim o seu caráter especificamente filosófico.

Essa ciência universal dos métodos da organização – uma ciência que generaliza e recolhe num todo unitário todos os diferentes métodos e setores particulares da ciência – é, para Bogdânov, a “ciência do futuro”, a “metodologia do mundo”⁵⁷.

Como setor distante da práxis, a filosofia está agora perto da morte, como escreve Bogdânov em 1911. O próprio empiriomonismo não é absolutamente uma filosofia completa e acabada, mas uma forma de transição, já que conhece seu caminho, sabe a quem deve ceder o lugar. Não é um fim último, mas a premissa imediata de uma nova sistematização:

“O início de uma nova ciência geral será colocado nos próximos anos; o seu florescimento nasce daquele gigantesco e febril trabalho organizativo que criará a nova sociedade e realizará o tormentoso prólogo da história da humanidade. Esse tempo, de resto, não está muito distante”⁵⁸.

Em sua “teoria da organização”, Bogdânov determinou as características da direção planificada dos processos sociais, bem como os princípios que a consciência humana deverá seguir para alcançar uma dominação completa da natureza, da técnica e da economia; e o fez com uma abundância de detalhes que exigiria uma análise bem mais ampla do que poderíamos fazer neste local. As edições de *Tektologuia* publicadas depois de 1917 são enriquecidas com textos onde Bogdânov se ocupa com a organização da sociedade soviética. Suas idéias sobre a organização planificada da produção – o próprio Bogdânov foi, durante algum tempo, membro do Conselho Superior de Economia –, assim como sua teoria do equilíbrio (conhecida hoje na cibernética como sistema do *feedback*), desempenharam uma função extremamente importante na planificação soviética dos anos 20: um outro problema que tem sido até hoje ignorado pelos estudiosos.

Finalmente, a “ciência geral da organização” de Bogdânov encontrou expressão ainda numa forma completamente diversa, surpreendente: em Marte, onde um aluno de Marx (o Marx de Marte se chama Xarma) ilustra as teorias de Bogdânov. No romance *Kranaia*

57. Cf., sobre isso, o capítulo “Nauka budutchego”, in A. Bogdânov, *Filosofia zivogo opita*, Moscou, 1920; Bogdânov redigiu essa obra em 1909-1910, quando ainda trabalhava na escola de partido de Capri, ou no período imediatamente subsequente.

58. *Ibid.*, p. 255.

zvezda (*A estrela vermelha*), escrito em 1906, ainda durante a revolução, e publicado em 1908, Bogdânov descreve a imagem do “novo mundo” e da sua organização; a obra tem características, ao mesmo tempo, de romance policial e de utopia, segundo um modelo proposto em certo sentido no *Que fazer?* de Tchernichévski. Já no *Empiriomnismo*, Bogdânov formulara um juízo fundamentalmente positivo da utopia, definindo-a como “atividade imperturbável na luta pela vida”. O pedagogo Bogdânov considera que a exposição de uma utopia política em forma de romance (em 1922, o próprio Bogdânov escreveu um outro romance utópico, *Inzener Menni*, ou *O Engenheiro Menni*) é um instrumento político-didático capaz de tornar acessível aos operários a idéia da sociedade coletivista do futuro: com efeito, apresenta-a às massas sob forma de imagens eficazes para elas, e não somente como teoria; e, desse modo, trabalha com a fantasia e imaginação dessas massas. O coletivismo descrito em *A estrela vermelha* (e ilustrado pelos exemplos da educação, da família, da alimentação, da velhice, da doença e da morte, do trabalho, da ciência, da socialização) deve seu funcionamento excelente a uma máquina administrativa estatística central, que registra e controla os processos de trabalho, a produção e a produtividade das empresas, a flutuação das forças de trabalho. Esse mecanismo estatístico, que opera com transmissões e sinais elétricos, assegura à produção o equilíbrio programado, assinalando quais produtos devem ser fabricados, em que quantidades, dentro de que prazos e por qual número de forças de trabalho. As forças de trabalho não ocupadas recebem as informações da central estatística onde quer que estejam; depois disso, vão espontaneamente e em massa para os locais de produção cuja demanda foi indicada, para produzir os bens que estão faltando, na quantidade solicitada. Desse modo, alcança-se o equilíbrio estatístico necessário para o processo de produção e para o bom funcionamento da sociedade, embora todos sejam absolutamente livres para escolher o seu lugar de trabalho e a organização do seu trabalho. Lunatchárski, numa resenha publicada em 1908, definiu a utopia de Bogdânov como “uma profecia da filosofia proletária em processo de nascimento”. A idéia bogdanoviana da ciência como experiência coletiva dos homens e como instrumento para organizar a vida da sociedade está antecipada nessa utopia, onde aparecem realizados o ideal coletivista e a esperança de um completo desaparecimento do individualismo na sociedade perfeita do futuro. O progresso técnico é o único critério da verdade.

Mas, ao lado dessas “grandes” ideologias, ou “ideologias fundamentais”, do empiriomnismo e da tectologia, são analisadas – em numerosos escritos – as outras formas ideológicas do coletivismo, que permitem à humanidade “organizar e planificar suas forças criadoras

e sua vida em todos os campos"⁵⁹; por exemplo, as normas sociais, ou seja, as normas da solidariedade entre camaradas, que substituem as normas jurídicas e morais da cultura burguesa; ou a arte, concebida como instrumento pedagógico e organizativo; ou ainda a criação de uma língua unitária da humanidade, como "forma mais geral de organização para uma cooperação em escala mundial"⁶⁰. O coletivismo – é o que sugere a análise das tendências ideológicas singulares – significa, em todos os terrenos, a supressão da especialização, ou, como diz Bogdánov, retomando uma expressão de Ernst Mach, do "filisteísmo da especialização".

Quanto à unificação lingüística, Bogdánov considera sintomático o fato de que toda nova invenção produza uma inteira série de termos para indicar as partes da máquina, suas funções e o modo pelo qual o operário deve necessariamente comportar-se diante delas; com modificações de escasso relevo, a maioria desses termos é adotada em todas as línguas, e o mesmo ocorre também com a terminologia das ciências exatas. Mas, mesmo em outros campos, o aumento das palavras estrangeiras indica uma interpenetração recíproca das diversas línguas. Portanto, a linguagem – a forma mais originária de organização – pode se desenvolver até se tornar uma língua unitária para todo o processo de trabalho, com base na unidade efetiva, prática, da vida dos homens, ou seja, no coletivismo. Mas – observe-se – Bogdánov não se refere absolutamente às tentativas artificiais de construir línguas internacionais, como o esperanto: trata-se, nesse caso, de produtos típicos de intelectuais e estudiosos ingênuos, que não compreendem o sentido da língua em geral, e que, sem "possuir nenhuma experiência universalmente humana", decidiram abstratamente criar uma língua artificial em meio à luta dos povos e das classes⁶¹.

O novo conceito de arte coletivista não significa absolutamente que toda a arte do passado deva ser condenada e rechaçada, uma crítica que muito repetidamente, em seguida, será dirigida contra Bogdánov pelos adversários do Proletkult, especialmente por Lênin e Trótski. O que ocorre, simplesmente, é que a consciência coletivista entende a arte de maneira diferente. Com a nova arte, o coletivismo transforma a antiga e faz dela um meio pedagógico, um instrumento organizativo para suas próprias finalidades. Por exemplo: no mundo antigo, a

59. *Ibid.*

60. Bogdánov, *Die Entwicklungsformen*, cit., p. 255.

61. *Ibid.*, pp. 225-226.

estátua de uma divindade tinha um sentido religioso, para o artista e para seus contemporâneos; encarnava sentimentos autoritários e era a imagem de um poder organizativo superior. Na época da consciência coletivista, vê-se e sente-se nela o ideal de vida daquele coletivo (comunidade, tribo, estamento) que a produziu através do seu artista, a expressão da comunhão secular da psicologia dos esforços, dos humores e da fé daquele coletivo. E coletivismo tampouco significa que os talentos criadores devam ser recrutados somente no proletariado – Bogdânov sublinhou repetidamente esse ponto em seus escritos, antes e depois de 1917 –, embora seja difícil que um intelectual se sinta profundamente unido à vida coletiva⁶².

O que está na base de todos os programas de Bogdânov no sentido de uma “cultura proletária”, de uma ideologia coletivista, é seu postulado da “revolução cultural no proletariado”: “É a sua revolução socialista interna, que deve incondicionalmente preceder a revolução socialista externa da sociedade”⁶³.

6. A filosofia da luta proletária

O postulado da revolução cultural no proletariado, que deve ter lugar antes da revolução política e econômica, é uma alternativa fundamental à orientação revolucionária do bolchevismo de Lênin. Com efeito, a “teoria da revolução” de Bogdânov se inspira numa interpretação das perspectivas revolucionárias futuras substancialmente diversa da de Lênin: é a “ciência da organização”, que se desenvolve com base nas condições técnicas e econômicas do trabalho no capitalismo, que irá realizar, em última instância, a transformação revolucionária do mundo. “Cultura proletária” significa que o proletariado está maduro para realizar por si só, sem a ajuda dos chefes-ideólogos autoritários, e logo após a revolução, aquela ordem coletivista futura da sociedade que já se anuncia na época do capitalismo, em virtude da sua consciência da “colaboração solidária entre camaradas”; em outras palavras, coações externas e sociais (como o Estado, o domínio, o direito e a moral, usos e costumes, religião e metafísica, e, sobretudo, um grupo elitista privilegiado que dirige o proletariado) não são mais necessárias⁶⁴. O coletivismo – que Bogdânov chama também, indiferentemente, de socialismo ou comunismo – começa imediatamente depois da revolução.

62. *Ibid.*, pp. 211-214.

63. *Ibid.*, p. 224.

64. Sobre essas idéias para o futuro, cf. Bogdânov, *Kratki kurs*, cit., em particular o capítulo final, “Socialisticheskoi obtchestvo”.

Segundo Bogdânov, a base para uma sociedade harmoniosa não podia ser constituída pela mudança pura e simples das relações de propriedade, mas por uma profunda transformação da esfera da produção, onde a divisão do trabalho determinada no curso da história, juntamente com a especialização, havia provocado a fragmentação das idéias e do pensamento e, portanto, as causas da desunião entre os homens. Para tal fim, eram necessárias idéias mais evoluídas acerca da estrutura dessa base, das relações de produção, da ideologia, da consciência, etc. Na base dessas idéias – expostas nas páginas anteriores –, estava a filosofia de Bogdânov, que se apoiava, por seu turno, nos conhecimentos das ciências da natureza: o empiriomonismo.

O próprio Bogdânov identifica a sua “finalidade filosófica última”, o empiriomonismo, com o “ideal de um conhecimento integral e rigoroso”. O empiriomonismo – pode-se ler no terceiro volume de sua obra-prima filosófica – “é a tentativa de dar à nossa época e à classe a que me consagrei inteiramente uma visão do mundo que seja a mais harmoniosa possível”. Era uma tentativa – afirma – que ele empreendera absolutamente só; não aderira a nenhuma das escolas filosóficas propriamente ditas, embora tivesse utilizado as idéias delas como material para as suas elaborações. “Somente a filosofia social de Marx foi algo mais do que um simples material: foi, ao mesmo tempo, a regra e o método do meu trabalho”⁶⁵.

Essa afirmação de independência em relação às “escolas filosóficas” é uma réplica explícita a Plekhânov, o primeiro marxista russo, que – no prefácio a *Kritika nachich Kritkov* (*Crítica de nossos críticos*) – definira e condenara Bogdânov como “defensor das idéias de Mach” e “empiriocriticista”. Ora, nesse texto de 1906, Bogdânov replica: “Sou muito menos ‘machiano’ do que o camarada Plekhânov é ‘holbachiano’; e espero que isso não nos impeça de ser bons marxistas”⁶⁶. Ao mesmo tempo, admite ter aprendido muito com Mach: em primeiro lugar, a idéia de que os elementos da experiência não são nem “físicos” nem “psíquicos”, e que tais características dependem exclusivamente do contexto da experiência. Em que consiste exatamente a influência dos empiriocriticistas sobre Bogdânov, e como Bogdânov se diferencia do empiriocriticismo a fim de justificar o seu próprio sistema, o empiriomonismo (termo cunhado pelo próprio Bogdânov)?

A formação de Bogdânov (descrita em *Empiriomonismo*, em 1906) foi a de uma naturalista; por isso, num primeiro momento, esti-

65. Bogdânov, *Empiriomonism*, cit., Livro III, “Introdução”, p. 11.

66. *Ibid.*, p. XLI.

vera muito próximo do “materialismo dos naturalistas”, com seu monismo gnosiológico rigoroso, com seu objetivismo científico e sua recusa categórica de todos os “fetichismos das concepções religiosas e metafísico-idealistas”. Porém, mais tarde, o “materialismo social” de Marx o convenceria de que o “velho” materialismo dos cientistas naturais era insuficiente⁶⁷. Todavia, mesmo depois de se ter tornado marxista, no sentido da filosofia marxista da sociedade, não sentira nenhuma necessidade de “renunciar à sua velha aspiração a buscar nas ciências naturais a base para a filosofia”. Ao contrário: se se entendia por filosofia a suma da experiência e da ciência, a realização de um sistema completo de conhecimentos, então precisamente a filosofia marxista – até então inexistente – deveria se configurar como filosofia natural. “Precisamente as ciências naturais são a ideologia das forças produtivas da sociedade, já que se fundem na experiência técnica e na ciência técnica; de acordo com a idéia fundamental do materialismo histórico, as forças produtivas da sociedade são a base de seu desenvolvimento em geral”⁶⁸. Criar uma filosofia “unida organicamente à teoria científica do marxismo”: essa é a tarefa que Bogdânov se propõe resolver em *Empiriomonismo* e em numerosos outros escritos. Ele quer conhecer o próprio conhecimento (e isso de acordo com o marxismo, através de uma investigação sócio-genética, o único caminho possível⁶⁹); pretende realizar uma síntese harmoniosa entre os métodos das ciências naturais e sua filosofia, tal como se desenvolveram depois de Marx e Engels, por um lado, e a filosofia social de Marx, por outro.

A influência do empiriocriticismo⁷⁰ derivava do fato de que o materialismo dialético concebido por Engels não podia mais conciliar-se com os conhecimentos das modernas ciências da natureza. As últimas descobertas da física tinham gerado fortes dúvidas sobre a validade do conceito de matéria; o átomo, no qual se vira o último elemento material do mundo, aparecia agora como um centro de energia e de

67. *Ibid.*, p. III.

68. *Ibid.*, pp. XXII-XXIII.

69. *Ibid.*, p. IV.

70. Esse reexame, tanto da influência exercida pelo empiriocriticismo sobre Bogdânov, quanto de seu afastamento dessa orientação, que levou à elaboração de um sistema particular, o empiriomonismo, vale-se de idéias expostas nas aulas ministradas por J. J. Lieber, no início dos anos 60, na Universidade Livre de Berlim.

força. Nas discussões científicas da época, falava-se de um “desaparecimento da matéria”. Os empiriocriticistas Ernst Mach – ele próprio físico – e Richard Avenarius haviam tirado a conclusão de que o mundo é dado imediatamente ao conhecimento humano na sensação. Todos os conceitos usados pelos homens não são mais do que sinais para indicar tais sensações imediatas e conjuntos de sensações; são símbolos mentais, sinais que servem para a comunicação e compreensão inter-humana e a facilitam, mas que não têm nenhum correlato na realidade. São puros símbolos os conceitos de coisa, causa, corpo, átomo, matéria; e também o que é chamado de lei natural não passa no fundo de símbolos mentais, de hipóteses de trabalho. Segundo os empiriocriticistas, a formação de tais conceitos e a formulação de leis naturais, na vida como na ciência, são um processo que tem lugar para que o homem possa poupar atividade cerebral, possa economizar seu próprio pensamento. Esse princípio da “economiamental” significa a recusa de noções materialistas clássicas, como as leis ou a causalidade, que na verdade são conjecturas metafísicas sem nenhum fundamento na experiência. A matéria torna-se um puro símbolo mental para indicar um conjunto relativamente estável de elementos sensoriais; e as categorias de causa e efeito são substituídas pelo conceito funcional da constância de certas conexões. Portanto, embora todo conhecimento possa ser reduzido a sensações e complexos de sensações, a formação dos conceitos é necessária ao homem e à atividade cognoscitiva que lhe é própria: conhecer não é mais do que ordenar as sensações mediante o instrumento do conceito, com o fim de obter a mais simples compreensão recíproca possível e a máxima economia de atividade intelectual possível. Portanto, o pensamento científico tem sobretudo a função de simplificar a comunicação e a compreensão recíproca dos homens acerca de seus conteúdos sensoriais. Mas o filósofo que conhece essa situação deve observar que, no fundo, toda conceitualização ignora a realidade e a contradiz, no sentido de que busca fixar com o conceito, no fluxo de sensações, algo que na realidade não pode ser fixado.

Um dos principais problemas de Mach e Avenarius era o seguinte: como é possível derivar das sensações, que são subjetivas, o caráter objetivo do mundo físico e de seu conhecimento? Bogdánov, que adota a teoria deles, segundo a qual a sensação é o elemento do conhecimento, considera porém que o empiriocriticismo é insuficiente, já que não supera o dualismo entre o físico e o psíquico. E pretende propor por sua vez – indo além de Mach e de Avenarius – um monismo segundo o qual os fenômenos físicos e psíquicos se configuram como elementos, diferentemente organizados, de uma experiência idêntica: os elementos psíquicos são experiência organizada individualmente, os

físicos são experiência organizada socialmente⁷¹. O problema da origem subjetiva e da validade objetiva, universal, de todos os conhecimentos sobre o mundo é resolvido por Bogdânov mediante a hipótese de que a objetividade tem sua razão de ser num hábito e nas convenções sociais. O mundo físico é experiência socialmente concordada, socialmente harmonizada e socialmente organizada. Segundo essa concepção do mundo, conceitos como o tempo, o espaço, a causalidade, a lei, a grandeza, a qualidade, etc., não são propriedade do mundo ou das coisas em si; eles perdem todo caráter objetivo; são simples formas de organização ou de ordenamento das experiências, os únicos instrumentos que permitem ao homem formar um mundo objetivo em geral. Mas essas formas ordenadoras têm validade geral para todos os homens porque se afirmaram com base num acordo recíproco, e obtiveram, por assim dizer, um reconhecimento social. A realidade em seu conjunto, portanto, é o resultado de uma experiência organizativa que tem suas bases nas sensações originariamente dadas e que alcança sua validade universal, em última instância, graças à convenção social que estabelece o uso de determinadas formas e de determinados conceitos ordenadores.

Já que reconhece à convenção social uma função tão decisiva na construção de um mundo cientificamente ordenado e conhecido, Bogdânov crê que não só se manteve fiel ao marxismo e à sua teoria do condicionamento social da consciência, mas que lhe proporcionou ademais uma base filosófica melhor do que a proporcionada por Engels. Demonstra-o com particular evidência o seu conceito de verdade: segundo Bogdânov, a verdade de um pensamento deriva sempre e apenas de sua afirmação num determinado contexto social. A verdade, sobretudo, não é – como para Plekhânov – uma grandeza objetiva, supra-histórica. Verdadeiro, para Bogdânov, é o que é socialmente válido numa determinada época. E, portanto, todo o conhecimento é a técnica de uma organização socialmente útil da experiência e de seus elementos, das sensações. Tal conhecimento só é verdadeiro se ajuda determinados grupos a formarem uma imagem do mundo que torne possível a vida deles. A verdade é “uma máquina mediante a qual se corta, se recorta e se costura a realidade”⁷². A finalidade do conhecimento não é a de compreender a realidade, mas a de organizar adequadamente a nossa experiência a partir de seus elementos.

71. Bogdânov, *Empiriomonism*, cit., Livro I, pp. 35-41.

72. Citado, sem indicação das fontes, por G. A. Wetter, *Der dialektische Materialismus*, Viena, 1958, p. 109.

Assim como o pensamento consiste na organização dos elementos da experiência, toda a atividade humana em geral é, do mesmo modo, uma atividade organizadora. O sentido de toda organização é a criação de estados de equilíbrio entre as mais diversas forças opostas entre si. Mas, uma vez conquistado, todo equilíbrio pode ser novamente perturbado pelo surgimento de forças novas, livres. E, portanto, a luta pelo equilíbrio não se torna apenas o princípio supremo da atividade humana organizativa, mas também a lei de desenvolvimento do mundo e da história; nesse sentido, também a dialética é, para Bogdánov, uma luta para eliminar desequilíbrios que nascem do contraste entre forças orientadas de modo diverso.

Partindo dessa nova fundamentação filosófica do marxismo, que tinha o objetivo de superar o determinismo mecanicista desenvolvido pelos últimos escritos de Engels e pelos de Plekhânov, Bogdánov chegou à concepção da sociedade e da revolução que já analisamos. Sua filosofia assumira a forma de uma “teoria geral da organização”, capaz de ordenar e planificar os estados de equilíbrio da sociedade futura; ele podia assim declarar que sua filosofia estava em condições de transformar o mundo, ou melhor, que era a própria teoria revolucionária. A organização ou transformação planificada do mundo parecia-lhe constituir, por um lado, a necessária inovação com relação ao determinismo e ao fatalismo histórico de Plekhânov; e, por outro, sua tarefa organizativa apelava para a atividade da imaginação humana em vista de um objetivo comum, e concedia espaço à vontade na construção da sociedade futura. Atribuindo tanta importância à experiência organizativa, para o curso da história e para o processo social, Bogdánov atribuía à consciência um papel extremamente importante, ainda que não primário⁷³; por essa razão, ele se distingue radicalmente de seus críticos “ortodoxos”, aos quais objetou conscientemente que a divisão da sociedade humana não pode ser interpretada, esquematica-

73. Os críticos de Bogdánov acentuam insistentemente sua asserção segundo a qual o ser social e a consciência social seriam idênticos (cf. Bogdánov, *Iz psiloguii obtchestva*, São Petersburgo, 1904, p. 51). A frase, contudo, não deve ser entendida fora de seu contexto: no caso concreto, Bogdánov coloca-se contra o dualismo ingênuo de um Plekhânov e seus discípulos, que absolutizaram, “fetichizaram”, a célebre tese da *Crítica da economia política* – “o ser social determina a consciência social” –, na medida em que consideram o ser como algo que está fora da consciência. Bogdánov, ao contrário, considera interpretar Marx corretamente quando insiste no fato de que os fatores econômicos são inseparáveis da consciência: eles não são relações físicas entre corpos, mas as relações de trabalho que os homens têm entre si; o próprio trabalho, de resto, é uma atividade consciente.

mente, apenas através da propriedade dos meios de produção, mas requer também uma explicação mais matizada, que leve em conta a posse da experiência organizativa⁷⁴, sendo assim capaz de atribuir um peso mais relevante do que o marxismo “ortodoxo” à função da ideologia. Naturalmente, não seria o caso de concluir que Bogdânov não creia mais na necessidade de que o proletariado conquiste o poder e que os meios de produção passem para as mãos da classe operária⁷⁵: também para ele, a revolução – a socialização da propriedade – é o pressuposto necessário para a criação da sociedade coletivista-comunista. Mas a revolução não modificará absolutamente o destino dos operários, ou só o fará em proporção irrelevante, se eles forem incapazes de tomar em suas mãos o próprio destino, e, ao contrário, confiarem-no às “autoridades” estranhas à classe. Nesse sentido, a sua teoria da revolução não considera a luta de classe incondicional como o único conteúdo decisivo da consciência proletária, mas atribui uma força “revolucionária” relevante à “cultura proletária”, no significado que já esclarecemos.

O traço ativista, voluntarista, da filosofia de Bogdânov – que quer romper com o materialismo determinista e metafísico dos marxistas “ortodoxos” – liga-se diretamente à definição da essência do bolchevismo que aparece em seus escritos políticos e programáticos: o bolchevismo é organização, consciência do proletariado e vontade de revolução. É significativo o fato de que, em *Materialismo e Empiriocriticismo*, Lênin não entre no mérito do programa político-revolucionário de Bogdânov, de sua interpretação do bolchevismo. Com efeito, sua própria teoria política se baseia numa concepção organizativa do bolchevismo, consciente e voluntarista. E, sob certos aspectos, sua práxis política estava muito mais próxima do ativismo e do voluntarismo de Bogdânov do que do determinismo de Plekhânov. Conscientemente, Lênin evita o debate político sobre esse aspecto. Responde a Bogdâ-

74. Cf., sobre isso, a resenha crítica de Kaustky sobre a tradução alemã do ensaio de Bogdânov, *Entwicklungsformen*, cit.: Bogdânov teria confundido a economia com a técnica, e o modo de produção (“para o qual a forma da propriedade dos meios de produção é absolutamente decisiva”) com o modo de trabalhar, “que, em determinadas condições técnicas, é sempre o mesmo, prescindindo da natureza da propriedade dos meios de produção” (cf. K. Kautsky, “Eine materialistische Geschichte der menschlichen Denks”, in *Die Gesellschaft*, 1925, vol. I, 571).

75. É o que afirma Wetter, *Der dialetische Materialismus*, cit., pp. 112-113.

nov apelando para a “ortodoxia”, para o materialismo determinista de Engels, e retoma *pari passu* os argumentos filosóficos de Plekhânov, inclusive a crítica dogmática a que este submeteu Bogdânov tão logo começaram a ser publicados os seus escritos.

Com isso, Lênin considerava ter refutado a acusação de Plekhânov, segundo a qual o revisionismo de Bogdânov era a autêntica filosofia do bolchevismo e segundo a qual os bolcheviques extraíam seu próprio blanquismo da heresia de Mach, razão por que – na opinião do próprio Plekhânov – somente os mencheviques eram os autênticos herdeiros do marxismo ortodoxo. Além disso, a concreta situação política existente no interior do Partido em seu conjunto permitiria a Lênin fazer crer, por motivos táticos, que a luta que ele travava contra os “liquidacionistas de esquerda”, presentes em suas fileiras, deveria ser colocada num plano análogo à que Plekhânov travava contra os “liquidacionistas de direita” entre os mencheviques. *Materialismo e Empiriocriticismo* só pode ser lido se se leva em conta o pano de fundo dessa equiparação entre a filosofia de Bogdânov e o bolchevismo, uma equiparação feita pelos mencheviques; e, entre os críticos de Bogdânov, distinguiram-se em particular, ao lado de Plekhânov, A. M. Debórin e L. I. Akselrod (Ortodox). Sobre isso, não deve induzir a erro o fato quase paradoxal de que a influência do empiriocriticismo tivesse ganho terreno entre os mencheviques. O próprio Bogdânov viu no *Materialismo e Empiriocriticismo* a tentativa de Lênin de se apresentar no plano filosófico, em relação à “autêntica ortodoxia”, como um “autêntico discípulo de Plekhânov”⁷⁶. A transformação da dialética em religião e metafísica⁷⁷, que fora praticada (segundo Bogdânov) por Lênin, não era mais do que o produto do pensamento autoritário, estático, e portanto “religioso”, da “escola materialista nacional”, ou seja, do específico “marxismo russo”: até a publicação de *Materialismo e Empiriocriticismo*, tal “escola” teria sido encarnada quase exclusivamente por Plekhânov. A crítica de Bogdânov à estagnação do marxismo se dirige – ainda em seu escrito *Prikluchenie odnoi filosofskoi skoli* (*A aventura de uma escola filosófica*), publicado em 1908 – somente contra Plekhânov: a partir de então, Lênin é posto ao lado dele, quase ao mesmo nível, e Bogdânov diz não mais saber “a que fração dos marxistas russos ele pertence”⁷⁸.

76. A. Bogdânov, *Vera i nauka*, Moscou, 1910, pp. 199 e 197.

77. *Ibid.*, p. 192.

78. *Ibid.*, p. 194.

Neste local, não podemos examinar em que medida a definição dos conceitos de matéria e dialética proposta em *Materialismo e Empiriocriticismo*, bem como a determinação filosófica de um critério para decidir sobre o conteúdo de verdade de um conhecimento (partidarismo do pensamento), constituem ou não um elemento essencial do que se tornará a filosofia de Lênin e, posteriormente, do leninismo. Aqui, acerca do conflito entre Lênin e Bogdânov, devemos constatar finalmente que, se *Materialismo e Empiriocriticismo* é escrito contra Bogdânov, não contém uma discussão aprofundada de suas posições – como, por exemplo, o faz Plekhânov em *Materialismus militans* –, que não poderia deixar de lado uma análise da sua teoria da revolução proletária. Em outras palavras: a análise de *Materialismo e Empiriocriticismo* dá uma contribuição extremamente escassa, para não dizer nula, ao conhecimento das diferenças reais, políticas e táticas, existentes entre Bogdânov e Lênin; em compensação, é útil para compreender em que consiste a reelaboração do materialismo dialético realizada por Lênin, num momento em que as ciências da natureza encontravam-se numa situação diferente da que se verificava no tempo de Engels. Se se olhar bem, ver-se-á que o pensamento filosófico exposto em *Materialismo e Empiriocriticismo* não se desenvolve a partir de um confronto autêntico e genuíno com um problema filosófico, mas tem motivações de ordem prática e política. No curso da formação da filosofia de Lênin, a discussão com Bogdânov representa somente uma etapa, que fora precedida por outros momentos, por outras polémicas com outros grupos políticos, como os populistas, os marxistas “legais”, os economicistas.

MASSIMO L. SALVADORI

A social-democracia alemã e a revolução russa de 1905. O debate sobre a greve de massa e sobre as “diferenças” entre Oriente e Ocidente.

É juízo corrente que a social-democracia alemã foi o partido líder da Segunda Internacional, tanto por força de sua organização (com a qual se alinhava a dos “sindicatos livres” ligados ao Partido e dirigidos por social-democratas) quanto por causa da importância dos debates teóricos que se processaram em seu interior e se tornaram capítulos da história do marxismo internacional. O mais célebre e significativo desses capítulos é, sem dúvida, o que diz respeito à controvérsia sobre o revisionismo, travada entre os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX. Outro importante capítulo é o que se refere ao debate ocorrido no período da revolução russa sobre a greve de massa e às contradições que, sobre esse assunto, irromperam no interior do Partido Social-Democrata, assim como entre o Partido, por um lado, e os sindicatos, por outro.

Esse debate é bastante conhecido em seus conteúdos; foi reconstituído mais de uma vez, não somente nas obras de conjunto sobre a social-democracia alemã, mas também nas monografias dedicadas aos maiores personagens envolvidos naquelas polêmicas, entre os quais se destaca Rosa Luxemburg, a qual – não isoladamente, mas de modo mais apaixonado do que qualquer outro – teorizou a greve de massa como nova forma de revolução proletária moderna.

1. As raízes de uma controvérsia

Embora reconstruído mais de uma vez, pelo menos em suas linhas gerais, esse debate não foi porém entendido adequadamente em toda a sua importância histórica. Ele se desenvolveu na Alemanha sob o poderoso influxo da primeira revolução russa, entre os anos 1905 e 1907 e em um período no qual o Império guilhermino havia sido abalado por grandes lutas de massa, que tinham suas raízes tanto em reivindicações econômicas quanto em aspirações no sentido de modificar, principalmente na Prússia e na Saxônia, os iníquos regimes eleitorais

greve de massa
clássico partido - sindicato

internos, que condenavam a social-democracia a uma verdadeira minoria política. As questões que então se colocavam ao movimento operário alemão eram essencialmente as seguintes: a social-democracia devia ou não adotar, para suas próprias finalidades, a greve de massa que se havia agigantado pela ação do proletariado russo em luta contra o regime czarista? O partido devia ser reconhecido como dirigente indiscutível do conjunto do movimento operário e, por conseguinte, também dos sindicatos?

A reconstrução das controvérsias que dividiram o movimento operário a respeito dessas questões têm um extraordinário valor não apenas para a história da Alemanha e do partido líder da Segunda Internacional. Ela é da maior importância – e aqui tocamos no ponto central, um ponto que, em minha opinião, não foi suficientemente esclarecido pela historiografia – sobretudo porque, no curso daquelas controvérsias, foram colocadas de modo claro e irreversível as premissas para a divisão que, depois de 1917, separou o movimento operário europeu em dois troncos principais: o que considera que o processo revolucionário deve ter sua base fundamental nas lutas de massas extraparlamentares e que crê ter sido precisamente o proletariado russo a abrir caminho e fornecer a inspiração essencial para a nova estratégia; e o que, ao contrário, considera funesta a imitação das formas de luta do proletariado russo pelo proletariado dos países capitalistas avançados, e pensa ser necessário proceder segundo os caminhos da legalidade, no interior das instituições parlamentares, e indispensável chegar ao socialismo ampliando os espaços criados pela democracia política entendida segundo a herança liberal. Por trás dessa diversidade de colocação, estava uma divergência profunda sobre o grau de “especificidade” das condições e, por conseguinte, das formas de luta dos operários russos.

Em suma, foi nos anos situados entre 1905 e 1907 que se travou na Alemanha um debate sobre as “diferenças” entre Oriente e Ocidente, que iria ter todo um futuro e ser retomado e ampliado, inicialmente, no período sucessivo à terceira revolução russa (a de outubro de 1917), dividindo frontalmente social-democratas e comunistas; mais tarde, após o fracasso da estratégia da Terceira Internacional, voltada para o combate ao “social-fascismo”, quando determinou nas próprias fileiras comunistas reflexões novas, como a que se encontra nos *Cadernos* de Gramsci; e, finalmente, após a “desestalinização”, num movimento que leva – através de um longo processo – ao “eurocomunismo”. Deve-se ter presente, de resto, que o tema das “diferenças” encontrou uma sofisticada elaboração, no período situado entre as duas guerras mundiais, no pensamento dos austromarxistas e, sobretudo, no de Otto Bauer. Naturalmente, não pretendo dizer que, no de-

a deslocação dos "muros" do
leste europeu

bate travado entre 1905 e 1907 no interior do movimento operário alemão, já estivesse contido, por assim dizer, tudo o que se discutiu mais tarde sobre esse tema. O que quero dizer é que, por um lado, o problema foi então colocado em seus termos essenciais; e, por outro, a divisão produzida depois de 1917 entre social-democratas e comunistas teve naquele momento, sob alguns aspectos, uma antecipação e um primeiro esclarecimento teórico e político.

2. A revolução russa e a situação alemã

O poderoso eco da primeira revolução russa se fez sentir numa Alemanha que ingressara num período de ásperas lutas sindicais e políticas, que se encontrava agitada profundamente pelas repercussões do confronto interimperialista (que culminara na primeira crise marroquina) e que estava atravessada por contradições geradas pela repressão nas colônias africanas da Alemanha. Em suma: a revolução russa repercutiu sobre um movimento operário alemão que era impelido pelas condições internas a um grau de combatividade que colocava na ordem do dia a questão dos objetivos a serem dados às lutas, assim como a questão das próprias formas de luta.

O 1905 alemão abriu-se com grande greve dos mineiros alemães na região do Ruhr, da qual chegaram a participar mais de duzentos mil grevistas. Essa greve teve uma excepcional importância, não somente por sua duração (iniciada em 7 de janeiro, terminou em 19 de fevereiro), mas também porque revelou plenamente um impulso espontâneo das massas que criou significativas dificuldades para as direções sindicais dos próprios "sindicatos livres" social-democratas, as quais se preocuparam não apenas com a solidez da frente patronal, mas também com o fato de que a greve se prolongava com base numa radicalização que envolvia, ao lado dos trabalhadores organizados, também os desorganizados. A greve foi encerrada com dificuldade pelos sindicatos em 9 de fevereiro, com uma substancial derrota das reivindicações operárias; mas, de fato, ela prosseguiu até o dia 19. Se a greve do Ruhr foi o maior episódio da luta operária do período 1905-1907, numerosas foram as agitações sindicais que se seguiram. Em 1905, no total, houve 2.323 greves e paralisações, com 507.964 grevistas; em 1906, 3.480 greves e paralisações, com 316.042 grevistas; em 1907, 2.792 greves e paralisações, com 281.030 grevistas.

Ao lado do movimento de luta sindical aberto pela greve do Ruhr, assistiu-se em 1905 à abertura de uma outra frente de agitação: aquela ligada à reforma do sistema eleitoral das "três classes", em vigor no Land da Prússia e no Land da Saxônia, com base no qual a social-democracia estava condenada a uma verdadeira impotência política. Nas principais cidades saxãs (Dresden, Leipzig, Chemnitz), entre

novembro e dezembro de 1905, tiveram lugar grandes demonstrações de massa, que levaram em Dresden a violentos choques com a polícia. Uma grande greve por motivos políticos (protesto contra o sistema eleitoral comunal) ocorreu em Hamburgo, em janeiro de 1906. E, no mesmo mês, renovaram-se na Prússia e na Saxônia as agitações contra o sistema das “três classes”, que continuaram ao longo do ano.

A esses motivos de agitações de massa, somaram-se depois – como já se disse – os motivos ligados à política imperialista da Alemanha, a qual, por ocasião da primeira crise marroquina, criou um sério perigo de conflito interimperialista entre as potências européias e alimentou um crescimento maciço das despesas com o exército e a armada, com pesadas repercussões sobre o nível de vida sobretudo dos trabalhadores. Por outro lado, como fator de agravamento das relações sociais e políticas internas, houve as notícias das repressões que tropas alemãs praticavam – com extrema dureza – contra os indígenas sublevados nas colônias africanas.

Numa situação de acentuadas tensões no interior da Alemanha, a revolução russa atuou como estímulo ulterior, seja provocando manifestações de solidariedade com o proletariado do Império czarista, seja aguçando o debate teórico sobre a relação entre as reformas e a revolução, sobre as formas mais adequadas para enfrentar um capitalismo cada vez mais organizado e aguerrido, sobre a conexão entre o que ocorria na Rússia e as lutas em curso na Alemanha e, de modo mais geral, na Europa Central e Ocidental. Foi bastante significativo o fato de que, assim como o momento alto da revolução russa contribuiu para radicalizar uma parcela importante do Partido Social-Democrata Alemão, do mesmo modo o momento de refluxo e a derrota contribuíram igualmente para fazer prevalecer no partido alemão as tendências mais moderadas, isolando a personalidade que fora a mais importante defensora e a cabeça teórica da radicalização: Rosa Luxemburg. Nas eleições gerais de janeiro de 1907, a social-democracia sofreu um drástico redimensionamento de sua representação parlamentar. A “lição” que a social-democracia – que capitulara diante da ofensiva moderada dos sindicatos – retirou dessa experiência foi a de que não havia nenhum exemplo a extrair da revolução russa e que o principal caminho do sucesso na Alemanha era o da legalidade, do gradualismo, das reformas. O Ocidente – inclusive aquele estranho “Ocidente” que era a Alemanha guilhermina – não podia e não devia seguir o Oriente.

3. O confronto entre partido e sindicatos

A influência da primeira revolução russa articulou-se na Alemanha com o impulso prôveniente das lutas de massa no sentido de reconsiderar a estratégia do movimento operário num terreno preciso: o

uso da greve de massa. O que suscitou esse debate (com uma força sem precedentes) nas fileiras do movimento operário alemão não foram apenas o exemplo oferecido pelas greves de massa russas e as grandes lutas ocorridas na Alemanha: houve também a influência que provinha das greves de massa ocorridas, entre 1902 e 1904, na Bélgica, Suécia, Holanda e Itália, onde as greves tiveram abertamente finalidades políticas, a ponto do Congresso da Internacional ocorrido em Amsterdã, em agosto de 1904, ter discutido a questão da greve geral. A maioria – afastada a concepção anarquista da greve geral – havia indicado como possível uma greve política de massa que, como meio extremo, fosse dirigida no sentido “de obter significativas mudanças sociais, ou de rechaçar atentados reacionários contra os direitos dos trabalhadores”. É significativo que, entre os mais resolutos opositores da greve geral, estivessem os delegados alemães; e que o sindicalista social-democrata alemão Robert Schmidt houvesse declarado que, para os sindicatos de seu país, a questão do recurso a uma greve geral “não era sequer discutível”, e que o caminho a seguir, ao contrário, estava no trabalho gradual e no fortalecimento das organizações operárias.

O grau de timidez existente na social-democracia alemã tornou-se evidente quando, no Congresso do Partido ocorrido em Berlim, em setembro de 1904, uma proposta defendida entre outros por Karl Liebknecht e por Clara Zetkin, no sentido de um compromisso para pôr na ordem do dia do próximo Congresso a questão da greve geral, encontrou a oposição da direção do Partido e, no final, qualquer decisão foi transferida para essa última¹.

O que até então se mantivera no movimento operário alemão como tema de discussões teóricas preponderantemente acadêmicas transformou-se, ao contrário, em tema de intensa atualidade sob a influência da primeira revolução russa e em relação com o desencadeamento de lutas de massa como a grande greve do Ruhr.

A revolução russa suscitou enorme entusiasmo na social-democracia alemã, que fora sempre ligada à imagem da Rússia czarista como um baluarte da reação européia e à da monarquia dos Romanov como irmã das monarquias germânica e habsbúrgica. Quando Kautsky, em 1897, escrevia que Marx e Engels haviam deixado como legado “a luta contra o czarismo”, ao lado daquela contra o capitalismo, ex-

1. Para uma informação da essência (mas uma informação precisa e exaustiva) do debate no movimento operário internacional sobre a greve geral, desde os inícios até 1905, cf. J. Braunthal, *Geschichte der Internationale*, vol. I, Hanover, 1961, pp. 291-304; além disso, ver K. Kautsky, *Der politische Massenstreik*, Berlim 1914, pp. 9-108.

pressava uma espécie de “senso ideológico comum” da social-democracia². A Rússia era vista, portanto, como fonte do vento reacionário que soprava do Oriente para o Ocidente, como encarnação máxima do militarismo e do burocratismo. Por isso, liberar a Europa e o mundo do absolutismo czarista significava criar as premissas para uma virada política em todo o continente. Nessa direção, significativamente, pronunciava-se o órgão da social-democracia bávara, de nítida marca revisionista, o *Müncher Post*, precisamente às vésperas do desencadeamento da revolução. Uma “Rússia liberada” – afirmava – constituiria “talvez” o fato mais importante da história contemporânea depois da Revolução Francesa. “Enquanto escudo da reação, a Rússia não constitui hoje tão-somente o Estado ideal para as dinastias alemã e austriaca, para os *Junker* e para todas as potências reacionárias da sociedade, sobreviventes da Idade Média; a Rússia pesa também como pesadelo sobre todas as outras potências da Europa Ocidental, assim como sobre todo o resto do mundo; obstaculiza todos os movimentos para a liberdade, atua em sentido reacionário e obscurantista” mediante a sua política interna, sua política externa e seu militarismo³.

Defender a revolução com a finalidade de democratizar a Rússia – de trazê-la, por assim dizer, para o Ocidente – tornou-se a palavra de ordem geral e mais imediata da social-democracia alemã depois que o “domingo sangrento” abriu em Petersburgo, a 22 de janeiro de 1905, a luta das massas russas contra o czarismo. Essa posição foi claramente expressa por August Bebel, o chefe do Partido, num apelo datado de abril de 1905. “A conquista dos direitos políticos e do poder político” deve constituir “o objetivo fundamental” da revolução. É preciso conquistar “uma livre república popular em todo o Império russo”, fundada nas liberdades políticas e civis, na plena liberdade de organização, numa legislação social, no horário de trabalho de oito horas. A principal conquista deve ser o sufrágio universal⁴.

Tratava-se, até esse momento, de um apoio entusiástico mas genérico à revolução russa, que tinha como ponto central o interesse da social-democracia alemã em que a derrubada da monarquia russa viesse a criar em toda a Europa um clima mais favorável à extensão da democracia e à distensão internacional. Uma atitude que encobria o

2. K. Kautsky, “Die orientalische Frage und die Sozialdemokratie”, in *Vorwärts*, 4 de março de 1897.

3. “Zusammensturz des Zarismus”, in *Müncher Post*, 23 de dezembro de 1904.

4. “August Bebel an die deutschen Arbeiter und Arbeiterinnen in Russisch-Polen und Lituanien. Offener Brief”, in *Dokumente und Materialien zur Geschichte der deutschen Arbeiterbewegung*, vol. IV, Berlim, 1967, pp. 143-144.

problema central que, com efeito, apresentava-se ao partido e aos sindicatos alemães. Esse problema era o seguinte: o que devia fazer o movimento operário nacional na Alemanha para apoiar a revolução? E, mais precisamente: as formas de luta do proletariado russo deviam ou não ser assimiladas na condução da luta contra o capitalismo e contra o Estado na Alemanha? Foi em relação a esses problemas que o movimento operário alemão se dividiu profundamente, a ponto da discussão sobre a revolução no Império czarista se transformar numa discussão até mesmo dilaceradora sobre a revolução na Alemanha.

Os conflitos se aguçaram no debate em torno das repercussões que a luta de massa do proletariado russo – e, em particular, a arma da greve de massa – podiam ter na Alemanha. A atitude assumida pela corrente radical da social-democracia (Rosa Luxemburg, Karl Liebknecht, Clara Zetkin, Franz Mehring, o próprio Kautsky) – segundo a qual a greve de massa russa constituía uma “lição” para o proletariado alemão, o qual devia se preparar para ações ofensivas, travadas fora da estratégia tradicional parlamentar e sindical-reivindicativa, com a finalidade de obter incisivas modificações políticas (em primeiro lugar estava a questão da reforma eleitoral do “sistema das três classes”) – essa atitude levou a uma forte e maciça reação por parte dos “sindicatos livres”: uma reação destinada a colocar no centro não apenas o problema das formas de luta, mas também o das relações entre partido e sindicatos.

Diante de tomadas de posição como as do *Leipziger Volkszeitung*, da qual Mehring era redator-chefe e que era o órgão mais autorizado da ala radical, a resposta dos sindicatos – que constituíam o sólido baluarte do gradualismo e do revisionismo prático – não se fez esperar. Em suma: todas as correntes do movimento operário alemão estavam unidas no aplauso ao fim do infame czarismo; mas não estavam absolutamente unidas no aplauso aos ensinamentos dos métodos de luta russos. Vejamos o que escreveu o *Leipziger Volkszeitung*, em 2 de fevereiro de 1905:

“Um fato tão grandioso como a revolução russa tem uma influência que supera de muito as fronteiras do Império russo: e a Alemanha é o Estado mais exposto a essa influência (...). A revolução russa significa o fim dessa vida tranqüila. Ela abre perspectivas de enorme significado e nos põe diante de problemas diante dos quais todas as nossas energias terão de ser concentradas e que impelirão o instinto revolucionário da classe operária alemã a atingir novos níveis”.

5. “An die Schwelle einer neuen Epoche”, in *Leipziger Volkszeitung*, 2 de fevereiro de 1905, reproduzido em *Die russische Revolution von 1905-1907 im Spiegel der deutschen Presse*, aos cuidados de L. Stern (doravante citado como *RRSDP*), vol. II/3, Berlim, 1961, pp. 232-233.

Mais incisiva ainda é a seguinte passagem:

“A revolução russa introduz um novo elemento nos métodos de luta do proletariado internacional (...). Os operários russos mostraram aos operários da Europa Ocidental de que modo se deve pôr em prática a tão discutida greve geral (...). Uma tal greve geral (...) é a revolução organizada; é a ação do proletariado como classe (...). A greve geral, a greve política de massa, que representa na Europa Ocidental a última e extrema forma da luta de classe no plano econômico-político, está sendo agora empregada pela social-democracia russa de forma exemplar”⁶.

O significado de tal análise era bastante eloquente: dizia-se com todas as letras que Ocidente e Oriente deviam unificar-se nas formas de luta, e que o exemplo vinha do proletariado russo. Era precisamente isso o que os chefes sindicais não podiam aceitar de modo algum; tratava-se de uma verdadeira declaração de guerra à estratégia tradicional dos sindicatos. O exemplo russo consistia em mostrar que as lutas reivindicativas, no calor da greve geral ou, de qualquer modo, da greve de massa, ligavam-se imediatamente às lutas políticas; que a greve de massa exaltava a iniciativa elementar das próprias massas. Os dirigentes sindicais interpretaram o exemplo russo como uma ameaça direta a seu próprio papel; e não só isso: responderam aos radicais que as condições da Rússia eram profundamente diversas das da Europa Ocidental e, em particular, da Alemanha, que o Estado czarista não era o Estado alemão, que a força repressiva das classes superiores na Alemanha era bem diferente da das classes superiores de um país corrupto e atrasado como a Rússia, o qual, além do mais, fora abalado por uma derrota militar como a que lhe havia sido imposta pelo Japão. Os dirigentes sindicais caracterizaram as análises dos radicais como discursos de “literatos”. Não somos de nenhum modo partidários das demonstrações de rua”, replicou o órgão oficial dos sindicatos. As demonstrações russas são típica expressão dos movimentos de massas que não passaram através da “escola da organização”. O proletariado alemão tem um estilo diverso, como o demonstra claramente a grande greve do Ruhr; esse estilo se expressa numa “disciplina de ferro” e num “extraordinário autocontrole”⁷.

6. “Märzstürme”, in *Leipziger Volkszeitung*, 21 de março de 1905 (RRSDP, vol. II/3, pp. 152-153).

7. “Generalstreik und Revolution in Russland”, in *Correspondenzblatt der Generalkommission der Gewerkschaften Deutschlands*, 11 de fevereiro de 1905 (RRSDP, vol. II/3, p. 148).

o tema da greve

de massa abra o debate

de toda ordem e a discussão
do voto < ...

Uma nítida recusa dos sindicatos alemães de "aprender" com a Rússia, e uma recusa igualmente nítida de qualquer estratégia revolucionária que se apóie na greve geral, foram sancionadas pelo Congresso Sindical de Colônia, realizado em maio de 1905. Theodor Bömelburg, que apresentou o informe sobre o tema da greve geral, afirmou que a idéia da greve geral tinha uma marca inconfundivelmente anarquista, que o á-bê-cê para os sindicatos era o aumento da organização, que uma greve política de massa poderia certamente ser considerada como uma arma hipotética para rechaçar ameaças contra os direitos políticos e sindicais, mas que devia ser recusada qualquer propaganda sistemática em favor do emprego desse tipo de greve. Uma resolução, apresentada ao Congresso por Bömelburg em nome da *Generalkommission* dos sindicatos – e na qual, por um lado, condenavam-se "todas as tentativas de querer estabelecer uma tática definida através da propaganda da greve política de massa", e, por outro lado, exortavam-se os operários a não se deixarem afastar do "trabalho cotidiano miúdo para reforçar a organização" –, foi aprovada por 208 votos *contra apenas sete*⁸.

Deve-se notar que uma linha como a assumida pelos sindicatos na questão da greve política de massa ou, mais ainda, da greve geral constituía uma verdadeira abertura de hostilidades, não somente em relação à ala mais radical da social-democracia, mas contra o próprio revisionismo bernsteiniano. Com efeito, intervindo no debate em janeiro de 1905 – como veremos melhor mais adiante –, Bernstein afirmou a sua concordância com um eventual uso da greve de massa para defender os espaços democráticos conquistados ou para abrir novos, embora excluísse qualquer uso da mesma para fins revolucionários. A resolução votada pelo congresso sindical não deixou de agitar energicamente as águas nas organizações sindicais de base e do Partido. Em muitas cidades alemãs (Berlim, Bremen, Frankfurt, Hamburgo, Colônia, etc.), houve numerosos e enérgicos protestos em defesa da greve de massa. Mas quem se alinhou com a direção sindical foi a redação do órgão central do Partido, o *Vörrwats*, o qual – entre junho e outubro – travou uma detalhada e até mesmo violenta polêmica, especialmente contra Kautsky; a polêmica prosseguiu até outubro, quando a redação foi demitida e substituída. Juntamente com Kautsky, o objeto da acusação do *Vörrwats* foi, em particular, a socialista holandesa

8. *Protokoll der Verhandlungen des fünften Kongresses der Gewerkschaften Deutschlands abgehalten zu Köln von 22 bis 27 Mai 1905*, Berlim, s.d. (mas 1905). p. 30

Henriette Roland-Holst, da qual fora publicado em junho de 1905 um estudo, *Generalstreik und Sozialdemokratie*, que teve uma enorme influência no debate.

Entre 17 e 23 de setembro de 1905, o Partido Social-Democrata realizou seu congresso em Jena. A questão politicamente mais importante e significativa da ordem do dia era a mesma que estivera no centro do congresso sindical de maio: a greve de massa. Entre os muitos comentários dedicados pela imprensa sindical e de partido à abertura do congresso, duas podem representar adequadamente as orientações opostas. O órgão dos sindicatos afirmou com palavras claras:

“Preparar (a greve de massa) equivaleria a organizar a revolução; é mais importante reforçar a organização política e econômica do proletariado de tal modo que essa seja capaz de enfrentar qualquer situação e de controlar qualquer movimento proletário”⁹.

Por seu turno, o órgão das mulheres social-democratas, *Die Gleichheit*, dirigido por Clara Zetkin, escrevia o seguinte, fazendo o pêndulo oscilar para a extremidade oposta:

“A social-democracia alemã se reúne em Jena num momento extraordinariamente sério e grandioso. Ela realiza o seu congresso sob o signo de um dos eventos mais grandiosos da história mundial: a revolução russa”.

E prosseguia a argumentação segundo a direção mais combatida pelos sindicatos, indicando na revolução russa um exemplo para todo o proletariado:

“Os eventos russos despertam e reforçam a consciência da própria força revolucionária no proletariado; eles o tornam consciente de que a revolução é um momento inevitável do desenvolvimento histórico (...); eles dirigem a sua atenção para a greve política de massa enquanto método de luta”¹⁰.

O Congresso de 1905 teve para a social-democracia alemã um significado de grande importância, já que representou uma virada em sentido radical, que deve decerto ser relacionada diretamente com a influência exercida pela revolução russa, influência que se processou – como vimos – numa situação social e política alemã bastante tensa e conflitiva. O tema dominante foi a greve política de massa e, com ela,

9. “Der sozialdemokratische Parteitag in Jena”, in *Correspondenzblatt der Generalkommission der Gewerkschaften Deutschlands*, 16 de setembro de 1905 (RRSDP, vol. II/4, Berlim, 1961, p. 653).

10. “Zum sozialdemokratischen Parteitag”, in *Die Gleichheit*, 20 de setembro de 1905 (RRSDP, vol. II/4, p. 644).

os juízos sobre a revolução russa, sobre a relação entre essa e a estratégia a ser seguida na Alemanha, sobre as relações entre sindicato e partido. Bebel, o líder carismático do Partido, pronunciou um dos seus grandes discursos, que o tornavam famoso como orador político inigualável. Ele afirmou que a social-democracia não tinha outro caminho senão o da oposição ao conjunto do sistema dominante; que toda esperança num bloco reformista democrático-burguês devia ser considerada como condenada ao fracasso; que, portanto, era necessário que o Partido se preparasse para defender com a máxima energia as condições de seu desenvolvimento, ameaçadas por abertos propósitos reacionários. A social-democracia, por seu lado, estava decidida a seguir um caminho pacífico; mas devia estar disposta a enfrentar golpes reacionários. Chegando aos pontos explosivos, Bebel polemizou abertamente com a atitude assumida pelos sindicalistas sobre a greve política de massa. Ele negou que seu uso levasse somente a derrotas. A greve política de massa, aliás, podia se apresentar como arma decisiva para defender os direitos democráticos e para ampliá-los: "um meio de luta que, em determinadas condições, deve ser usado"¹¹. Nessas condições, toda tendência dos sindicatos no sentido da neutralidade política era negativa e prejudicial e, portanto, devia ser combatida. Dever dos sindicatos era preparar novos recrutas para a social-democracia.

Dito isso, Bebel rechaçou, contudo, qualquer paralelo entre a situação alemã e a russa. Na Alemanha, observou, a potência organizadora dos empresários era imensa; os empresários tinham uma consciência de classe global "bem superior à da classe operária alemã" e, além disso, tinham "a mais completa unidade", uma unidade que contrastava com as divisões do proletariado em diversas organizações sindicais em conflito recíproco¹². Por outro lado, não se devia esquecer que, por um lado, a organização militar alemã era "uma obra-prima", e, por outro, que também certos aspectos da legislação social eram excelentes¹³. À luz de tudo isso, Bebel – distanciando-se nitidamente da ala radical do Partido, que via as greves de massas russas como um modelo – rechaçava qualquer possível comparação entre a Rússia e a Alemanha: "as condições da Rússia são tão anormais que essas greves (as russas) não podem ser propostas como modelo"¹⁴.

Bebel não
foi oprimido
pela ala
moderada
da
Rússia

11. *Protokoll über die Verhandlungen des Parteitag der Spd, abgehalten zu Jena vom 17. bis 23. September 1905*, p. 305.

12. *Ibid.*, p. 291.

13. *Ibid.*, p. 305.

14. *Ibid.*, p. 306.

Bebel agiu, em suma, como mediador entre as diversas alas do Partido. Como os radicais, defendeu o eventual recurso, também na Alemanha, à greve política de massa; mas, como os reformistas contrários à greve de massa, recusou a aplicabilidade do modelo à Alemanha. Entre os opositores da greve de massa, um particular relevo, pelo seu significado, teve o revisionista Eduard David, o qual – em seu discurso – polemizou frontalmente com Rosa Luxemburg, reivindicando a irredutibilidade das condições alemãs àquelas vigentes na Rússia. As teorias de marca luxemburguista, que viam na greve de massa um meio para abrir o processo da revolução social, não significariam na Alemanha nada mais do que levar água para o moinho dos reacionários. Se a Rússia fornece um ensinamento, esse é o oposto do extraído por Rosa Luxemburg:

“A revolução russa nos ensina muitas coisas, mas precisamente o oposto do que Rosa Luxemburg nos quer convencer; ela nos ensina sobretudo que a revolução (...) na Rússia não pode de nenhum modo ser comparada com as condições que existem entre nós, na Alemanha. O que lá pode ser justo pode ser, entre nós, algo completamente diverso; e é pura loucura querer tirar das condições russas uma conclusão para a tática que nos é necessária (...). Nessa loucura, porém, é que consiste o método da camarada Rosa Luxemburg”.

O caminho principal na Alemanha é o da democracia parlamentar, com seus métodos próprios:

“Conquistar o poder político não significa nada mais do que conquistar a maioria do povo para nossas idéias. Mas conquistar algo enquanto partido de minoria, seguindo o caminho violento, não é possível nem agora nem nunca”.¹⁵

Entre os que se opuseram decididamente, no Congresso, à greve política de massa estava o líder dos sindicatos, Legien, que afirmou que, “uma vez tomado o caminho da ação de massa, então nos encontraremos de fato diante da revolução. Então, não haverá mais retirada possível”.¹⁶

Finalmente, o Congresso aprovou – com 287 votos a favor, 14 contra e 2 abstenções – uma resolução apresentada por Bebel, segundo a qual o Partido reconhecia na greve política de massa uma arma para dois objetivos: defender o sufrágio universal e o direito de associação, e conquistar um “importante direito fundamental” para a libertação do proletariado. Portanto, era necessário desenvolver uma propagan-

15. *Ibid.*, p. 328.

16. *Ibid.*, p. 322.

da aberta em vista de um possível uso da greve de massa¹⁷. O comentário do órgão central dos sindicatos à vitória da resolução sobre a greve de massa foi de firme e intransigente oposição: os sindicatos não tolerariam que se efetivasse em seu interior “uma propaganda da greve política de massa”¹⁸.

Pouco depois do Congresso do Partido, a discussão sobre a greve de massa tornou-se incandescente. A partir de novembro, difundiram-se as manifestações e agitações em favor das reformas eleitorais nos Länder. O movimento ampliou-se progressivamente; estendeu-se da Saxônia à Prússia e, com as agitações de massa, aprofundou-se mais ainda o debate sobre a relação entre a situação russa e a alemã. Nos órgãos de imprensa do Partido, a tendência radical tornou-se bastante forte. Em 10 de novembro, a *Volkstimme* escrevia que o ensinamento da revolução russa estava no fato de que tinha sido desmentido todo o mito de que o povo não pode derrotar o Estado e seu aparelho de poder¹⁹. Em 11 de novembro, Rosa Luxemburg escrevia no *Vorwärts* – agora controlado pelos radicais – que, com a revolução russa, o marxismo revolucionário voltara à ribalta²⁰. Em 14 de novembro, o *Leipziger Volkszeitung* afirmava que os eventos russos significavam o funeral do revisionismo alemão, e que o proletariado reconheceria, também na Alemanha, que a “greve revolucionária de massa” era a sua arma de luta²¹.

No início de dezembro, a situação realmente se inflamou na Saxônia. Em Dresden, ocorreram choques entre manifestantes e a polícia. O *Sächsische Arbeiter-Zeitung* comentou que “o estopim da revolução russa” acendera os ânimos dos proletários alemães²². É verdade que as autoridades do Partido tudo fizeram para exortar as massas a agirem na legalidade; mas isso não anula o fato de que se chegara a um limite perigoso, além do qual podia se abrir um choque frontal com a autoridade. Chegara o momento de recorrer à greve política de massa? Bebel

17. *Ibid.*, p. 143.

18. “Der Parteitag der deutschen Sozialdemokratie”, in *Correspondenzblatt*, 30 de setembro de 1905 (RRSDP, vol. II/4, pp. 715-716).

19. “Revolutionslehren”, in *Volkstimme*, 10 de novembro de 1905 (RRSDP, vol. II/4, p. 812).

20. “Nach dem Bankrott des Absolutismus”, in *Vorwärts*, 11 de novembro de 1905 (RRSDP, vol. II/4, p. 818).

21. “Geplatze Seifensblasen”, in *Leipziger Volkszeitung*, 14 de novembro de 1905 (RRSDP, vol. II/4, pp. 922-925).

22. “Wahlrechts-Sturm! Die Arbeiter-Bttailone im Marsch”, in *Sächsische Arbeiter-Zeitung*, 4 de dezembro de 1905 (RRSDP, vol. II/5, p. 971).

se fez porta-voz, no Reichstag, do movimento de massa, referindo-se à Rússia; e, nos inícios de dezembro, declarou que, “em certas condições, também os povos da Europa Ocidental teriam podido mostrar aos seus patrões o que o povo russo havia mostrado ao seu”²³. Poucos dias depois, no momento culminante da insurreição armada de Moscou, Bebel elevou o tiro ao máximo, abandonando por um instante a posição assumida no Congresso de Jena, segundo a qual as condições russas não eram comparáveis às alemãs. Em 14 de dezembro, diante do Reichstag, advertiu: “Vivemos num período de reação: isso ninguém pode contestar (...). E o resultado da reação foi sempre a revolução”. Também na Alemanha podiam-se criar condições revolucionárias, razão por que era inteiramente verdadeiro que, “se não se percorrem novos caminhos, ocorrerá também na Alemanha o que ocorreu na Rússia”. E, dirigindo-se às classes dirigentes, disse: “Se é assim, façam as reformas”. Há trinta anos que a Prússia esperava uma reforma eleitoral²⁴.

O mês de dezembro de 1905 representou o ponto culminante da radicalização do Partido Social-Democrata Alemão, em correspondência com a insurreição de Moscou e com o aguçamento na Alemanha das lutas pelas reformas eleitorais. Nesse período, também os conservadores alemães afiaram suas armas. O argumento fundamental de que eles se valeram foi: a social-democracia alemã brinca com fogo; a Alemanha não é a Rússia; a força das classes altas no primeiro país não é comparável à das classes altas na Rússia. A imprensa conservadora não hesitou em pedir, se necessário, a repressão decidida de qualquer greve política de massa e a limitação do direito de associação²⁵. Por seu lado, o chanceler von Bülow, em várias ocasiões, sublinhou no Reichstag que a Alemanha não era a Rússia e que o governo alemão saberia impor a ordem interna²⁶. Dirigindo-se diretamente a Bebel e a seu discurso de 7 de dezembro, von Bülow afirmou, colocando precisamente no centro a relação entre Alemanha e Rússia:

“O deputado Bebel, anteontem, referiu-se mais de uma vez às condições russas e, na imprensa social-democrata, podemos ler diariamente compa-

23. “Aus der Reichstagsrede der Abgeordneten Bebel am 7. Dezember 1905”, in *Die Auswirkungen der ersten russischen Revolution von 1905-1907 auf Deutschland*, aos cuidados de L. Stern (doravante citado como *AERRD*), vol. II/1, Berlim, 1955, p. 127.

24. “Reichstag”, in *Vorwärts*, 15 de dezembro de 1905.

25. “Die Gefahren des Generalstreiks”, 6 de dezembro de 1905, in *Neue Preussische Zeitung*, 6 de dezembro de 1905 (*RRSDP*; vol. II/5, pp. 1024-1025).

26. “Aus der Reichstagsrede des Abgeordneten Fritzen und des Reichskanzlers von Bülow am 6. Dezember 1905”, in *AERRD*, vol. II/2. Belim, 1956, p. 96.

rações e referências ao fato de que, também entre nós, poderia ocorrer algo semelhante (...). Mas, de minha parte, gostaria de dizer que as condições na Alemanha são inteiramente diferentes das existentes na Rússia (...); quero dizer também que, se a social-democracia viesse a tentar desencadear entre nós saques e assassinios, greves gerais e manifestações de massa, tentativas de tal jaez se quebrariam contra a solidez de nossas instituições, contra a compacticidade dos governos, contra a sadia consciência do povo alemão, que não suportará o jogo da social-democracia"²⁷.

A essas claras ameaças contra a social-democracia, pronunciadas pelo chanceler, vieram se somar – sempre em dezembro – as medidas tomadas pelo Ministério da Guerra prussiano no sentido de aumentar as penas previstas para agitações antimilitaristas, assim como uma carta de Guilherme II a von Bülow, na qual se expressava o pleno desejo de esmagar a social-democracia se essa superasse o limite do tolerado.

O início de 1906 criou as condições para uma virada em sentido moderado no movimento operário alemão e, sobretudo, para um confronto decisivo entre os dirigentes sindicais e os dirigentes do Partido, no curso do qual os primeiros impuseram de fato sua vontade aos segundos. Em janeiro, prosseguiram as manifestações de massa em favor da reforma eleitoral e em defesa da revolução russa, que ia de encontro à repressão. Em 25 de janeiro, von Bülow confirmou a decisão das forças conservadoras de enfrentarem a social-democracia. Em 14 de fevereiro, Bebel afirmou no Reichstag que a classe operária alemã e internacional inflamara-se com a revolução russa ²⁸. Bem diverso, ao contrário, fora o comentário feito – logo após o esmagamento da insurreição de Moscou – pelo órgão central dos sindicatos, que tirara da revolução uma “lição” bem precisa: seguindo-se aquele exemplo, não se fazia nada mais do que marchar para a derrota. Somente uma “boa organização” – escrevia o *Correspondenblatt* de 6 de dezembro – pode levar as lutas ao sucesso. “Nada nos ensina isso tão bem quanto a sangrenta repressão do proletariado russo, que arrastou inúmeras forças e sufocou com a violência os primeiros impulsos dos operários russos no sentido da organização”.

*proletariado russo o exemplo russo como
marcho para a derrota.*

27. “Aus der Reichstagsrede des Reichskanzlers von Bülow am 9. Dezember 1905”, in *AERD*, vol. II/1, cit., p. 131.

28. “Aus der Reichstagsrede des Abgeordneten Bedel am 14. Februar 1906”, in *AERD*, vol. II/2, cit., p. 281.

A radicalização do Partido, por um lado, e, por outro, as abertas ameaças dos conservadores, induziram os dirigentes sindicais a uma ação decidida em relação ao próprio Partido. Eles não tinham a menor intenção de pôr em risco a sorte da organização sindical num confronto com o aparelho de poder das classes altas alemãs. A ofensiva sindical foi decidida; e o Partido se dobrou. Em 16 de fevereiro, encontraram-se secretamente as comissões executivas do Partido e dos sindicatos; e o Partido foi induzido a: 1) assumir o compromisso de impedir uma greve política de massa; 2) assumir a responsabilidade de dirigi-la, no caso de que ela não pudesse ser impedida. Os sindicatos manifestariam o seu apoio de modo subordinado. Poucos dias depois, entre 19 e 23 de fevereiro, seguiu-se uma conferência dos dirigentes sindicais, no curso da qual foram discutidas as relações entre o Partido e os sindicatos. Expressou-se plenamente nela a hostilidade a qualquer pretensão do Partido de dirigir os sindicatos, bem como a recusa de aceitar sob qualquer forma o exemplo das lutas russas. O influente líder sindical Müller disse abertamente que grande parte do Partido se deixara embriagar pela revolução russa e que os sindicatos estavam plenamente decididos a não se deixarem guiar pelo espírito "romântico", mas sim por um "sadio realismo". Depois, atacou violentamente Rosa Luxemburg, Kautsky e Mehring²⁹. Legien, por sua vez, confirmou que, para os sindicatos, o que contava não era a resolução tomada no Congresso de Jena, mas a de Colônia³⁰. Bringmann sublinhou que a personalidade que liderava os radicais era indubitavelmente Rosa Luxemburg, cujas teorias eram uma retomada do espírito revolucionário do *Manifesto Comunista*: espírito que "não concorda de nenhum modo com as condições existentes" na Alemanha³¹. V. Elm expressou todo o ressentimento dos sindicalistas: chegara a hora dos sindicatos passarem ao contra-ataque em face do Partido³². Um outro sindicalista, Rexhäuser, afirmou que era preciso desfazer rapidamente o perigo de que a influência da revolução russa induzisse as massas a considerar necessária uma nova linha³³. Bömelburg convocou os sindicatos a de-

29. *Partei und Gewerkschaften. Wortlichabdruck des Punktes: "Partei und Gewerkschaften" aus dem Protokoll der Konferenz der Gewerkschaftsvorstände vom 19-23 Februar 1906*. Berlim, s.d., pp. 1-2.

30. *Ibid.*, p. 6.

31. *Ibid.*, p. 14.

32. *Ibid.*, pp. 21-22.

33. *Ibid.*, p. 24.

fenderem as condições de sua existência contra as ameaças reacionárias alimentadas pela irresponsabilidade da ala radical da social-democracia ³⁴. As vozes contrárias a essas posições foram poucas e isoladas.

O órgão central do Partido, o *Wörwarts*, respondeu à conferência sindical de modo firme, aduzindo razões de princípio; mas, com efeito, já estava situado em posições defensivas e, sobretudo, não tinha nenhuma possibilidade de influenciar os próprios sindicatos. Afirmou que ninguém pretendia fabricar greves políticas de massa; denunciou a evidente vontade dos sindicatos de não se submeter, “numa questão de significado político geral”, ao primado do Partido, intérprete das exigências globais do movimento operário; defendeu Rosa Luxemburg contra as acusações de espírito anti-sindical; finalmente, acusou os sindicatos de não deixarem, com sua pretensão de ser os primeiros intérpretes da luta proletária, que existisse nenhuma alternativa além da que divide o anarquismo e o ultra-revisionismo ³⁵. Mas a verdade dos fatos é que, diante da linha sindical, o Partido terminou por se dobrar.

Foi o Congresso do Partido realizado em Mannheim, em setembro de 1906, que constituiu o ato que registrou a plena vitória dos sindicatos. E quem fez o registro dessa vitória não foi outro senão o líder do Partido, August Bebel. A greve de massa não foi renegada, mas arquivada. Bebel, em seu informe sobre a greve política de massa, pôs no centro as diferenças entre Rússia e Alemanha e, por conseguinte, a impossibilidade de propor os métodos russos para as massas alemãs. A ruptura de Bebel com a ala radical foi clara. Deve-se recusar totalmente – disse ele – a posição dos que defendem o uso da greve de massa, mesmo sem a segurança da vitória. Sem a adesão dos sindicatos, não se pode sequer pensar nessa forma de luta. Sobre a Rússia e a Alemanha, ele disse o seguinte:

“Não se deve desconhecer que a situação na Rússia não pode ser comparada à existente na Alemanha. A Rússia é um país econômica e politicamente muito atrasado. A Rússia é dirigida despoticamente, a população não goza dos mais elementares direitos políticos (...). A luta na Rússia é uma luta revolucionária, cujo objetivo é a conquista das bases mais elementares da vida estatal moderna (...). Na Rússia, a luta visa a um novo ordenamento estatal; entre nós, ao contrário, já há muitos anos foram conquistadas as condições pelas quais ainda se deve lutar na Rússia (...).

34. *Ibid.*, p. 41.

35. “Zum Protokoll der Gewerkschaftskonferenz”, in *Vorwärts*, 14-15 e 17-19 de agosto de 1906.

Ainda que devamos lutar contra a ordem existente, ninguém certamente afirmaria, contudo, que nós deveremos recorrer em nossas lutas, em todos os casos, a métodos semelhantes aos de nossos camaradas russos (...). Entre nós, não se coloca a questão de modificar a totalidade da superestrutura política da sociedade burguesa"³⁶.

Em suma, Bebel coloca energicamente o problema das diferenças entre o Oriente e o Ocidente, ao qual a Alemanha pertencia, apesar das limitações existentes do ponto de vista do desenvolvimento democrático burguês. Quanto ao problema específico da greve de massa, Bebel não renegou as posições expressas em Jena, mas limitou de tal modo o seu alcance que terminou por fazê-las coincidir com as do sindicato. Com efeito, ele obteve no Congresso a plena concordância de Legien e de Bömelburg e dos líderes revisionistas. David, dessa feita atacando Kautsky – que defendera em janeiro de 1906 a idéia de que as experiências russas deviam levar a social-democracia alemã a rever sua tática –, afirmou mais uma vez que a Rússia não podia ensinar nada, que nada devia ser revisto, que o “revisionismo revolucionário” devia ser recusado ³⁷.

O Congresso adotou finalmente uma resolução, apresentada por Bebel, que significava uma verdadeira capitulação do Partido diante dos sindicatos, ainda que aparentemente se tratasse de um compromisso entre as duas partes. Nela se dizia que não subsistia nenhuma controvérsia entre o Partido e o sindicato sobre a greve de massa; que, no caso hipotético de que se chegasse à greve de massa, Partido e sindicatos procederiam em comum acordo; que sindicatos e Partido tinham a mesma dignidade, mas que os primeiros deviam se impregnar de “espírito social-democrata” e agir conforme o mesmo. Essa resolução foi aprovada por 386 votos a favor e 5 contra. Entre os votos favoráveis, contavam-se os dos líderes sindicais, de David, de Kautsky, de Rosa Luxemburg e de Karl Liebknecht³⁸. O real significado da votação não escapou aos social-democratas moderados, que a consideraram uma derrota da ala radical. O órgão da social-democracia bávara, o *Münchener Post*, acertou no alvo ao escrever que se podiam considerar anulados os resultados do Congresso de Dresden (1903), que assinalara a derrota do revisionismo, assim como eliminadas as divisões entre Partido e sindicatos. De qualquer modo, não podia haver a menor dúvida

36. *Protokoll über die Verhandlungen des Parteitag der Spd. abgehalten zu Mannheim von 23. bis 29. September 1906*, Berlim, 1906, pp. 231-232.

37. *Ibid.*, p. 260.

38. *Ibid.*, pp. 305-306.

de que "as decisões tomadas em Mannheim sobre a questão da greve de massa" eram o fruto "da crescente influência dos sindicatos sobre o Partido". Os derrotados eram os ideólogos como Kautsky e Rosa Luxemburg; com a derrota dessa última, sobretudo, o exemplo russo fora afastado da estratégia da social-democracia alemã³⁹.

4. Kautsky: a Alemanha entre Rússia e Estados Unidos

É bem conhecida a posição de ideólogo oficial que Kautsky detinha na social-democracia alemã nos anos situados entre a última década do século XIX e a Primeira Guerra Mundial. Tratava-se de uma posição real, ainda que contestada pelos revisionistas e aceita criticamente pela ala radical até a ruptura entre essa e Kautsky, ocorrida por volta de 1910, em função da aberta polêmica desencadeada em torno das formas do processo revolucionário. Uma componente decisiva da autoridade de Kautsky estava ligada à relação íntima que o ligava a Bebel, o líder incontestado do Partido. O próprio Bebel, porém, no Congresso de Mannheim, afastou-se de Kautsky na questão da greve política de massa, julgando as posições kautskianas muito radicais.

Os anos 1904-1906 representaram um período de grande significado na evolução política de Kautsky, já que assistiram ao influente teórico realizar uma virada à esquerda, condicionada pelas lutas de massa desencadeadas na Alemanha e pelos efeitos da revolução russa; essa virada levou Kautsky, inclusive, a afirmar a necessidade de rever a tática da social-democracia, combinando a luta parlamentar com as lutas extraparlamentares, conforme os ensinamentos das técnicas dos revolucionários russos.

Kautsky, portanto, sofreu profundamente a influência da revolução russa e realizou uma análise das forças motrizes da mesma que lhe valeu o aplauso irrestrito de Lênin. Tal análise foi feita, em ampla medida, em estreita conexão com a análise da relação entre Alemanha e Rússia, na tentativa de responder à questão de saber se o movimento operário russo abria um caminho que os operários alemães podiam e deviam imitar e fazer próprio. Com efeito, ele colocou no centro de sua meditação um problema fundamental: entre os grandes países ocidentais, a Alemanha era o mais próximo da Rússia no que se refere ao autoritarismo político, à falta de uma burguesia liberal-democrata capaz de combater o militarismo, o burocratismo e o *Junkertum*, à existência de um movimento operário que era a única força disposta a lu-

39. M. A., "Der Parteitag von Mannheim", in *Müncher Post*, 3 de outubro de 1906.

após outubro
1917 Kautsky

tar pela democracia de modo conseqüente; mas, à diferença da Rússia, a Alemanha tinha – como disse repetidamente – o “governo mais forte do mundo”, um fortíssimo aparelho militar, um capitalismo muito organizado. Portanto, o proletariado alemão – de certo modo, tal como o russo – tinha diante de si um poderoso bloco hostil anti-reformador e carecia de ações de massa poderosas, a fim de alcançar os próprios objetivos; desse modo, na Alemanha, um choque com as classes altas, que se manifestasse em grandes lutas políticas de massa, era de tal natureza a coincidir com um processo revolucionário, o qual, se fracassasse, levaria o movimento operário a uma derrota total e irremediável por uma inteira fase histórica.

No período ascendente da revolução russa, Kautsky considerou que a vitória do proletariado no Império czarista teria um efeito internacional, em primeiro lugar sobre a Alemanha, capaz de enfraquecer as forças conservadoras e criar as condições para as lutas decisivas no sentido de um poder socialista na Europa Ocidental. A greve política de massa na Alemanha, ocorrendo após a vitória das massas na Rússia, teria sido uma arma decisiva e resolutiva dos conflitos de classe. Mas o sucesso da reação na Rússia terminou por levar Kautsky à conclusão de que os métodos de luta das massas russas, que se revelaram inadequados para derrotar um Estado como o czarista, abalado por uma grave derrota militar e dotado de recursos infinitamente menores do que os colocados à disposição do Estado alemão, não podiam levar a um resultado positivo na Alemanha. Foi assim que se concluiu a fase da radicalização de Kautsky e prepararam-se as premissas para a polémica com Rosa Luxemburg e a ruptura entre os dois. Kautsky, então, teorizou de modo definitivo – aproximando-se nesse ponto das posições típicas da ala revisionista do Partido – as “diferenças entre Oriente e Ocidente”, afirmando que o método da social-democracia não podia ser senão o método gradualista e parlamentar, ou seja, essencialmente, o método da conquista da maioria do Reichstag.

A atenção de Kautsky pela Rússia tornou-se particularmente aguda antes que a revolução se desencadeasse nesse país. No prefácio à edição iídiche-russa de sua obra *O Programa de Erfurt*, Kautsky afirmou que dois eram os grandes fatos que faziam aparecer “a situação política do mundo de hoje como inteiramente diversa de dez anos atrás”: o dinamismo do capital estadunidense em escala internacional e o desenvolvimento do proletariado na Rússia. A peculiaridade da situação do Império czarista consistia no fato de que o proletariado, para organizar-se, necessitava da “liberdade política”, mas que essa não podia ser obtida a não ser mediante a destruição do czarismo; que, com efeito, a luta contra o despotismo na Rússia não era tarefa apenas do proletariado, mas que, ao mesmo tempo, as forças antizaristas só

podiam ter sucesso graças à “luta de classe do proletariado”, única força que não podia ser estavelmente vencida ⁴⁰. As razões do papel de vanguarda para o qual o proletariado russo estava convocado no processo revolucionário foram esclarecidas por Kautsky em julho de 1904. É certamente verdade – disse – que a Rússia era o único país no qual se podia imaginar a burguesia com tarefas revolucionárias; desse modo, a burguesia russa se encontrava diante de uma contradição histórica, derivada de sua própria colocação social e política. Ela, diante do absolutismo czarista, era levada a cumprir “tarefas revolucionárias”; mas toda sua vontade revolucionária era frustrada pelo fato de se encontrar amplamente paralisada pelo temor que experimentava em relação ao proletariado, razão por que ela já havia adquirido “o modo de pensar reacionário da burguesia do Ocidente” ⁴¹. Disso derivava a convicção de que uma futura revolução russa teria características próprias, não redutíveis a nenhum esquema anterior.

Pouco antes do desencadeamento da revolução russa, Kautsky teve uma polêmica bastante significativa com Kelles-Krauz (que se ocultou sob o pseudônimo de Luchnia). Este observara que, no seu livro *Die soziale Revolution*, Kautsky não fizera referência à luta armada como meio revolucionário e se limitara a falar da greve de massa. As argumentações que Kautsky opõe a essa crítica permitem captar as conexões fundamentais que o teórico estabelecia entre a Rússia e a Alemanha, no que se refere ao âmbito e às formas do processo revolucionário. O proletariado alemão era certamente o mais organizado do mundo; mas também o governo alemão era “o mais forte do mundo”. Sendo assim, não era de se esperar que a época das próximas revoluções proletárias – que, apesar disso, Kautsky considerava estar próxima – fosse iniciada pela classe operária alemã. Ele considerava que seria bem mais provável que essa fosse iniciada pelo proletariado russo, o qual – embora fosse muito menos desenvolvido que o alemão, por causa de suas condições de extrema exploração e de privação de qualquer autonomia política – era impelido a ser a força mais revolucionária existente, encontrando diante de si uma burguesia débil e um regime absolutista em desagregação. A guerra da Rússia contra o Japão teria, com toda probabilidade, o efeito de “acelerar a vitória da revolução”. O objetivo da revolução russa não seria, certamente, o de criar um regime socialista, dada a imaturidade econômica e social do país,

40. K. Kautsky, “Eine Vorrede”, in *Leipziger Volkszeitung*, I, 3 de março de 1903.

41. Kautsky, “Wie weit ist das kommunistische Manifest veraltet?”, *ibid.*, 27 de julho de 1904.

mas o de criar uma democracia que tivesse como seu ponto de força e seu próprio escudo não a burguesia, mas o proletariado. A vitória da revolução na Rússia, por seu turno, estimularia poderosamente a ação dos operários alemães e enfraqueceria a frente internacional conservadora. O resultado final do processo poderia resultar no “domínio político do proletariado” na Europa Ocidental. Ocorreria então o segundo período do processo revolucionário internacional: o proletariado no poder no Ocidente ajudaria o proletariado russo a empreender a modernização econômica, criando as condições materiais do socialismo numa Rússia democrática. É a sociedade “enquanto um todo”, escreve Kautsky, que não “pode saltar artificialmente as fases singulares do desenvolvimento”; mas partes individuais podem fazê-lo, com ajuda das zonas mais desenvolvidas⁴².

O desencadeamento da revolução russa, a grande greve do Ruhr, as agitações de massa em favor da reforma eleitoral, induziram Kautsky a considerar que não apenas seu diagnóstico precedente era exato, mas também que havia chegado o momento de formular uma estratégia adequada a esse diagnóstico. A posição assumida pelos sindicatos em Colônia a respeito da greve política suscitou críticas de sua parte, bem como acusações aos sindicatos de incompreensão da natureza da época histórica. Comentando o resultado do congresso sindical, ele escreveu:

“É uma estranha ironia do destino que, no congresso sindical, a necessidade de tranquilidade por parte dos sindicatos seja proclamada num ano que é mais revolucionário do que todas as pessoas dessa geração”⁴³.

Com efeito, Kautsky partilhava as preocupações dos sindicalistas sobre a greve política, e, tal como eles, estava convencido de que seu uso teria na Alemanha um significado revolucionário. Mas o erro dos sindicatos era não compreender que “nós esperamos situações revolucionárias também na Alemanha”⁴⁴. Kautsky travou também uma polêmica duríssima com a redação do *Vörrwärts*, que se mantinha em posições contrárias à greve política de massa. Dado o grau de conflitualidade existente na Alemanha – ele afirma –, a greve política de massa ocorreria de qualquer modo, mesmo sem o apoio sindical.

Comentando a temática do Congresso do Partido, que deveria concluir com a aprovação da propaganda relativa à greve política de

42. Kautsky, “Allerhand Revolutionäres”, in *Neue Zeit*, XXII, 1903-1904, vol. I, pp. 623-627.

43. Kautsky, “Der Kongress von Köln”, *ibid.*, XXIII, 1904-1905, vol. II, p. 314.

44. *Ibid.*, p. 315.

massa em vista de sua utilização. Kautsky voltou à questão do significado da revolução russa. A característica fundamental dessa revolução era agora clara: o fato de que "o proletariado industrial constitui a mais poderosa força motriz" da revolução. De resto, ele sublinhava precisamente a natureza internacional do processo que se iniciara na Rússia. A revolução russa - afirmava -, "apesar do seu caráter burguês", representa "o início da época das revoluções proletárias, da qual estamos nos aproximando" ⁴⁵. Se, no Oriente, o proletariado russo não pode superar o horizonte burguês em suas perspectivas revolucionárias, por causa do atraso do país, ele pode contribuir poderosamente para abrir no Ocidente "situações revolucionárias de todos os tipos" ⁴⁶, situações que, nos países evoluídos, têm um horizonte socialista. Esse é o núcleo do raciocínio kautskyano.

Um importante passo na análise feita por Kautsky da revolução russa e das relações entre Rússia e Alemanha foi dado no curso de uma polêmica com Werner Sombart. Esse estudioso colocara uma questão central ao afirmar que os Estados Unidos constituíam agora o país modelo do desenvolvimento capitalista, e que os países evoluídos da Europa terminariam por seguir o seu caminho. Kautsky replicou que era errado afirmar que houvesse modelos universalmente válidos. O "paradoxo" da situação alemã consistia no fato de que a Alemanha estava, em certo sentido, numa situação intermediária entre os Estados Unidos e a Rússia. "A economia da Alemanha está mais perto da americana; a política alemã está mais próxima da russa". Desse modo, "ambos os países nos mostram também qual é o nosso futuro". Nesse sentido, o problema que estava diante do proletariado alemão era específico: enfrentar um aparelho de poder que não deixava espaço para a democracia (aqui estava a analogia, ainda que relativa, com a situação russa), e que, ao mesmo tempo, tinha por trás de si a economia mais desenvolvida da Europa (e aqui estava a analogia com a situação dos Estados Unidos) ⁴⁷.

Se a especificidade da situação alemã consistia no caráter ao mesmo tempo "russo" e "americano", a da situação russa devia ser buscada na articulação entre o papel preeminente do proletariado no curso do processo revolucionário e a natureza burguesa da revolução, determinada por motivos econômico-sociais (o peso do atraso). A uma con-

45. Kautsky. "Zum Parteitag", in *Neue Zeit*, XXIII, 1904-1905, vol. II, p. 736.

46. *Ibid.*

47. Kautsky, "Die amerikanische Arbeiter", in *Neue Zeit*, XXIV, 1905-1906, vol. I, p. 615.

dição política avançada, correspondia uma condição sócio-econômica atrasada. O resultado era que a revolução russa devia adquirir a natureza de uma "revolução permanente" de longo período. Na Rússia, não era previsível a formação de um regime democrático-burguês orgânico. A democracia russa teria no proletariado sua força política dirigente, inicialmente em função dos objetivos da modernização capitalista, depois em função do socialismo. Por sua vez, a revolução russa punha em movimento um processo revolucionário internacional: "A revolução permanente, portanto, é precisamente aquilo de que carece o proletariado na Rússia" ⁴⁸.

Uma enorme importância tinha obviamente na Rússia, dada a estrutura econômica do país, a questão agrária e, por conseguinte, o problema das relações entre o proletariado e os camponeses. Kautsky sublinhou como – à diferença dos países desenvolvidos da Europa – os camponeses na Rússia tinham um papel revolucionário, ainda que em sentido democrático-burguês e não conservador. Aristocratas e burgueses estavam unidos na Rússia contra as reivindicações camponesas e em defesa da grande propriedade rural⁴⁹; por isso, somente os operários podiam ser aliados dos camponeses ⁵⁰.

Permanece uma atitude de incerteza na análise kautskyana no que se refere ao conteúdo econômico da aliança entre proletariado e camponeses na Rússia. Kautsky percebia que os operários necessitavam do apoio dos camponeses para conquistar a democracia; mas considerava que, num primeiro momento, os operários não tinham interesse em favorecer a formação de uma pequena burguesia camponesa, que seria no futuro um obstáculo à formação de uma agricultura socialista. Ele aconselhou o proletariado russo, portanto, a conservar uma certa "neutralidade" na luta entre camponeses e grandes proprietários⁵¹. Foi uma atitude logo depois superada, no ensaio mais orgânico que Kautsky dedicou à revolução na Rússia: o ensaio que motivou a plena aprovação de Lênin.

Esse ensaio – *Triebkräfte und Aussichten der russischen Revolution*, de novembro de 1906 – continha uma notável modificação precisamente no que se refere à análise da relação entre proletariado e camponeses. A questão agrária – afirmava Kautsky – só podia ser resolvida

48. Kautsky, "Die folgen des japanischen Sieges und die Sozialdemokratie", in *Neue Zeit*, XXIII; 1904-1905, vol. II, p. 462.

49. Kautsky, "Die Agrarfrage in Russland", *ibid.*, 1905-1906, vol I, p. 414.

50. Kautsky, "Die Bauern und die Revolution in Russland", *ibid.*, XXV, 1906-1907 vol. I, pp. 324-327.

51. *Ibid.*, p. 675

na Rússia através de medidas revolucionárias e de uma ruptura das relações de propriedade a partir de baixo. Não era praticável o caminho gradualista e legal proposto pelas forças liberais mais abertas às exigências dos camponeses, que se assentava na idéia de indenização. Um tal caminho esgotaria financeiramente os camponeses, os quais, ao contrário, precisavam de capitais para renovar as culturas, modernizando-as. Somente os proletários industriais estavam dispostos, na Rússia, a defender um tal programa. Mas, com isso, era toda a estrutura do Estado e da sociedade russas que devia ser subvertida, a fim de permitir a modernização econômica:

“Sem a abolição do exército permanente, sem o fim do rearmamento da armada, sem o confisco de todo o patrimônio da família imperial, dos monastérios, sem a bancarrota do Estado, sem o confisco dos grandes monopólios, na medida em que ainda estiverem em mãos privadas – ferrovias, poços de petróleo, minas, usinas siderúrgicas, etc. –, não se poderão encontrar os enormes recursos necessários de que carece a agricultura russa, se quiser escapar de sua terrível decadência”⁵².

As características da revolução russa eram esboçadas por Kautsky do seguinte modo: já que a burguesia não era uma das “forças motrizes” da revolução, essa não podia ser definida como “burguesa” do ponto de vista político; mas, dado que o proletariado era muito débil economicamente, em função do atraso do país, o objetivo não podia ser a ditadura do proletariado; a tarefa dos operários era representar a força política hegemônica de uma democracia revolucionária, fundada primariamente na aliança com os camponeses, cujos interesses econômicos não socialistas precisavam ser respeitados; o socialismo só podia se tornar uma realidade em consequência dos efeitos da modernização possibilitada pela democracia revolucionária; então, o proletariado deveria se preparar para enfrentar o contraste de interesses com os camponeses, típico dos países desenvolvidos⁵³. Em conclusão, “revela-se impossível que a atual revolução russa leve já à introdução de um modo de produção socialista, mesmo no caso de que ela conduza temporariamente a social-democracia ao poder”⁵⁴.

A influência dos métodos de luta russos, como já mencionamos, levou Kautsky – por um breve período – a colocar abertamente a exigência de que se revisse a tática consagrada da social-democracia ale-

52. Kautsky, “Triebkräfte und Aussichten der russischen Revolution”, *ibid.*, XXV, 1906-1907, vol. 1, pp. 324-327.

53. *Ibid.*, pp. 329-331

54. *Ibid.*, p. 333.

mã. Ele foi levado a isso, em particular, pelas “lições de Moscou”, ou seja, pela insurreição armada do proletariado moscovita de dezembro de 1905. Em 28 de janeiro de 1906, escreveu um artigo no *Vörrwärts*, “Die Aussichten der russischen Revolution”, no qual afirmava a necessidade de “rever a opinião expressa por Engels em seu prefácio às *Lutas de Classe* de Marx, segundo a qual a época da luta das barricadas teria sido definitivamente superada”. Na realidade, ocorrera em Moscou a combinação desta luta com uma ação política de massa, a greve, que “minara a disciplina do exército”, criando assim condições eficazes do ponto de vista revolucionário. Kautsky reafirmou os mesmos conceitos no prefácio de outubro de 1906 à segunda edição de *Die soziale Revolution*, onde afirmou que não era de se excluir a possibilidade de que o que ocorrera em Moscou se repetisse na Europa Ocidental⁵⁵.

5. Rosa Luxemburg: as “lições” da Rússia

Um lugar de notável importância no debate sobre a greve de massa e sobre a revolução russa foi conquistado pela holandesa Henriette Roland-Holst, autora do livro (já recordado) *Generalstreik und Sozialdemokratie*, publicado em junho de 1905. Nesse livro, Roland-Holst indicara as premissas de uma greve política de massa, dirigida no sentido de alcançar objetivos políticos graças à “mobilização da força econômica do proletariado”, em dois elementos fundamentais: 1) o acordo entre partido e sindicatos, sem o qual a greve de massa resultaria num “experimento sobremodo perigoso”; 2) a compreensão de que a greve não pode ser o produto de uma decisão artificial, na medida em que ela é essencialmente o resultado “de uma explosão de excitação e energia revolucionária acumulada por longo tempo”. Quanto às condições de aplicação, a autora observava que era mais fácil que a greve de massa se manifestasse em países como a Rússia, nos quais os operários não dispunham de direitos políticos e de associação, do que em países como a Alemanha. Nesses, a greve podia ser – dizia Henriette Roland-Holst, de acordo com Kautsky – “somente o primeiro passo para lutas decisivas”⁵⁶.

Refletindo sobre os “ensinamentos” da revolução russa, a socialista holandesa – no curso do debate de 1905 sobre a possibilidade de transferir as experiências russas para a Europa Ocidental – alinhou-se

55. K. Kautsky, “Vorwort zur zweiten Auflage”, in *Die soziale Revolution*, Berlim, 1907, pp. 5-6.

56. H. Roland-Holst, *Generalstreik und Sozialdemokratie*, Dresden, 1905.

em posições quase coincidentes com as de Rosa Luxemburg. Tanto em *Neue Zeit* como no *Vörrwarts*, ela fez propaganda da atualidade da greve política de massa e até mesmo da existência no Ocidente de melhores condições para seu emprego. Sublinhou que a revolução estava agora na ordem do dia: “A revolução russa ocorre numa época em que, nos principais países, a luta da social-democracia está perto de se transformar, de luta por esse ou aquele direito, em luta pelo poder de Estado”⁵⁷. E, no prefácio à segunda edição de seu livro, os “ensinamentos” da revolução russa eram exaltados em seu valor universal para a luta do proletariado. As greves de massa – dizia – são comparáveis a uma ação de assédio à fortaleza conservadora, a uma ação por ondas sucessivas; a natureza da greve de massa é de molde a ligar indissolivelmente dimensão política e dimensão econômica; o movimento de massa – e aqui temos um ponto decisivo – tem como efeito extenuar e revolucionar o aparelho repressivo militar através da dissolução da disciplina. Concluindo, Henriette Roland-Holst chegava a afirmar que a greve política de tipo russo modificara profundamente a perspectiva que inicialmente se tivera no Ocidente acerca das finalidades dessa arma. O que a Rússia havia demonstrado era que a greve política de massa constituía “a arma de luta mais afiada” de que dispunha o próprio proletariado ocidental para se opor, “nas horas decisivas, ao aparelho de poder do Estado”. Em seu otimismo, ela chegava mesmo a indicar no Ocidente o local em que a greve de massa podia explicitar seus máximos efeitos, tanto mais – observava – que, na Europa desenvolvida, o exército, em cujas fileiras militavam as massas dos trabalhadores social-democratas, podia ainda mais que na Rússia ser “revolucionado” por meio de “um movimento revolucionário popular”⁵⁸.

O livro publicado por Henriette Roland-Holst em junho havia recebido uma cálida acolhida por parte de Rosa Luxemburg, que formulara, porém, uma crítica bastante significativa: em sua opinião, o ensaio colocava “demasiadamente o acento no momento da organização e da disciplina, e não o fazia suficientemente no processo histórico de intensificação dos conflitos de classe”; com isso, acentuava exageradamente o uso da greve política de massa para fins defensivos⁵⁹. Era uma

57. Roland-Holst, “Proletarische Bewusstsein und Revolution”, in *Neue Zeit*, XXIV, 1905-1906, vol. I, p. 215.

58. Roland-Holst, “Der politische Massenstreik in der russischen Revolution”, *ibid.*, vol. II, pp. 214 e 221.

59. Roland-Holst, *Rosa Luxemburg: ihr Leben und Werke*, Zurique, 1937, p. 219.

crítica que manifestava de modo típico a colocação com que Rosa Luxemburg enfrentou toda a questão da greve de massa e dos "ensinamentos" da revolução russa. Pode-se dizer que a análise luxemburguiana foi toda ela um comentário ao significado que "a intensificação dos conflitos de classe" assume nas lutas de massa, nas lutas de massa de que a revolução russa constituía um exemplo sem precedentes.

Entre 1905 e 1906, Rosa Luxemburg colocou no centro de sua reflexão teórica o problema da relação entre lutas de massa e papel da organização, entre condições russas e condições alemãs, à luz de uma tese que pode ser assim esquematizada: a greve de massa de tipo russo não é senão a expressão mais aguda de um método de luta que tem um significado universal para os conflitos entre capital e trabalho numa época revolucionária, na qual a revolução se apresenta como um processo internacional, ainda que com ritmos e articulações especificamente nacionais, e na qual o objetivo não é representado pelas lutas democráticas, mas pela luta em favor do socialismo. As lutas pela democracia, também na Rússia, não são um fim, mas um meio. O impulso revolucionário é o produto dos conflitos sociais e, portanto, tem uma sua base espontânea, que compreende todos os explorados, organizados ou não. Função do partido social-democrata é ser o guia consciente de um processo objetivo que não pode ser artificialmente invocado ou interrompido. A natureza da revolução russa consiste em ter objetivos transitórios de tipo democrático-burguês, mas em ter sua força propulsora num proletariado socialista, cuja posição política nacional está ligada aos destinos internacionais das lutas proletárias nos países desenvolvidos, as quais já não podem mais agora ter outro objetivo que não a construção do socialismo. Nessa perspectiva, a greve de massa não é arma defensiva, mas ofensiva; e leva ao choque com o Estado capitalista.

O Oriente é mestre de revolução para o Ocidente, cujo destino histórico, na época aberta pela revolução russa, é ligar-se ao primeiro, fechando assim o cerco. Desde os inícios da revolução, Rosa Luxemburg tornou claro este elemento: "O ponto de partida da próxima onda revolucionária deslocou-se do Ocidente para o Oriente". Mas também a Alemanha, com a grande greve do Ruhr, entrou em ebulição, de modo que "o mundo capitalista, e, com ele, a luta de classe internacional, parecem finalmente ter saído da estagnação, do longo período de escaramuças parlamentares". Reemergem assim "as forças revolucionárias elementares ativas do seio da sociedade moderna" ⁶⁰.

60. Rosa Luxemburg, "Die Revolution in Russland", in *Gesammelte Werke* (doravante citadas como GW), vol. 1/2, Berlim, 1974, p. 477.

Portanto, “a sublevação do proletariado russo” é “um novo fenômeno” que a social-democracia internacional deve ter como tarefa “assimilar”⁶¹. O que Rosa pretende que a social-democracia alemã entenda, de imediato, é que o que as massas realizam na Rússia não é uma sublevação popular “oriental”, mas uma “revolução moderna”⁶². É precisamente o caráter de revolução moderna afirmado na Rússia que deve levar a recusar total e frontalmente toda argumentação (que, como se viu, era o cavalo de batalha dos dirigentes sindicais e dos revisionistas) segundo a qual as condições russas são diversas das condições dos países desenvolvidos:

“A questão principal – escrevia Rosa Luxemburg em 1º de maio de 1905 – consiste no seguinte: compreender de modo claro e consciente que, da revolução em andamento no Império czarista, derivará uma poderosa *aceleração* da luta de classe internacional, que – bem cedo – irá nos colocar, também nos países da ‘velha’ Europa, diante de situações revolucionárias e de novas tarefas táticas”⁶³.

À medida que a revolução ia se estendendo na Rússia, o raciocínio tornou-se mais seguro e agudo. O que renascia em 1905, por obra sobretudo dos operários russos, era o espírito revolucionário originário do marxismo. O que o curso da revolução russa fazia “literalmente” reviver era o velho “esquema”, tão desprezado, do marxismo, ou seja, a política marxiana do *Manifesto* e da revolução de março de 1848⁶⁴. Por isso, a revolução russa – segundo Rosa – tinha o valor de uma restauração teórica do marxismo e exigia do movimento operário ocidental uma revisão estratégica. Disso resulta a inevitável conclusão – destinada a provocar as mais ásperas reações em todos os que, no interior da social-democracia alemã, recusavam as “lições” da Rússia – segundo a qual, se necessário, era preciso estar disposto, também na Alemanha, a contrapor às classes dirigentes o mesmo “idealismo revolucionário” manifestado pelos operários russos⁶⁵. Numa conferência de dezembro de 1905, Rosa afirmava que a revolução russa “provara” que a greve de massa “tornara-se historicamente necessária para a classe operária” e que o momento de seu emprego, portanto, chegaria inevitavelmente também para a Alemanha⁶⁶. E, traçando um balanço

61. Luxemburg, “Nach dem ersten Akt”, in *GW*, cit., p. 487.

62. Luxemburg, “Der Bittgang des Proletariats”, in *GW*, cit., p. 523.

63. Luxemburg, “Im Fuerscheine der Revolution”, in *GW*, cit., pp. 539-540.

64. “Nach dem Bankrott des Absolutismus”, artigo não assinado, in *RRSDP*, II/4, cit., p. 818.

65. “Agrarier und Revolution”, artigo não assinado, in *RRSDP*, II/4, cit., p. 928.

66. “Aus dem Frauenbewegung. Der politische Massenstreik”, in *Vorwärts*, 8 de dezembro de 1905.

Tese de Rosa para explicar porque o "Neus
Jahr" nunca chegou que deveria ter seguido
pelo caminho

de 1905, escrevia que esse fora um ano de grandes lutas e sucessos políticos em toda a Europa: na Rússia, em primeiro lugar; na Itália, com a grande greve dos ferroviários; na França, com o processo de unificação do socialismo; na Inglaterra, com uma acentuação socialista da ação dos sindicatos e com uma nova autonomia política do movimento operário; na Áustria-Hungria, com as lutas pelo sufrágio universal. "A história da humanidade é atravessada pelas dores do parto; emergem novas estruturas sociais: delas nascerá o novo". Nessa situação, tarefa internacional da social-democracia alemã é desempenhar "o próprio dever histórico universal como vanguarda"⁶⁷.

Na análise dedicada no curso de 1905 à revolução russa e ao seu significado internacional, Rosa Luxemburg esforçou-se por resolver um problema teórico central, que pode ser indicado do seguinte modo: como podem os métodos de luta de um proletariado como o existente num país tão atrasado como a Rússia ter um significado geral, válido também para o proletariado ocidental? Para responder a essa questão, era necessário compreender a natureza da revolução russa. O juízo de Rosa sobre esse ponto continuou a ser fundamentalmente o que havia sido expresso na *Neue Zeit*, poucos dias depois do "domingo sangrento". A Rússia é o país mais atrasado da Europa do ponto de vista político. Não existe uma burguesia moderna que possa empreender a luta contra o czarismo, conservando o proletariado sob sua hegemonia; tampouco existe aquela pequena burguesia que, "em todas as revoluções modernas do passado, desempenhou o papel dirigente fundamental". A burguesia está a reboque do "conservadorismo reacionário" e, por isso, não é liberal. O liberalismo é a bandeira da nobreza agrária, que sofre com o estatismo e deseja o livre-cambismo. Em consequência, a única classe realmente revolucionária é o proletariado industrial, assim como a única ideologia revolucionária é a social-democrata: "contra todas as opiniões correntes, a atual revolução russa possui o caráter mais marcadamente proletário de todas as revoluções ocorridas até hoje".

Mas por quais finalidades pode combater o proletariado? Esta é a contradição própria da Rússia: por um lado, o atraso social faz com que essas finalidades não possam ir além de "uma constituição estatal democrático-burguesa"; por outro, contudo, a presença de um proletariado industrial já desenvolvido num país que não tem uma burguesia democrata e uma pequena burguesia revolucionária faz com que

67 "Neus Jahr, neue Kämpfe", artigo não assinado, *ibid.*, 31 de dezembro de 1905.

somente os operários possam dirigir politicamente a luta contra o absolutismo⁶⁸. Era inclusive previsível que fosse a burguesia a assumir em suas próprias mãos o poder político. Mas esse poder da burguesia resultaria algo inteiramente diverso de um pleno poder, já que a situação pós-revolucionária seria caracterizada, “desde o início”, por uma “profunda dissensão”, cuja base consistia no fato de que a burguesia recebera o poder não por força própria, mas por força do proletariado⁶⁹, o qual – desde o início – tinha conquistado “uma posição de classe dirigente”⁷⁰.

O caráter proletário da revolução derivava, ademais, não apenas do fato de que as forças materiais eram as massas trabalhadoras, mas também da forma das lutas, forma própria das lutas proletárias (os movimentos de massa), e da duplicidade dos objetivos, os quais não se voltavam somente contra o absolutismo político, mas também contra a exploração econômica. A luta, por conseguinte, era ao mesmo tempo política (antiabsolutista) e econômica (anticapitalista). À greve de massa, desse modo, constituía “a síntese desses dois momentos”⁷¹. As liberdades políticas, a República, os direitos civis pelos quais combatiam os operários russos, ou seja, a derrubada do absolutismo, não são fins em si mesmos, cuja obtenção possa levar a uma normalidade burguesa, mas sim o meio para obter “meios de luta contra a burguesia”⁷². No fim de 1905, Rosa Luxemburg reafirmava que a Rússia “não está madura para a constituição de um Estado socialista”. Por outro lado, o processo revolucionário tornara o proletariado consciente da “própria força e dos próprios interesses” e colocara na ordem do dia uma transformação profunda das relações de propriedade no campo. A conclusão era a seguinte: “Agora, é possível apenas um regime liberal-democrático com uma forte base sócio-política”⁷³. É importante notar que toda a análise era realizada à luz da convicção, reafirmada ainda depois da insurreição de Moscou, que “a reação já não pode mais vencer”. Ainda que a reação levasse à constituição de uma ditadura militar – afirmava Rosa num artigo de 22 de dezembro –, um tal regime só poderia durar pouquíssimo⁷⁴.

68. Luxemburg, “Die Revolution in Russland”, in *GW*, vol. 1/2, cit., pp. 479-480.

69. *Ibid.*, p. 514.

70. *Ibid.*, p. 515.

71. Luxemburg, “Eine Probe aufs Exempel”, in *GW*, cit., p. 530.

72. “Rosa Luxemburg über die russische Revolution”, in *Leipziger Volkszeitung*, 29 de setembro de 1906.

73. “Neues Jahr, neue Kämpfe”, cit.

74. “Vor der Entscheidungsschlacht”, artigo não assinado, in *Vorwärts*, 21 de dezembro de 1905.

Portanto, se a revolução russa era “burguesa” pelas suas possíveis perspectivas institucionais, era proletária por seus meios; o proletariado combatia autonomamente com seus próprios meios. O meio proletário por excelência era a greve de massa, a qual se apresentava como forma finalmente demonstrada do processo revolucionário, válida em todos os países nos quais existissem lutas dos operários visando ao poder. Mas não se deve pensar que – para Rosa Luxemburg – o processo revolucionário pudesse coincidir com a greve de massa. Ao contrário, essa greve era para ela uma etapa tão necessária quanto delimitada, ao cabo da qual estava o choque também armado com o poder estatal. Decerto, o papel da greve de massa tinha três características essenciais: expressar uma vasta unidade de organizados e desorganizados, pôr em crise a frente econômico-política adversária, permitir uma crescente organização das massas. A tarefa do partido não pode ser nem a de indicar de cima para baixo o início, as fases e o término de uma revolução (e, portanto, tampouco das greves de massa), nem de fixar suas tarefas a partir de fora. A tarefa, ao contrário, consiste em ser a parte consciente de um processo cujo motor reside nos conflitos sociais. “Uma verdadeira revolução, um grande movimento de massa não são jamais, não podem ser, um produto artificial de direção e agitação consciente e planejada”. O que se pode fazer, ao contrário, é influir sobre a “direção” da revolução, na medida em que se consegue lançar luz sobre as tarefas das classes revolucionárias e sobre as condições da sociedade. Pode-se também “acelerar o desencadeamento da revolução” explorando as situações, mas não certamente ter a ilusão de que se pode dirigir uma revolução, sobretudo em sua primeira fase de desenvolvimento”.

Partindo dessa premissa geral, Rosa Luxemburg atacava abertamente todos os que acreditavam poder planificar as condições dos grandes movimentos de massa. A greve geral – que ela define como “primeiro passo e forma natural inicial de toda ação de massa aberta e, além disso, de toda moderna revolução de rua” – não foi na Rússia o fruto de uma propaganda abstrata, mas sim o produto das contradições sociais concretas. Ela foi desencadeada na Rússia na ausência de todas as condições (fortes organizações sindicais, liberdade de associação, grandes fundos em mãos das organizações operárias, classe organizada no quadro de uma disciplina dirigida pelo alto, débil militarismo) que os pedantes teóricos da social-democracia alemã indicavam como pressupostos de uma greve de massa. Assim, a revolução russa

demonstrava, por um lado, a potência da arma da greve de massa, e, por outro, sua natureza de novo modelo, tanto mais autêntico quanto havia se afirmado nas condições mais desfavoráveis. Por tudo isso, “a atual revolução que se processa no Império czarista constitui uma nova figura, que deveria ser bem mais típica, para as futuras lutas revolucionárias do proletariado europeu, do que as precedentes revoluções burguesas na França e na Alemanha”. Esse modelo indicava também que a greve de massa não é mais do que “a fase inicial” da revolução⁷⁶. Segundo as acusações recorrentes dos adversários da greve de massa, essa constituía certamente um “início”, mas um início no caminho da repressão militar. Rosa Luxemburg, adiantando uma argumentação que se tornou também a de Kautsky e de Henriette Roland-Hols, replicava que a questão militar só podia ser enfrentada no interior dos efeitos dos grandes movimentos de massa, de efeitos que envolvam diretamente também a massa dos soldados. Uma “séria ação de massa” – raciocinava ela – só se pode realizar “numa situação revolucionária, ou seja, numa situação que colocou em fermentação toda a massa popular, todo o país”. O exemplo russo demonstrou que o processo revolucionário cria a solução do próprio problema da repressão militar, já que um autêntico revolucionamento das massas envolve também os soldados e coloca as condições para o enfraquecimento e, em última instância, para a dissolução da força militar⁷⁷.

O último grande “ensinamento” dado pela revolução russa – a capacidade de auto-organização das massas – é dirigido por Rosa Luxemburg contra a posição moderada dos sindicatos, contra o que poderíamos chamar de “superstição organizativa”. Uma atitude, essa, destinada a aumentar mais do que nunca a aversão dos dirigentes sindicais e dos revisionistas contra a revolucionária polonesa. No Congresso do Partido de 1905, em áspера polémica, Rosa dirigiu-se contra os “supersticiosos” da organização pelo alto, exortando-os a “aprender com a revolução russa”. “As massas – afirmou – entraram na revolução quase que sem traços de organização sindical; e agora, passo a passo, reforçam sua organização através da luta”. Depois, passou a tecer o elogio da auto-organização que nasce da própria experiência. “Trata-se, na verdade, de uma concepção inteiramente mecânica e an-

76. Luxemburg, “Eine Probe aufs Exempel”, in *GW*, cit., pp. 530-531.

77. Luxemburg, “Die Lösung der Frage”, in *GW*, cit., pp. 621-622. Cf. também “Parteitag der Sozialdemokratischen Partei Deutschlands vom 23. bis 29. September 1906 in Mannheim”, in *GW*, vol. II, Berlim, 1972, p. 172.

tidialética a que afirma que o pressuposto necessário da luta são fortes organizações. A organização, ao contrário, é também produzida pela própria luta, juntamente com a consciência que deriva da luta”⁷⁸.

Todo o decurso do raciocínio de Rosa Luxemburg, que acompanhamos até agora, encontra sua síntese coerente no ensaio de 1906 sobre *Massenstreik, Partei und Gewerkschaften*, um verdadeiro fogo de artilharia contra a linha dos dirigentes sindicais alemães. Os ataques de Rosa encontraram sua mais eficaz expressão numa passagem central, na qual se afirmava ser necessário que “os operários alemães aprendam a considerar a revolução russa como uma coisa deles, não apenas no sentido da solidariedade de classe internacional com o proletariado russo, mas sobretudo como um capítulo de sua própria história social e política”⁷⁹. Partindo desse ponto de vista, Rosa Luxemburg afirmava que a revolução russa e seus métodos de luta, mesmo “nas condições particulares da Rússia absolutista”, expressavam “os resultados gerais do desenvolvimento capitalista internacional”, e, por isso, a revolução antizarista era causada, não pelas diferenças entre Oriente e Ocidente, mas, ao contrário, era “antecipadora de uma nova série de revoluções proletárias no Ocidente”⁸⁰, numa época em que se ia ao encontro de um “aguçamento das contradições de classe” também na Europa Ocidental⁸¹. Oferecendo “pela primeira vez na história das lutas de classe uma grandiosa realização da idéia da greve de massa”, a revolução russa abria “uma nova época no desenvolvimento do movimento operário”⁸². Quase como se não bastasse, Rosa lançava contra os dirigentes sindicais a flecha mais envenenada: os movimentos de massa russos tinham provado que o processo revolucionário rompe todos os diques entre operários organizados e não organizados, pelo que era preciso pôr fim à “subestimação das massas proletárias não organizadas e de sua maturidade política”⁸³. Finalmente, concluía o conjunto de sua análise colocando na ordem do dia, para a Alemanha, o único objetivo doravante historicamente possível para o movimento operário: a ditadura do proletariado. Na Alemanha, escrevia

78. Cf. “Parteitag der Sozialdemokratischen Partei Deutschlands vom 17. bis 23. September 1905 in Jena”, in *GW*, vol. I/2, cit., p. 603.

79. R. Luxemburg, *Massenstreik, Partei und Gewerkschaften*, in *GW*, vol. II, cit., p. 150.

80. *Ibid.*, pp. 149-150.

81. *Ibid.*, p. 101.

82. *Ibid.*, p. 95.

83. *Ibid.*, p. 144.

ela, “não se pode mais falar de uma revolução burguesa”, já que o liberalismo e a democracia burgueses eram fenômenos esgotados. “Por isso, na Alemanha, num período de abertas lutas políticas populares, o único fim historicamente necessário a se colocar doravante é o da ditadura do proletariado”⁸⁴.

Nos discursos pronunciados no Congresso de Londres da social-democracia russa, realizado em maio de 1907, apesar das derrotas sofridas pela revolução no Império czarista e pela social-democracia alemã nas eleições de janeiro de 1907, Rosa Luxemburg reafirmou – generalizando-o para “toda a Europa Ocidental” – o conceito segundo o qual, tendo a burguesia deixado de desempenhar um papel político progressista⁸⁵, a revolução russa constituía o primeiro ato das “futuras revoluções proletárias”; e disse que o proletariado alemão via os russos como os que haviam oferecido “uma ampliação e um aprofundamento das perspectivas da tática proletária”⁸⁶.

6. Parvus: revolução russa e democracia operária

Num exame das principais análises realizadas na Alemanha acerca da revolução russa e de suas implicações para o Ocidente, não pode faltar uma referência às posições de Alexander Helphand, o emigrado russo conhecido sob o pseudônimo de Parvus. Esse, depois de assumir a cidadania alemã e de se ter estabelecido em Munique, tomara parte ativa, no final do século, na polêmica sobre o revisionismo, tornando-se um dos publicistas radicais mais conhecidos. Ao mesmo tempo, conservara-se presente nas lutas ideológicas internas na social-democracia russa; e, em 1905, voltara à Rússia, tendo participado da revolução. Parvus, que escreveu no *Iskra* uma série de importantes ensaios – nos quais, comentando os efeitos da guerra russo-japonesa, previu já em 1904 a inevitabilidade histórica da revolução –, colocou por volta de 1905 os fundamentos da teoria da “revolução permanente”, com o que – inclusive como inspirador de Trótski – conquistou um destacado posto na história do pensamento marxista. Na imprensa social-democrata alemã, escreveu alguns importantes ensaios nos quais insistiu em três pontos essenciais: 1) que a revolução russa devia ser considerada, ao mesmo tempo, como resultado das contradições

84. *Ibid.*, p. 153.

85. Luxemburg, “Parteitag der SDPA PR 1907 in London”, in *GW*, vol. II, cit., p. 216.

86. *Ibid.*, p. 213.

do capitalismo internacional e como portadora de novas contradições no interior do mesmo; 2) que a dinâmica interna da revolução russa era de tal ordem que não permitiria uma estabilização duradora com base numa política burguesa; 3) que – e aqui encontramos um elemento inteiramente novo também com relação às posições de Rosa Luxemburg – os soviets constituíam o germe de uma nova forma de organização estatal.

A análise específica da revolução russa realizada na imprensa alemã deve ser colocada no interior de uma análise mais ampla, que tem como pontos de referência, por um lado, a greve geral como nova arma proletária, e, por outro, a tendência do capitalismo a gerar conflitos interimperialistas, os quais, por sua vez, são precursores de revoluções sociais.

Intervindo no debate sobre a greve geral, Parvus teorizou – bem antes do desencadeamento da revolução na Rússia e, portanto, das “lições” fornecidas pelos grandes movimentos de massa russos – que a greve geral representava a forma específica na qual estava destinada a ter início o processo revolucionário proletário. “A greve geral – escrevia Parvus, em agosto de 1904 –, enquanto greve política de massa, não se dirige contra o poder econômico da classe capitalista, mas sim contra o poder político do Estado capitalista”. Sua finalidade consiste em chegar à “desorganização do Estado” por meio da paralisação dos “ramos mais importantes da produção e dos meios de comunicação”. Ela tem, ao mesmo tempo, o objetivo de desmoralizar o adversário e de entusiasmar o proletariado. Daí a conclusão: “Nesse sentido, a greve geral não é senão a revolução sem o recurso às armas”. As velhas revoluções se expressavam no ataque ao governo; e não por acaso tinham a capital como sede privilegiada. Ao contrário, a greve geral “se dirige contra o Estado” e tem como âmbito a totalidade do país. Por outro lado, as velhas revoluções tinham como pressuposto “uma insatisfação generalizada em face da política governamental”; a greve geral, ao contrário, “tem como pressuposto o desenvolvimento dos sindicatos e da social-democracia e a difusão de idéias socialistas no exército”. Por conseguinte, “a greve geral é a revolução proletária”⁸⁷.

Estabelecido que a greve geral representava a nova forma de revolução proletária, Parvus insistia na atualidade tanto do perigo de guerra como da oposição revolucionária do proletariado a esse perigo. Comentando as revelações de Delcassé, segundo as quais, depois dos efei-

87. Parvus, “Über den Generalstreik”, in *Leipziger Volkszeitung*, 23 de agosto de 1904.

tos da crise marroquina, a Europa corria o perigo de uma guerra generalizada, Parvus analisou no *Leipziger Volkszeitung*, em outubro de 1905, as raízes da guerra no mundo atual. As razões profundas – afirmava – do perigo de uma guerra européia não residem nessa ou naquela “conjuntura” da política internacional, mas nas raízes do militarismo, que é alimentado pela vocação militarista da aristocracia e pelos interesses capitalistas na produção bélica. Ingressou-se doravante num período de guerras, de ampliação das tensões, que levam a concluir que “nós nos encontramos diante de uma guerra, embora não saibamos ainda onde ela explodirá”. A paz que reinou até então foi uma “paz do medo”. Mas os sintomas do perigo de uma grande guerra são precisos e preocupantes: a guerra sino-japonesa, a guerra hispano-americana, a guerra contra os *boers*, a guerra russo-japonesa. Os germes que preparam uma nova guerra são: a transformação da Alemanha numa potência marítima, a transformação também dos Estados Unidos num Estado militarista, o aguçamento da luta contra o domínio comercial da Grã-Bretanha. A situação é de tal ordem que o proletariado não pode esperar nada do equilíbrio das potências capitalistas. “A única possibilidade de impedir a guerra mundial é a oposição revolucionária do proletariado europeu”⁸⁸. A tarefa do proletariado não era certamente a de esperar passivamente o desencadeamento da guerra, mas a de tentar impedir a própria guerra. Porém, se a guerra tivesse de explodir, então a resposta operária deveria ser a de “desencadear a revolução”⁸⁹.

A revolução russa era vista por Parvus no interior desse processo internacional, dessa dialética entre imperialismo e revolução em escala mundial. Ela se apresentava como aspecto particular de um fenômeno geral. Portanto, a revolução nascia na Rússia como filha do sistema capitalista mundial e destinava-se a fazer sentir seus efeitos sobre tal sistema, aguçando em escala internacional o conflito entre capitalismo e proletariado. Escrevendo no *Iskra* em 1904, Parvus previa a revolução na Rússia e o papel de “vanguarda” que o proletariado russo conquistaria no socialismo internacional. A guerra russo-japonesa tornou-se uma luta pela hegemonia na Ásia Oriental e estava destinada a pôr em jogo a posição histórica do czarismo e a ter repercussões no equilíbrio das relações entre todos os países. O que, por sua vez, transforma-se num confronto entre capitalismo e proletariado a nível mundial.

88. Parvus, “Die Kriegsgefahr”, in *Leipziger Volkszeitung*, 17 de outubro de 1905.

89. Parvus, “Unsere Agitation gegen den Krieg”, *ibid.*, 18 de abril de 1905.

"O processo mundial do desenvolvimento capitalista leva à sublevação política na Rússia; e essa sublevação deve fazer sentir seus próprios efeitos no desenvolvimento político dos países capitalistas do mundo inteiro. A revolução russa abala o mundo capitalista em seus fundamentos políticos, e o proletariado russo pode adquirir o papel de vanguarda da revolução social"⁹⁰.

Poucos dias depois do "domingo sangrento" (22 de janeiro de 1905), Parvus indicou os termos da dinâmica da revolução então iniciada na Rússia. Sua tese fundamental era de que o proletariado russo devia conquistar sua unidade e sua plena autonomia com relação a todas as outras forças políticas, e de que, por conseguinte, sua tarefa não podia se esgotar em nenhuma política de alianças que o subordinasse e limitasse sua independência. A luta contra o tzarismo constituía o início de uma luta mais geral, destinada a prosseguir, contra a burguesia. "A classe operária deve saber que revolução e derrubada do absolutismo não são de modo algum coisas equivalentes; que ela, para levar a cabo o movimento revolucionário, deve combater inicialmente contra o absolutismo e, depois, contra a burguesia". O mais importante, para o proletariado, é a manutenção da "independência de sua própria organização, sua autonomia real com relação a todas as outras correntes políticas". Disso derivam os cinco mandamentos do proletariado revolucionário (que continham *in nuce* a teoria da revolução permanente):

- "1) Não confundir as organizações: marchar separado e golpear unido; 2) Não renunciar às próprias reivindicações políticas; 3) Não ocultar a diversidade de interesses; 4) Vigiar os aliados como se faz com os inimigos; 5) Preocupar-se mais em explorar a situação criada pela luta do que pensar em conservar os próprios aliados".

A social-democracia, se não queria perder a confiança dos operários, não devia ter medo de visar ao poder político. Portanto, Parvus recusava qualquer perspectiva de uma ascensão da burguesia ao governo: somente a social-democracia podia ser uma força adequada de governo, com o objetivo não de "uma transformação socialista", para a qual não existiam os pressupostos econômicos, mas da criação de uma "república democrática" que se apoiasse sobre o "exército revolucionário dos operários"⁹¹.

90. Parvus, *Rossija i Revoliuzija*, São Petersburgo, pp. 95-133, citado em W. Scharlau e Z. A. Zeman, *Freibeuter der Revolution: Parvus-Helphand. Eine politische Biographie*, Colônia, 1964, p. 71.

91. Parvus, "Vorwort zu Trotzki's Broschüre 'Bis zum 9. Januar 1905', Genf 1905", in *Freibeuter*, cit., pp. 354-358. No apêndice a esse livro, encontra-se republicado o texto integral de Parvus.

Numa tal perspectiva, ao comentar (já em agosto de 1905) o sentido da revolução em andamento na Rússia, no órgão da social-democracia da Baviera, Parvus condensava seu pensamento, afirmando que a revolução russa devia levar a três resultados principais: a constituição do proletariado como força independente; a luta pelas liberdades políticas como pressuposto para a atividade autônoma da social-democracia; a conquista de um regime democrático como ponto de partida para um novo e mais amplo processo revolucionário em sentido social⁹².

As análises mais importantes realizadas por Parvus e publicadas na imprensa alemã apareceram em *Neue Zeit*, em dezembro de 1905 e em abril de 1906. O primeiro ensaio fora retomado do primeiro número da revista social-democrata russa *Natchalo* e tinha como título “Die Aufgaben der Sozialdemokratie”, um título que correspondia bem ao caráter de artigo programático (não assinado). O ponto focal era constituído pela articulação entre finalidades imediatas do proletariado russo e finalidades a mais longo prazo, de modo a destacar o vínculo indissolúvel entre fase burguesa e fase não mais burguesa da revolução. Com efeito, raciocinava Parvus, já “o objetivo revolucionário” do proletariado russo não consiste na construção de um regime político dirigido pela burguesia, mas de um regime estatal em cujo âmbito “sejam garantidas as exigências da democracia operária”. De grande interesse era precisamente a definição que Parvus dava da “democracia operária”, interessante porque contém, de modo preciso, as bases metodológicas, por assim dizer, do processo da revolução “permanente”. “A democracia operária – escrevia – contém todas as exigências mais radicais da democracia burguesa, mas confere a algumas delas um caráter particular e lhe acrescenta novas, puramente proletárias”. Em suma: o proletariado visa a utilizar as típicas liberdades da democracia burguesa para expandir sua própria força organizativa de classe, com o objetivo de travar a luta social. E, nesse processo, cria organizações próprias que, enquanto formas, superam os limites tradicionais da própria democracia burguesa, e, enquanto conteúdos, expressam o curso da luta pela revolução social dirigida contra o capital.

“Não se trata ainda da ditadura do proletariado, cuja tarefa é mudar pela raiz as relações de produção no país; todavia, já dá um passo além da democracia burguesa. Não podemos ainda considerar como nossa tarefa a transformação da revolução burguesa em revolução socialista. Mas con-

92. Parvus, “Die russische Revolution und die Arbeiter”, in *Münchener Post*, 6-7 de agosto de 1905.

sideramos ainda menos necessário nos submetemos à revolução burguesa (...). Nossa tarefa consiste em ampliar os limites da revolução burguesa, na medida em que – no interior dessa – impulsionamos no sentido dos interesses do proletariado e, no âmbito da Constituição burguesa, criamos a base mais ampla possível para a transformação revolucionária da sociedade”⁹³.

Trata-se, portanto, de explorar o liberalismo burguês para os objetivos autônomos do proletariado.

O fator principal que, segundo Parvus, teria impedido na Rússia “a consolidação da ordem burguesa” era o entrelaçamento das relações de classe entre burguesia, operários e camponeses. Na Rússia, o capitalismo não era mais capaz de dar solução à questão camponesa; e isso representava um elemento decisivo capaz de tornar bastante “complicada” a revolução e de lhe conferir a natureza de um processo de longo período. A social-democracia – enquanto organização política dirigente do proletariado – era a única força capaz de “modificar as relações de produção de modo a liberar todos os estratos das massas trabalhadoras da exploração”. Se a questão camponesa não podia ser resolvida pelo capitalismo russo, se isso impedia a constituição de um regime burguês estável, se apenas o proletariado podia libertar os camponeses da exploração, era igualmente verdade – para Parvus – que a social-democracia não podia criar uma ordem política adequada às tendências camponesas no sentido da pequena propriedade. E isso porque a social-democracia estava chamada a se opor a um retorno ao passado, “ao retorno a velhas formas de relações econômicas”. Os socialistas deviam orientar a tendência revolucionária dos camponeses “no sentido da transformação socialista”⁹⁴. Isso excluía uma aliança paritária no campo político entre camponeses e operários e atribuía aos segundos um necessário primado estratégico e de direção. Nascida dos efeitos do desenvolvimento capitalista internacional sobre a Rússia, a revolução russa destinava-se, por seu turno, a fazer sentir seus efeitos no Ocidente. Os “sucessos” da democracia operária na Rússia – escrevia Parvus – “poderiam provocar na Europa Ocidental lutas decisivas entre as organizações social-revolucionárias do proletariado, por um lado, e o poder estatal, por outro”⁹⁵.

93. “Die Aufgaben der Sozialdemokratie Russlands”, artigo não assinado, in *Neue Zeit*, XXIV, 1905-1906, vol. I, pp. 455-456.

94. *Ibid.*, p. 457.

95. *Ibid.*, p. 458.

O segundo ensaio publicado por Parvus em *Neue Zeit* desenvolvia a concepção da democracia operária de modo direto, introduzindo uma dimensão que permanecera quase ignorada nas análises dedicadas na Alemanha à revolução russa. Parvus chamava a atenção sobre o soviete como forma nova e específica da democracia operária e como germe de um contrapoder permanente. A característica original do conselho dos deputados operários de Petersburgo – sublinhava Parvus, no ensaio “Die gegenwärtige politische Lage Russlands und die Aussichten für die Zukunft” – era inteiramente inassimilável pelas anteriores organizações voltadas para o combate ao governo, já que, com tal conselho, aparecia “pela primeira vez uma organização que atuava não apenas em sentido destrutivo, mas também em sentido construtivo”; uma forma de tipo novo – e residia aqui o ponto decisivo – “capaz de empreender a construção do Estado”. Trata-se de uma observação importante, já que antecipava de modo inteiramente lúcido uma argumentação que iria ser repetida infinitas vezes no futuro, depois de 1917, em apoio à estratégia soviética. O soviete de Petersburgo preocupava-se em estabelecer vínculos com outras organizações de outras cidades, de modo a constituir *in nuce* “um partido proletário de massa”. O surgimento do soviete modificava a relação tradicional entre Partido Social-Democrata e massas trabalhadoras de um modo novo e substancial, criando entre o primeiro e as segundas uma mediação organizada, em condições de dar uma poderosa estrutura ao processo revolucionário. A social-democracia representava a consciência política (“o programa”) da revolução; o soviete dava à expansão dessa consciência uma base concreta, na medida em que representava de modo orgânico “os interesses da massa operária”⁹⁶, por ter suas raízes nos locais de produção. O soviete – organização de massa – tornara-se o instrumento permanente da mobilização de massa, da greve geral. Partido, soviete e greve geral: temos aqui os três elementos do processo revolucionário moderno, da revolução especificamente proletária, segundo Parvus⁹⁷.

Quando acompanhamos a análise de Parvus nesse ensaio, podemos apreender plenamente o significado de sua afirmação de que a “democracia operária”, nascida embrionariamente na Rússia, supera os limites da democracia burguesa e instaura um processo de revolu-

96. Parvus, “Die gegenwärtige politische Lage Russlands und die Aussichten für die Zukunft”, in *Neue Zeit*, XXIV, 1905-1906, vol. II, pp. 110-111.

97. *Ibid.*, p. 120

ção permanente. O soviete foi “o primeiro verdadeiro corpo representativo eletivo das massas populares”, no qual se começou a ver “o germe de um novo poder estatal”⁹⁸. Desse modo, o soviete não foi unicamente o organizador dos interesses do proletariado urbano; foi muito mais: foi o órgão de direção política do proletariado sobre os camponeses e os soldados⁹⁹. E era desse processo revolucionário de novo tipo que Parvus esperava a possibilidade de resolver o problema decisivo que se coloca a uma moderna revolução proletária, ou seja, a anulação da força repressiva do exército, que devia ser envolvido por um processo de politização crescente, até chegar à sua dissolução total ou parcial enquanto instrumento em mãos do poder governamental adverso¹⁰⁰.

7. Bernstein: Estado e sociedade no Oriente e no Ocidente

Todas as análises dos social-democratas alemães da ala radical concluíam afirmando que a revolução russa devia ser considerada como a articulação específica de um processo revolucionário que se ia esboçando a em toda a Europa. Se se quer expressar isso através de uma fórmula, Oriente e Ocidente não só não eram contrapostos em tais análises, mas eram mesmo considerados como momentos a serem rearticulados numa unidade tendencial, certamente ritmada pelos tempos das lutas revolucionárias próprias de cada país, mas também por formas de luta que não podiam ser reciprocamente contrapostas. A tese – comum a todos os radicais – segundo a qual a greve política de massa, de que a Rússia oferecera as experiências mais grandiosas, era a forma finalmente descoberta da revolução social tinha por objetivo demonstrar a existência de uma base comum tanto ao Oriente como ao Ocidente. A era das revoluções européias se iniciara; a revolução russa era apenas um seu episódio, um capítulo fundamental.

Ao contrário, as análises da ala revisionista do Partido Social-Democrata constituíram o exato oposto da tese dos radicais. Todavia, é verdade – como veremos – que os revisionistas estavam divididos sobre a questão da greve política de massa, no sentido de que alguns eram contrários a ela, enquanto outros eram favoráveis. Mas todos estavam de acordo em negar: 1) que a revolução russa tivesse dado início às revoluções européias; 2) que o socialismo estivesse na ordem do dia

98. *Ibid.*, pp. 111-112.

99. *Ibid.*, p. 114.

100. *Ibid.*, p. 119.

da história; 3) que fosse de algum modo possível falar de uma unidade “revolucionária”, ainda que só tendencial, entre Oriente e Ocidente, e, sobretudo, que essa unidade fosse possível no que se refere aos métodos de luta a empregar nos dois casos. Pode-se dizer, em síntese, que toda a argumentação dos revisionistas voltava-se no sentido de sublinhar as “diferenças” entre Oriente e Ocidente. E isso num duplo plano: o das condições econômico-sociais (e, portanto, políticas), e, por conseguinte, o dos métodos de luta. Também os que, como Bernstein, eram favoráveis ao emprego – em certas condições e para certas finalidades – da arma da greve política de massa eram absolutamente contrários a considerá-la como a forma finalmente descoberta da revolução social moderna. Ademais, os revisionistas recusaram obstinadamente qualquer assimilação entre o despotismo do Estado czarista e o autoritarismo do sistema político criado por Bismarck e persistente na Alemanha guilhermina. O objetivo da social-democracia alemã devia ser uma plena democracia parlamentar, e não o salto revolucionário para o socialismo. Por sua vez, a social-democracia russa devia se colocar como objetivo a superação das “diferenças” entre Oriente e Ocidente.

No campo revisionista, portanto, existiam duas posições diversas sobre a questão da greve política de massa: a primeira, que a recusava pura e simplesmente, em nome do gradualismo e de um pleno legalitarismo, reduzindo-a a uma variante da greve geral anarquista; uma segunda que, ao contrário, aceitava a greve de massa, distinguindo-a nitidamente da greve geral revolucionária, mas limitava essa aceitação ao caso em que fosse necessário defender a democracia diante de uma virada reacionária, ou no caso de uma luta dirigida no sentido de ampliar os direitos democráticos. Nesse último significado, a greve de massa não era de modo algum contraposta ao caminho gradualista e parlamentar, mas considerada como meio de pressão sobre o Parlamento. Pode-se dizer que, quem defendia a primeira posição, estava alinhado com os líderes sindicais, enquanto os que defendiam a segunda diferenciavam-se deles. Adversários decididos da greve política de massa eram revisionistas como Eduard David e Wolfgang Heine. Defensor dela, ao contrário, era o pai do revisionismo teórico, Eduard Bernstein.

Já vimos, anteriormente, algumas tomadas de posição de David. Mas é o caso de analisar mais profundamente sua atitude. Comentando o resultado do Congresso de Jena, que culminara na adoção de uma resolução favorável à greve de massa, David sublinhava que a dificuldade não residia em distinguir entre a greve geral anarquista e a greve de massa, entre essa última e a luta de rua. Bebel, no Congresso, realizara muito claramente tais distinções. A dificuldade era de ordem

prática, concreta, ou seja, residia no fato de que, uma vez tomado o caminho da greve de massa, era impossível *a priori* assinalar a distinção entre as várias passagens, com todas as conseqüências que delas poderiam derivar. Por isso, era legítima e realista a concepção, por um lado, do líder sindical Legien, e, por outro, de Rosa Luxemburg, para os quais a greve política de massa terminava por ter uma significação revolucionária, ainda que um e outra diferenciavam-se na medida em que o primeiro considerava tal processo como deletério e a segunda o desejava à luz do exemplo oferecido pela “gloriosa revolução russa”. O caminho a seguir era, segundo David, o que levava à maioria parlamentar:

“Uma vez conquistada a real maioria da população, obteremos então o poder político a que visamos. Não há outro caminho. A democracia e o socialismo não podem ser impostos; enquanto a maioria do povo for contra nós, temos de respeitar sua vontade”¹⁰¹.

Heine não hesitou em combater a perspectiva do recurso à greve política de massa, agitando o espectro da reação desencadeada. Ele atacou duramente os propagandistas da greve política, como Henriette Roland-Holst (e todos os que, com Rosa Luxemburg à frente, alinhavam-se em posições análogas), acusando-os de não compreenderem as condições específicas em que se esboçavam na Alemanha os alinhamentos políticos e sociais. O que conta é “a verificação das condições *práticas*” existentes no país¹⁰². Na Alemanha (e aqui aflora um argumento recorrente na polêmica dos revisionistas contra os defensores do “modelo russo”), o adversário da social-democracia é forte, ou melhor, fortíssimo. O empresariado é forte, o aparelho militar é forte; em suma, é forte todo o sistema do poder estatal. O adversário – e, em primeiro lugar, os empresários – são capazes de resistir a uma greve política de massa por bastante mais tempo do que os grevistas. Assim, o resultado seria “o aniquilamento da social-democracia”¹⁰³. Emsuma, o conselho de Heine soava assim: na Alemanha, não se deve brincar com fogo, já que “nossos inimigos possuem meios de repressão brutal, aos quais não se pode absolutamente resistir”; e, além do mais, estão prontos para utilizá-los¹⁰⁴. Chegar-se-ia a um regime reacionário violento, apoiado num “militarismo fanatizado” e na “justi-

101. E. David, “Rückblick auf Jena”, in *Sozialistische Monatshefte*, nº 10, outubro de 1905, pp. 842-845.

102. W. Heine, “Politischer Massenstreik im gegenwärtige Deutschland?”, *ibid.*, nº 9, setembro de 1905, p. 775.

103. *Ibid.*, p. 757.

104. *Ibid.*, p. 759.

ça militar"¹⁰⁵. Portanto, o resultado do emprego da greve política de massa na Alemanha seria "o aniquilamento da organização política e sindical" do movimento operário e "uma política reacionária" que "talvez pudesse colocar em perigo o próprio futuro de um socialismo democrático na Alemanha"¹⁰⁶.

A diferença entre Oriente e Ocidente estava no centro de um ensaio publicado também no órgão teórico dos revisionistas, os *Sozialistische Monatshefte*, por um outro revisionista, Richard Calwer. Nesse ensaio, não se recusava a experiência russa; ao contrário, ela era avaliada como positiva nas específicas condições políticas e sociais da Rússia. O que se recusava era a possibilidade de traduzir o que ocorria na Rússia para a Alemanha e o Ocidente. Na Rússia, não era possível o caminho das reformas, que era possível no Ocidente, onde a revolução era "um contra-senso". Num país despótico como a Rússia, é em consequência do próprio despotismo, "a revolução é a última *ratio*"¹⁰⁷.

Complexa e articulada é a análise realizada em 1905 por Bernstein sobre a greve política de massa, sobre a revolução russa e sua influência na Alemanha, sobre as diferenças entre Oriente e Ocidente. Nas vésperas da revolução russa, ele abordou a questão da possibilidade de se recorrer na Alemanha à greve política de massa. Essa análise é importante, não somente enquanto representativa das posições bernsteinianas, mas também porque contém em relação à greve política exatamente a proposta que foi assumida por Bebel no Congresso de Jena. Bernstein distinguia nitidamente a greve geral anarquista da greve política de massa, que ele aprovava, ao contrário da primeira, em certas eventualidades. A greve geral anarquista correspondia a uma estratégia errada, sob dois aspectos essenciais: 1) enquanto meio revolucionário, subestimava as grandes possibilidades de resistência da sociedade burguesa; 2) se coroada de sucesso, substituiria a propriedade burguesa por "uma nova propriedade corporativa". A greve política, tal como ele a aprovaria, era – ao contrário – um "meio excepcional de pressão sobre o governo e sobre a opinião pública", com objetivos precisos e delimitados: "a defesa contra medidas reacionárias específicas ou a satisfação de reivindicações definidas"¹⁰⁸. As dificuldades de

105. *Ibid.*, p. 761

106. *Ibid.*, p. 762.

107. R. Calwer, "Russland", in *Sozialistische Monatshefte*, nº 2, fevereiro de 1905, p. 113.

108. E. Bernstein, "Ist der politische Streik in Deutschland möglich?", in *Sozialistische Monatshefte*, nº 1, janeiro de 1905, pp. 32-33.

uma greve de massa na Alemanha eram indubitavelmente muito grandes. Mas, apesar disso, a social-democracia não deveria recuar no caso de que as classes superiores, na Alemanha, tentassem limitar o sufrágio eleitoral, já que esse era não apenas “a única alavanca do movimento operário”, mas também o pressuposto de todo sucesso no caminho gradualista e reformista¹⁰⁹.

Num opúsculo publicado em 1905, *Der politische Massenstreik und die politische Lage der Sozialdemokratie in Deutschland*, Bernstein insistiu no fato de que o pressuposto da vitória de uma greve política de massa era que não degenerasse em luta de rua e permanecesse voltada para “objetivos bem delimitados”¹¹⁰. No Congresso de Jena, expressando coerentemente sua adesão à resolução proposta por Bebel, favorável à greve política, Bernstein especificou que, na Alemanha, para que a greve de massa tivesse sucesso, era necessário contar com o dado de que, nesse país, ao lado das forças reacionárias, existiam também “amplios estratos da burguesia que não estão de acordo com a reação”¹¹¹. Decerto, nenhuma adesão à concepção que Rosa Luxemburg formulava da greve de massa. Também Bernstein usou a argumentação predileta de todos adversários de Rosa: a de que o “romantismo revolucionário” luxemburguiano baseava-se numa radical incompreensão da situação européia ocidental e alemã, e levava água para o moinho da reação. Rosa Luxemburg não era mais do que “a mãe daquela fraseologia revolucionária” que tinha a reação como destinatária real¹¹².

Tudo o que Bernstein disse sobre a revolução russa e seus efeitos reais e possíveis na Alemanha é uma ininterrupta polêmica e refutação da análise dos radicais e, em particular, de Rosa Luxemburg. Seus cavalos de batalha teóricos são rapidamente sintetizáveis: por um lado, a afirmação de que o único que se pode esperar positivamente da revolução russa é a transformação do Império czarista numa democracia, que reintroduza o Oriente no Ocidente; e, por outro, a tese de que o Oriente não pode oferecer nenhum modelo ao Ocidente, já que as diferenças entre Estado e sociedade civil nos dois casos são irredutíveis.

A revolução russa – afirmava Bernstein, em abril de 1905 – pode

109. *Ibid.*, pp. 35-37.

110. Bernstein, *Der politische Massenstreik und die politische Lage der Sozialdemokratie in Deutschland*, Berlim, 1905, p. 40.

111. *Protokoll*, cit., p. 314.

112. E. Bernstein, “Einige Randbemerkungen”, in *Sozialistische Monatshefte*, nº 2, fevereiro de 1906, p. 130.

ser tão-somente “burguesa/liberal-democrática”, já que as relações de classe e de produção existentes na Rússia tornam a perspectiva socialista “uma utopia sem esperanças”¹¹³. A tarefa da revolução era libertar a Rússia e a Europa do absolutismo e do militarismo tzaristas, contribuindo para consolidar a democracia em toda a Europa. E a tarefa da social-democracia alemã consistia em defender a revolução russa contra uma intervenção estrangeira¹¹⁴.

Mas haveria algo positivo, algo “exemplar”, nos métodos de luta russos, algo que pudesse valer também para a Alemanha? Refletindo sobre essas perguntas num ensaio de janeiro de 1906, Bernstein reconhecia que era indubitavelmente necessário admitir uma “influência” da revolução russa sobre a política interna alemã; e admitia também que o exemplo russo tinha de certo modo “quebrado a tradição existente”¹¹⁵. Mas terminava por responder afirmando a necessidade de dar novamente peso à estratégia reformista, ainda que a uma estratégia capaz de utilizar a energia das massas.

Respondendo precisamente àquelas perguntas, Bernstein – em polémica direta com Rosa Luxemburg – desenvolveu de forma orgânica o argumento sobre as diferenças entre Ocidente e Oriente. Os admiradores indiscriminados do exemplo russo – raciocinava – ignoram, antes de mais nada, que a força das greves de massa dos trabalhadores russos, marcadas pela espontaneidade, era diretamente proporcional à debilidade das outras classes e do Estado. A “espontaneidade” era, ela própria, um índice dessa condição tipicamente russa. A facilidade com a qual as greves explodem na Rússia e sua espontaneidade “não são a prova da força da classe operária, mas um sintoma da impotência temporária ou a falta de energia das outras classes e do poder público”¹¹⁶. Bernstein partia daqui para esboçar um mais amplo desenvolvimento das diversidades das sociedades e dos Estados existentes na Rússia, por um lado, e na Europa desenvolvida, por outro. Na Rússia, a revolução tornou-se possível em decorrência de uma guerra perdida, que lançou no caos a sociedade e na impotência o Estado. Caos e impotência que se ligam, por um lado, à inexistência de uma sociedade organizada em partidos políticos, que representam as partes sociais, e, por

113. Bernstein, “Revolution in Russland”, *ibid.*, nº 4, abril de 1905, p. 292.

114. *Ibid.*, pp. 294-295. Sobre esse ponto, cf. também Bernstein, “Zum sozialdemokratischen Parteitag in Jena”, in *Sozialistische Monatshefte*, nº 9, setembro de 1905, p. 733.

115. Bernstein, “Politischer Massenstreik und Revolutionsromantik”, *ibid.*, nº 1, janeiro de 1906, p. 15.

116. *Ibid.*, p. 17.

outro, ao fato de que o Estado russo, não tendo à sua retaguarda uma sociedade organizada, encontrou-se sem reservas. Mas tudo isso é um efeito direto do despotismo: "É um efeito necessário do absolutismo que, por trás dele, surja o caso." Na Alemanha, a situação é muito diferente, pois – se é verdade que não existe uma verdadeira democracia política – existe de qualquer modo uma suficiente articulação política e social, que torna essa situação inassimilável à russa. Também o Estado é inteiramente diverso do Estado russo. O Estado alemão é servido por uma burocracia devotada; é sólido. Por trás do Estado, temos uma classe empresarial decidida e muito bem organizada. "Um Estado desse tipo; a existência de partidos políticos organizados, os quais, embora nem sempre saibam o que querem, sabem bastante bem o que *não* querem; um empresariado fortemente organizado e, em algumas indústrias, até mesmo muito fortemente: o fato de que, diante desses elementos, o problema da greve política de massa deva ser colocado de modo inteiramente diverso do modo como se colocou numa Rússia profundamente abalada e debilitada, esse fato só não é visto por quem tem a ingenuidade das crianças ou a leviandade dos jogadores"¹¹⁷.

Além de insistir nisso tudo, Bernstein insistia também num outro fator: na não-existência na Alemanha de uma tradição revolucionária. O revolucionarismo certamente penetrou no movimento operário alemão, mas a nível ideológico abstrato. O alemão, por motivos históricos, "jamais foi", revolucionário.

"Nossa linguagem, especialmente nos congressos, é antiparlamentar/revolucionária, mas nossa prática é anti-revolucionária/parlamentar. Nós não somos de nenhum modo um partido revolucionário, mas um partido da ação legal-parlamentar. E tornamo-nos isso cada vez mais, de ano para ano".

O destino da social-democracia alemã era – e como tal devia ser reconhecido – parlamentar¹¹⁸.

Num ensaio em que comenta o Congresso do Partido de 1905, Bernstein – repetindo as teses clássicas expressas em sua obra que lançara as bases do revisionismo alemão – sublinhava, de acordo com os radicais, como na Alemanha a democracia política e o parlamentarismo eram bem precários; mas, partindo desse pressuposto comum, ele invertia as conclusões dos radicais. A social-democracia devia se empenhar com todas as forças para dar vitalidade à democracia política e ao Parlamento, para dar vigor à luta pelas reformas¹¹⁹.

117. *Ibid.*, p. 18

118. Bernstein, "Das vergrabene Pfund und die Taktik der Sozialdemokratie", in *Sozialistische Monatshefte*, nº 4, abril de 1906, pp. 293-295.

119. Bernstein, "Zum sozialdemokratischen Parteitag", cit., pp. 730-732.

ANDRZEJ WALICKI

O marxismo polonês entre os séculos XIX e XX

1. Os marxistas poloneses da primeira geração

Os primeiros seguidores poloneses de Marx e Engels não eram marxistas; eram patriotas no exílio, devotados à idéia romântica de uma irmandade revolucionária das nações, convencidos de que a causa de todos os oprimidos – tanto das classes oprimidas como das nações – fosse por toda parte fundamentalmente a mesma; e estavam profundamente impressionados com a coerente posição filopolonesa dos pais do “socialismo científico”¹.

Desde a revolução de Cracóvia, em 1846, Marx e Engels afirmaram que o movimento de libertação nacional polonês, que se voltava contra a reacionária Santa Aliança e abraçara a idéia da revolução agrária, era a mais consistente força revolucionária a leste do Elba, que a Polônia se tornara “a parte revolucionária da Rússia, da Áustria e da Prússia”², e que sua libertação tinha uma particular importância para a transformação e unificação da Alemanha. Consideravam que deviam ser restituídas à Polônia as fronteiras de 1772, pois somente um grande Estado polonês poderia ser bastante forte e vital para proteger a Europa da influência reacionária da Rússia czarista, particularmente sentida na Alemanha. Na insurreição polonesa de 1863, viram o início de uma nova era revolucionária na Europa³; e, no curso da insurreição, Marx propôs ao coronel polonês Lapinski a organização de uma legião que combatesse ao lado dos poloneses sob a bandeira na-

1. Cf. J. W. Borejsa, *W kregu wielkich wygnañców*, Varsóvia, 1963; C. Bobińska, *Marksa spotkania z Polska*, Cracóvia, 1971; I. Koberdowa, *Pierwsza Międzynarodowskai i Lewica Wilejskiej Emigracja*, Varsóvia, 1964. Cf., além disso, duas edições das principais fontes: *Marks i Engels o Polsce*, com uma introdução de C. Bobińska, vols. I-II, Varsóvia, 1960; e *Pierszawa Międzynarodowa e sprawa polska. Dokumenty i Materiały*, editada por J. Borejsza, H. Katz, I. Koberdowa e M. Walte, Varsóvia, 1964.

2. K. Marx e F. Engels, “O debate sobre a Polônia em Frankfurt”, in *Opere*, Roma, 1974, vol. 7, pp. 384-385.

3. Cf. Marx e Engels, 13 de fevereiro de 1853, in *Opere*, cit., vol. 41, p. 359.

cional alemã⁴. Sentimentos filopoloneses desse tipo tornaram-se doravante muito difundidos na classe operária da Europa Ocidental: precisamente durante uma reunião de operários franceses e ingleses, organizada em Londres em julho de 1863, em apoio da luta polonesa, nasceu a idéia da Associação Internacional dos Trabalhadores. No âmbito da Internacional, Marx e Engels declararam que a causa polonesa constituía uma questão particularmente importante para a política externa da classe operária; e defenderam resolutamente essa tese contra os ataques dos proudhonianos, segundo os quais – e a isso não foi alheia a propaganda oficial czarista – a insurreição polonesa era um movimento da nobreza católica reacionária. Em polêmica com os proudhonianos, Engels escreveu:

“Com uma única exceção (Proudhon) – da qual falarei detalhadamente logo mais –, os trabalhadores europeus declararam unanimemente que a restauração da Polônia é uma parte fundamental de seu programa político, a expressão mais intensa de sua política externa”⁵.

Portanto, não é de surpreender que a Internacional tivesse conquistado as simpatias de muitos poloneses, por vezes até entre os conservadores liberais, e que alguns aderentes da esquerda da emigração patriótica polonesa tivessem passado a fazer parte e a trabalhar em seu Conselho Geral, defendendo as opções políticas de Marx e Engels, justamente considerados como seus melhores amigos. A consciência do fato de que, segundo as palavras de Marx e Engels, eles deviam ser revolucionários ou morrer⁶ foi um dos principais motivos pelos quais os exilados poloneses deram um apoio maciço à Comuna de Paris. Dois líderes da insurreição polonesa de 1863 tornaram-se comandantes-em-

4. Cf. Borejsza, *W kregu*, cit., pp. 371-388. Marx falou de suas conversas com Lapiński em sua carta a Engels de 12 de setembro de 1863, in *Opere*, cit., vol. 41, p. 409. A reação intelectual de Marx à insurreição de 1863 está documentada em seus manuscritos sobre a Polônia, editados recentemente, e cuja tese principal é que a restauração da Polônia é uma necessidade absoluta para os democratas alemães, na medida em que é o único caminho para libertar a Alemanha da tutela da Rússia czarista. Cf. K. Marx, *Manuskripte über die Polnische Frage (1863-1864)*, editados e prefaciados por Werner Conze e Dieter Hertz-Eichenrode, s'Gravenhage, 1961. Dez anos depois, saiu na Polônia uma nova edição ampliada (em alemão e polonês), com o título *Przyczynski do historii polskiej. Rękopisy z lat 1863-1864*, Varsóvia, 1971, editada por um grupo de historiadores soviéticos, poloneses e alemães.

5. Cf. F. Engels, “Was hat die Arbeiterklasse mit Polen zu tun?“, in *MEW*, vol. 16, pp. 153-163.

6. Cf. *MEW*, vol. 18, p. 526.

chefe da cidade revolucionária: Jaroslaw Dabrowski, que depois morreria numa barricada, foi comandante-em-chefe de todas as forças militares da Comuna; Waleri Wroblewski, comandante-em-chefe da margem esquerda do Sena, organizou o último núcleo de resistência às tropas de Versalhes e o defendeu até o fim. Depois da derrota, Wroblewski passou a fazer parte do Conselho Geral da Internacional e tornou-se amigo íntimo de Marx e Engels, cujas casas foram para ele (são palavras suas) "*les seules maisons fraternelles*". Não se tornou marxista, mas – em algumas oportunidades – foi útil a Marx e Engels em sua luta contra o "apoliticismo" dos proudhonjanos e bakuninistas. Marx e Engels, por seu turno, fizeram o possível para estimular os sentimentos filopoloneses da Internacional. Para os poloneses, isso teve uma particular importância porque – depois da Comuna de Paris (que os havia desacreditado diante da opinião pública) e depois da unificação da Alemanha – a Internacional foi o único foro em que a causa deles foi considerada uma importante questão européia.

2. A questão nacional e o socialismo num país atrasado

Por uma espécie de paradoxo – curioso, certamente, mas compreensível –, a questão da independência nacional polonesa tornou-se o ponto em torno do qual as opiniões de Marx e Engels se chocaram duramente com as dos primeiros marxistas poloneses – Ludwik Warynski, Kazimierz Dluski, Szymon Diksztajn, Stalislaw Mendelsohn e outros –, que, no final dos anos 70, haviam elaborado o chamado "Programa de Bruxelas" (1878), iniciando também, em Genebra, a publicação da sua revista *Równość* (*Igualdade*). Na opinião deles, o internacionalismo proletário era o oposto do patriotismo; e estavam convencidos de que o patriotismo polonês tornara-se um instrumento dos reacionários, que tentavam impedir a formação de uma consciência de classe entre os trabalhadores poloneses. Em 1880, eles organizaram em Genebra uma assembléia internacional para comemorar o quinquagésimo aniversário da insurreição polonesa de 1830, e proclamaram naquela oportunidade que o velho *slogan* "Viva a Polônia!" perdera o seu conteúdo revolucionário. O novos *slogans* dos revolucionários poloneses deviam ser: "Chega de patriotismo e reação!", "Viva a Internacional e a revolução social!"⁷. Opondo-se a essa tomada de posição, Marx e Engels enviaram à assembléia uma longa men-

7. Citado por Borejsza, *W kregu*, cit., p. 163.

8. *Ibid.*, p. 138.

sagem de saudação (assinada também por P. Lafargue e F. Lessner, Londres, 27 de novembro de 1880), na qual reafirmaram o conteúdo revolucionário da causa polonesa, declarando-a ainda digna do total apoio dos revolucionários europeus, inclusive dos russos.

Em carta a Kautsky de 7 de fevereiro de 1882, Engels comentava do seguinte modo a assembléia de Genebra: "Parece que o grupo de *Równość* ficou impressionado com o radicalismo altissonante das palavras dos russos em Genebra" (ou seja, dos anarquistas e populistas russos, que recusavam as questões *políticas*, considerando-as irrelevantes para a revolução social). Nessa mesma carta, Engels fornecia a seguinte explicação teórica para a posição dele e de Marx:

"Todo camponês ou operário polonês que desperte da obscuridade geral e se ocupe com os problemas da coletividade, choca-se antes de mais nada com o estado de subserviência em que vive a nação. Essa realidade, por toda parte, é a primeira barreira que se interpõe em seu caminho. Removê-la é a condição fundamental para qualquer evolução sadia e livre. Os socialistas poloneses que não colocam o problema da libertação nacional em primeiro lugar no seu programa recordam-nos aqueles socialistas alemães que não reivindicam, antes de qualquer outra coisa, a revogação das leis anti-socialistas, a liberdade de imprensa, de associação e de reunião. Para poder garantir a confrontação, é absolutamente necessário, em primeiro lugar, um terreno no qual conservar o caminho, o ar, a luz e o espaço. De outro modo, estamos sempre diante de um palavreado vazio".

O choque com os seus mestres não mudou a opinião dos primeiros marxistas poloneses. No prefácio à edição impressa das atas da assembléia de Genebra, polemizaram com a carta de Marx e Engels, observando que as revoluções da nobreza polonesa tinham sido revoluções mais no exterior do que na pátria⁹. Não era inteiramente verdade, mas a divergência de fundo não se referia aos juízos históricos. O fato mais importante era que a total recusa da luta pela independência nacional era uma espécie de necessidade psicológica para quem queria se devotar à luta de classes proletária, defendendo o princípio da prioridade dos interesses de classe contra a gravosa pressão da tradição patriótica, que apelava para o ideal da cooperação e da solidariedade de todas as classes nacionais.

Em 1882, Ludwig Waryński (1856-1889) organizou no "Reino do Congresso" (a Polônia russa) o primeiro partido operário polonês,

9. Cf. *MEW*, vol. 35, p. 270.

10. Republicado em *Pierwsze pokolenie marksistów polkisch*, editado por Alina Molska, Varsóvia, 1962, vol. I, pp. 375-424.

com o nome de Partido Social-Revolucionário "Proletariat". Ao mesmo tempo, constituía-se na Universidade Russa de Varsóvia um círculo de jovens socialistas poloneses, cujo principal expoente era Stanisław Krusiński (1857-1886); por causa dele, os aderentes ao grupo tomaram o nome de "krusinkistas". O mais conhecido dentre eles foi o sociólogo Ludwik Krzywicki (1859-1941), que iria depois se tornar um dos maiores estudiosos poloneses no campo das ciências sociais. Em 1884, os krusinkistas publicaram em Leipzig a tradução polonesa do Livro I de *O Capital*¹¹.

Na ideologia dos primeiros marxistas poloneses, é preciso distinguir duas tendências diversas: uma social-revolucionária, outra social-democrata. A primeira predominava no *Proletariat* de Waryński; depois da cisão de um grupo social-democrata dirigido por Kazimierz Puchewicz, ela foi aceita pela unanimidade do Partido. A segunda tendência predominava no círculo de Krusiński. As diferenças que os dividiam não eram tanto táticas quanto teóricas. Em termos gerais, os social-revolucionários insistiam na importância do papel histórico do "fator subjetivo", enquanto os social-democratas reafirmavam o caráter objetivo dos processos sociais e a necessidade de um "amadurecimento" gradual dos pressupostos econômicos da revolução socialista. Os social-revolucionários mantinham uma estreita colaboração com os populistas russos da *Narodnaia Volia*; e, sob sua influência, apoiaram o terrorismo político¹²: os social-democratas, ao contrário, opunham-se resolutamente ao terrorismo.

Mais importante ainda foi a controvérsia sobre os pressupostos teóricos fundamentais do marxismo e sobre a possibilidade de aplicá-los a um país economicamente atrasado. Os social-democratas estavam convencidos de que as condições de uma revolução socialista não podiam estar maduras enquanto o país em questão não houvesse atravessado todas as fases do desenvolvimento capitalista; com base em tal opinião, a burguesia polonesa – cujos ideólogos eram os chamados "positivistas de Varsóvia"¹³ – era considerada uma classe progressista,

11. A melhor obra sobre os primeiros marxistas poloneses é a longa introdução de A. Molska à antologia *Pierwsze pokolenie marksistów polskiej filozoficznej myśli marksiwskiej. 1879-1939*, Varsóvia, 1973.

12. A colaboração entre os dois partidos era regulamentada por um acordo formal. Cf. *Pierwsze pokolenie marksistów polkisch*, cit., vol. II, pp. 144-147.

13. Foi esse o nome dado ao grupo de ideólogos liberais, muito influente nos anos 70, segundo o qual os poloneses deveriam abandonar a idéia de combater pela independência nacional, concentrando-se, ao contrário, no chamado "trabalho orgânico", ou seja, na modernização da vida nacional na esfera econômica e cultural. O personagem mais importante do grupo foi Aleksander Świątchowski.

ao passo que os camponeses representavam uma fortaleza do atraso indígena, uma massa reacionária de pequenos proprietários, que não podia se tornar uma força de reserva da revolução proletária se antes não fosse inteiramente expropriada pelo desenvolvimento capitalista. Disso decorria que as tarefas dos socialistas poloneses deviam se limitar à atividade de educação e propaganda e à luta econômica, visando a uma gradual melhoria da condição dos trabalhadores no interior do sistema capitalista existente; o papel de direção na luta política deveria caber à burguesia liberal (embora, como é preciso especificar, a burguesia polonesa ainda estivesse então muito longe de se empenhar na luta política contra o tzarismo), e o ideal de uma transformação socialista devia ser mantido somente como tarefa remota das gerações futuras. Em todas essas questões, a posição dos social-revolucionários era diametralmente oposta. A “maturidade” do capitalismo era, na opinião deles, sua maturidade a nível histórico-mundial; o capitalismo polonês era parte integrante do capitalismo europeu, ou seja, uma parte do sistema social e econômico que já havia atingido a máxima “maturidade” e entrara por toda parte (incluídos os países relativamente atrasados) na inevitável fase do declínio. Eles reafirmavam, de resto, que o amadurecimento das condições objetivas, econômicas, não era tudo; não menos importante era o amadurecimento das condições subjetivas, isto é, da consciência de classe, da experiência política e do espírito militante das massas. A experiência histórica dos países ocidentais mais avançados instilara na burguesia polonesa um medo excessivo do potencial revolucionário das massas para lhe permitir assumir qualquer missão histórica progressista; ao contrário, por outro lado, o proletariado polonês – tendo aprendido a lição das lutas de classe no Ocidente – era mais imune às ilusões burguesas, mais sensível às idéias socialistas, ou seja, mais maduro do que o eram os trabalhadores ocidentais na fase de desenvolvimento econômico correspondente. Portanto, a classe operária polonesa – afirmavam os social-revolucionários – podia iniciar a revolução socialista sem esperar o máximo desenvolvimento do sistema capitalista na Polônia. No caso da Rússia – bem mais atrasada do que a Polônia do ponto de vista econômico –, considerava-se desejável e possível evitar inteiramente o desenvolvimento capitalista; e Marx fornecera argumentos em favor dessa tese, na sua tão discutida carta ao diretor de *Notes on Fatherland* (1887)¹⁴.

14. A carta de Marx foi publicada e discutida em *Walka Klas*, 1886, nºs 5-7, pp. 11-12. Sua importância no contexto russo é examinada em A. Walicki, *Marxisti e populisti: il dibattito sul capitalismo*, Milão, 1973.

Essa posição era acompanhada por uma interessante abordagem da questão camponesa: afirmava-se que, pela aceleração e coexistência de diversas fases de desenvolvimento histórico – característica da modernização econômica de um país atrasado –, podia-se afirmar que os camponeses poloneses transformariam sua aversão pela exploração feudal em hostilidade contra qualquer forma de exploração, incluída a capitalista, fornecendo assim um poderoso aliado à revolução proletária. Os trabalhadores poloneses deveriam dar início à revolução obtendo as metas de uma revolução democrático-burguesa, mas sem ceder o poder político à burguesia; depois disso, eles deveriam tentar atingir os objetivos próprios do proletariado, ou seja, a transformação socialista da sociedade. A função de direção na luta revolucionária deveria caber a um partido socialista bem organizado, sob formas clandestinas; depois da vitória da revolução, esse partido assumiria o papel institucional de órgão máximo do poder político do novo Estado. A essência desse poder era definida como “ditadura do proletariado”¹⁵.

Como se vê, o debate teórico entre os primeiros marxistas poloneses foi muito semelhante ao que se processou na Rússia, entre o grupo de Plekhânov (cuja posição era muito próxima da dos social-democratas poloneses) e os ideólogos de *Narodnaia Volia*. Mas isso não nos autoriza a concluir que os social-revolucionários poloneses sofriam apenas a influência dos populistas russos, e que o marxismo deles, por conseguinte, contaminado por elementos heterogêneos, fosse simplesmente “menos marxista” que o dos social-democratas. Diferentemente do que ocorre nos debates russos dos anos 80, a disputa polonesa entre social-revolucionários e social-democratas foi um debate interno ao marxismo. Se o considerarmos na perspectiva dos desenvolvimentos posteriores, descobriremos nele a antecipação de algumas divergências teóricas e ideológicas que iriam provocar a divisão entre bolcheviques e mencheviques russos.

O motivo mais profundo desses elementos semelhantes e paralelos foi o fato de que (para citar uma prestigiosa obra polonesa sobre os primeiros marxistas na Polônia), “a Polônia foi talvez o primeiro país europeu no qual os seguidores da teoria marxista puderam enfrentar as dificuldades surgidas do contraste entre a teoria e a prática do movimento operário na Europa Ocidental e as condições diversas da Europa Oriental, economicamente atrasada. Precisamente por causa da especificidade das circunstâncias, tanto na Polônia como no exterior –

15. Cf. *Pierwsze pokolenie marksistów polkisch*, cit., vol. II, pp. 119, 496.

circunstâncias que resultavam do desenvolvimento interno da sociedade polonesa e do novo alinhamento das forças revolucionárias a nível mundial –, o pensamento marxista polonês de fins dos anos 70 formou-se no confronto entre velhas e novas experiências, ou seja, no confronto entre o que fora conquistado nos velhos países da Europa e o que se propunha ou se projetava na Rússia”¹⁶. Apesar das notáveis diferenças, podemos afirmar que – nos anos 80 – os dois grupos de marxistas poloneses partilhavam uma plataforma comum, que os distinguia nitidamente de todas as outras correntes do pensamento político e social polonês. A definição mais sucinta e precisa dessa plataforma foi o título do órgão mensal do Partido Proletariat, *Walka Klas* (*Luta de Classe*), publicado em Genebra de 1884 a 1886. Tanto os social-revolucionários como os social-democratas defendiam acirradamente o critério de classe, opondo-se a qualquer ideologia de solidariedade nacional, inclusive à nova ideologia positivista do “trabalho orgânico” e ao velho patriotismo revolucionário. Chegaram mesmo, por vezes, a absolutizar essa posição; e, por exemplo, não faziam nenhuma distinção entre solidarismo progressista, que pedia às classes superiores que renunciassem a seus privilégios em nome da causa nacional comum, e solidarismo conservador, que invocava a unidade nacional para poder reafirmar a exigência de que as classes exploradas renunciassem à luta pela justiça social. Essa tendência, como é compreensível, tornou-os rigidamente sectários diante da questão nacional.

3. O problema do conhecimento e o neokantismo

Em seu pensamento filosófico, os primeiros marxistas poloneses – ao contrário dos marxistas russos do grupo de Plekhânov – souberam evitar certos excessos de dogmatismo. Como muitos outros marxistas da época, consideravam o marxismo uma teoria geral do desenvolvimento social e econômico e, sobretudo, uma teoria da gênese, das contradições internas e do colapso inevitável do capitalismo; contudo, não deram muita atenção aos problemas ontológicos e gnosiológicos contidos no *Anti-Dühring* de Engels e posteriormente elaborados, sobretudo, por Plekhânov, na teoria abrangente do “materialismo dialético”. Ao contrário do marxista russo, não tinham muito interesse pela herança hegeliana e inclinavam-se no sentido de tentar elaborar ou ampliar o lado filosófico da teoria marxista a partir das correntes de pensamento então dominantes: em primeiro lugar, estavam interes-

16. *Ibid.*, pp. XVII-XVIII.

sados na possibilidade de integrar no marxismo as contribuições do positivismo, do evolucionismo e as teorias epistemológicas dos empiriocriticistas e dos neokantianos, definidas em geral como "neocriticismo". Sem me deter aqui na discussão detalhada dos problemas filosóficos do marxismo oitocentista polonês, limitar-me-ei a apresentar em suas linhas mais características as idéias filosóficas dos primeiros marxistas poloneses, que exerceram maior influência nos desenvolvimentos subsequentes do pensamento em seu país. Além das idéias de Krzywicki e de Krusiński, tratarei também das do mais prestigiado teórico do Partido Socialista Polonês (PPS), Kazimierz Kelles-Krauz (1872-1905), que não pertencia à geração dos primeiros marxistas, mas considerava-se muito próximo deles, insistindo nas relações entre suas teorias e algumas formulações de Krusiński.

O tema principal do pensamento filosófico dos primeiros marxistas poloneses consistiu em diversas e reiteradas tentativas de superar a concepção individualista e receptiva (passiva) do sujeito, pondo em destaque o caráter social e prático do conhecimento: foi esse o significado idéia de reinterpretar em sentido marxista o revolucionismo e o neocriticismo. Krzywicki aceitou o princípio empiriocriticista da "economia do pensamento", na medida em que via nele uma confirmação da tese marxista sobre a gênese das teorias a partir das exigências da práxis¹⁷; tentou também reinterpretar o apriorismo kantiano no espírito do evolucionismo naturalista, afirmando que os elementos *a priori* da experiência são de fato o resultado da evolução filogenética, ou seja, da "contínua adaptação dos organismos vivos às condições de vida". Idéias análogas podem ser encontradas nos escritos de Krusiński, orientados no sentido de demonstrar que o materialismo dos biólogos e o idealismo dos neokantianos não são de fato contraditórios. Por seu turno, Kelles-Krauz concordava com Kant sobre a existência de elemento *a priori* da experiência, mas recusava tanto o transcendentalismo kantiano (ou seja, a concepção das condições *a priori* de toda a experiência) quanto a sua interpretação biológica, evolucionista (o *a priori* como resultado de uma evolução genérico-biológica da humanidade). Ele propunha, ao contrário, a teoria do "apriorismo social", concentrando-se no problema da pré-formação e predeterminação do conhecimento pela herança social e pela posição de classe do conhecedor. A teoria marxista da consciência como superestrutura transfor-

17. Cf. os artigos de Krzywicki, "Naynowsky ruch filozoficzny w Niemzech" (1884) e "Zasada najmniejszości w filozofii" (1886).

mava-se, portanto, em teoria da "*apercepção de classe*", interpretada como explicação dos verdadeiros elementos da gnosiologia kantiana em termos sociológicos e de classe.

Nessa perspectiva, o materialismo histórico parecia implicar uma teoria epistemológica. Segundo Kelles-Krauz, essa teoria era: 1) fenomenalista, na medida em que pressupunha que as coisas em-si não são nem podem ser conhecidas; 2) ativista, na medida em que insistia na função da práxis na gênese do conhecimento, atribuindo à mente o papel ativo de "filtrar" os dados infinitos e amorfos fornecidos pela experiência sensorial; 3) historicista e sociológica, enquanto teoria do conhecimento coletiva, social e historicamente determinada. Obviamente, era também uma teoria do caráter de classe da consciência social, bem como do condicionamento classista das ciências sociais. Krauz considerava que, na sociedade sem classes do futuro, o conhecimento se tornaria livre, desinteressado e objetivo, mas insistia que – no presente – todos os pontos de vista das ciências sociais (incluído o marxismo) são condicionados pelos interesses de classe e que é muito cedo para pensar na superação dessa situação. Essa convicção o diferenciava dos krusiniquistas, os quais – admitindo a possibilidade de um conhecimento "puramente científico", objetivo, da sociedade – acreditavam que tal conhecimento fosse acessível ao "proletariado pensante", ou seja, à *intelligentsia* desvinculada de laços sociais, devotada à causa do progresso¹⁸.

A idéia do marxismo como reinterpretação sociológica do kantismo foi elaborada, em particular, por Stalislaw Brzozowski em 1906; e deveremos voltar aos problemas que ele aborda. O aspecto "fenomenalista" das idéias de Kelles-Krauz foi retomado, ampliado e reinterpretado por Edward Abramowski (1868-1981), um importante teórico do "socialismo sem Estado" e do cooperativismo, que só num segundo momento aderiu ao marxismo. Segundo sua interpretação, as leis do materialismo histórico são essencialmente leis psicológicas, que mostram as relações recíprocas entre necessidades e faculdades humanas, entre sentimentos inconscientes e ações conscientes, dirigidas a um fim. Se o idealismo e o psicologismo dessa concepção são evidentes, isso não justifica que se avalie pelo mesmo metro (como alguns marxistas o fizeram nos anos 50) também a teoria de Kelles-Krauz;

18. Essa idéia, que nos faz lembrar a concepção do "privilégio cognoscitivo" da "*freischwebende Intelligenzia*" (intelectualidade sem vínculos) de Karl Mannheim, foi elaborada sobretudo pelo crítico literário B. Bialoblocki, influenciado pelo publicista russo Dmitri Pisárev.

quando muito, pode-se dizer que ela não se acautelou suficientemente contra a possibilidade de uma interpretação análoga. Por outro lado, vale a pena notar que a teoria de Krauz sobre a “apercepção de classe” foi acolhida por um marxista da estatura de Oskar Lange, que a considerou uma formulação útil no que diz respeito aos pressupostos epistemológicos fundamentais do marxismo¹⁹; também seria possível indicar analogias entre essa teoria e algumas idéias de Gramsci sobre a relação entre a concepção marxista da consciência e a tradição filosófica do “subjetivismo moderno”²⁰.

Kelles-Krauz afirmava ter “socializado” a idéia epistemológica de Kant. Essa “socialização” expressava uma tendência antiindividualista, bastante típica do modo de pensar dos marxistas poloneses do século passado, que os distinguia nitidamente dos positivistas liberais, e que pode ser reencontrada não somente nas teorias gerais, epistemológicas e sociológicas, mas também nas concepções metodológicas. A superação das “robinsonadas gnosiológicas” através de uma explicação sociológica e histórica, tanto do sujeito que conhece como do conhecimento, ia de *pari passu* com o antinominalismo metodológico. Um bom exemplo desse enfoque nos é fornecido pelas observações metodológicas de Krzywicki, que sublinhavam o papel da abstração na ciência e reafirmavam a importância da idealização do método. Em sua opinião, *O Capital* de Marx representa uma magistral aplicação do método idealizado (“lógico”).

4. Passado e presente

Nas concepções sociológicas dos primeiros marxistas poloneses, a tendência antiindividualista se expressou numa particular idealização das formas primitivas, comunitárias, da vida social, que encontrava confirmação nas obras de Bachofen, Mauer, Maine, MacLennan, Taylor e Morgan. Na opinião de Krusiński, somente as sociedades primitivas – cujo único vínculo coesivo é o parentesco – eram verdadeiramente “naturais” e “orgânicas”; nas sociedades civilizadas, divididas por antagonismos de classe, ele enxergava uma contínua dissolução

19. Cf. O. Lange, *Ekonomia polityczna. Zagadnienia ogólne*, Varsóvia, 1959, pp. 279-280. Para a teoria de Kelles-Krauz sobre a “apercepção de classe”, cf. Kelles-Krauz, *Pisma wybrane*, Varsóvia, 1962, vol. I, pp. 35-41.

20. Cf. A. Gramsci, “La così detta ‘realtà del mondo esterno’”, in *Quaderni del carcere*, ed. crítica aos cuidados de Valentino Gerratana, Turim, 1975, pp. 1411-1416 (ed. brasileira: “A chamada ‘realidade do mundo exterior’”, in *Concepção Dialética da História*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 4ª edição, 1981, pp. 165-173).

dos laços sociais naturais, o aumento dos conflitos e das forças centrífugas, que culminavam no capitalismo (em polêmica com a afirmação de Spencer, para o qual o capitalismo – por ter levado ao ponto de máximo desenvolvimento e complexidade a divisão do trabalho – era o sistema social mais “orgânico”). A sociedade sem classes do futuro era para ele um retorno – a um nível mais elevado – às relações sociais primitivas, “naturais”; e ele estava convencido de que só depois da superação do antagonismo de classe é que os aspectos positivos da integração econômica, resultado do alto desenvolvimento alcançado pela divisão do trabalho, poderiam se manifestar: o egoísmo e o isolamento dos indivíduos desapareceriam, a sociedade se tornaria um verdadeiro organismo, dotado de memória coletiva e de consciência próprias, ou seja, de uma “alma social” própria.

Temas análogos aparecem também nos escritos de Krzywicki. Ele reafirma várias vezes que as sociedades fundadas na relação de parentesco – por exemplo, as comunas indianas – representam um tipo de socialização mais elevado do que as sociedades civilizadas da Europa capitalista²¹. Sua tipologia dos sistemas sociais era dicotômica, fundada na distinção entre dois gêneros fundamentais de relações sociais: 1) relações pessoais, que unem os homens enquanto seres humanos, num sentimento de recíproca solidariedade; 2) relações objetivas, que unem os homens através da mediação das coisas. O primeiro gênero de relação social predomina na sociedade primitiva baseada na parentesco; o segundo é típico de toda sociedade de classe. Para definir essa última, Krzywicki usou freqüentemente o termo “sociedades territoriais”. Numa sociedade territorial, o fundamento das relações humanas é sempre uma determinada unidade territorial (comuna, cidade ou Estado), no interior da qual os homens relacionam-se entre si através de suas relações com as coisas; nessas sociedades, portanto, os homens são “um simples apêndice, órgãos vivos de coisas mortas”²². Krzywicki foi muito cauteloso em seus prognósticos sobre o futuro, mas a lógica interna de sua concepção indica que, para ele, a sociedade socialista representaria a superação das relações sociais reificadas, um retorno aos laços sociais naturais, personalizados.

Na descrição e crítica da relação social reificada, Krzywicki refere-se – como é óbvio – à análise marxiana do fetichismo da mercado-

21. Cf. S. Krusiński, “Dusza społeczna”, in *Pisma zebrane*, Varsóvia, 1958.

22. L. Krzywicki, “Razwój Kultury materialnej, wiezi społecznej i pogladu na swiat”, in *Swiat i Czlowiek*, Varsóvia, 1912, vol. 3, pp. 85-86.

ria, mas com uma diferença característica: o autor de *O Capital* considerava a reificação das relações sociais como fenômeno derivado da produção desenvolvida de mercadorias, ou seja, como característica apenas do capitalismo; o sociólogo polonês, ao contrário, emprestava-lhe um significado mais amplo, descobrindo o fenômeno da reificação em todos os sistemas sociais nos quais existissem a divisão em classes e a propriedade privada. Isso concordava com o ponto de vista característico dos krusinistas, que costumavam contrapor o socialismo a todas as sociedades de classe, considerando-o como uma restituição dialética dos valores coletivistas do comunitarismo primitivo.

Kelles-Krauz, que simpatizava com a idéia de criar uma psicologia social científica baseada no materialismo histórico, tentou apresentar esse ponto de vista como exemplo de uma lei geral. Deu a essa lei uma formulação, definindo-a como "lei da retrospectação revolucionária". Com efeito, tratava-se de uma reinterpretação sócio-psicológica da "negação da negação" hegeliana, bem como do conceito de "retorno" (*ricorso*) próprio da filosofia da história de Vico²³. Em sua opinião, "os ideais com os quais os movimentos reformadores querem substituir as normas sociais existentes são sempre semelhantes às normas de um passado mais ou menos remoto".²⁴ Fonte ideal do futuro é sempre o passado. As lutas por uma renovação radical da sociedade implicam, obviamente, uma ruptura com o presente e com o passado recente, buscando inspiração em um passado mais remoto: quanto mais remoto for tal passado, tanto mais radical será o ideal de renovação. O ideal proletário se opõe a qualquer forma de divisão de classe e de exploração e, por conseguinte, deve se dirigir para o passado mais remoto, para o comunitarismo primitivo.

Kelles-Krauz não considerava sua "lei de retrospectação revolucionária" como uma revisão ou uma modificação do materialismo histórico. Ao contrário, opôs-se a toda tentativa dos revisionistas alemães no sentido de pôr em questão o papel decisivo do fator econômico na história; para sublinhar sua fidelidade a essa tese, definiu sua própria posição como "monoeconomicismo". Sua teoria da "retrospectação revolucionária" valia apenas no campo da psicologia social; não foi ela-

23. A admiração por Vico – que ele julga um dos maiores pensadores – levou Kelles-Krauz a escrever o ensaio "A dialética da sociedade na filosofia de Vico": cf. Kelles-Krauz, *Pisma wybrane*, cit., pp. 169-187.

24. *Ibid.*, p. 250. O artigo citado foi publicado pela primeira vez em francês, com o título de "La loi de la retrospectation révolutionnaire vis à vis de la théorie de l'imitation", in *Annales de L'Institut International de Sociologie*, 1896, vol. II.

borada para corrigir ou “complementar” o marxismo,²⁵ mas somente para dar uma explicação teórica ao modo particular pelo qual a consciência social é plasmada pelas condições econômicas. Resumindo: ele afirmava que toda formação econômica satisfaz e desenvolve determinados carecimentos em detrimento de outros, desenvolvidos pela formação precedente e suprimidos pela nova; desses carecimentos “suprimidos”, são representantes as classes exploradas, oprimidas; e, portanto, os ideais dessas classes correspondem às normas arcaicas do passado.

Essa concepção foi avaliada de diferentes maneiras. Alguns estudiosos marxistas consideram que, independentemente de suas intenções, Kelles-Krauz – como Abramowski, com o qual ele se solidarizava, e cujas obras lera atentamente – adotou de fato o ponto de vista idealista do “fenomenalismo” e do psicologismo²⁶. Essa crítica, porém, parece-nos exagerada. Mais equilibrada parece a avaliação de Krzywicki, segundo o qual Kelles-Krauz “modificou ligeiramente” o materialismo histórico, atribuindo maior importância às tradições históricas²⁶. De resto, parece possível avaliar a teoria da “retrospecção histórica” isolando-a da posição geral, “fenomenalista”, de seu autor. Não se trata, em última análise, de uma teoria abrangente, mas apenas da explicação teórica de alguns fenômenos históricos que também Marx observara. O próprio Kelles-Krauz citou a famosa passagem sobre a importância das tradições contida em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Se tivesse podido conhecer a correspondência de Marx, encontraria uma confirmação de suas opiniões na carta a Engels de 25 de março de 1868, na qual o autor de *O Capital* afirmava que “buscar ver, para além da Idade Média, a primeira idade de todo povo” representava a segunda reação “à Revolução Francesa e ao iluminismo à ela ligado”, reação que corresponde “à tendência socialista”²⁷. E uma confirmação ainda mais convincente de sua tese poderia ser encontrada nos famosos rascunhos da carta a Vera Zasulitch, de 1881, nos quais Marx afirmava que o comunismo seria o renascimento em forma mais elevada do tipo “arcaico” de propriedade comum²⁸.

Pode-se aduzir, sobre isso, que importantes exemplos da “lei da retrospecção histórica” encontram-se na ideologia dos democratas poloneses da época romântica, os quais se reportavam ao antigo comunismo eslavo e às teorias dos populistas russos, nos quais se idealiza-

25. Cf. A. Schaff, *Narodzyni i rozwój filozofii markistowskiej*, Varsóvia, 1950.

26. Cf. o prefácio de Krzywicki à 1ª edição de Kelles-Krauz, *Pisma wybrane*, cit., p. 10.

27. Marx e Engels, 25 de março de 1868, in *Opere*, cit., vol. 43, pp. 57-58.

28. Cf. Walicki, *Marxisti e populisti*, cit.

va a antiga instituição da comuna aldeã russa. Kelles-Krauz conhecia bastante bem tanto a tradição democrática polonesa quanto o populismo russo²⁹; portanto, parece provável que ele tivesse em mente tais exemplos quando começou a teorizar a dialética da retrospecção.

Na produção teórica dos primeiros marxistas poloneses, deve-se recordar também a teoria de Krzywicki sobre o “vagar das idéias”³⁰. Era uma resposta indireta às críticas dirigidas aos marxistas poloneses por um representante do “positivismo de Varsóvia”, Wladislaw Wscieklica, que publicou em 1882 um opúsculo (*Os Sonhos dos Socialistas Poloneses Comparados com os Ensinamentos de seu Mestre*), no qual afirmava que – nas condições da Polônia – a realização do socialismo era prematura e impossível. Já que o requisito necessário para o socialismo é o nível máximo de desenvolvimento capitalista, a difusão das idéias socialistas num país atrasado é um anacronismo, uma anomalia, que se processa em detrimento do desenvolvimento normal, natural; os socialistas poloneses não compreendem que aquilo que, no Ocidente, é ciência não passa, em seu próprio país, de utopia. São as mesmas argumentações polêmicas dirigidas contra os socialistas pelos liberais russos, que recorreram também – para tal finalidade – à autoridade de Marx³¹, referindo-se geralmente ao prefácio de Marx à primeira edição alemã de *O Capital*, no qual se afirmava que as leis do desenvolvimento social abrem seu caminho com “férrea necessidade”, e que os países subdesenvolvidos devem atravessar as mesmas fases de desenvolvimento já concluídas pelos países desenvolvidos. O problema era grave; os socialistas poloneses sentiam que era preciso reexaminá-lo, elaborando uma solução para o mesmo.

O raciocínio de Krzywicki recorda o artigo de Tchernitchévski, *Crítica dos Preconceitos Filosóficos Contra a Propriedade Comunal da Terra*, bem como a argumentação de Marx nos rascunhos da carta a Vera Zasulitch, já mencionados. Afirmava resolutamente que todas as grandes idéias históricas têm suas raízes “nas necessidades da vida”, isto é, em determinadas condições sociais e econômicas. As idéias que vão muito além do presente condenam-se a se manter como utopias impotentes; só podem se transformar em forças capazes de fazer histó-

29. Cf. seu artigo sobre as idéias sociológicas de N. K. Mikhaikóvski, in K. Kelles-Krauz, *Pisma vybrane*, cit., vol. I, pp. 360-369.

30. Foi desenvolvida no tratado de Krzywicki, *Idéia e Vida*, publicado em 1888.

31. Cf. A. L. Reuel, *Russkaia ekonomitcheskaia mysl' 60-60-ch godov XIX veka i marksism*, Moscou, 1956, pp. 139-140.

ria se traírem a si mesmas. Isso não significa, porém, que as idéias nascidas nos países avançados não tenham nenhuma utilidade para as sociedades economicamente atrasadas: as grandes idéias históricas nascem sempre a partir das condições econômicas de dado país, mas cedo se tornam autônomas e começam a "vagar" para outros países. Portanto, se uma idéia nascida em condições mais evoluídas passa a agir num país atrasado, mas em processo de desenvolvimento, torna-se um motor autônomo do seu progresso, acelerando o seu desenvolvimento histórico. Um bom exemplo desse fato, segundo Krzywicki, foi o papel desenvolvido pelo antigo direito romano no desenvolvimento do capitalismo europeu: ele fornecera modelos de contratos jurídicos correspondentes às necessidades das nascentes relações contratuais, ligadas ao crescimento da produção de mercadorias; e, portanto, deu à burguesia ocidental uma excelente solução para seus problemas jurídicos. Um papel análogo era desempenhado, em sua opinião, pela difusão do socialismo moderno nos países atrasados: ela permitia aos trabalhadores e aos intelectuais progressistas saltar, no desenvolvimento ideológico, as fases intermediárias da democracia burguesa e do socialismo utópico; e, ao fazer isso, facilitava e acelerava o progresso sócio-econômico. A lógica interna dessa concepção não punha em discussão somente o ponto de vista dos críticos liberais do marxismo polonês, mas também a teoria dos social-democratas, que interpretavam o marxismo à luz do evolucionismo positivista³².

Um estudo mais aprofundado das idéias sociológicas dos primeiros marxistas poloneses exigiria uma sua inserção no contexto das outras correntes de pensamento da Polônia no último quartel do século XIX. Naquela época, eram muitos os sociólogos poloneses de talento, como Boleslaw Limanowski, um teórico do PPS, que fundia o pensamento de Comte com a herança dos pensadores românticos poloneses; Zygmunt Balicki, teórico do nacionalismo integral; Ludwik Gumpłowicz, que nos anos posteriores conquistou notoriedade internacional; Edward Abramowski, Leon Winiarski e outros. Por seu lado, os primeiros marxistas poloneses desempenharam um papel de grande relevo ao pôr as bases da tradição sociológica polonesa. Para avaliar plenamente o alcance desse fato, é preciso recordar que a carreira acadêmica lhes era vedada: na parte russa e na parte prussiana da Polônia, não existiam universidades polonesas, enquanto as de Cracóvia e de Lvóv eram dominadas, no campo das ciências sociais, por conservado-

32. Cf. Molska, *Pierwsze pokolnie markistów polskiej filozoficney*, cit., p. LXXXVII.

res clericais. Em tal situação, Krzywicki não podia nem mesmo sonhar com uma cátedra universitária, a não ser na universidade russa de Varsóvia, o que ele não teria aceito por patriotismo. Professor apaixonado, participou por muitos anos dos cursos ilegais e clandestinos que eram organizados em Varsóvia em residências particulares, sempre mudando de um lugar para outro por motivos de segurança, e que por isso ganharam o apelido de “universidades volantes”. Muitos outros estudiosos poloneses da época – em geral os melhores – encontravam-se na mesma situação e escolheram a mesma solução.

5. Kelles-Krauz e a questão nacional

Um dos problemas mais importantes para o pensamento polonês – o que é evidente num país subjugado – era a “questão nacional”, entendida no sentido mais amplo do termo. Portanto, não é de surpreender que também os marxistas poloneses tenham lhe dedicado grande atenção. As contribuições teóricas mais significativas foram as de Rosa Luxemburg e de Kelles-Krauz. A primeira é muito conhecida no Ocidente, e suas idéias são abordadas em outro ensaio deste volume. Ao contrário, as obras de Kelles-Krauz sobre a questão nacional, escritas em polonês entre 1900 e 1904³³, permaneceram desconhecidas dos estudiosos ocidentais, que habitualmente se concentram em Rosa Luxemburg, sem se preocuparem em conhecer as teses de seus opositores socialistas na Polônia. Essa atitude é confirmada pela convicção muito difundida de que o PPS não era um partido marxista, e que em suas fileiras não existiam teóricos dignos de interesse. Isso só é verdade em parte: Kelles-Krauz, personagem influente no PPS, foi indubitavelmente um pensador de relevo e um ardoroso marxista.

Em polêmica com Rosa Luxemburg, Kelles-Krauz se deteve, naturalmente, na questão polonesa. Recusava a tese luxemburguiana de que os mercados russos eram necessários ao desenvolvimento da indústria polonesa e que, por isso, a Polônia devia se manter vinculada à Rússia. A anexação, afirmava Kelles-Krauz, não é necessária à cooperação econômica e ao comércio; nem mesmo pode garantir que o governo czarista não erga barreiras tarifárias entre o “reino do Congresso” (a Polônia russa) e a Rússia, contanto que isso favoreça os interesses dos industriais russos. Em geral, reduzir importantes questões polí-

33. Como *Niepodległość Polski w programie socjalistycznym*, 1900; *Kwestia narodowoscowa w Niemczech*, 1901; *Nowa teoria narodowosciowy socjalnej demokracji austriackiej*, 1904. Republicados em Kelles-Krauz, *Pisma wybrane*, cit., vol. II.

licas a simples considerações econômicas corresponde a um “economicismo”, característico do “apoliticismo” dos anarquistas e dos populistas, mas inteiramente estranho ao marxismo. O mais importante argumento marxista em favor da independência da Polônia é o fato, reconhecido por Engels no prefácio à edição polonesa do *Manifesto* (1892), que a classe operária polonesa é mais evoluída, mais madura e proporcionalmente mais numerosa do que a classe operária russa. A dominação russa da Polônia obstaculiza a transformação democrática da Rússia, já que – como repetidamente observaram Marx e Engels –, “quando um povo oprime outro povo, não pode emancipar a si mesmo”³⁴.

A idéia de Marx e de Engels, segundo a qual a autodeterminação nacional não devia ser considerada como um direito absoluto, inalienável, era essencialmente correta: os movimentos separatistas em nações pequenas e culturalmente subdesenvolvidas iriam em direção oposta aos interesses da transformação socialista da Europa. Mas a Polônia não pertencia a essa categoria; ela é (para usar a terminologia de Engels) uma “nação histórica”, mais evoluída do que a Rússia no campo da economia e da cultura, mais próxima da Europa e mais avançada no caminho do socialismo. O verdadeiro problema é representado pelas populações lituanas, bielo-russas e ucranianas do antigo Estado polonês. Atendo-se à antiga posição de Marx e Engels, Kelles-Krauz considerava que essas nações não eram bastante maduras para se constituírem em Estados independentes; mas, diferentemente de Engels, ele não as considerava como simples “nacionalidades”, ou seja, como grupos étnicos incapazes de evoluírem no sentido de nações modernas separadas. Ele propunha, portanto, que elas desenvolvessem sua própria consciência nacional numa federação com a Polônia, restaurada e socialista. Essa federação – afirmava – teria sido bem mais útil ao desenvolvimento nacional delas do que a permanência no interior das fronteiras do Império russo, autocrático e essencialmente “asiático”. A solução definitiva desse problema, e ao mesmo tempo da questão polonesa, devia depender da atividade organizativa e educativa dos socialistas poloneses: as futuras fronteiras da Polônia seriam delimitadas pelo raio de ação territorial da atividade do PPS.

A atitude de Krauz em face dos primeiros marxistas poloneses do *Proletariat* de Waryński era nitidamente diferente da que assumia em

34. Cf. F. Engels, “Eine polnische Proklamation”, in *MEW*, vol. 18, pp. 521-527.

face de Rosa Luxemburg e de sua “social-democracia do reino de Polônia e Lituânia”. Existe – afirmava ele – uma certa dialética na evolução da consciência proletária e do movimento operário. Na primeira fase, deve se separar da comunidade nacional um partido proletário, que institua e defenda a própria posição de classe; depois disso, o movimento operário deve superar seu próprio alheamento em relação à comunidade nacional, assumindo a responsabilidade de resolver os problemas nacionais e confiando aos trabalhadores a função de classe dirigente da sociedade nacional. Os primeiros marxistas poloneses tinham representado a fase inicial dessa evolução; eles recusavam a idéia da independência polonesa, mas ao mesmo tempo – despertando o sentimento da dignidade humana entre os trabalhadores poloneses – haviam suscitado também o seu sentimento de dignidade nacional e, por conseguinte, voluntária ou involuntariamente, haviam dado uma grande contribuição à sua conversão à causa nacional. O caso de Rosa Luxemburg aparecia-lhe inteiramente diverso: seu Partido agia em condições diferentes, mais maduras, e, portanto, a recusa da independência polonesa não era mais do que sectarismo miope, do que uma obstinada vinculação à fase de evolução primitiva da consciência de classe proletária.

Nos primeiros anos da República Popular da Polônia, Kelles-Krauz foi julgado um nacionalista e até mesmo um “imperialista” disfarçado de socialista, na medida em que fornecera justificações pseudomarxistas para a incursão até Kiev de Pilsudski³⁵. Uma consideração mais atenta permitiu perceber o valor de sua reflexão marxista, tanto que hoje seus escritos sobre o problema nacional são geralmente avaliados muito positivamente, ainda que suas idéias sobre as fronteiras orientais da Polônia provoquem sempre fortes reservas³⁶. Em minha opinião, Kelles-Krauz foi o único pensador de certo destaque que, diante da mudança das situações, procurou se manter fiel às idéias de Marx e Engels sobre a questão polonesa. Como os marxistas austríacos, tinha consciência de que as idéias de Marx e Engels sobre os chamados povos “sem história” (*gesichtslose*), considerados como reacionários e destinados a perecer para o bem comum do processo euro-

35. Cf. Shaff, *Narodziły i rozwój*, cit.

36. Cf., por exemplo, M. Waldenicz, “Z problematyki narodu w polskiej myśli socjalistycznej okresu zaborów”, in I. Gočkovski e A. Walicki (eds.), *Idee i koncepcje narodu w myśli polskiej czasów porozbiorowych*, Varsóvia, 1977, pp. 246-266.

peu, eram indefensáveis³⁷, embora pensasse que havia algo válido na distinção entre nações como a Itália, a Polônia e a Hungria, prontas sob qualquer aspecto para a independência, e cuja independência ou unificação teria inegavelmente favorecido os interesses da evolução política progressista européia, e as nações cujo direito à autodeterminação, pelas suas escassas dimensões ou pelo seu atraso econômico e cultural, podia ser discutível do ponto de vista da política da Internacional (nessa categoria, Krauz colocava os lituanos, os ucranianos e os bielorrussos). É evidente que ele subestimava a força do nacionalismo moderno, fundado sobre critérios étnicos e lingüísticos, e tendia assim a defender a idéia anacrônica de restaurar, ainda que sob a forma da livre federação, o antigo Estado polonês. Mas, por outro lado, deu uma importante contribuição à teoria marxista da nacionalidade, reafirmando a função dirigente da classe operária no processo de modernização nacional e na luta pela independência. O proletariado polonês era, em sua opinião, a classe mais evoluída, mais madura e mais moderna da sociedade, ou seja, era a “classe nacional” na acepção marxiana da expressão³⁸. Contrapondo-se tanto a Rosa Luxemburg como ao patriotismo tradicional, ele não considerava que a consciência de classe dos trabalhadores poloneses fosse algo estranho, irrelevante ou hostil ao patriotismo, mas a julgava a forma mais elevada e moderna da consciência nacional polonesa. A mesma tese foi adotada também por Stalisław Brzozowski (1878-1911), que nos anos revolucionários 1905-1906 descobriu na classe operária polonesa a única força social que combatia pela independência nacional, dando ao mesmo tempo a contribuição mais importante à modernização econômica e espiritual da Polônia. No início do século XX, quando a idéia marxiana da “classe nacional” havia sido quase inteiramente esquecida, essa foi uma tomada de posição original, digna de nota enquanto tentativa de fundir o marxismo com um patriotismo proletário progressista.

37. Cf. G. Haupt, “Les marxistes face à la question nationale: l'histoire du problème”, p. 21 (introdução a G. Haupt M. Löwy e C. Weill) (eds.), *Les marxistes et la question nationale 1848-1914. Études et textes*, Paris, 1974.

38. A teoria marxiana da “classe nacional” é discutida em S. F. Bloom, *The World of Nations. A Study of the National Implications in the Work of Karl Marx*, Nova Iorque, 1941, pp. 57-64. A importância dessa teoria foi recentemente sublinhada por G. Lichtheim, que escreveu: “A concepção marxiana da ‘classe nacional’ é, em seu conjunto, original e extremamente pertinente à teoria e à prática do comunismo moderno. Surpreende o fato de que tenha sido ignorada” (G. Lichtheim, *Marxism. An Historical and Critical Study*, Nova Iorque, 1962, p. 86).

6. A “filosofia do trabalho” de Brzozowski

Stalislaw Brzozowski, o crítico literário e filósofo que acabamos de recordar, seguiu uma evolução intelectual fascinante, da qual o marxismo foi apenas uma fase, ainda que muito importante³⁹. Antes da revolução de 1905-1906, ele considerava o materialismo histórico como a última palavra do naturalismo nas ciências sociais, a concepção de um desenvolvimento sócio-econômico “objetivo”, inteiramente independente da vontade humana e subordinado às “leis de bronze” da necessidade histórica. Mais tarde, em 1906, chegou à conclusão de que essa interpretação do marxismo, característica dos dirigentes da Segunda Internacional, era na realidade uma distorção positivista do verdadeiro significado do que Antonio Labriola chamara de “filosofia da práxis”⁴⁰. O marxismo – afirmava – é efetivamente uma filosofia antinaturalista da ação, que leva na devida conta a “revolução copernicana” realizada por Kant no campo da filosofia. As *Teses sobre Feuerbach* demonstram que Marx refutara a concepção receptiva, passiva, do sujeito, substituindo-a pela de um sujeito humano ativo, que adquire o conhecimento do mundo exterior para plasmá-lo, lutar com ele, subordiná-lo a finalidades humanas “subjetivas”. Naturalmente, Brzozowski percebia que, no marxismo, o “sujeito ativo” não é transcendente, mas é o sujeito coletivo biológico e histórico: a humanidade que trabalha. Portanto, para evitar confusões com o ativismo idealista fichtiano, ele definiu sua concepção como uma “filosofia do trabalho”.

Pressuposto fundamental dessa filosofia é que o trabalho que tem como meta a sobrevivência e o desenvolvimento, e antes de mais nada o trabalho físico, é a mais importante das atividades humanas, a fonte última de nosso conhecimento do mundo exterior e a base do domínio do homem sobre as forças elementares da natureza. Brzozowski dotava o trabalho de uma capacidade criadora e o figurava em termos so-

39. Dos numerosos livros de Brzozowski, podemos recordar: *Kultura i życie* (1906), *Idee* (1910), *Legenda Młodej Polski* (1910), *Głosy wśród nocy* (1912). Escreveu, ademais, um romance histórico, *Plomienie* (“Chamas”), sobre os revolucionários russos da *Narodnaia Volia*. Sua fascinante correspondência foi editada por M. Szoka (S. Brzozowski, *Listy*, vol. I-II, Cracóvia, 1970). A mais exhaustiva obra recente sobre as idéias filosóficas e sociais de Brzozowski é: A. Walicki, *Stanislaw Brzozowski. Drogi myśli*, Varsóvia, 1976.

40. Veja-se o artigo de Brzozowski sobre Labriola, republicado na nova edição de seu *Kultura i życie*, Varsóvia, 1973. Brzozowski, que passou seus últimos anos na Itália e ali faleceu, era um entusiástico admirador da cultura italiana.

ciológicos e históricos. Do ponto de vista filosófico, isso significava que a chamada “definição clássica da verdade” é um contra-senso, na medida em que o mundo exterior, tal como o conhecemos, não é algo pronto, “dado”, mas sim algo que nós mesmos criamos nos processos históricos e sociais do trabalho coletivo; a “natureza”, tal como a conhecemos (e não existe outra natureza, na medida em que nada sabemos sobre as “coisas em-si”), é um produto da práxis histórica do homem. Desse modo, o marxismo equivalia para Brzozowski à definitiva inversão do “naturalismo” – ou seja, da idéia de um mundo pronto, “empiricamente dado” – e do “intelectualismo”, ou seja, da idéia de um “pensamento puramente teórico”, produzido pela atitude contemplativa do observador. A batalha de Vico contra o cartesianismo – pensava Brzozowski – fora absolutamente justa.

Podemos dizer que o pensador polonês transformou o materialismo histórico numa concepção epistemológica que pode ser definida como um subjetivismo ativista genérico. Conseqüências óbvias dessa transformação foram a “antropologização” e a relativização histórica da verdade: crer numa verdade “supra-humana”, independente da práxis do homem, equivalia para Brzozowski a uma teologia laica. Ao mesmo tempo, porém, ele se opunha ao relativismo na ética, pretendendo fundar o juízo moral numa sólida base. Encontrou-a na teoria econômica marxiana do valor, transformando-a numa axiologia geral⁴¹. A relação com o trabalho é, em sua opinião, um critério histórico (na medida em que existem diversos sistemas de trabalho coletivo), e, ao mesmo tempo, algo inalienável da existência humana em qualquer fase histórica, já que a própria humanidade é criada no processo de trabalho.

Uma outra importante conseqüência da “filosofia do trabalho” foi que a idéia das chamadas “leis objetivas da natureza” (ou “leis da história”) representa uma imagem falsa, reificada, do mundo, produzida pela alienação dos intelectuais, a qual, por sua vez, é o produto da separação entre produtores inativos de idéias – para os quais o mundo, tal como o conhecem, é uma coisa “dada” – e as pessoas que trabalham, que criaram de fato esse mundo. Se os próprios trabalhadores têm a ilusão de uma “objetividade” dos processos naturais e históricos, a única causa disso é sua escravidão social, por tanto tempo necessária ao desenvolvimento das forças produtivas. Nessa perspectiva, o

41. Cf. seu artigo “Psychologia i zagadnienie wartości”, republicado na reedição de *Kultura i życie*, 1973.

proletariado industrial moderno constitui a classe de trabalhadores que – pela primeira vez na história – tem a possibilidade de se libertar, sem provocar, ao fazê-lo, uma regressão na dominação da natureza pelo homem.

Na tentativa de explicar a gênese intelectual das distorções “naturalistas” do marxismo, Brzozowski chega a teorizar sobre a existência de uma diferença fundamental entre o pensamento filosófico de Marx e o de Engels. Num artigo programático, publicado em *Neue Zeit* (1907)⁴², “Der Geschichtsmaterialismus als Kulturphilosophie”, atribuiu a Engels a responsabilidade por uma traição inconsciente ao marxismo, por causa da homenagem que prestou a “Nossa Senhora Evolução”. Engels – declarava ele – não compreendeu jamais o verdadeiro significado da dialética e da práxis; testemunho disso é o fato de que inserira a dialética da história no contexto de uma dialética “objetiva” da natureza, mesmo sendo a própria existência dessa última incompatível com a posição filosófica de Marx.

Nos anos 1908-1909, Brzozowski começou a se afastar do marxismo e a se aproximar cada vez mais das posições de Sorel; se, num primeiro momento, dirigiu suas críticas contra Engels, e em particular contra suas obras mais tardias⁴³, a começar pela *Dialética da Natureza*, posteriormente tomou como alvo o próprio marxismo em seu conjunto, ao qual terminou por reconhecer unicamente o valor de “mito” social, na acepção soreliana do termo. Se fortes razões pessoais, indubitavelmente, impeliram-no a assumir uma atitude de amargo ceticismo

42. Essas idéias serão depois desenvolvidas no longo artigo de Brzozowski intitulado “Anti-Engels”, de 1910, incluído em seu *Idee*.

43. A contraposição entre o marxismo de Marx e o de Engels (considerado como uma deformação positivista do marxismo) é um dos temas recorrentes do livro de Lichtheim, *Marxism*, cit. Investigando as origens dessa concepção, Lichtheim se reporta naturalmente a Lukács (*Geschichte und Klassenbewusstsein*) e a Karl Korsch (*Marxismus und Philosophie*). P. Breines, na revista norte-americana *Telos* (1970, nº 5, pp. 1-2), observa que a idéia de uma incompatibilidade de fundo entre as idéias de Marx e as de Engels foi elaborada por um marxista austríaco pouco conhecido, Erwin Dan, em seu artigo “Engels als Theoretiker” (*Kommunismus*, XII, 1920, 3). Pelo que sei, contudo, ninguém no Ocidente está a par do fato de que essa interpretação foi proposta pela primeira vez por Brzozowski, embora a primeira elaboração de suas idéias a respeito tenha sido publicada no órgão oficial da social-democracia alemã.

em face do movimento socialista ⁴⁴, sua evolução filosófica ⁴⁵ deve ser considerada em relação com a crítica ao marxismo da Segunda Internacional que estava se desenvolvendo nos inícios do século, não só através da polêmica revisionista, mas das próprias reflexões de pensadores como Labriola e Sorel; uma crítica, de resto, que iria encontrar mais tarde uma expressão completa também no interior da tradição marxista, graças à elaboração de Lukács e de Gramsci.

44. Em maio de 1908, um social-revolucionário russo, Vladimir Burchev, acusou Brzozowski de ser um agente da Okrana, a polícia secreta czarista; e a acusação foi tornada pública pelo órgão do Partido Socialista de Rosa Luxemburg e retomada também pelo PPS, o partido ao qual Brzozowski se sentia mais próximo nos anos 1905-1907. O filósofo polonês pediu imediatamente um corpo de jurados dos vários partidos socialistas (além dos poloneses, também do POSDR e do Bund judaico), mas esse júri de honra não chegou a um veredito, ainda que não tenha encontrado nenhuma prova convincente contra Brzozowski. Sobre tudo isso, cf. a cuidadosa reconstituição de M. Sroka, em sua introdução à edição da correspondência de Brzozowski.

45. Uma característica do pensamento de Brzozowski foi a capacidade de recolher inspiração em diferentes fontes, sem cair no ecletismo. Além de seu interesse pelo pensamento romântico polonês e, mais tarde, da influência de Sorel e Bergson, ele conheceu e assimilou o chamado "neomarxismo" russo, sobretudo depois de seu encontro em Cápri com Lunatchárski, que ficou impressionado com a coincidência da opinião de ambos sobre Plekhánov (cf. A. Walicki, "Stanislaw Brzozowski and the Russian 'neomarxists' at the beginning of the XX century", in *Canadian-American Slavic Studies*, 1973, nº 2).

